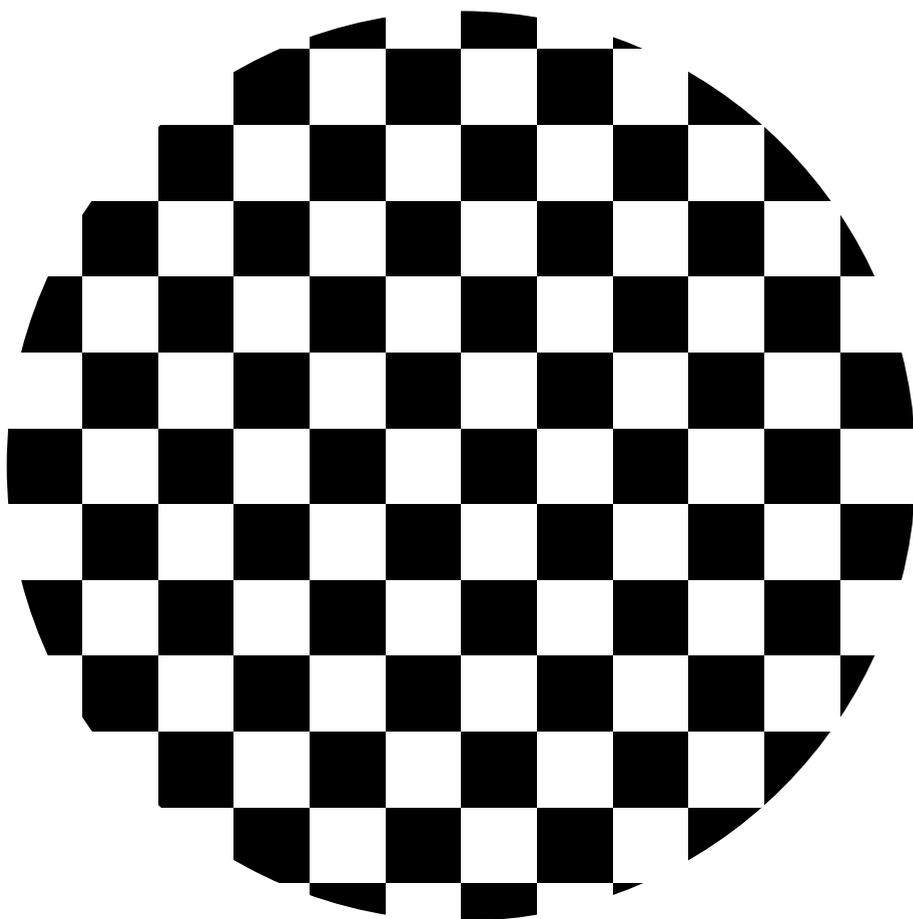


# O outro lado do rio

**mobilizações coletivas e estratégias  
de enfrentamento em um bairro de  
expansão urbana da cidade de  
Campos dos Goytacazes – RJ**



Campos dos Goytacazes



2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A848o Assis, Renan Lubanco.  
O outro lado do rio: mobilizações coletivas e estratégias de enfrentamento em um bairro de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ [recurso eletrônico] / Renan Lubanco Assis. – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021.  
  
Livro eletrônico (228 p.)  
Modo de acesso: World Wide Web: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/266>>  
ISBN 978-65-87500-09-6 (e-book)  
  
1. Comunidades – Organização – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Sociologia urbana – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Urbanização – Campos dos Goytacazes (RJ). 4. Mudança social – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Título.  
  
CDD 307.76098153

**Essentia Editora**  
Rua Coronel Walter Kramer, 357  
Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ  
CEP 28080-565 | Tel: (22) 2737-5648  
[www.essentiaeditora.iff.edu.br](http://www.essentiaeditora.iff.edu.br) | [essentia@iff.edu.br](mailto:essentia@iff.edu.br)

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Barreiros Alves | CRB-7/ 6326

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**

<b>Reitor</b>	Jefferson Manhães de Azevedo
<b>Pró-Reitor de Administração</b>	Guilherme Batista Gomes
<b>Pró-Reitora de Gestão de Pessoas</b>	Aline Naked Chalita Falquer
<b>Pró-Reitor de Ensino</b>	Carlos Artur Carvalho Arêas
<b>Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade</b>	Catia Cristina Brito Viana
<b>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	José Augusto Ferreira da Silva
<b>Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Pedro de Azevedo Castelo Branco

**Conselho Editorial 2018-2020**

Claudia Marcia Alves Ferreira  
Danielly Cozer Aliprandi  
Denise Rena Haddad  
Edson Carlos Nascimento  
Ferdinanda Fernandes Maia  
Inez Barcellos de Andrade  
José Augusto Ferreira da Silva  
Kíssila da Conceição Ribeiro  
Luciano Rezende Moreira  
Marco Antônio Cruz Moreira  
Maria Ines Paes Ferreira  
Paula Aparecida Martins Borges Bastos  
Pedro de Azevedo Castelo Branco  
Raimundo Helio Lopes  
Raquel Collegario Zacchi  
Renato Barreto de Souza  
Vicente de Paulo Santos Oliveira

**Conselho Editorial 2020-2022**

Afonso Rangel Garcez de Azevedo (IFF)  
Anders Teixeira Gomes (IFF)  
Claudia Marcia Alves Ferreira (IFF)  
Danielly Cozer Aliprandi (IFF)  
Denise Rena Haddad (IFF)  
Eldo Campos (UFRJ)  
Erica Nascimento da Silva (IFF)  
Gunnar Glauco de Cunto Carelli Taets (UFRJ)  
Inez Barcellos de Andrade (IFF)  
José Augusto Ferreira da Silva (IFF)  
Kíssila da Conceição Ribeiro (IFF)  
Michele Siqueira Pessanha de Faria (IFF)  
Natalia Deus de Oliveira Crespo  
Paula Aparecida Martins Borges Bastos (IFF)  
Pedro de Azevedo Castelo Branco (IFF)  
Raimundo Helio Lopes (IFF)  
Renato Barreto de Souza (IFF)  
Vicente de Paulo Santos Oliveira (IFF)  
Wagner da Silva Terra (IFF)

**Equipe Editorial**

**Editora Executiva**

Claudia Marcia Alves Ferreira

**Comissão de Editores Científicos**

Aline dos Santos Portilho

Anders Teixeira Gomes

Paula Aparecida Martins Borges Bastos

**Revisão de língua portuguesa**

Edson Carlos Nascimento

**Catalogação**

Henrique Barreiros Alves

**Revisão técnica**

Inez Barcellos de Andrade

**Capa**

Larissa de Paula Viana Souza

**Projeto Gráfico**

Larissa de Paula Viana Souza

Claudia Marcia Alves Ferreira

**Diagramação**

Larissa de Paula Viana Souza

*Para Francisco*



# Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Margarete, Evaldo, Maria, Pretinho, Dona Mothé, Ângela, Bruna, Juca, Ana Júlia, Júlia, Caroline, Jaqueline, Dona Janaína, Vitor, Seu Manoel (em memória), Seu Toni, Vó Bahia, Seu SS, Ana e aos membros da Escola de Samba União da Esperança. Essas pessoas contribuíram demasiadamente para que este trabalho não ficasse limitado apenas a meu entendimento sobre o bairro. Os diferentes dilemas presentes no local só puderam ser acessíveis mediante a colaboração desses interlocutores.

Agradeço ainda a Wania Amélia Belchior Mesquita, que se mostrou interessada, desde o início, em encampar as minhas proposições, que foram por ela ponderadas na maioria das vezes. Ela sempre esteve em sua sala disponível, apesar de estar realizando muitas atividades, para me receber e ouvir meus questionamentos em relação a alguns caminhos que eu não estava disposto a seguir. Desse modo, sou-lhe muito grato por ter me orientado.

Agradeço a Wellington Paes, por ter aberto as portas de seu acervo para que pudesse realizar parte da pesquisa documental. Não só abriu as portas, como também confiou a mim exemplares publicados ao final do século XIX e exemplares do Guia Geral da cidade de Campos.

Sou imensamente grato a Manuela Blanc, por ter dado importantes considerações para que algumas partes da obra pudessem ser de melhor compreensão e por ser uma grande parceira intelectual.

Agradeço ao grupo de pesquisa do qual faço parte – Cidade, Espaços Públicos e Periferias (CEP28) – que tem elaborado uma agenda de pesquisa que dialoga diretamente com as propostas de investigação presentes neste trabalho. Gostaria de agradecer especialmente aos seguintes colegas: Diogo Cruz, Natália Ribeiro, Olívia Nunes, Luciêr Silva, Ailton Júnior, Viviany Soares, Thiara Mourão, Carolina Siqueira, Vania Viana, Marcely de Paula, Raíssa Costa e Heitor Campos. Com eles discuti, quando possível, os meus interesses na pesquisa e o seu andamento. Fico imensamente grato por estar contribuindo com a agenda do grupo.

Não posso deixar de mencionar aqui Jussara Freire, uma pesquisadora que deu grandes contribuições para este trabalho. Por meio

dela adentrei em um debate mais minucioso do pragmatismo dos pais fundadores da Escola de Chicago e as suas influências na sociologia “da crítica” francesa, especialmente estudos debruçados na moral. Por meio de disciplinas oferecidas, conversas no Cep28 e de participação de minha banca de projeto e qualificação, apresentou questionamentos e possibilidades analíticas para os aspectos empíricos que eu lhe apresentava.

Outra contribuição importante para a realização deste trabalho foi a do Hermán Mamani com críticas que me colocavam dúvidas que foram importantes para que eu buscasse resolver as possíveis “indeterminações” do trabalho. Acredito que nunca o satisfarei, pois, para cada problema solucionado, ele coloca outro. Um processo de investigação sem fim.

Gostaria de agradecer ainda às professoras Luciane Soares da Silva e Teresa Peixoto Faria e ao professor Edilson Márcio da Silva, pelas contribuições dadas em minha defesa de projeto. Eles participaram de uma primeira avaliação do trabalho, quando ainda estava em suas fases iniciais de desenvolvimento.

Agradeço imensamente pelas considerações que foram dadas, pois orientaram os enquadramentos dados a este trabalho. Agradeço aos professores Luiz Antônio Machado da Silva e Hernán Mamani e às professoras Jussara Freire e Márcia Leitão Pinheiro pela participação na banca de qualificação deste trabalho. As referidas participações me ofereceram grande suporte epistemológico para que eu pudesse, de alguma forma, tornar as minhas ideias mais claras. Espero ter conseguido.

Gostaria de agradecer ainda aos seguintes professores e professoras: Alexandre Werneck, Gabriel Noel, Nathália Bermúdez, Pedro Bodê, Marcus André Silva, Mauro Kuri, Lia Rocha e Marcos Cezar Alvarez. Na condição de debatedores, coordenadores ou apresentadores de trabalhos de grupos de trabalho (GT) de que participei durante o doutoramento, contribuíram imensamente, seja com a sugestão bibliográfica, seja com a sugestão de novos problemas. Possuo em minhas cadernetas cada comentário feito ao longo dos quatro anos de trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por ter aceitado a minha a proposta de projeto e pelo apoio institucional que me foi dado ao longo dos quatro anos de pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de programa, Bernardo Molina e Artur Cipreste, pelas inúmeras discussões sobre a relação entre nossos objetos e recortes metodológicos. Em situações informais, discutíamos as possíveis limitações e possibilidades oferecidas pelas ferramentas que possuíamos.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela bolsa concedida durante o período de quatro anos. Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), que, por meio do Programa de Apoio a Pós-Graduação (Proapi), financiou algumas de minhas atividades relacionadas à apresentação de trabalhos em congressos nacionais e internacionais.

Por fim, agradeço ao Instituto Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes/RJ, que, possibilitou a mim, por meio da Essentia Editora, a participação em um edital público de publicação de livros, cujo resultado será esta obra que tanto me orgulha. Sou imensamente grato e defendo arduamente a permanência e o fortalecimento das instituições públicas de ensino, que estão sendo, a duras penas, as que melhor têm divulgado e propagado o conhecimento científico produzido no país e fora dele.



*“Foi um tempo bom, né? Aquele tempo que não volta mais. Nego diz: Ah... tempo de escravo. Digo nada, era um tempo de você brincar, curtir amizade mais forte. Mas a evolução tem que haver, né? Aí vem a modificação, dá lugar a outra coisa se faz necessário. Para hoje chegar a Custodópolis muitas águas rolaram”.*

Evaldo



# Índice de ilustrações

---

Figura 1 – Estradas de ligação entre Custodópolis e as duas principais usinas da margem esquerda do rio Paraíba do Sul .....	51
Figura 2 – Recorte do mapa topográfico de 1785, elaborado por Couto Reis. Encontro da Estrada do Calabouço (av. Senador José Carlos Pereira Pinto) com Estrada do Nogueira (av. Hopólito Sardinha) .....	58
Figura 3 – Mapa de Campos de 1950, com Plano de Remodelamento de 1944 .....	67
Figura 4 – Mapa do bairro vivido e área comercial .....	86
Figura 5 – Gratidão popular da “Cidade de Palha” .....	97
Figura 6 – Áreas do Programa Habitacional Morar Feliz	181



# Índice de tabelas

---

Tabela 1 – População do município de Campos dos Goytacazes por freguesia: projeção feita para 1881 (Almanak de Campos) .....	49
Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local .....	219



# Sumário

Prefácio .....	17
Introdução .....	21
1. A pesquisa .....	29
1.1 Moralização da cidade: considerações teóricas .....	31
1.2 Do bairro ao campo: de “nativo” a pesquisador-nativo .....	36
2. Aspectos da história social de Guarus .....	43
2.1 “O povo da Vila de São Salvador [aterrado] com notícias que recebia de Guarulhos”: clarificando os limites da cidade .....	45
2.2 Das <i>Terras de Custódio</i> ao núcleo urbano Cidade de Palha: circulação e urbanização do norte do município .....	50
2.3 Um bairro no âmbito da causa operária .....	61
2.4 A <i>Corneville</i> campista .....	70
2.5 “Uma favela plana denominada Cidade de Palha” .....	71
2.6 A situação problemática definida pela investigação .....	76
3. O bairro na cidade .....	79
3.1 Da roça a Custodópolis: ocupantes das Terras de Custódio .....	81
4. O bairro vivido pelos seus moradores .....	83
4.1 “Custodópolis são só duas ruas”: compreendendo a organização física e social do bairro .....	85
4.2 A política no bairro: a “utilidade pública” das instituições do bairro .....	93
4.3 Redefinição da situação na Cidade de Palha: novos repertórios de objetos embutidos no <i>progresso</i> .....	107

4.4 Margarete: moradora do <i>bairro de proletários</i> .....	122
4.5 O acesso ao <i>outro lado</i> via Instituto Federal: a terceira geração de migrantes .....	129
5. Os moradores de Custodópolis/Guarus na cidade: a região como um símbolo de estigma .....	139
5.1 Rumores sobre Guarus .....	141
5.2 “Quem mora na palha é rato”: desqualificado do <i>lado de lá</i> .....	142
5.3 <i>Guarus como uma coisa só</i> : a parte no todo e o todo na parte .....	146
5.4 “Pra ser morador de Custodópolis tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica”: expectativas sobre o morador de Custodópolis .....	151
5.5 “Mentalidade daqui e mentalidade de lá”: dilemas morais de uma jovem <i>criada do outro lado</i> .....	165
5.6 “O pessoal das casinhas”: a redefinição da situação e as novas categorizações morais .....	179
Considerações finais .....	191
Morar bem e morar mal? Categorizações reais em seus efeitos .....	193
Referências .....	199
Anexo .....	217

---

# Prefácio



Este livro focaliza a dimensão da vida social de Campos dos Goytacazes, cidade de médio porte, com cerca de quinhentos mil habitantes, localizada no norte fluminense e marcada por processos de desigualdade ao acesso a bens e serviços. O autor Renan Assis olha para este contexto urbano e as formas de estruturação dos espaços físicos e sociais e como este reflete e revela as desigualdades presentes na vida de moradores de Custodópolis, para tanto são destacadas dinâmicas importantes para a história do bairro.

As diversas situações etnográficas abordadas têm como base a pesquisa realizada para a tese de doutoramento em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, fundamentada no tema da segregação urbana e desigualdades sociais e tem como base empírica as entrevistas com moradores sobre o sentido do estigma, conceito elaborado por Goffman (1988), um dos expoentes dos estudos da “Escola de Chicago” nas primeiras décadas do século XX e que fundamenta teoricamente as análises de Renan Assis, o lugar de moradia e os símbolos de estigmas constituindo uma região moral (PARK, 1948a) inferior social e economicamente. Ademais, são várias as razões que fazem desta pesquisa uma referência relevante para todos que se interessam por este tema e área de estudo. Observa-se que frequentemente a periferia urbana de Campos dos Goytacazes é midiaticizada como lugar precário e violento, reproduzindo um olhar estereotipado sobre os seus moradores. Evidencia-se a necessidade de questionamento acerca desta perspectiva, bem como estas incidem sobre as políticas públicas. O autor remete-nos a compreensão sobre a realidade concreta destes moradores com base na compreensão das situações de interações de moradores e processos de mudanças urbana. São dimensões pouco abordadas empiricamente sobre este contexto urbano, para tal o autor se filia ao campo da etnografia da “cartografia moral” (FREIRE, 2005).

Nessa perspectiva, Renan Assis apresenta uma contribuição as abordagens teóricas e metodológicas referenciadas aos estudos sobre sociabilidades e segregação urbana e as dimensões fundamentais traduzidas na compreensão das tensões constitutivas desde a formação territorial de Custodópolis, suas transformações urbanas e configurações atuais. Para o autor estes processos estão imbricados nas mudanças da cidade relacionadas “aos fluxos migratórios da área rural do município em direção à área urbana e as disputas enfrentadas por parte dos moradores do bairro quando estes deslocam-se para o outro lado, demarcada como a região associada à sede do município, primeira ocupação”. O contexto pesquisado a partir da noção de copresença, “perigo” e violência urbana recai sobre os significados das formas sociais e morais contíguas dos espaços de circulação e interação urbana em espaços públicos localizados nas duas margens do Rio Paraíba do Sul. As reflexões sobre as situações de copresença e o imaginário sobre os “outros” são fundamentais para a contribuição analítica do autor sobre as classificações que estruturam simbolicamente a proximidade

e distanciamento das interações sociais na cidade e configuram um modo de vida de evitação e afastamento de moradores de determinados espaços de sociabilidade pública.

O leitor identificará nas diversas situações apresentadas pelo olhar etnográfico do autor uma forte identidade de vizinhança dos estigmatizados, a sua complexa organização social e as tessituras das múltiplas formas de enfrentamento das situações vivenciadas ao estigma, um atributo negativo ao lugar de moradia, definido como problemático, inseguro e tenso. Identifica-se um sistema classificatório baseado por posições definidas na estrutura social, com as manifestações e os efeitos subjacentes que subsistem por gerações em marcas e tentativas de moradores de “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA, 2008) em situações de circulação, encontros e interação. Ser do lado de lá” é ser desqualificado socialmente como “casos de Guarus”.

O leitor encontrará bons motivos para a leitura deste livro a partir da densidade da ótica atual interpretada pelo autor, com aproximações e desafios etnográficos aos novos estudos sobre as periferias fluminenses. A percepção sobre o tema permite análises profícuas contextualizadas e interpretativas de aspectos da realidade social e compreensões sobre os fenômenos associados aos modos de vida em contextos urbanos contemporâneos.

Profa. Wania Mesquita  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

# Introdução



Com o auxílio de abordagens pragmatistas que deram início aos estudos urbanos realizados na Escola de Chicago, bem como dos que foram influenciados por tais teorias, buscarei construir esta obra, cuja investigação confere atenção privilegiada aos dados empíricos.

O objeto deste estudo é a trajetória moral de Custodópolis, um bairro situado em Guarus, 3º Subdistrito da cidade de Campos dos Goytacazes, localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro. A localidade, como demonstrarei mais detalhadamente no decorrer da obra, foi criada durante os anos 1930, a partir de uma proposta de autofinanciamento feito pelo antigo dono das terras. Vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), ele realizou um projeto de moradia popular para os trabalhadores das suas antigas terras, denominadas Terras de Custódio.

Custodópolis está situada a 6 km da área central da cidade e possui um comércio local dinâmico, serviços de atendimento médico público e privado, escola de samba, igrejas de diferentes religiões e denominações, e consultórios dentários que conferem ao bairro relativa centralidade em relação aos demais bairros do seu entorno. Aliás, os relatos e os documentos que descrevem a trajetória do bairro o caracterizam como agente de diversas atividades culturais desde a sua formação, que ocorriam sobretudo na praça José Dias Nogueira, em termos nativos: “pracinha”.

Ao optar por investigar o bairro, percebi uma série de possibilidades, entre as quais – a que pareceu mais óbvia – a violência, pois assim o bairro é categorizado pela mídia impressa e pelas pesquisas acadêmicas. Optarei por abordar este tema não como dado, mas como representações sobre o lugar. A violência será tomada na pesquisa como uma categoria moral de desqualificação, pois é destacada pelos interlocutores desta obra como sendo um termo empregado pelos de fora para categorizar os bairros situados em Guarus. O processo de categorização é importante para que possamos entender os processos de assimilação dos moradores de Custodópolis e de Guarus na cidade de Campos dos Goytacazes.

Em seu surgimento, nos anos 1930, o bairro foi fundado com a denominação Cidade de Palha. Essa denominação foi dada devido ao padrão de construção das casas dos primeiros moradores. As casas eram construídas pelos próprios moradores com os seguintes materiais: barro, bambu, cipó e taboa (planta da família das *Thyphaceae*), recursos disponíveis na localidade.

Os primeiros moradores do bairro eram descendentes de pessoas escravizadas e comerciantes. Sobre o primeiro grupo, há evidências empíricas de que a localidade é um antigo quilombo (CORDEIRO, 2012). Ao longo do trabalho de campo realizado para esta obra, encontrei várias evidências empíricas de que a região era uma importante rota de fuga de escravos que seguiam em direção a um importante quilombo em Travessão de Campos, que possuía relação com Custodópolis por serem cortados pela mesma estrada: a Estrada do Nogueira. Os *signos* decorrentes de uma presença negra no lugar são evidentes em melodias da escola de samba, no jongo e nos terreiros; os dois últimos, menos intensos

atualmente. Os signos deixados no bairro pela presença negra eu tomarei por valores *quilombolas*, pois deixou uma herança (material e imaterial) que ainda se faz presente nas práticas cotidianas do bairro, para além da vigência de uma identidade quilombola consolidada entre meus interlocutores.

É importante, antes de adentrar na próxima discussão, definir o que é compreendido aqui por moralidade. Moralidade é o *valor* que orienta a ação, portanto há uma relação íntima entre *valor* e/ou *valores* e a ação. Desse modo, tomo aqui o termo na noção de que simples ações individuais são reflexos de valores compartilhados, sejam eles de cunho religioso, político ou cultural.

Para tornar mais clara essa significação, tentarei usar um dos exemplos disponíveis no universo empírico que deu origem a esta obra. Vó Bahia é Mãe de Santo e filha de uma Mãe de Santo que se mudou para o bairro nos anos 1950. Sua mãe desempenhou um importante papel no bairro antes da chegada dos protestantes e do fechamento do catolicismo para o sincretismo. Sua mãe era moradora do Imbé, região do interior de Campos e área de quilombos (CORDEIRO, 2012). A religião dela é um dos elementos que estão relacionados a valores quilombolas, que foram ressignificados nos processos de urbanização e aumento da religião protestante na região.

As práticas de Vó Bahia não são tão valorizadas no bairro atual como no tempo de sua mãe. Ela relatou que não consegue mais fazer trabalho nas encruzilhadas devido à presença dos crentes. A prática de Vó Bahia a relaciona a uma moral que entra em conflito com novos ordenamentos morais impostos pelo atual catolicismo e pela Igreja Evangélica, ordens morais vigentes na localidade. Nesse caso, moral é aquilo que torna uma prática aceitável pelos membros de um grupo. Portanto, no intuito de adequação às novas situações que são impostas, há um processo contínuo de reordenamento ou de *limpeza moral*<sup>1</sup> (no caso de morais tomadas por desqualificadas).

A primeira ocupação da localidade, ainda denominada Cidade de Palha, delineou o núcleo do bairro, onde está localizada a praça. Relatos dos moradores apresentam diferentes momentos pelos quais o bairro passou, descritos aqui à luz de projetos individuais e coletivos de limpeza moral, que visavam/visam à reelaboração da imagem do bairro em espaços de sociabilidade fora dele, sobretudo em áreas da margem direita do rio Paraíba do Sul. Em um primeiro momento, a Cidade de Palha possuía uma forte presença negra, relacionada à imagem do Doutor Custódio Siqueira, membro do Partido Comunista que se opunha ao governo Vargas; após a morte de Custódio Siqueira, o interventor Amaral Peixoto buscou aproximação do bairro, por meio do governo de Salo Brand, prefeito da cidade no ano de 1947.

Nesse ano, não somente em Campos, mas ainda no Rio de Janeiro (LEEDS; LEEDS, 2015), Getúlio Vargas buscou aproximação das áreas denominadas “favelas” devido a um temor de que elas se acercassem do “comunismo”. A partir de então, o

<sup>1</sup> Machado da Silva (2008).

bairro passou a ser objeto de política pública e denominado “bairro de proletários” por um Guia Geral que fora criado no ano de 1944, cujo principal objetivo era trazer informações sobre o município para dar auxílio ao governo de Salo Brand. A partir de então, a Cidade de Palha se inseriu nos projetos dos parques proletários realizados em âmbito nacional, cuja função principal era evitar o aumento das construções irregulares e, nesse caso, combater o *problema favela* (VALLADARES, 2005).

O citado projeto torna evidente uma política de limpeza moral de áreas de expansão urbana, na qual Custodópolis foi inserida. No ano de 1947, após o falecimento do Dr. Custódio Siqueira, o nome do bairro se alterou para o atual, Custodópolis. Eis o primeiro movimento político de moralização do lugar que, de algum modo, buscava dissociar o bairro dos elementos que o compunham em sua formação inicial. As casas de palha passaram a compor o “tempo de escravo”, nesse caso, uma categoria nativa que faz uma *síntese* (ELIAS, 1998) de um período que está para os moradores em oposição ao “progresso”, que seria a realização de obras públicas no bairro e a construção de casas de alvenaria.

Serão contemplados, ao longo desta obra, os diferentes *momentos de disputas* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) envolvendo moradores do bairro e moradores da margem direita do rio Paraíba do Sul, “o lado de lá”. Atravessar a ponte era, e ainda é, acessar as categorias morais de desqualificação do bairro que acabam incidindo sobre os seus moradores. Será de grande relevância a noção de momento crítico/disputa, de Thévenot e Boltanski (1991). Os autores tomam o momento crítico como uma situação em que os princípios de justiça que a regem são publicizados e, em meu caso, contribuirá para que eu possa compreender os princípios que qualificam os moradores e suas respectivas regiões de moradia na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, pretendo trazer à tona uma *cartografia moral* da cidade, delineada pelas categorias nativas presentes nas disputas envolvendo moradores do lado de cá, nesse caso, Custodópolis e Guarus, e moradores do lado de lá, aqueles que são destacados pelos interlocutores desta obra como moradores da margem direita do rio Paraíba do Sul.

A trajetória de Custodópolis na cidade sempre foi marcada por uma categorização moral desqualificadora de seus respectivos moradores, ora associada à moradia precária, ora à violência, que é o caso da terceira geração das famílias de migrantes que hoje estão acessando universidades e cursos técnicos oferecidos por instituições situadas na margem direita do rio. Acessar essas instituições os expõe às críticas elaboradas pelos seus novos pares. A interação entre moradores de Custodópolis e moradores do “lado de lá” faz com que os primeiros se percebam categorizados de um modo não correspondente com as imagens que possuíam de si antes das situações experimentadas ao atravessarem a ponte.

Para esta discussão, transitarei por descrições de situações apresentadas pelos meus interlocutores, seja pelos jovens, relatando situações atuais, seja pelos mais idosos, relatando situações vivenciadas em outro momento do bairro.

Irei ainda adentrar em periódicos locais cujas notícias categorizam moralmente o 3º Distrito como um todo e estabelecerei uma conexão entre a categorização do distrito e a do bairro, destacando como Guarus é tomada como uma grande *região moral* (PARK, 1948a). Nesse caso, veremos como os moradores de Guarus são tomados como equivalentes aos moradores de Custodópolis e vice-versa.

Como destacado, a moralização da região de Guarus acaba por estabelecer um delineamento entre diferentes *perfis* de moradores da cidade. Pode-se afirmar então que um morador de Campos é um “campista”? Buscarei problematizar situações nas quais o “morador de Campos” é campista de um ponto de vista formal, mas não de um ponto de vista moral. Eu, por exemplo, um ex-morador de Custodópolis, até deparar com o *outro lado*, me definia como um campista. Após uma situação de disputa, comecei a me entender como morador de Campos para os não campistas e morador de Guarus para os *campistas*<sup>2</sup>.

A partir da última afirmação gostaria de deixar bem claro que esta obra não é isenta de *lado*. Eu diria que a orientação de minha abordagem foi sendo assumida processualmente no decorrer do desenvolvimento da obra, quando me percebia dentro de meu próprio texto. Esta orientação, inclusive, eu alcancei não apenas em campo, mas após ler trabalhos acadêmicos e históricos sobre Campos que, de certo modo, ignoraram o “lado de cá”.

A minha orientação metodológica é de inspiração etnográfica, que pode me oferecer ferramentas para a elaboração de uma *descrição densa* (GEERTZ, 1988). *Andar, ver* (SILVA, 2009) e ouvir são ações indispensáveis para a realização de um trabalho que propõe entender os sentidos dados às atividades de uma determinada situação social na qual os atores standardizam as suas avaliações sobre os outros e sobre si, que não estão presentes, a propósito, apenas em falas e gestos, mas ainda em objetos que compõem os cenários.

No primeiro capítulo intentarei elaborar uma descrição da experiência do autor como nativo de seu próprio espaço de observação, destacando como a experiência de *nativo* foi fundamental para a concepção e a efetivação da pesquisa, bem como a incorporação teórica. A apresentação teórica irá caminhar por alguns autores clássicos e contemporâneos do pragmatismo americano e por sua influência na fenomenologia social e na sociologia da moral.

No segundo capítulo, por meio de uma análise documental e bibliográfica sobre alguns aspectos históricos da cidade de Campos, farei uma espécie de história social do 3º Subdistrito de Guarus e da cidade de Campos, com vias a entender as disputas que resultaram a formulação de categorias morais de desqualificação da região de Guarus, que fora qualificada como “perigosa” em diferentes momentos de sua história, seja por meio de rumores, seja por meio de notícias que tomavam a localidade como ameaçadora para circulação.

<sup>2</sup> Tomarei o termo “campista” como uma categoria moral, mobilizada pelos moradores de Custodópolis, quando estes se apresentam em oposição ao morador do outro lado do rio Paraíba do Sul.

Ainda no segundo capítulo, adentrarei no período da formação do bairro de Custodópolis, que foi chamado, em um primeiro momento, de Cidade de Palha devido ao seu padrão de construção. Esse período sucumbiu a um processo de repartição das terras e de loteamento, realizado pelo antigo proprietário do local, o Dr. Custódio Siqueira. As casas de palha foram dando lugar às casas de alvenaria e posteriormente, com o falecimento do referido proprietário das terras, o bairro passou a ser denominado Custodópolis como uma forma de homenageá-lo. A partir da década de 1940, o bairro foi incorporado à área urbana da cidade de Campos, por meio da realização do “plano de melhoramentos” do então prefeito Salo Brand, pois integrava um projeto de expansão da malha urbana de Campos em direção ao norte do município.

No terceiro capítulo, começo finalmente a adentrar em algumas trajetórias de vidas que constituíram e ainda constituem o bairro. As trajetórias serão tomadas como *casos particulares do possível*<sup>3</sup>, com vias a sintetizar experiências de pessoas que viveram no bairro em suas diferentes fases, desde o momento em que o lugar era cercado por canaviais e habitado por grupos que possuíam baixa qualificação profissional até o atual período, em que os seus moradores possuem uma circulação mais ampla na cidade e acessam instituições de ensino superior e técnico. Nesse capítulo, tomarei dois casos emblemáticos: o de uma família que mora no bairro desde que foi loteado e o de uma jovem da terceira geração de uma família que migrou para o bairro após os anos 1950.

No quarto capítulo, buscarei realizar uma descrição mais densa sobre a interação dos moradores no interior do bairro, que ocorre por meio de ações políticas, por meio de atividades econômicas ou mesmo nas relações de vizinhança. A ação política foi fundamental para a constituição da localidade, pois foi mobilizada pelos atores como um recurso de limpeza moral, com a finalidade de eliminar a *má reputação* do lugar. Destacarei ainda, nesse capítulo, o modo como os moradores operacionalizam uma cartografia territorial do bairro e como está vinculada não apenas aos recursos técnicos, mas a uma relação de familiaridade que delineia um bairro não pelos traçados das ruas, e sim por seus moradores. Além do que já aponte, apresentarei os diferentes movimentos migratórios e o modo como redefiniam a ordem moral no bairro. Nesse caso, a noção de *sucessão populacional* (PARK, 1936) é fundamental para entendermos as mudanças efetuadas pelas novas ondas migratórias que afetaram a composição do bairro.

Por fim, adentrarei no que eu considero a parte central desta obra: os processos de categorização moral dos moradores da margem esquerda do rio Paraíba do Sul: Guarus e Custodópolis. Nesse capítulo, sobretudo por meio de entrevistas, demonstrarei o modo como a moradia em Guarus e Custodópolis é um *símbolo de estigma* (GOFFMAN, 1988) na cidade de Campos em relação à moradia na margem direita do rio Paraíba do Sul, um *símbolo de prestígio* (GOFFMAN, 1988) na axiologia dos meus interlocutores.

<sup>3</sup> Bachelard (1946).

Apresentarei dois períodos específicos: o primeiro é sistematizado a partir dos relatos de moradores que se mudaram para o bairro nos anos 1950/1960 e enfrentaram diferentes momentos de disputa na margem direita, nos quais o lugar de moradia destes era categorizado moralmente como desqualificado por meio de comentários jocosos e até mesmo em tons de advertência, dado o perigo atribuído à localidade; o segundo é o período atual, no qual os netos dos migrantes que chegaram à localidade a partir dos anos 1950/1960 deparam com comentários jocosos proferidos sobre o seu local de moradia. A desqualificação contínua da localidade acaba por incidir negativamente no modo como esses jovens passam a perceber o bairro que, de um ambiente familiar, passa a ser tomado por eles como um local do qual se deve manter distância: um dispositivo de limpeza moral.

# 1

---

## A pesquisa



## 1.1 Moralização da cidade: considerações teóricas

Como este estudo versará sobre as relações entre atores de um contexto citadino, cabe o estabelecimento de umnexo reflexivo com a sociologia urbana, sobretudo a de Robert Ezra Park, que se debruçou nos estudos sobre os grupos urbanos. A cidade, na leitura da *ecologia humana*, é um conjunto de áreas naturais nas quais os grupos tenderão a assumir um “padrão” ou uma “tipicidade”. É muito mais do que um agregado populacional. Ela é, na compreensão de Park (1928, p. 885), um conjunto de *ordens morais*.

Para um entendimento da cidade que dê conta da análise que será realizada nesta obra, a tomarei como uma entidade física dotada de uma cartografia moral. A cartografia moral delinea-se na categorização moral de determinados lugares e incide direta ou indiretamente na qualificação dos moradores dos diferentes bairros e/ou distritos de uma cidade. Para pensar a cartografia moral, cabe um diálogo com Freire (2005, p. 68), quando a autora fez menção à noção de *mega-área moral* referindo-se aos sentimentos despertados em torno da categoria “Baixada Fluminense”, nesse caso, um lugar categorizado nas interações cotidianas como “outro mundo”, “lugar de desova” (FREIRE, 2005, p. 74), enfim, um lugar que se deve *evitar*. Para completar, mas não esgotando as contribuições que a autora ainda dará para esta obra, cabe uma compreensão do que ela denomina *lugar mental* (FREIRE, 2005, p. 68), ou seja, uma cartografia mental na qual os atores se movimentam no espaço levando em consideração não apenas aspectos físicos, mas sobretudo morais, que agenciam a circulação urbana no meu entendimento. Ao ir de um lugar a outro, o ator considera a cartografia moral da cidade, que é tornada pública nas representações que tais espaços possuem no imaginário social local. A cartografia moral está em constante alteração, e a *sucessão populacional*, bem como a mobilidade urbana, exercem um papel extremamente importante nesse processo.

O conceito de *sucessão* empregado aqui é uma colaboração do Robert E. Park (1948a, p. 320). Para tornar o conceito mais claro, empregou o que ele definiu como “teoria catastrófica” da história – referindo-se à “teoria de Teggard”:

Cada ordem social sucessiva tem sua origem nas condições criadas pela ordem anterior; de que a sociedade está continuamente renascendo, mas que de quando em quando surge uma sociedade nova e fundamentalmente diferente.

O primeiro trecho da citação pode ser entendido como uma *sucessão geracional*, mas, ao final da citação, há menção de uma mudança mais radical, o que pode ser explicado pela migração de populações para novas áreas. O crescimento urbano, nesse caso, irá constantemente impor aos antigos moradores

uma reordenação moral. Sobre esse aspecto, Park (1948a, p. 131) nos fornece uma explicação muito clara, pois estava debruçado em uma agenda de pesquisas sobre o crescimento urbano relacionado à chegada de imigrantes nos Estados Unidos da América. Vejamos a seguir o trecho:

[...] constitui um verdadeiro problema a assimilação dos naturais de um lugar; é o problema da educação das crianças nos lares e dos adolescentes nas escolas. Mas assimilação de imigrantes adultos, procurando lugar para eles na organização comunal, é o problema ainda mais sério [...].

[...] quando o crescimento é devido à imigração, a mudança social é necessariamente mais rápida e mais profunda [...].

Esse trecho destaca, de modo incisivo, o *problema* de um crescimento rápido de uma cidade devido à imigração. Diante disso, novos ordenamentos são colocados para os “moradores antigos”, o que incidirá inclusive em disputas morais envolvendo os antigos e os novos espaços habitados. Assim, tornar-se parte da nova comunidade desencadeará ajustamentos.

Nas abordagens empíricas que serão colocadas mais adiante, destacarei algumas situações de disputas nas quais o *campista* é uma categoria moral mobilizada para caracterizar o morador da cidade de Campos dos Goytacazes, em contraste com o “morador de Guarus”, habitante da área moralmente segregada em relação à primeira. O princípio de qualificação dos atores é orientado pela tradição, pela proximidade e pela familiaridade. Esses elementos conjugados conferem laço aos seres em relação (BOLTANSKI, 2001, p. 16). Quero dizer que os sentidos atribuídos a essas categorias de diferenciação partem de referenciais comuns, de amplo entendimento no contexto local, e carregados de pressupostos morais.

Com relação à categoria local “campista”, o trabalho de campo me permitiu identificar como é mobilizada não apenas como gentílico, mas em relação a um regime no qual os atores são qualificados a partir dos seus locais de moradia no interior de uma mesma cidade. A partir dos dados empíricos que serão apresentados no decorrer desta obra, intentarei sistematizar algumas categorias morais que são mobilizadas recorrentemente na cidade com a finalidade de qualificar o que viria a ser o “morador do lado de lá” e “morador do lado de cá”, dois modos de categorização centrais aos argumentos que serão desenvolvidos. A partir desse quadro, acionarei uma discussão acerca das diferentes *cadeias de reputação* (BLANC, 2017) em disputa na cidade.

Para complementar a reflexão das definições dadas às situações que serão descritas adiante, contarei ainda com a noção de *cit  de renome* (TH VENOTH; BOLTANSKI, 1991, p. 126-127), na qual o princípio de avalia o dos atores   a opinião de uns sobre os outros. O que está em questão na *cit *   a valora o e a estima conferida

aos presentes em uma dada situação. Dessa forma, os *rumores*<sup>4</sup> são mobilizados como meio de disseminar informações que podem qualificar aqueles que estão em situações de copresença, que destacam as marcas e os emblemas como elementos importantes na transmissão de mensagens. Analisarei tais marcas também à luz da abordagem goffmaniana, que estabelece uma relação entre os *signos* e os *símbolos*. Em sua abordagem, Goffman toma os signos como capazes de produzir símbolos que dividem o mundo social em *categorias* de pessoas (GOFFMAN, 1951, p. 294).

Goffman (1988) delineou dois aspectos importantes a serem considerados em uma relação de copresença, a saber: os *símbolos de prestígio* e os *símbolos de estigma*. Ambos transmitem informações sociais sobre um indivíduo ou grupo. O primeiro aspecto, como o próprio nome já sinaliza, coloca o indivíduo em um patamar favorável; o segundo produz o efeito inverso, uma vez que desqualifica aquele que possui uma discrepância identitária que não corresponde ao retrato global coerente (do ponto de vista do grupo que define o ideal de coerente).

Os símbolos de estigma serão privilegiados nesta investigação. O principal símbolo que orienta esta abordagem é o de moradia. Ele é importante para designar o *status* social de um indivíduo. Na cidade de Campos, pela qual esta obra responderá, o local de moradia transmite informações sociais sobre os seus respectivos moradores. Há expectativas de estilos de vida de moradores de determinadas áreas da cidade e, neste estudo, irei me ater ao bairro de Custodópolis, em Guarus, cujos moradores são tomados como possuidores de uma identidade social deteriorada em relação aos demais moradores da cidade, sobretudo aqueles que residem na margem direita do rio Paraíba do Sul.

Para encerrar a minha apropriação de uma pequena parte do universo de conceitos oferecidos por Goffman, vou me ater à noção de *desacreditados* e *desacreditáveis* para dar conta do modo como os *estigmas* envolvendo moradores de Custodópolis e Guarus são operados em situações de copresença. A categoria *desacreditados*, na abordagem goffmaniana, indica um indivíduo que possui um estigma conhecido; já a categoria *desacreditáveis* designa um indivíduo em cena como um potencial possuidor de estigmas (GOFFMAN, 1981, p. 38).

O autor mencionado fornece conceitos de entendimento dos encontros face a face nos *ambientes sociais*. Os “[...] ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1981, p. 5). Há expectativas sobre as categorias de pessoas presentes nos *ambientes sociais*, porém quando um indivíduo está diante de um estranho busca identificar o seu *status* social, uma vez ser este importante para que o próximo passo da interação seja dado.

O *status* social do indivíduo nos conduz a expectativas dos atributos que ele deveria possuir. Se um indivíduo se encontra diante de um morador de um

---

<sup>4</sup> A noção de rumor será tomada neste trabalho como um recurso mobilizado para clarificar os limites do grupo que falam de membros de outros grupos (GLUCKMAN, 1963).

bairro tomado como *periférico*, entenderá que esse morador possuirá atributos sociais que o primeiro toma como sendo característicos de moradores de bairros periféricos e serão tomados como *estigmas*. O modo de o segundo indivíduo demonstrar que não possui tais características é fornecendo provas, contudo, até que se prove o contrário, o morador de uma área denominada periférica será tomado como um *desacreditado* em uma interação face a face. Como já destaquei nesta seção, a moradia em Campos é um símbolo de prestígio ou de estigma. O que mais interessa aqui é o último. Moradores de determinados bairros da cidade são *desacreditáveis* por serem tomados como potenciais possuidores de símbolos de estigma.

Vimos, portanto, que os atores em copresença categorizam uns aos outros com base nos quadros primários que cada qual possui. Os quadros primários, nesse caso, orientam os atores na avaliação que fazem do mundo social (GOFFMAN, 2012, p. 46). Para compreender o modo pelo qual a avaliação é operacionalizada, faz-se necessário compreender as categorias, os termos, os rótulos e até mesmo os bordões utilizados pelos atores para referenciar outrem. A avaliação é moral, validando ou invalidando os símbolos que o ator apresenta em interação.

Gusfield (1986), ao realizar um estudo sobre uma *reforma moral* cujo efeito era a reprovação de atitudes relacionadas às *subculturas* norte-americanas, demonstrou o modo como a sociedade americana elaborou *termos* de aprovação e reprovação, dos quais valem mencionar: “vagabundo bêbado”, “*gourmet* sofisticado” ou “abstêmio azul-cheirado”. Esses termos compunham uma disputa que o autor denominou *cruzada moral* para demonstrar reprovação aos grupos que faziam uso de bebidas alcoólicas.

No tocante à diferenciação social dos grupos, Gusfield faz a seguinte consideração:

Status groups are communal. They share a common culture in the form of standards of behavior, including patterns of consumption and work orientations. This culture, or style of life, is normative for members of the group. It constitutes “the canons of decency” by which group members live. For those outside of the group, who are potential prestige-receivers. The style of home furnishings, for example, in upper middle-class homes are matters of proper taste which appear appealing to those who share this culture. To “outsiders” they are signs of the group membership of the user.

Two forms of action symbolic are thus involved in our analysis of the relation between groups at different prestige levels. One is the system of values, customs, and habits distinctive to a status group, which we shall call its “style of life”. Such behavior serves as a symbol of membership in the group. Veblen’s accounts

of conspicuous consumption are illustrative of this symbolism. The other form of symbolic action is that involved in ceremonies of deference when one group interacts with another above or below it in rank. In the United States, a myriad of racial customs serve to dramatize the lower status of the Negro. The use of the back door when entering a white man's home in South is just one such instance<sup>5</sup>. (GUSFIELD, 1986, p. 16).

O autor apresenta exemplos para destacar elementos que fazem parte de uma organização comunal. A participação de um grupo, nas palavras do autor, é delimitada por padrões de comportamento que incluem consumo e trabalho. Outro aspecto importante é o que ele denomina *estilo de vida*, que reflete o código moral de um determinado grupo. A própria ideia de "estilo" designa um enquadramento em uma dada situação. Não se comportar adequadamente é não participar do grupo.

O pertencimento a grupo social é evidenciado não apenas pela enunciação verbal, mas ainda pelos objetos materiais que compõem a cena. Tais itens designam o estilo estético do grupo que deles se apropriam. Gusfield (1986), ao citar a noção de *consumo conspícuo*, de Veblen, chama atenção para a importância do consumo de bens como um demarcador moral de determinados grupos sociais. Veblen (1987) faz uma diferenciação entre o consumo da classe ociosa, que seria de bens improdutivos e honoríficos, e o da classe trabalhadora, que *deveria* consumir bens para sua subsistência. O consumo agrega valor, portanto, ao falar em moradia, deve-se levar em conta esse fator, que irá produzir efeitos nas situações de copresença. Morar em uma área desvalorizada posiciona o ator na hierarquia urbana. Assumir que mora em uma determinada área da cidade, por si só, é uma apresentação de si. Assim, "morar" deixa de ser uma categoria apenas lógica e se transforma em uma categoria moral.

A qualificação dos atores é mensurada no mundo prático por meio de categorias morais. Ao refletir sobre a constituição da cartografia moral da cidade, deve-se levar em consideração toda a morfologia socioterritorial, pensando em que medida essa forma se relaciona com categorias morais que operam na segregação do território e dos seus respectivos moradores.

<sup>5</sup> "Os *status* dos grupos são comunais. Eles compartilham uma cultura comum na forma de padrões de comportamento, incluindo padrões de orientações de consumo e de trabalho. Esta cultura, ou estilo de vida, é normativa para os membros do grupo. Constitui "os cânones da decência" pelo qual os membros do grupo vivem. Para aqueles fora do grupo, que são potenciais receptores de prestígio. O estilo de mobiliário doméstico, por exemplo, em casas superiores de classe média, são questões de bom gosto que aparecem atraentes para aqueles que compartilham essa cultura. Para "outsiders" são sinais da participação em grupo do usuário. Duas formas de ações simbólicas são, assim, envolvidas na nossa análise da relação entre grupos em diferentes níveis de prestígio. Um deles é o sistema de valores, costumes e hábitos distintos para um grupo de *status*, que chamaremos seu "estilo de vida". Tal comportamento serve como um símbolo de participação no grupo. Contas de consumo conspícuo de Veblen são ilustrativas desse simbolismo. A outra forma de ação simbólica é que os envolvidos em cerimônias de deferência quando um grupo interage com outro acima ou abaixo dele na hierarquia. Nos Estados Unidos, uma infinidade de costumes raciais serviu para dramatizar o *status* inferior do Negro. O uso da porta de trás quando entrar na casa de um homem branco no Sul é apenas um desses casos."

## 1.2 Do bairro ao campo: de “nativo” a pesquisador-nativo

Embarquei no Santa Rosa X Jockey às 20h 40min, sentei-me do lado de uma estudante da rede estadual de cor de pele negra – que chamarei aqui de Lúcia –, que estava comendo uma pipoca. Ela aparentava ter entre 30 e 35 anos de idade. Ao chegar outra colega – que chamarei de Vera –, também de cor de pele negra, aparentando ter entre 25 e 30 anos, trajando uniforme escolar da rede estadual, Lúcia chamou a moça que havia acabado de chegar para perto dela e as duas começaram a conversar.

**Lúcia:** *Você não mora no Cidade Luz?*

**Vera:** *Não, eu moro no Eldorado.*

**Lúcia:** *Pensei que você morasse no Cidade Luz. Olha, eu estou com um ‘cagaço’ hoje. Minha mãe ligou e falou que tá tendo um tiroteio no brizolão do Santa Rosa. Eu tô com o (fazendo gesto de ânus com a mão) apertado.*

**Vera:** *Tinha parado tiroteio lá, né?*

**Lúcia:** *Parece que o negócio tá feio, é na roda. Eu nem deveria ter vindo para o colégio hoje.*

**Vera:** *Esse ônibus tá cheio, né?*

**Lúcia:** *É, menina, eu perguntei a moça que está vindo da Universal e ela disse que demorou passar, por isso tá lotado assim.*

**Vera:** *Esse ônibus é assim mesmo. Carla mora onde?*

**Lúcia:** *Ela tá com a mãe, pois o pai separou da mãe e mãe é que cria...*

O ônibus, ao fazer curva na lapa, passou por cima do meio-fio. Eu questionei com um tom irônico: faz isso tantas vezes ao dia e deixa acontecer isso. Elas riram. A partir desse momento, elas começaram a conversar e me inserir na conversa. Elas falavam e olhavam para mim como se estivessem requisitando uma opinião sobre os assuntos.

**Vera:** [começou a mostrar uma marca no seu braço dizendo ser “impinge” e mostrou a mim e a **Lúcia**].

**Lúcia** [olhando para mim]: *Ela tem que ir ao médico, pois pode dar problema.*

**Vera:** *Estou passando pomada por minha conta.*

**Lúcia:** *Minha irmã é enfermeira do HGG e as consultas com dermatologista é 7h e 19 horas. Minha irmã é enfermeira.*

Lúcia disse que aquela mancha era proveniente da água. Eu disse que poderia ser de origem alimentar. Disse que, ao passar o carnaval no Rio, comi mal todos os dias e surgiram umas manchas em minha pele. Recomendei uma pomada para ela, Nizoral (cetoconazol) [por ter sido filho de ex-proprietários de farmácia, possui um pouco de conhecimento sobre o assunto]. Ela teve dificuldades de pronunciar o nome, mesmo eu falando para ela por quatro vezes.

Eu estava chegando a Custodópolis, e então resolvi me despedir delas e caminhar mais para frente do ônibus, pois estava cheio e eu fiquei com receio de perder o ponto. Atrás de mim havia uma senhora

branca, magra, de olhos claros e aparentando ter entre 50 e 55 anos. A senhora disse o seguinte para a outra que estava próxima a ela: “A caminhada foi boa, né menina?! O pastor teve uma palavra muito forte” -É mesmo, foi muito boa.  
Não consegui ouvir mais.

(Nota de campo do dia 17 de setembro de 2013)

A nota de campo destacada no início desta seção apresenta procedimentos centrais para a realização desta obra: ver, ouvir e falar (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2000 [1998]). Esses sentidos são fundamentais para a realização da descrição de minhas experiências no campo. As minhas incursões até o bairro me iniciaram na pesquisa de campo e a situação descrita se refere a uma observação realizada no interior do ônibus, que inclusive se tornou mais próxima após a *barbearagem* do motorista, no momento em que ele permitiu que a roda de trás do ônibus subisse no *meio-fio* durante uma curva. No momento em que identifiquei uma oportunidade, me *situei*<sup>6</sup> no contexto não simplesmente como um mero observador, mas ainda como alguém que tinha algo a dizer sobre o deslizamento do motorista, que por mim foi compreendido como uma situação não habitual. Todos que estavam no interior do ônibus murmuraram e, no momento do *incidente*, comecei uma conversa com as duas moças.

O meu trabalho de campo em Custodópolis se deu já no Terminal Rodoviário Luís Carlos Prestes<sup>7</sup>, onde embarcava em ônibus e *vans* com o intuito de chegar ao bairro. Nos ônibus, eu pude ouvir histórias e queixas a respeito de situações vivenciadas no bairro, de entes queridos, do coletivo, entre outras observações. Durante todas as minhas idas a campo, os ônibus e as *vans* estavam sempre lotados, com exceção dos horários de retorno para minha casa, por volta das 23h00min. Poucas foram as vezes em que consegui um assento. Os assentos sempre estavam ocupados por estudantes, idosos, mulheres com crianças no colo ou sozinhas, um público muito misto, porém predominantemente feminino e de fenótipo negro. Era recorrente que o coletivo esvaziasse um pouco após a passagem pelo Parque Calabouço, mas o quantitativo de passageiros que desciam no Calabouço era inexpressivo, se comparado aos que iam até o Parque Santa Rosa, ponto final do ônibus.

Observei que o ônibus não era somente um meio de locomoção da casa para o trabalho, mas um local onde se estabelecia uma sociabilidade recreativa. A conversação é constante e em bom tom. Eu dificilmente chegava ao meu ponto sem que alguém conversasse algo comigo. Há um pressuposto de familiaridade entre os passageiros, por mais que nem todos tenham uma convivência para além

<sup>6</sup> No que toca à “situação” do trabalho de campo, Hélio Silva (2009, p. 172) a descreve de modo exemplar como um momento circunstancial e localizado, no qual o trabalho do pesquisador é concebido como “um ato ou efeito de situar-se, localizar-se”.

<sup>7</sup> Não devo deixar de falar que foi no mesmo terminal que realizei meu trabalho de campo para realização da minha dissertação de mestrado (ASSIS, 2011).

do coletivo. Os passageiros não se sentiam constrangidos em me relatar situações vivenciadas por eles, como doença ou morte de entes queridos, afetos, desafetos, entre outros assuntos considerados íntimos para serem ditos a um desconhecido.

Cristiane, ex-moradora do Parque São Silvestre (próximo a Custodópolis – em Guarus) e atual moradora de um condomínio no Novo Jockey (bairro situado na margem direita do rio – na sede do município), me relatou diversas experiências no interior do coletivo que pegava rumo à universidade. Uma delas foi a realização de “amigo-secreto<sup>8</sup>” anual que ocorria durante o trajeto que durava aproximadamente uma hora.

Eu só me dei conta da centralidade do trajeto de ônibus como experiência de pesquisa no momento que passei a frequentar o bairro de carro e isso fez com que eu retornasse ao transporte coletivo como via de acesso ao campo. Nos dias de entrevista marcada, ia de carro, pois não queria correr o risco de chegar atrasado. Em algumas situações, marcava mais de uma entrevista no mesmo dia, mas no bairro eu andava a pé, vendo e ouvindo as pessoas em seus fluxos contínuos de experiências, seja na Padaria de Sadi (Pão da Praça), seja na Igreja Universal, seja apenas caminhando pelas ruas.

As idas a campo renderam dois cadernos, além de outros fragmentos escritos no computador, em aparelhos digitais, como *tablet* e até mesmo no celular. Era comum eu estar em atividades rotineiras na casa de minha família, que ainda habita essa vizinhança, e deparar com eventos dignos de nota. A ida ao açougue, à padaria, entre outras atividades rotineiras vivenciadas no bairro, bem como em seus arredores, rendia longos relatos no caderno de campo.

Um simples encontro na *esquina* me possibilitava acessar informações não ditas nas entrevistas. A notícia de uma briga em um bar provocada por uma *fofoca*; o assassinato de um jovem; o novo namoro do filho mais jovem; o fim de relacionamento; ou o churrasco de domingo eram relatados a mim no quintal da casa da minha avó.

A pesquisa me perseguia, pois, ao falar sobre o tema, inclusive com colegas de área, logo surgiam histórias sobre Guarus ou mesmo suas percepções em relação à localidade. “Lá é bom”, “eu nunca fui lá”, “eu tenho um amigo que mora lá”, “eu fui prestar uma queixa sobre um roubo e, de repente, chega um policial esbravejando e falando do ‘povo de Guarus’, que quando ‘atravessa a ponte, é só problema’”. Nesta última situação, inclusive, o policial sugeriu que fosse colocado um portão com cadeado na ponte. Esses relatos, comuns quando eu mencionava meu campo de pesquisa, me deixaram atento aos rumores<sup>9</sup> cotidianos da cidade

<sup>8</sup> O “amigo-secreto” é uma troca de presentes que faz parte das comemorações de fim de ano. Geralmente ocorre entre grupos de trabalho em empresas e em festas familiares na véspera do natal. O nome amigo-secreto ocorre pelo fato de haver um sorteio entre os participantes, o que garante que o amigo que receberá o presente não saiba quem o tirou até a hora da entrega, que é feita em uma situação de suspense na qual quem entrega dá dicas de quem receberá, para que os que estão participando adivinhem o amigo-secreto.

<sup>9</sup> Esse conceito é chave para pensar o modo como os não moradores do Subdistrito de Guarus e do bairro Custodópolis levantam suspeitas sobre os moradores dessas localidades. O rumor, nesse caso, tem a capacidade de clarificar os limites do grupo que falam de membros de outros grupos (GLUCKMAN, 1963).

de Campos, não me limitando apenas ao espaço do bairro como espaço de observação, mas a eventos fora do mesmo que me levavam a ele. Nesse caso, ouvir e falar foram recursos indispensáveis.

Em outra situação, quando estava dentro de uma *van* indo de minha casa em direção à área central da cidade, marco divisório entre o meu novo contexto de moradia e o espaço de observação, a guarda de trânsito resolveu perseguir o veículo por estar com um número excessivo de passageiros. Eu não tive para onde ir, pois o motorista não parou para que descêssemos e começou a fugir do carro da guarda. Quando ele finalmente conseguiu se livrar da perseguição, começou a murmurar, e disse: “se fosse *van* do Santa Rosa (bairro contíguo a Custodópolis) eles não fariam isso, lá nego mata”. A perseguição da *van* me possibilitou observar que o motorista atribuía símbolos de estigma aos motoristas de *vans* do Parque Santa Rosa.

Uma abordagem situacionista, combinada com uma descrição densa do bairro, me possibilitou observar o modo como os estigmas envolvendo áreas de Guarus eram operados. Nas idas ao bairro, pude observar a rua, a estrutura dos quintais, os modos como as casas são construídas e os significados atribuídos aos *puxadinhos*. Eram muitas informações que requeriam o olhar atento, bem como a desnaturalização de um espaço com o qual me familiarizara ao longo da minha trajetória pessoal de vida no lugar. Notar um instrumento de percussão utilizado em terreiros em residência de uma católica declarada, que me serviu café em um copo com o símbolo da Igreja Universal do Reino de Deus, requeria um trabalho de observação exaustivo.

Experimentar o bairro como observador é ouvir o pagode vindo do Kananga's bar; os aparelhos de celulares nas mãos de adolescentes com batidas de *funk*; o culto “barulhento” da igreja do Seu Wilson ou da igreja do Vitinho; o som dos instrumentos das igrejas evangélicas assembleias de Deus e batista; o som da igreja católica Nossa Senhora da Conceição; o som dos tambores no terreiro de *Vó Bahia*; os carros com o som alto pelas ruas, na maioria das vezes, tocando *funk*; a diversidade de sons produzidos do comércio em dias de sábado e nas manhãs de domingo, com alto-falantes fazendo propagandas, disputando espaço sonoro com caixas de som instaladas nos postes de iluminação pública e com as vozes dos *fregueses*; o alto-falante do açougue SS ecoando durante toda a semana, com informativos, notas de falecimento ou mesmo histórias contadas pelo próprio, enfim, um misto de estímulos sensoriais.

Ver e ouvir não requer necessariamente uma interação direta entre pesquisador e pesquisado. Pedir informações sobre moradores e lugares sim, requer domínio da fala e interação direta e, para isso, não basta um simples conhecimento sobre o nome da pessoa que procura, mas, em algumas situações, se faz necessária a utilização da *cadeia de reputações* (BLANC, 2013) do morador que se está procurando. Quem é Bruna? Se for procurar por ela, que é uma jovem moradora do bairro, deverá indicar a sua filiação e, se for o caso, outros membros de sua família, de preferência, os mais

velhos. Não é necessária a utilização do *sobrenome*, mas a ocupação ou mesmo a atividade exercida no local, como igreja que frequenta, participação na escola de samba, entre outras atividades (BLANC; ASSIS, no prelo).

A competência adquirida para pedir informações foi uma ferramenta de trabalho fundamental para eu entender, inclusive, o modo como os moradores operam uma cartografia do bairro. A pesquisa me colocou novamente no bairro, porém para além da minha posição de ex-morador e dos meus círculos pessoais de relações. Ter feito um comentário jocoso sobre o *erro* do motorista de ônibus me tornou um integrante mais ativo na cena na qual estavam situadas Lúcia e Vera. Ao opinar sobre uma situação em curso, me tornei acessível e, de mero passageiro do coletivo, tornei-me um ator situado *naquela* cena específica. A conversação ganhou outro rumo, pois eu não fui percebido por elas como um morador da localidade para discutir sobre “tiroteio no brizolão”. Tornei-me um passageiro disposto a conversar durante o trajeto.

Ao caminhar para descer no ponto, tive tempo de observar o trecho de uma conversa sobre o culto. Nessas situações, não percebia grandes eventos, apenas a vida em curso, o suficiente para que eu pudesse avaliar a cena e posteriormente realizar entrevistas. Algumas informações acessadas no ônibus convertiam-se em perguntas aos entrevistados.

Ser um pesquisador após ter sido um nativo provocou muitas reações nos moradores interlocutores de pesquisa. Ao visitar a casa de minha mãe, parentes e vizinhos que sabiam da pesquisa começavam a me contar experiências envolvendo a formação demográfica e territorial do bairro. “Aqui era tudo mato” se tornou expressão comum para os meus ouvidos.

A minha inserção no campo me fez entender de modo mais sistemático o meu lugar social no bairro, que não era o mesmo dos interlocutores mais idosos da pesquisa, mas talvez dos interlocutores mais jovens que estavam cursando graduação ou pós-graduação ao longo do período de coleta dos dados. Os meus enquadramentos como nativo são de um filho de comerciantes que decidiu renunciar aos empreendimentos da família e, de algum modo, *sair* do bairro. Inclusive, ao encontrar com velhos amigos, é comum ouvir a expressão: “você saiu daqui”, enquanto eu, ao encontrá-los em outras situações fora do bairro, usava a expressão: “você está morando lá ainda?” A resposta que eu recebia constantemente era: “é claro!”, o que me levou a parar de fazer a pergunta. Para mim, que tive o horizonte de possibilidades ampliado, era óbvio *sair*, enquanto para grande parte dos meus velhos amigos era óbvio *ficar*. Os que saíram lidam com os rumores, enquanto alguns dos que ficaram, com o “pessoal das casinhas”; aqueles que vivem *doxicamente* o bairro lidam com problemas pontuais, como o caso de uma integrante da escola de samba e mãe, que está a todo tempo preocupada com as mudanças na Escola de Samba ou qual a melhor rua para desviar de uma *facção* próxima à casa de sua filha.

Sair é uma palavra semanticamente insuficiente para tornar inteligível a minha relação com o bairro, uma vez ser objeto de minha pesquisa, o que me tornará relacionado a ele mesmo sem que eu nele esteja morando. De nativo, tornei-me um pesquisador, mas eu prefiro me denominar um pesquisador nativo, o que não quer dizer onipresente, pois o bairro que encontrei na pesquisa não é o mesmo que experimentei durante vinte e sete anos de vida. Por *outro lado*, a minha conexão com o bairro extravasa a minha nova condição. É como se eu estivesse olhando para o meu rosto refletido no rio. Ora olho o fundo, ora me olho no fundo.



# 2

---

## Aspectos da história social de Guarus



## 2.1 “O povo da Vila de São Salvador [aterrado] com notícias que recebia de Guarulhos”: clarificando os limites da cidade

Os capuchos haviam perdido uma demanda que tiveram com os jesuítas, sobre terras que ambas as comunidades disputavam a posse. Não querendo os capuchos se sujeitar ao que decidira a relação do Estado, que lhes fora desfavorável, incitaram os índios contra os moradores que moravam nestas terras, onde as casas eram cobertas de palhas e os índios lançaram fogo, servindo-se para isso de flechas que levavam algodão inflamado. Os moradores que não fugiam para não morrerem queimados, não escapavam das flechas certeiras dos índios!

[...]

O povo da Vila de São Salvador [Campos dos Goytacazes], aterrando-se com as notícias que recebia de Guarulhos, achando-se rodeado por aldeia de índios, pensou que podia acontecer a mesma coisa, e pediu aos oficiais da câmara providências. Os vereadores escreveram ao rei D. João V, pedindo pólvora e artilharia para defender a Vila, em caso de ataque. (FEYDIT, 1979 [1900], p. 132).

Nesta seção apresento um trecho que descreve uma situação na qual os capuchinhos mobilizaram os “índios” de Guarulhos<sup>10</sup> – atualmente região denominada Guarus – para recuperar terras perdidas para os jesuítas. Na ocasião, Guarus era apenas uma faixa contígua à margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Dessa área, foi concedida uma légua (4.000 metros) de terras aos Capuchinhos para que construíssem um aldeamento para “índios” Guarulhos<sup>11</sup>, grupo que deu origem ao nome da localidade, denominada, em um primeiro momento, Aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos (FEYDIT, 1979, p. 74).

A localidade era habitada por povos indígenas e muitos deles foram caracterizados como sendo “gentios” (MALHEIROS, 2008, p. 67). Como o português colonizador era cristão, não deixou de recorrer às categorias ancoradas nessa *cosmovisão* para categorizar os grupos. O que seria um “gentio”? Um não cristão. Seria simples se a religião não estivesse inserida em um projeto político colonizador. Ser gentio é ser de “fora”, não compartilhar da mesma visão de mundo dos *internos*, no caso, cristãos portugueses.

Se retomarmos uma discussão judaico-cristã acerca da existência do gentio, veremos que é uma categoria de designação dos não judeus. Ser gentio era não ser descendente das doze tribos dos filhos de Israel. Há uma demarcação,

<sup>10</sup> Pelo Decreto-lei estadual nº 1056, de 31 de dezembro de 1943, Guarulhos passou a se chamar Guarus.

<sup>11</sup> Com relação a essa nomeação, Couto Reys (1997 [1785], p. 148) destaca que se trata de um termo genérico para denominar todas as nações indígenas da região. Segundo a sua análise, os aspectos físicos e a forma de “tosquiar” o cabelo à maneira dos frades era uma característica dos “índios” coroados. Por fim, ele considerou mais adequado chamá-los de “Coroados Guarulhos”.

a princípio, por laços de consanguinidade. O apóstolo Pedro, ao visitar Cornélio, um “gentio”, “escandalizou” a comunidade cristã e judaica<sup>12</sup>. Com o advento do cristianismo, a condição de gentio passa a ser também uma designação do não cristão, logo, a consanguinidade deixou de fazer sentido quando o vínculo era alcançado pelo compartilhamento de um mesmo quadro de referência, por exemplo, a crença na religião cristã.

Uma questão cara nesta discussão é a noção de “povo” ou “nação”. O gentio não é incorporado ao “povo” cristão, portanto possui uma biografia<sup>13</sup> elaborada fora dos limites da comunidade cristã. A categorização dos povos indígenas como gentios teve, como propósito, de modo consciente ou inconsciente, categorizar moralmente diferentes grupos sociais, clarificando os limites existentes entre o “nós” – portugueses brancos – e os *outros* – nações indígenas. Na relação entre o branco colonizador e as nações indígenas, o gentio foi aquele que chegou antes dos cristãos, portanto não é a ordem de chegada no território que define a situação, mas a capacidade de *subordinar* as situações existentes<sup>14</sup> por meio de força física e moral.

Não ser reconhecido como *outro generalizado*<sup>15</sup> é não pertencer à mesma comunidade. Neste estudo, a mesma cidade. Um aspecto que merece atenção é o fato de Guarus só ter sido integrado ao município na condição de distrito pelos decretos estaduais nº 1, de 8 de maio de 1892, e 1-A, de 3 de junho de 1892<sup>16</sup>. Até então, estava fora dos limites da cidade, porém não considero suficiente esse fato para a categorização moral do território, pois os demais subdistritos e distritos, mesmo afastados, não receberam/recebem as mesmas categorizações recebidas pelos moradores dos bairros de Guarus, mesmo na atualidade. A interação entre moradores das duas margens foi determinante para a elaboração de uma cartografia moral da cidade, na qual Guarus é noticiada inicialmente como “aterradora” do povo da “Vila”, ou seja, perigosa. Guarulhos era um lugar de onde poderia vir o perigo.

Em uma profícua análise da notícia, Park (1972, p. 176) destaca que “[...] a notícia suscita no público o que a percepção suscita no indivíduo”. A notícia produz “conhecimento” acerca de algo. Não me refiro aqui a uma notícia apenas veiculada por periódico específico, mas a notícia veiculada inclusive por meio de rumores, entre outras possibilidades de se produzir determinadas informações sobre pessoas e lugares.

<sup>12</sup> Informações coletada no texto de Atos na bíblia.

<sup>13</sup> Neste trabalho, compreende-se como elaborada em um “contexto de experiência” (SCHULTZ,1967).

<sup>14</sup> Sobre a subordinação de uma situação à outra, ver o trabalho de Thomas e Znaniecki (2006 [2004], p. 151), que destacaram a subordinação dos imigrantes ao modo de vida americano ao realizarem um estudo sobre os poloneses camponeses que imigraram para a América do Norte.

<sup>15</sup> Cf. Mead (1974 [1934]).

<sup>16</sup> IBGE cidades. Disponível em: [http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=330100&search=rio-de-janeiro%7Ccampos-dos-goytacazes%7Cinphographics:-history&lang=\\_ES](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=330100&search=rio-de-janeiro%7Ccampos-dos-goytacazes%7Cinphographics:-history&lang=_ES). Acesso em: 5 maio 2016.

A partir do momento em que o povo da Vila de São Salvador soube das notícias de Guarulhos, instaurou-se uma situação de crise<sup>17</sup>. Como destacado pelo próprio William Thomas (1905), “[...] roubo, assalto [...] e toda e qualquer invasão dos direitos dos outros são a ocasião da formulação da prática jurídica e moral, e do surgimento de uma classe de pessoas especialmente especializados em administrar a prática”. A situação de crise é refletida no aterramento (medo) dos moradores da Vila. Não estou a afirmar que a crise não existia, mas essa situação fornece provas concretas de uma ocorrência que a tornou pública.

As notícias sobre Guarulhos passaram a ser motivo de temor dos moradores da margem direita do rio Paraíba do Sul. De acordo com a epígrafe deste capítulo, a solução sinalizada pelos vereadores da Vila seria o envio de pólvora e uma artilharia para defendê-la de um possível ataque. Eis o momento em que uma localidade é categorizada como perigosa. Nesse primeiro momento, o habitante de Guarus perigoso é o indígena que foi colocado em redução católica.

O índio, apesar de autóctone, é o *estrangeiro*<sup>18</sup>. Quando gentio, coloca-se ainda na condição de estrangeiro não assimilado, opondo-se à moral emergente, resistindo moralmente a ela e representando um obstáculo. Ele está perto, mas distante. Em uma situação de crise, é categorizado como o *inimigo interno*.

Após o período destacado até aqui, já ao final do século XIX e início do XX, houve uma expansão do município em direção ao norte, no caso, em direção a Guarulhos. Sobre a expansão, Alberto Lamego (1945, p. 176) faz a seguinte consideração: “Para o norte o colono primitivo encontra um matagal fechado e intransponível, infestado de Puris e de Aimorés [...]”. Nessa situação relatada por Lamego, os Puris e Aimorés são tomados como uma *infestação* no lugar.

As reflexões tecidas até aqui são fundamentais para que possamos compreender o modo como Guarus foi estigmatizado desde o início de sua formação territorial. No momento em que há um conflito, é relacionado ao lugar e a sua população, logo é estabelecida uma separação moral entre o povo da Vila e o de Guarulhos. A separação administrativa é norteadá também por uma separação moral.

Um lugar é qualificado na medida em que é ocupado. Tal ocupação irá conferir ao lugar uma definição que se tornará explícita a partir de categorizações morais que o local recebe, mas as categorizações não serão construídas em um instante, mas sim a partir de uma interação intensa estabelecida entre as suas populações.

<sup>17</sup> Tomada aqui como uma “interrupção do fluxo do hábito”, conforme William Thomas (1905). Thomas analisa a “[...] gênese dos estados de consciência no grupo social e sua influência modificadora sobre os hábitos do grupo”. Os diferentes indivíduos, a partir de determinados hábitos, irão agir em acordo com o grupo de origem. A interrupção desse hábito é classificada pelo autor como uma situação de crise, o que demandaria um reordenamento das ações, o que poderia inclusive contribuir para a *cooperação, solidariedade e associação* do grupo — nesse caso, o autor se refere a uma crise de natureza catastrófica, como fome, enchentes, pestes, perdas em batalha, entre outras. Além dessas possibilidades, o autor prevê ainda a formulação de práticas *jurídicas e morais* como forma de lidar com as crises relacionadas a roubos, prática mágica, invasão e toda e qualquer violação dos direitos.

<sup>18</sup> Simmel (2009 [1908], p. 601-620) situa o estrangeiro como um exemplo de “distância dentro do relacionamento”, no qual o próximo está longe, mas, sendo estrangeiro, significa que o distante está perto. O estrangeiro é comparado ainda àquele que integra o grupo, mas se assemelha aos “inimigos internos”.

No caso de Guarulhos, a localidade estava *condenada* a uma segregação moral por ser um lugar infestado de gentios, considerados empecilhos para o projeto colonizador e posteriormente para a expansão da cidade em direção ao norte. A não assimilação dessas populações aos “projetos” de ocupação da cidade produziu um não morador da Vila, ou seja, o *outro*. Consequentemente, o lugar habitado por ele foi definido com perigoso.

Outro ponto que merece atenção na epígrafe é o problema apresentado, definido do ponto de vista dos moradores da Vila, não dos moradores de Guarulhos, que tiveram as suas casas incendiadas durante as intervenções urbanísticas realizadas no bairro posteriormente. A partir do momento em que o povo da Vila se sentiu *aterrado*, constituiu-se uma situação de crise que justificou uma reação violenta. O objetivo de levantar uma artilharia em caso de ataque não visava proteger os moradores da localidade, mas sim os da Vila.

A crise sentida, além de fazer com que os vereadores buscassem auxílio para a defesa da Vila, produziu uma situação de indeterminação, mas isso foi apenas o início, pois, além dos indígenas, havia ainda *outro* inimigo interno: o quilombola. A localidade de Guarulhos, devido à população que a ocupou, era representada nos rumores, aqui remontados por meio de reportagens da época, como um lugar ao qual se devia temer, pois sempre foi habitada pelo *distante* que estava *perto*, logo uma fonte de *desconfiança*<sup>19</sup> contínua. Vejamos uma notícia sobre a nova categorização da localidade no século XIX:

#### Quilombolas de Guarulhos

De um nosso assinante, morador naquela freguesia, pertencente a este município, recebemos a seguinte informação: “há aqui um grupo de quilombolas, que está pondo de novo em sobressalto esta freguesia”. Esses malvados, armados de foices, facão e espingardas, não só constituem um perigo permanente para pessoas que transitam pelas estradas, as quais tacam para roubar, como assaltam as casas com mesmo fim. (MONITOR CAMPISTA, Campos, 24 de janeiro de 1886 *apud* CORDEIRO, 2012, p. 81-81).

Guarulhos foi categorizada moralmente em diferentes momentos de sua história, sendo redefinidos apenas os termos pelos quais se constituiu no imaginário local, sendo mantida, porém, a posição que assumiu/assume com relação à margem direita do rio. Neste último caso citado, não se trata de grupos indígenas, como destaquei anteriormente, mas os denominados “quilombolas”. Na Tabela 1, pode-se observar o quantitativo populacional de Guarulhos em relação às demais freguesias e à sede do município, já no ano de 1886.

<sup>19</sup> Cabe uma consideração sobre o que Talone (2015) denomina *gramática da desconfiança*. O referido autor não a trata como sendo uma antítese da confiança, mas um dispositivo que oferece suporte para ações temerosas, incidindo sobre o *afastamento* e a *evitação* em uma rotina urbana potencialmente violenta. Ainda em se tratando da noção de desconfiança, considere-se ainda uma reflexão de Gambetta (2000), na qual ele aponta para uma falha na cooperação entre os *agentes livres*, caso haja uma desconfiança completa entre eles.

Tabela 1 – População do município de Campos dos Goytacazes por freguesia: projeção feita para 1881 (Almanak de Campos)

Freguesias	Livres			Ingênuos			Escravos			Total
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
<b>São Salvador</b>	6.179	5.532	<b>12.711</b>	996	1.184	<b>2.180</b>	3.555	3.396	<b>6.949</b>	<b>21.840</b>
<b>São Sebastião</b>	3.680	4.257	<b>7.937</b>	437	545	<b>982</b>	1.562	1.284	<b>2.846</b>	<b>11.765</b>
<b>São Gonçalo</b>	3.590	3.852	<b>7.442</b>	586	549	<b>1.135</b>	2.054	1.634	<b>3.688</b>	<b>12.265</b>
<b>Guarulhos</b>	3.740	3.455	<b>7.195</b>	1.076	876	<b>1.952</b>	3.907	3.320	<b>7.227</b>	<b>16.874</b>
<b>Morro do Coco</b>	2.550	2.585	<b>5.135</b>	294	177	<b>471</b>	888	728	<b>1.616</b>	<b>7.222</b>
<b>Santa Rita</b>	2.180	2.185	<b>4.395</b>	300	310	<b>610</b>	577	502	<b>1.079</b>	<b>6.054</b>
<b>S. Benedicto</b>	2.287	1.544	<b>3.831</b>	201	160	<b>361</b>	362	206	<b>568</b>	<b>4.760</b>
<b>Dores</b>	3.064	3.021	<b>6.085</b>	301	347	<b>648</b>	885	875	<b>1.760</b>	<b>8.498</b>
<b>Natividade</b>	2.238	1.960	<b>4.198</b>	350	399	<b>749</b>	829	762	<b>1.591</b>	<b>6.538</b>
<b>Bom Jesus</b>	1.689	1.336	<b>3.025</b>	384	286	<b>670</b>	624	365	<b>989</b>	<b>4.684</b>
<b>Total</b>	31.197	30.727	<b>61.924</b>	4.925	4.833	<b>9.758</b>	15.241	13.072	<b>28.913</b>	<b>99.995</b>

Na Tabela 1, pode-se notar que a freguesia de Guarulhos possuía uma população escrava maior do que a população livre. Em todas as demais freguesias, a população livre é maior do que a população negra, e a livre ultrapassa o dobro da população escrava. Logo, pode-se inferir que, na ocasião, a freguesia de Guarulhos era composta por uma população majoritariamente negra.

Se, em um primeiro momento, a situação de crise incitada pela composição da população da margem esquerda da cidade foi atribuída à presença indígena, em outro, a presença negra tornou-se o alvo das acusações veiculadas pelos periódicos. As notícias de jornais locais elegem o novo tipo social perigoso: o quilombola. Os seus lugares de fuga, no imaginário local, seriam as áreas mais próximas da cidade e, ao mesmo tempo, pouco habitadas. O norte do município tornara-se um lugar ideal. Por não possuir uma população expressiva, Travessão, localidade ligada a Custodópolis pela Estrada do Nogueira – sobre esta estrada discorrerei mais adiante – apresentava condições favoráveis para a acomodação dos “escravos fugidos”, segundo imaginário da época. Vejamos a seguir uma notícia de 1883, sobre a presença de quilombolas na região de Travessão:

**Quilombo** – No arraial de Travessão, deste município, existe um quilombo de escravos fugidos, os quaes, em numero de seis, armados

de espingardas, lanças, foices e outras armas, atacam os transeuntes para roubarem, disparam tiros nas portas das casas, trazendo em contínuo sobresalto os moradores daquele lugar. Pedir providencia ao Exm. Delegado de polícia é inútil, porque, não dispondo ele de força, nenhuma poderá dar, por isso, chamamos a atenção do Exm. Chefe de polícia da província, que poderá mandar uma força especialmente para capturar esses quilombolas que são o terror da população do travessão. (MONITOR CAMPISTA, Ano 46, n. 102, 16 maio 1883).

As notícias destacadas têm como pano de fundo o processo de ampliação da circulação no município de Campos. Em 1875, um ano antes do noticiário, foi inaugurada a Estação Carangola, que daria acesso, via transporte ferroviário, às localidades situadas ao norte do município. Nessa região, além dos Puris e Aimorés, como destacado por Lamego (1945), havia ainda o quilombola, negro que estava *fugido*, categorizado como o novo inimigo interno para o desenvolvimento da circulação no município.

Como destacado até aqui, a localidade de Guarus foi categorizada moralmente como um lugar perigoso desde os primórdios da sua ocupação. Havia uma propagação intensa de rumores sobre os perigos da circulação pela localidade. Não houve uma *bota-abaixo*<sup>20</sup>, como na cidade do Rio de Janeiro. Guarus constituía *outra cidade*, um lugar *adequado* para a permanência das populações tomadas por perigosas e que não despertava o interesse do poder público. Esse lugar passou a constituir um problema maior quando houve uma necessidade de expansão do município para o Norte. O aterramento da Vila de São Salvador, a infestação de Puris e Aimorés, assim como a presença dos malvados quilombolas, constituíam uma situação de indeterminação cujo efeito foi a desqualificação do território.

## **2.2 Das Terras de Custódio ao núcleo urbano Cidade de Palha: circulação e urbanização do norte do município**

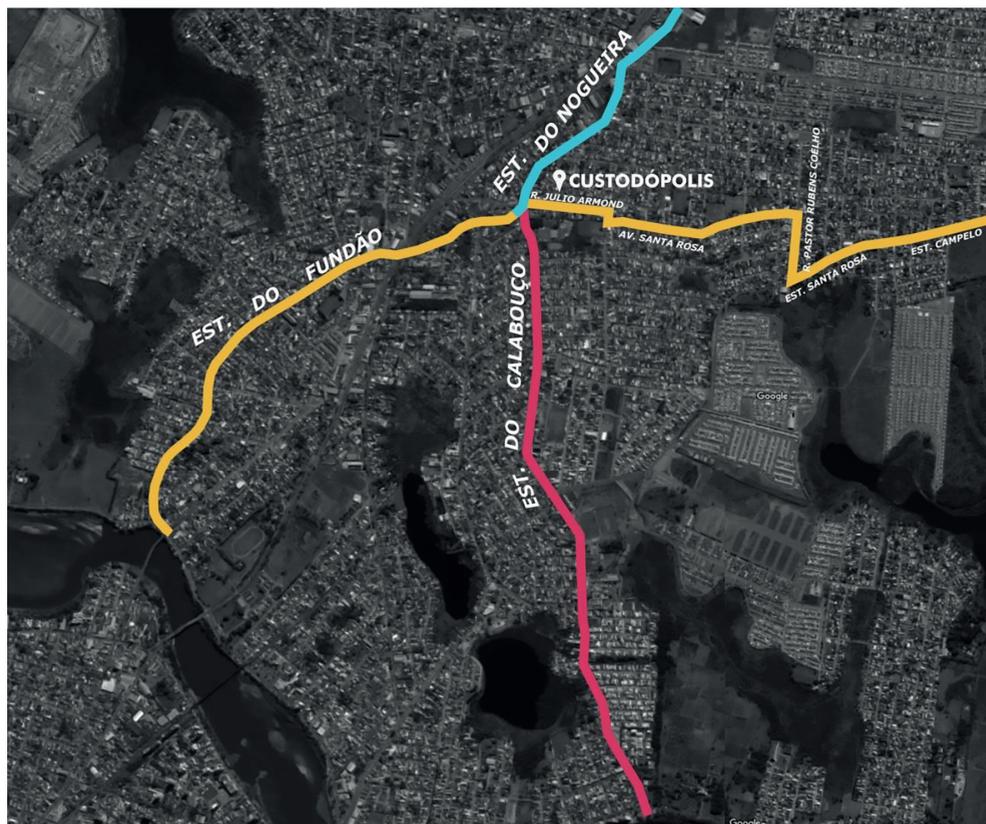
Nesta seção, buscarei estabelecer uma relação entre a ampliação da circulação e a formação de novos núcleos urbanos na cidade de Campos, sobretudo em Guarus. O que interessa aqui é o bairro de Custodópolis, o primeiro núcleo urbano que surgiu após a ampliação da área urbana de Campos na primeira metade do séc. XX. As ferramentas que serão mobilizadas aqui nos possibilitarão compreender a ampliação da comunicação do bairro, conjugada ao potencial de

<sup>20</sup> Período no qual a cidade do Rio de Janeiro passou por uma reforma urbana na gestão do Prefeito Pereira Passos.

circulação de seus moradores, bem como a mudança da circulação mediante os diferentes processos pelos quais o bairro passou.

Caminhando por Custodópolis, é possível notar as primeiras vias de acesso que faziam ligação do bairro com as demais localidades. Os relatos dos interlocutores desta pesquisa me conduzem à reflexão sobre o motivo por que eles foram para Custodópolis, em vez de outras localidades da cidade. Por que em Custodópolis?

**Figura 1 – Estradas de ligação entre Custodópolis e as duas principais usinas da margem esquerda do rio Paraíba do Sul**



Fonte: Google Maps

Na Figura 1, destaquei as estradas que faziam ligação entre a BR-356 e as Terras de Custódio. As duas estradas estabelecem uma conexão entre a localidade e as principais usinas de cana-de-açúcar do local. A BR-356 se liga a Nazário Pereira Gomes, que continua na Hipólito Sardinha – ambas formavam respectivamente a Estrada do Fundão e Estrada do Nogueira –, passa pela rua Júlio Armond, avenida Santa Rosa, rua Juiz Antônio Braga, Estrada do Santa Rosa e, por fim, na Estrada Campelo. O núcleo populacional das Terras de Custódio se estabeleceu em um entroncamento que possibilitava a circulação para

os principais pontos da cidade. Estava localizada entre as usinas de Santana, Outeiro e Sapucaia e a Usina São João<sup>21</sup>. O acesso a essas usinas era facilitado respectivamente pela Estrada do Nogueira e a Estrada Campelo. A localidade atendia as demandas das usinas. Morar na localidade era ter acesso ao mercado de trabalho, simbolizado pelo acesso às três unidades produtivas.

Os interlocutores de pesquisa mencionaram as referidas localidades cortadas pelas estradas, quando indagados sobre as suas atividades laborais, ou seja, o trabalho na roça, que é relacionado ao corte da cana. As usinas São João, Sapucaia, Outeiro e Santana foram as principais empregadoras. Ao transitar pela Estrada do Fundão – atual Nazário Pereira Gomes – e pela Estrada do Nogueira – atual Hipólito Sardinha –, bem como pela Estrada do Calabouço – agora José Carlos Pereira Pinto –, pude perceber um padrão arquitetônico comum, sobretudo entre as casas mais antigas. Casas construídas de tijolo maciço, de telha francesa e com data de construção no alto. Observei ainda pequenas capelas, como as de fazenda, e pontos comerciais com construções em estilo colonial: pequenos armazéns.

Os aspectos físicos me possibilitam inferir que a formação do núcleo urbano de Custodópolis está diretamente ligada à circulação possibilitada pelas Estradas do Fundão, do Nogueira e a do Calabouço, que funcionavam como pontos de circulação em função de mercados, permitindo o escoamento de mercadorias e a circulação de mão de obra. Muitos relatos sobre os ônibus de turma que conduziam cortadores de cana para as usinas mencionam as três usinas referidas. As falas remontam a atividades culturais e laborais relacionadas a essas estradas. Ao retornar do Rio de Janeiro para Campos dos Goytacazes, Evaldo, interlocutor da pesquisa que será apresentado mais adiante, mencionou ter chegado primeiro no Parque São José, bairro cortado pela Nazário Pereira Gomes.

Dona Janaína, moradora do Parque Nova Campos, vizinho à Custodópolis, relatou que seu finado esposo, quando jovem, saía de Travessão de Campos – cortada pela Estrada do Nogueira – com o seu pai e irmão para levar peixe e tapioca para vender no Fundão e em Outeiro. As vias de circulação possibilitaram a formação dos núcleos urbanos e comerciais. A localidade emergiu da interação via relações de trabalho nas lavouras e em atividades comerciais ligadas à produção agrícola – milho, arroz, café e cana-de-açúcar –, criação de animais de pequeno porte – caprinos e ovinos – e pesca.

A sede das Terras de Custódio deu lugar à pracinha de Custodópolis. Juca, filho de um dos primeiros moradores de Custodópolis, relatou não ter visto, mas ouvia dizer que havia um grande barracão no lugar da antiga peixaria, lado leste

<sup>21</sup> A Usina São João teve a sua falência decretada no dia 7 de novembro de 1995, pelo juiz da 4ª Vara Cível de Campos. Em abril de 1997, as terras da usina foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e, de acordo com Lewin, Ribeiro e Silva (2005, p. 114), entre as famílias que participaram da ocupação, algumas delas eram moradoras de Parque Aldeia, Travessão, Fundão e Santa Rosa. Eu acrescentaria Custodópolis, pois o filho de uma das interlocutoras deste trabalho possui uma pequena propriedade nas terras que pertenceram à usina e fornece produtos produzidos na sua propriedade para a principal escola do bairro, o Colégio Estadual Rotary II.

da praça – antigo local de funcionamento da peixaria que hoje está situada no encontro da av. Santa Rosa com a Travessa Nossa Senhora da Conceição. Segundo Juca, era um grande barracão de palha, onde seu pai trabalhara. De acordo com as suas declarações, seu pai e tio trabalharam respectivamente como capatazes das terras dos irmãos Custódio Siqueira e Greví Siqueira.

A formação do núcleo urbano nas Terras de Custódio tem semelhanças com a formação do núcleo urbano da própria cidade de Campos dos Goytacazes. Com a repartição e venda das Terras de Custódio para a construção de moradias, muitos moradores se fixaram no bairro em casas construídas com recursos disponíveis na localidade – bambu, cipó, barro e taboa, que deu origem ao segundo nome reconhecido da localidade: Cidade de Palha. Curiosamente, esse fato faz parte da história da formação da própria cidade de Campos, quando ainda era Vila de São Salvador. Feydit (1979, p. 68) destaca que o bispo Alarcão, na ocasião de sua visita à cidade, deparou com o que ele denominou “Matriz de Palha”, pois a igreja matriz e as demais construções eram feitas de entulhos ou tijolos crus, cobertas de palhas de pindoba e taboa.

Assim como a Cidade de Palha, Campos, em sua fase inicial de ocupação, possuía um padrão de construção das casas com telhados de palha. O ponto central que gostaria de levantar com essa comparação diz respeito à formação do núcleo urbano da cidade, hoje localizado em sua sede. No caso de Campos, a via de comunicação com as demais cidades, ou mesmo mercados, era o rio Paraíba do Sul. No caso de Custodópolis, as principais vias de acesso aos produtores ao norte do município cruzavam o bairro. As Terras de Custódio se localizavam no ponto mais alto da região e entre duas vias principais de acesso aos mercados de trabalho, consumo e núcleos urbanos vizinhos, isto é, Travessão de Campos e Lagoa Limpa, ambos ao norte do município. O bairro, além de ser cortado por uma via de acesso à Estrada do Fundão e à Estrada Campelo, tinha acesso ainda à Estrada do Calabouço e à av. Professora Carmem Carneiro, vias importantes de comunicação com a sede do município, pois dava passagem à única ponte existente na cidade, a Barcelos Martins, bem como à Estação Ferroviária Carangola. A Estação, bem como as demais estradas, possibilitava a comunicação do bairro com as outras partes do município.

As primeiras vias de comunicação do bairro ganham vida por meio das experiências relatadas pelos interlocutores desta obra. Era na av. Santa Rosa que se localizava o comércio, a casa e o terreiro de Mamado, que possuía um ônibus que levava a turma<sup>22</sup> para cortar cana. Na mesma avenida, morava o Manhães, morador do bairro, que também levava a turma para o corte da cana. Seu irmão também exercia essa função. Juca, filho de Manhães, relata que, além de levarem turma para os canaviais da Usina São João, Usina de Outeiro ou Sapucaia, também traziam trabalhadores para cortarem cana em canaviais próximos à localidade,

<sup>22</sup> Cortadores de cana.

“cercada por canaviais”. Segundo relatos, à medida que as estradas foram sendo construídas, as *barreiras* de canaviais começaram a ser rompidas. Vale ressaltar ainda que as usinas começaram a entrar em falência e as áreas de plantio de cana foram reduzidas.

Tomo o canavial, assim como o próprio rio Paraíba do Sul, como barreiras físicas e morais entre o bairro e as demais localidades. Um relato comum entre interlocutores com mais de cinquenta anos era: “isso aqui era cercado de canavial para todos os lados”. A explicação plausível para o surgimento do núcleo se dá por meio das atividades relacionadas aos canaviais, pelo menos em um primeiro momento, pois todos os interlocutores que relatam o surgimento do bairro não deixam de mencionar a presença dos canaviais. À proporção que os canaviais foram sendo cortados por estradas, a comunicação do bairro com o município foi se ampliando.

Sobre a ampliação da circulação e o fim do isolamento das populações que vivem em *sertões*, ou seja, *regiões isoladas*, Menezes (1976) destaca, em um trabalho realizado sobre migrantes de Anápolis (GO), que a “morte do sertão” é inerente à construção de estradas, que ampliam a circulação e consequentemente rompem o isolamento. Os canaviais segregavam os moradores da Cidade de Palha ao dificultarem sua circulação. A distância entre a Cidade de Palha e a área central da cidade era maior em decorrência da presença dos canaviais e a circulação limitada dos moradores da localidade implicava um distanciamento físico e moral, logo, um reforço da segregação da Cidade de Palha, bem como do próprio distrito de Guarus em relação à sede do município. O histórico da ocupação inicial dessa localidade, em correlação com os imaginários sociais veiculados sobre ela nos periódicos locais, permite-me inferir que o seu isolamento em relação à sede do município era um projeto, não apenas uma debilidade do poder público local.

Um lugar-comum entre autores clássicos (LAMEGO; FEYDIT; CARVALHO) e contemporâneos (FARIA, 2001) que estudam o desenvolvimento urbano do município de Campos dos Goytacazes é a construção de estradas de comunicação como potencializadoras da expansão da área urbana da cidade. Além das estradas já mencionadas, outras vias de comunicações que datam do mesmo período de fundação do atual bairro foram os canais de navegação construídos no século XIX (SOFFIATI, 2007). No final da primeira metade do século XIX, foi aberto o Canal do Nogueira (FEYDIT, 1979, p. 265), que possibilitaria a comunicação do rio Paraíba do Sul com a lagoa de Brejo Grande, ao norte do município. Embora a literatura disponível destaque o canal como um projeto sem sucesso, a sua construção, por si só, já sinaliza uma ampliação do município em direção ao norte. A Cidade de Palha estava se ampliando em direção ao leste e à medida que a circulação era ampliada, a população crescia.

A “Ponte de Pau” ou “Ponte Municipal” (Barcelos Martins) foi inaugurada em 1873 (FEYDIT, 1979), fazendo a ligação entre a margem direita e a margem

esquerda da cidade; em 1877, foi inaugurada a Estação Carangola (já mencionada), na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, em frente da Ponte de Ferro, construída no ano de 1908, entendida por Alberto Lamego como a “abertura do futuro” do norte do município (1945, p. 147). A ampliação da circulação entre o norte e o sul do município foi um fator determinante para a expansão da área urbana da cidade, o que inclui as Terras de Custódio. Outro fator importante colocado por Lamego (p. 147) é a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em 1888, que, combinada com o aumento da circulação, possibilitou o surgimento de novos núcleos urbanos.

Cabe lembrar a importância econômica de Guarus, destacada por Faria (1986, p. 105), a saber, a predominância de uma agricultura baseada na pequena propriedade, cuja produção tinha como objetivo abastecer o mercado urbano local, uma vez que, na margem direita, a produção agrícola era predominantemente monocultora. Além da pequena propriedade, em Guarus se concentrava a classe trabalhadora urbana.

No tocante à produção de Guarus, Mello (1881, p. 145) salienta que as pequenas propriedades produziam café, milho, feijão, araruta e mandioca para o consumo. O autor destaca ainda uma produção diversificada de produtos que supriam a cidade, dos quais posso citar a farinha, o feijão, o açúcar, a aguardente, o café, o arroz, o polvilho, o toucinho, o gado, os porcos, os queijos, o milho, a goiaba, o leite, os ovos, as frutas, as verduras, o feixe, a lenha, o fumo, os meios de sola (couro curtido) e a madeira para construção. O açúcar estava atrelado ao mercado externo e ligado à grande propriedade predominante na margem direita do rio Paraíba do Sul. Com relação à margem esquerda, apesar da presença dos canaviais, a pequena propriedade prevaleceu, conseqüentemente incidindo sobre dinamismo da produção na região, que passou a ser constituída por pequenos núcleos urbanos. Antes da incidência de moradores na Cidade de Palha, havia basicamente dois núcleos urbanos localizados em Guarus: Travessão do Nogueira, hoje chamado de Travessão de Campos, sétimo distrito, e Lagoa das Pedras, próximo ao a esse distrito. Tais núcleos ainda estavam bem afastados da área urbana da cidade de Campos.

Nos anos 1950, o Guia Geral do município destaca Guarus como produtor dos seguintes produtos: banana, arroz, milho, manga, batata-doce, abacaxi, laranja, gado de corte, leite bovino, goiabada e açúcar das duas usinas São João e Sapucaia. Vale ressaltar ainda a produção de aves, que inclusive era muito presente na Cidade de Palha.

Cidade de Palha se insere temporalmente em um momento de crescimento demográfico da área urbana de Campos dos Goytacazes, vivenciado no final do séc. XIX e início do séc. XX<sup>23</sup>. Em 1880, Campos possuía 26.951 habitantes na área urbana e 78.583, na área rural, enquanto em 1920 contava com 45.430, na área

<sup>23</sup> Esse fator não é uma especificidade apenas de Campos, uma vez que, na virada do século XIX para o XX, várias cidades passaram por esse processo.

urbana, e 128.672, na área rural (LAMEGO, 1945, p. 169). Esse crescimento não foi expressivo em todo o distrito de Guarus, mas apenas nas regiões já mencionadas aqui. A Cidade de Palha surgiu nesse processo.

Optei por retomar o crescimento demográfico do município por entender que esse processo tem uma relação simbiótica com a formação social da Cidade de Palha e por entender que essa formação está diretamente ligada a um projeto de expansão urbana e à inserção do município em uma agenda urbano-industrial. Essa pauta pode ser compreendida como um processo de transformação de uma cidade provinciana em um núcleo urbano. Este processo contou como uma grande massa de colonos<sup>24</sup> e negros libertos que migraram para a área urbana.

Quanto à discussão do aumento da circulação e sua incidência na formação do bairro, gostaria de mobilizar aqui diferentes repertórios que contemplam não somente trajetórias envolvendo a circulação dos moradores da Cidade de Palha na cidade, mas o caminho anterior em sua direção, relatado como a “vinda da roça”. Muitos entrevistados indicaram SS – filho de um dos primeiros moradores da localidade – para a minha pesquisa. Eu diria que ele é o “entrevistado ideal”. Apresentou o bairro como se estivesse escrevendo um livro de literatura e, ao me anunciar a ele como pesquisador, logo pegou uma folha de papel A4 com um samba da Escola de Samba União da Esperança no qual seu pai foi mencionado e me entregou.

Assim como seu pai, ele exerce a função de açougueiro em um ponto localizado na Travessa Nossa Senhora da Conceição, ao lado de uma das galerias do bairro. Ele é nascido na Padaria Nogueira, uma localidade situada entre a av. Carmem Carneiro e a antiga Estrada do Nogueira, que hoje é paralela à BR-101. O nome do lugar é Padaria Nogueira por ter existido ali uma padaria. Seu pai morava em São João da Barra, município vizinho e, de imediato, não se mudou para a Cidade de Palha, mas para a Aldeia ou Parque Aldeia<sup>25</sup>, cuja ligação com a Cidade de Palha se dava por meio da Estrada do Nogueira, onde seu pai possuía um açougue. De acordo com SS, o seu avô também era comerciante no bairro, possuía um armazém na Padaria Nogueira, localidade próxima a Custodópolis. Ele disse não ter certeza, mas sugeriu que o nome do lugar pudesse estar relacionado ao seu avô.

A inserção de seu pai no bairro ocorreu, inicialmente, por meio de atividade comercial, mas, com o decorrer do processo de crescimento do núcleo urbano Cidade de Palha, ele passou a exercer uma posição central na política local, o que fez com que passasse a ser acionado como mediador de disputas em situações nas quais era necessária uma melhor inserção nos círculos sociais vigentes na margem direita. Uma dessas situações pode ser exemplificada pelo momento em

<sup>24</sup> Faria (1986, p. 285) assinala que, nos registros paroquiais de compra e venda de terras e benfeitorias do ano de 1889 até 1920, há menção a “casa de colono” e “suas parcelas”. O colono era um trabalhador agrícola que labutava nas terras do fazendeiro que o contratava e, em troca do trabalho, poderia cultivar um pequeno lote de terra no qual ele plantava geralmente milho, mandioca, feijão, arroz, entre outros produtos que serviam para a sua subsistência e venda quando a produção excedia.

<sup>25</sup> Essa localidade, como já destacado (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005, p. 15), foi categorizada pelo IBGE como uma das “primeiras favelas” do município.

que Dona Sula – esposa de um ex-funcionário das Terras de Custódio – lhe pediu que mediasse a mudança da condição de capela Nossa Senhora da Conceição para paróquia. Ao descrever a relação do seu pai com a margem direita do município, SS deixa evidente que a relação comercial lhe possibilitou uma ampla circulação na margem direita do rio Paraíba do Sul, o que fez dele um *notório*<sup>26</sup> no bairro por contar com uma reputação na sede do município.

SS relatou diversas experiências na margem direita da cidade, pelo fato de seu pai possuir uma reputação relacionada ao bairro. Seu Nogueira, açougueiro e pai de SS, era reconhecido do outro lado como prefeito de Custodópolis. Tinha uma circulação mais ampla na cidade por fornecer carne para restaurantes da área central. SS descreve uma situação na qual o pai foi desqualificado em um dos restaurantes por um funcionário. Ao chegar ao estabelecimento, Seu Nogueira não foi atendido de imediato, pois o funcionário do estabelecimento o deixou esperando enquanto atendia a outros fregueses. Segundo SS, o funcionário logo foi *corrigido* pelo proprietário do estabelecimento que disse as seguintes palavras para o seu funcionário: “ele não é doutor, mas muito estimado, quase dono do restaurante”. SS deixou claro que o seu pai era um trabalhador de açougue, portanto estava portando trajes condizentes com a sua ocupação de açougueiro.

Os relatos de SS tecem a circulação do seu pai na cidade, remontando assim a construção da sua reputação no bairro e o acompanhamento dos diferentes momentos do lugar, em contato com a cidade, desde a sua nomeação de Cidade de Palha a Custodópolis. Manoel Peçanha, sapateiro do bairro, declarou que os dois participaram da mudança de nome do local (situação a ser problematizada mais adiante), uma vez que Seu Manoel chegou ao bairro bem depois desse processo. SS é um dos referenciais possíveis para pensar na formação do núcleo urbano da então Cidade de Palha. Sua família chegou ao bairro durante o processo de urbanização para a realização de atividades comerciais, o que indica uma demanda já existente.

A trajetória da família de Ângela, filha de Manhães, não se diferencia tanto da trajetória de SS. Remonta ao momento anterior, no qual pai e tio vieram da região Imbé para tomar conta das terras para os irmãos Custódio Siqueira e Júlio Greví Siqueira, antigos proprietários das terras. Manhães, além de caixeiro-viajante, trabalhou como capataz nas terras de Custódio Siqueira. Já seu tio e posteriormente sogro trabalhou na mesma função para Júlio Greví Siqueira. A família de Ângela, assim como a família de Sula e a de SS, possui casa na praça, local da primeira ocupação do bairro. Ângela relatou que muitos moradores do bairro ainda têm registros de compra e venda em nome do seu pai. Seu pai e tio ficaram com muitos terrenos.

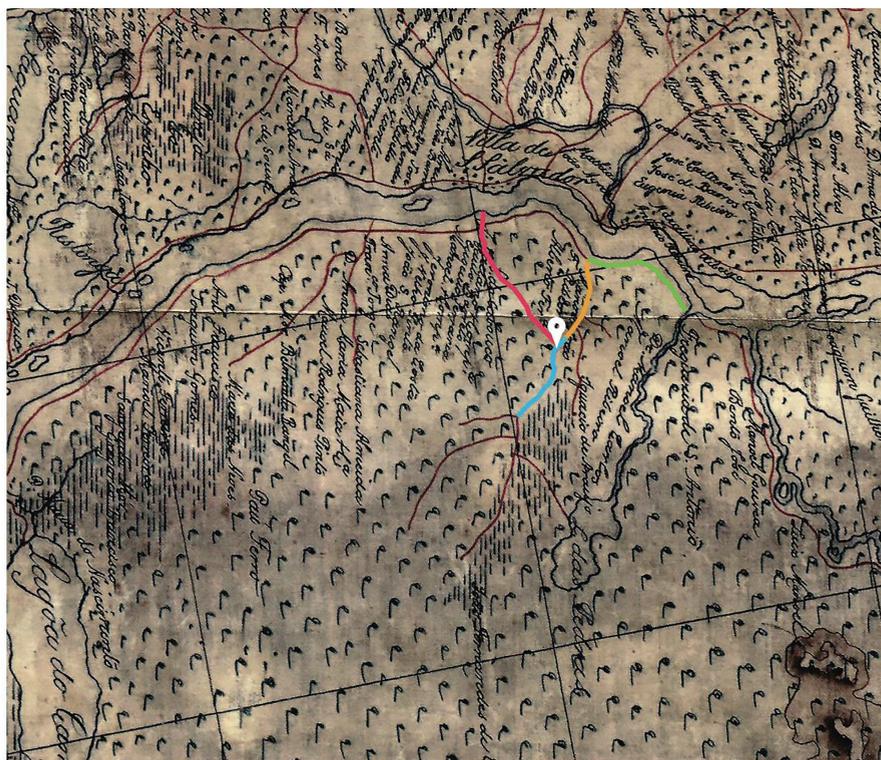
Em minhas observações sobre as famílias que hoje ocupam a parte central da praça, percebo a formação de um núcleo urbano considerável, onde os primeiros moradores, isto é, as primeiras famílias, ocupam uma posição central no sentido

<sup>26</sup> Blanc (2013).

geográfico, político e moral. As famílias com maior reputação no bairro são aquelas ditas *antigas*. Com boas condições financeiras ou não, a temporalidade da chegada à localidade incide sobre a reputação dessas famílias no interior do bairro.

Refletir sobre a posição das famílias no bairro é um aspecto fundamental para entender o processo de ocupação não somente do bairro, mas da cidade de modo mais amplo. A primeira área ocupada foi a rua Júlio Armond, que possuía comunicação com a estrada do Calabouço (atual av. Senador José Carlos Pereira Pinto) e a Estrada do Nogueira (atual Hipólito Sardinha), duas primeiras e principais vias de Guarus, presentes no Mapa Topográfico (Figura 2) de Couto Reis de 1785 (COUTO REIS, 2011). Ao final da rua Júlio Armond, o pai de Ângela possuía uma venda que se localizava na parte da frente de sua residência. Essa área é ocupada até hoje pela sua família. Nos fundos, há residências e, na parte da frente, pequenos estabelecimentos comerciais.

Figura 2 – Recorte do mapa topográfico de 1785, elaborado por Couto Reis. Encontro da Estrada do Calabouço (av. Senador José Carlos Pereira Pinto) com Estrada do Nogueira (av. Hopólito Sardinha)



#### LEGENDA

- |                                                                                     |                      |                                                                                     |                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
|  | ESTRADA DO NOGUEIRA  |  | ESTRADA DO FUNDÃO |
|  | ESTRADA DO CALABOUÇO |  | ATUAL BR-356      |
|  | TERRAS DE CUSTÓDIO   |                                                                                     |                   |

Fonte: Reis (2011 [1785])

O mapa da Figura 2, bem como a figura anterior, corrobora a hipótese sobre o encontro de principais vias de circulação como potencializador da formação de um núcleo urbano. No caso do mapa de Couto Reis, a Estrada do Calabouço se encontrava com a Estrada do Nogueira, mas ainda não havia a Estrada Campelo. A localidade estava situada no limite. A Estrada do Santa Rosa não existia, o que vai ao encontro das interlocuções dos moradores do bairro, que destacam a Baixada de Mamado (encontro da av. Santa Rosa com a rua Romualdo Peixoto) como um ponto final. Nas falas, há a elaboração de uma cartografia mental do bairro delineando a formação da localidade a partir da praça, que se comunica com as vias mencionadas. A praça é tomada como um núcleo central. Ela possuía uma espécie de pelourinho até sua reforma, realizada no ano de 2008.

A formação do bairro possui certa continuidade com o padrão das cidades coloniais brasileiras, nas quais a praça é em formato de quadrilátero servindo de base para a elaboração do traçado das ruas (HOLANDA, 1995 [1936], p. 97). Quando digo colonial, me refiro inclusive à produção dos símbolos de prestígio em torno das primeiras famílias, tomadas como responsáveis pela sua fundação. Há uma qualificação local entre os moradores, que confere maior reputação para aqueles que estão próximos da praça.

A capela das Terras de Custódio se tornou a capela da localidade e, em seguida, paróquia. A praça assumiu uma centralidade importante, sobretudo como um local de atividades comerciais, religiosas e culturais<sup>27</sup>. Ao relatar sobre a praça, Ângela destacou: “Os mais velhos ficavam fazendo barganha. Eles viviam mais ou menos assim, tipo ciganos, fazendo negócios”. As atividades realizadas na praça hoje dão continuidade às práticas relatadas por Ângela, que assume a posição de núcleo comercial. No trabalho etnográfico, notei um corredor comercial de aproximadamente 2 km, que se inicia na av. Senador José Carlos Pereira Pinto, Parque Novo Mundo, continua na rua Júlio Armond, passa pela praça José Dias Nogueira, segue na Travessa Nossa Senhora da Conceição em direção ao norte e termina na rua Altino Campos, já no Parque Bandeirantes.

A formação do núcleo urbano em torno da sede das terras assumiu a centralidade na localidade de modo autônomo em relação à cidade de Campos dos Goytacazes. A categoria “cidade”, empregada no nome do bairro, é muito significativa para compreensão da sua formação social, bem como da sua posição na hierarquia territorial do município.

Os relatos dos moradores delineiam um bairro que possuía atividades incomuns para um bairro; apenas pode-se afirmar, desse modo, que Custodópolis era a área central do distrito. Ele é apresentado por parte dos interlocutores

<sup>27</sup> Lefebvre (1991) evidencia a praça como sendo um lugar de “encontro” e, quando deixa de exercer essa função, a “vida urbana se degrada”. Além do autor, Bakhtin (1987), ao analisar a cultura popular na Idade Média, expressa na obra de François Rebelais, denomina a “praça popular” como um “veículo” dos “atos carnavalescos”, um contexto no qual ocorriam atividades culturais. Além desse aspecto, o autor designa a praça pública como um espaço “impregnado de liberdade, franqueza e familiaridade”.

da pesquisa como o “centro de Guarus”. Em torno da década de 40, o bairro apresentava diversos estabelecimentos e atividades que o tornavam diversificado em ofertas de serviços de entretenimento e consumo. Nos relatos dos moradores, há menção a um cinema (Cine Primor), “corridas de cavalos” na “Rua da Raia” – atual rua Poeta Marinho –, além de uma série de estabelecimentos comerciais. O guia geral de 1947 destaca o bairro como tendo “vida própria” com a oferta de diversos serviços, como cito a seguir:

[...] tem vida própria. Muitas casas comerciais, armazéns de secos e molhados, lojas de fazendas, padaria, açougue, várias granjas, das quais se destacam do Professor Gentil de Castro Faria, que ali reside com a sua Exma. Família. [...] Possui uma escola pública subvencionada pelo Governo do Estado, uma capela de culto à N. S. da Conceição, estando já iniciado, também, um templo para o culto Batista. O seu comércio tem o giro mensal de Cr\$ 70.000.00, estando calculada a população local em 1.500 ‘pessôas’[...]. (GUIA Geral da Cidade de Campos, 1947, p. 121).

No ano de 1947, o bairro possuía 10% da população do distrito de Guarus, um número populacional expressivo, dada a amplitude territorial do distrito. O Guia Geral (1947, p. 119) inclusive aponta o bairro como “um dos grandes fatores para o desenvolvimento” do distrito de Guarus. O bairro é destacado pelo guia e retificado nas falas dos meus interlocutores, como tendo características de uma cidade, com “vida própria”.

A localização privilegiada possibilitou a realização de atividades comerciais e desenvolvimento de uma centralidade em Custodópolis. A partir dos anos 40, na gestão do prefeito Salo Brand, Guarus ganhou novos delineamentos à medida que era integrado ao projeto de expansão do município. Custodópolis foi diretamente afetado pelo projeto de expansão da área urbana, em 1960, a partir da construção da Ponte Saturnino Brito, inaugurada no ano de 1964 pelo então prefeito Rockfeller de Lima. A referida ponte fazia ligação entre a Estrada do Calabouço e o bairro da Lapa, local onde funcionava a Companhia de Fiação e Tecelagem Campista, conhecida como “A Campista”, onde Manoel Peçanha trabalhou. Ele chegou ao bairro no ano de 1961 e atribuiu o crescimento da localidade ao prefeito “Zezé Barbosa”<sup>28</sup> – José Carlos Vieira Barbosa –, quando o político fez o “aterramento” da Lagoa do Vigário, estabelecendo uma conexão entre a “ponte do meio” – Ponte Barcelos Martins – e a estrada do Calabouço – av. Senador José Carlos Pereira Pinto.

De sede das terras de Custódio à Pracinha de Custodópolis, observa-se uma alteração de atividade, porém mantém-se a centralidade. A reflexão mobilizada até aqui, que tomo como uma história social da localidade, é de grande importância para uma discussão sobre a constituição moral dos espaços da cidade. Um

<sup>28</sup> Zezé Barbosa foi prefeito municipal nos anos de 1967-1971, 1973-1977 e 1983-1988.

estudo situado das diferentes apropriações do espaço urbano possibilita uma reflexão aprofundada dos efeitos da categorização moral dos seus bairros. Aqui interessa refletir sobre os diferentes fluxos que potencializaram o crescimento da área urbana de Campos dos Goytacazes em direção ao norte.

## 2.3 Um bairro no âmbito da causa operária

A cerca de quinze anos atrás, por um desses azares da sorte, era o Dr. Custódio Siqueira proprietário de uma larga extensão de terra em certo ponto do município. Por iniciativa própria loteou a propriedade, e entregou a terra àqueles que a queriam trabalhar. Os que tinham possibilidades, pagavam pelo seu lote uma ninharia, em ínfimas prestações mensais. Grande número nada pagou.

Onde ficava a propriedade do Dr. Custódio Siqueira, levanta-se hoje algo bem capaz de chamar atenção do curioso. Enervada entre os grandes latifúndios campistas, - que formam entre os maiores do Brasil -, fica ali uma extensão de pequenas propriedades rurais: a chamada "Cidade de Palha". Cerca de 3000 pessoas ali vivem produzindo legumes, aves e verduras, que abastecem o Mercado Municipal de Campos. Desenvolveu-se também uma indústria artesanal de cerâmica, madeira e construções. (LUTA povo de Campos contra o Latifúndio e o Imperialismo. *Tribuna Popular*, Ano III, n. 705, 20 set. 1947).

A trajetória do bairro de Custodópolis está vinculada a um projeto que não se limita a Campos. Como já demonstrado, não somente o bairro de Custodópolis, mas também Guarus, foram constituídos por uma classe trabalhadora das usinas de cana-de-açúcar e pequenos comerciantes, grupos que não faziam parte das *famílias tradicionais* da cidade de Campos. É imprescindível retomar a atuação do Partido Comunista (PCB) no bairro, mediada por Custódio Siqueira.

A ocupação da localidade pelas famílias que trabalhavam nas Terras de Custódio ou mesmo em terras vizinhas possibilitou a formação de mais um núcleo urbano na cidade de Campos nos anos de 1930. Em 1947, o bairro possuía "300 casas de construção regular com ruas bem traçadas, uma praça principal" (GUIA Geral, 1947, p. 121). Sobre o transporte público, o Guia Geral de 1947 frisa que o bairro era servido pelo ônibus que atendia ao Parque Guarus, bairro vizinho que inclusive possuía transporte público já em 1943, conforme o Guia Geral. De acordo com Dona Mothé, uma moradora do bairro que migrou do município de São João da Barra nos anos 1960, para ir para a cidade caminhava até a BR-101, para então embarcar no ônibus que atendia o Parque Guarus. Ela relatou situações nas quais seguia a pé até a área central da cidade pela av. Carmem Carneiro, em um percurso de aproximadamente 7 km.

Após o ano de 1947, a Cidade de Palha passa a ser alvo de intervenção de um projeto político de formação dos “parques proletários”, dada a atuação de Gentil de Castro Faria, morador do bairro e eleito vereador no ano de 1947 pela sigla PSD, bem como a possível vitória de Custódio Siqueira para o cargo executivo, não fosse um infarto fulminante após a realização de um comício. Nota-se uma mudança significativa na reputação do bairro em relação aos demais da cidade a partir de então. Em 13 de maio de 1948, o então vereador Professor Gentil de Castro Faria solicitou serviços de “aplainamento das ruas do bairro” para que elas se tornassem “carroçáveis” (ATAS-37 1948 a 1949, p. 5-7).

Além de vereador, Gentil de Castro Faria possuía uma granja na localidade, sendo um investidor no local. Uma das ruas do bairro possuía o seu nome, mas retirado de Custodópolis após a sua mudança para a margem direita e colocado em uma rua do Bairro Turfe, também na margem direita. Eu não obtive acesso a muitas informações sobre Gentil de Castro Faria, mas hipoteticamente afirmo que, ao tornar-se vereador, sua reputação foi elevada para que o seu nome permanecesse no bairro. Hoje não há qualquer menção sobre ele no bairro. Existe uma presença forte do sobrenome Farias, mas seu nome não persiste como um referencial acionado entre meus interlocutores.

Antes de adentrar na política do Estado Novo varguista de criação dos parques proletários, cabe uma problematização do surgimento da Cidade de Palha, criada pelo médico Custódio Siqueira no final dos anos 1930. Além de ser conhecido como um “médico que atendia os pobres”, integrou o Partido Libertador e posteriormente estreitou relações com o Partido Comunista, que possuía uma “célula” em Guarus. Sobre a criação da Cidade de Palha nesse contexto, Gomes (2000, p. 26) escreve as seguintes palavras:

A existência de uma central sindical, desde o fim da década de 1920, a CGTB – Comando Geral dos Trabalhadores Brasileiros – sob hegemonia dos comunistas e aliados, propicia uma luta pelo movimento sindical independente, fora da órbita do Governo e com características revolucionárias, visando à tomada do poder em um futuro próximo. Esta linha programática do Partido na frente sindical será motivo de confrontos na cidade de Campos. Paralelamente, a direção do PCB procura criar novas células nas empresas e nos bairros. Em Guarus, com a adesão do médico Custódio Siqueira – proprietário de uma grande área no bairro (Terras de Custódio), que foi loteada para abrigar pessoas humildes, muitas delas sem condições de pagar, mas assim mesmo todas recebiam as escrituras da propriedade – ao Partido, o PCB teve influência, destacando-se o pedreiro João Barros, que havia ingressado recentemente na legenda (grifo nosso).

É nesse contexto que Custódio Siqueira, com recursos próprios, deu início a um projeto habitacional para trabalhadores, ação que antecedeu a iniciativa de Salo Brand, cuja pretensão era expandir a cidade em direção ao norte do

município. Custódio Siqueira teve uma participação ativa na política campista nos anos 1930, período em que o bairro foi criado. A “participação popular” constituiu característica marcante de sua trajetória política no município afora. Quando candidato à prefeitura de Campos, no ano de 1947, realizou um comício na praça São Salvador, área central da cidade e, em direção ao evento, “moradores da Cidade de Palha” deslocaram-se descalços e a pé. Além deles, o comício teve ampla participação dos moradores dos distritos de Poço Gordo, Mineiros, Saturnino Braga, Ururaí, Goitacazes, Tocos e “outras caravanas de moradores” de localidades que estavam fora dos limites da sede do município. O total de presentes foi estimado em 8.000 pessoas (GOMES, 2000, p. 71).

Custódio Siqueira, horas após a realização desse evento, foi vítima de um infarto fulminante. Sobre o cortejo fúnebre, Gomes (2000, p. 72) escreveu as seguintes palavras:

O caixão foi carregado nas mãos, o carro fúnebre seguiu vazio. Grande parte dos acompanhantes eram moradores da Cidade de Palha, que vieram a pé, descalços, segurando o caixão em todo o seu cortejo. Em sua maioria, homens, mulheres e crianças da raça negra. Seu funeral emocionou a população de maneira geral.

De acordo com Gomes (2000, p. 71), a campanha de Custódio Siqueira teve forte adesão dos “marginalizados da classe operária”. É nessa configuração que surgiu a Cidade de Palha. O bairro é reflexo de um projeto de urbanização que se opunha ao projeto varguista. O que os projetos tinham em comum era o grupo de alcance. Ambos refletiam os *efeitos* do problema favela<sup>29</sup> da capital fluminense, porém o tema não foi abordado em Campos da mesma forma, pois Custodópolis até então não era denominado favela, mas um bairro de trabalhadores urbanos pobres.

A partir do ano de 1947, a Cidade de Palha começou a ganhar destaque entre os demais distritos do município no Guia Geral da Cidade de Campos. O bairro foi denominado “núcleo de população proletária”, como sublinho a seguir:

O Dr. Custódio Siqueira, com seus esforços e a sua tenacidade, no intuito de satisfazer às aspirações sociais, fez surgir no 6º distrito, Guarús, em terras próprias e pertencentes ao seu irmão, Júlio Greví de Siqueira, um núcleo de população proletária, oferecendo às classes menos favorecidas pela fortuna, a oportunidade de possuir casa própria em condições higiênicas, mediante forma razoável de resgate. A Cidade de Palha, que se engasta num dos pontos mais altos dos subúrbios de Campos, (14 metros acima do nível do mar) ‘possúe’ 300 casas de construção regular com ruas bem traçadas, uma praça

<sup>29</sup> Sobre este aspecto, há uma longa discussão nos trabalhos de Leeds e Leeds (2015), Machado da Silva (2016) e Valladares (2005), que apontam os diferentes momentos pelos quais as “favelas” passaram a ser alvo de políticas públicas urbanas.

principal, edificações de terrenos de 10X40 metros, constitui hoje um dos mais pitorescos bairros do município de Campos. (GUIA Geral da Cidade de Campos, 1947, p. 121).

O aumento dos quadros do Partido Comunista nesse período foi um divisor de águas para que tais áreas passassem a ser mais atendidas pelas políticas do Estado Novo. O fato se deu não somente em Campos, mas também na capital fluminense. Leeds e Leeds (2015, p. 254) evidenciam esse processo:

Explícito nesse pensamento inicial [“recuperar os favelados”] estava o controle da “infiltração comunista”, que era visto por muitos como uma enorme ameaça em uma época em que o Partido Comunista (PC) tinha seu maior apoio popular [...] o número absoluto de votos que ele obteve nessa eleição de 1947 foi tão grande que parecia representar um verdadeiro perigo eleitoral para o futuro. O PC foi declarado ilegal no mesmo ano. Um slogan popular da época era ‘É preciso subir o morro antes que eles os (comunistas) desçam’.

Uma notícia sobre atuação política dos moradores da Cidade de Palha que merece relevância refere-se à viagem de 42 famílias para o Rio de Janeiro com destino a um evento do Partido Comunista no ano de 1944:

Narra-se, um episódio expressivo, que não ficou plenamente esclarecido. Certo dia, chegaram a uma das favelas [do Rio] quarenta e duas famílias de trabalhadores agrícolas, procedente da famosa “Cidade de Palha”, em Campos, onde vivem carreiros, cortadores de cana dos engenhos da região. Alguns deixaram transparecer o real motivo dessa repentina migração. Tinham vindo por sugestão dos chefes comunistas locais que lhes asseguravam apoio dos correligionários do Rio e a ajuda de custo de quarenta cruzeiros por família.

(CONQUISTA política das favelas. *Diário da Noite*, edição 04531. Acervo digital da Biblioteca Nacional: 1944).

Como já destacado anteriormente, não somente Custodópolis, mas diversos outros bairros “afastados” de Campos aderiram ao PC. Não há nenhuma coincidência no destaque dado ao bairro pelo Guia Geral no ano de 1947, pois Custódio Siqueira, candidato do partido, certamente sairia vitorioso no bairro que ele mesmo criou. Leeds e Leeds estão fazendo menção à criação de centros sociais, escolas e clínicas como um projeto de “orientação prévia” na urbanização. Em Custodópolis, havia sido criado o Rotary II, fruto de uma parceria dos rotarianos com o projeto da então gestão municipal, e um Posto de Assistência à Infância e uma Cantina infantil da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Guarus. As políticas do governo federal buscavam, por meio das instituições mencionadas, urbanizar as áreas denominadas “favelas” e evitar a adesão dos moradores ao Partido Comunista.

Os moradores da Cidade de Palha estavam inseridos em uma sociabilidade urbana mediada não pelo pertencimento a uma cadeia de reputação associada às famílias tradicionais da cidade (BLANC; ASSIS, no prelo), mas sim pelo potencial de mão de obra, como trabalhadores, elemento central do *trabalhismo varguista* (GOMES, 2005). O Guia Geral, no qual foi extraída a matéria citada, começou a ser publicado anualmente desde o ano de 1943, no mandato do prefeito Salo Brand, engenheiro que dirigiu o órgão de municipalidades no Estado Novo (ALVES, 2013). Ele exerceu o cargo de prefeito em 1939 (13/4-19/6) e 1942 a 1945 (23/04-8/09), sob indicação do interventor federal Amaral Peixoto, e a sua atuação política estava alinhada a um projeto de “modernização” do estadonovista, que se efetivou no “plano de remodelamento da cidade”. Sobre esse plano, o periódico *A Noite* traz as seguintes informações:

**A urbanização de Campos: Assinados os contratos que farão Campos uma cidade Moderna.**

Assistida por numerosas autoridades, realizou-se na sede Associação de Imprensa Campista a Cerimônia da assinatura dos contratos para os serviços de urbanismo e cadastro imobiliário de Campos, e serviços de topografia e água e esgotos de Cardoso Moreira. A solenidade foi presidida pelo Sr. Stephan Vanier, engenheiro do departamento das Municipalidades, que representou o secretário do Interior e Justiça. Referindo-se a importância do evento, falaram o Prefeito Salo Brand, congratulando-se com os campistas o Jornalista Silvio Fontoura, o Professor Octávio Reis e, por fim, o Sr. Sttephan Vanier. (A NOITE, edição 11558, 17 abril 1944, p. 4).

Salo Brand, em parceria com o Departamento de Municipalidades, buscou implementar o “plano de remodelamento da cidade”, cujas principais características seriam tornar Campos uma “cidade moderna”, o que incluiu projetos para áreas que não foram contempladas pelos planos anteriores, como destaca Faria (2005, p. 12):

A pedido de Salo Brand, a Empresa Coimbra Bueno elaborou o Plano Urbanístico de 1944. Este foi concedido para, primeiramente, “corrigir” os erros das intervenções anteriores que tenderam apenas à valorização e embelezamento das áreas centrais e, segundo, orientar a expansão da cidade, integrando, por exemplo, inúmeros bairros que não foram considerados pelos planos anteriores.

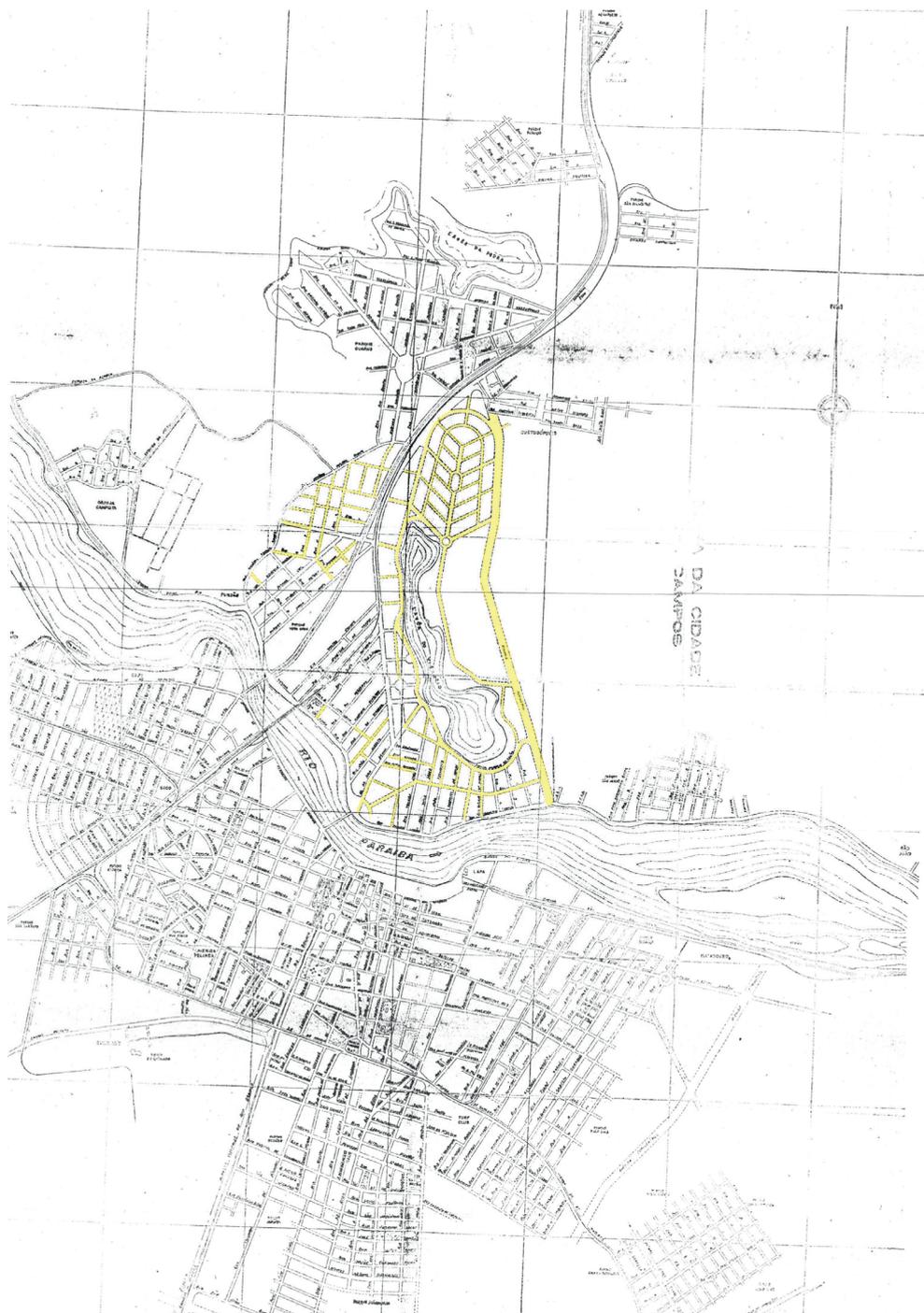
É nesse cenário que surge o Guia Geral. Em sua primeira edição do ano de 1943, faz a seguinte introdução:

É sempre interessante para o forasteiro encontrar um orientador para encaminhá-lo na cidade por onde passe, e que, de uma maneira

prática, o possa levar aos pontos mais pitorescos, tornando, muita vez, uma caminhada longa, breve; com êsse objetivo foi organizado o Guia Geral da cidade de Campos.

O forasteiro, nesse caso, era o então prefeito Salo Brand. O guia organizou uma série de informações sobre o município, das quais considero importante citar: demografia, história, economia, cartografia, transporte, entre outras informações consideradas relevantes para o “plano de remodelamento” da cidade de Campos dos Goytacazes. A Figura 3 demonstra as principais áreas atendidas pelo plano e, como pude perceber, os novos bairros projetados em Guarus tinham por objetivo integrar os bairros mais afastados do município sede. As áreas que coloquei em destaque na Figura 3 nos possibilitam entender como Custodópolis seria integrado à sede do município.

Figura 3 – Mapa de Campos de 1950, com Plano de Remodelamento de 1944



Fonte: Guia Geral da Cidade de Campos dos Goytacazes, 1950

Havia uma parte dedicada às informações da sede do município e, em seguida, dos demais distritos, ao todo, quinze. Entre as informações sobre os distritos, havia em destaque a Cidade de Palha, como esta fosse o 16º. O bairro é denominado pelo guia como bairro proletário. A atuação de Custódio Siqueira, bem como a de Gentil de Castro Faria, inseriu o bairro em um projeto político de âmbito nacional. A Cidade de Palha, na política local, passou a ser categorizada como um modelo para as políticas dos parques proletários da cidade, haja vista o destaque que o bairro recebeu no guia. Nos anos 40, a capital fluminense também possuía seu parque “proletário modelo”, no caso, o Parque da Gávea (VALLADARES, 2005, p. 61).

Sobre esse projeto na capital, o prefeito da capital carioca em 1942, então distrito federal, enfatizou que esses parques tinham como objetivos extinguir as favelas (A NOITE, 28 jun. 1942, p. 3). O título da notícia da criação dos parques proletários era o seguinte: “Favelas – fontes perenes de crimes”. Fica evidente a criação dos parques nos anos 1940 como uma solução para o problema favela, questão já debatida por autores consagrados no tema (LEEDS; LEEDS, 2015, p. 245-269; VALLADARES, 2011, p. 49-73; ABREU, 2010, p. 71-135; MACHADO DA SILVA, 2016). Sobre a política dos parques proletários, Leeds e Leeds apontam:

O interesse populista do governo Vargas e a abordagem habitacional do “problema favela” cristalizavam-se logo depois do começo do Estado Novo, em 1937. O Governo de Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal no início da década de 1940, foi o primeiro de 11 mandatos, de 1940 até hoje, a lidar administrativamente com as favelas. A era Dodsworth deve ser vista no contexto da ideologia do Estado Novo da Era Vargas, modelando segundo o fascismo europeu de Estado corporativo. (LEEDS; LEEDS, 2015 [1978], p. 250).

Os autores deixam evidente a preocupação da “era Dodsworth”, que era lidar administrativamente com as favelas, inserindo-as em um Estado corporativo. O título da matéria do periódico *A Noite* deixa mais evidente os objetivos do Código de Obras da Capital Federal, Decreto nº 6000 de 1937, que teria como foco, no tocante à construção dos Parques Proletários, a “extinção de habitações anti-higiênicas” (Art. 349) e a realocação de seus moradores em “núcleo de habitações de tipo mínimo” (Art. 347). A criação dos Parques Proletários foi uma “solução” apresentada para o denominado problema favela.

Campos, de algum modo, foi *afetado* pelo “problema favela”, mas não o vivenciou diretamente, por ter sido uma peculiaridade da cidade do Rio de Janeiro. As ações realizadas em Campos refletem um alinhamento moral aos projetos de uma cidade moderna e industrial, implementados na capital. O que ficou evidente no Guia Geral (1947, p. 121) foi a preocupação com os “bairros pitorescos”, que foi o caso da Cidade de Palha, denominada pelo Guia “um dos bairros dos mais pitorescos do Município de Campos”. O Guia chama atenção para o padrão das construções: “própria” e “em condições higiênicas”, atendendo assim as exigências dos parques proletários.

A era Salo Brand em Campos, no que toca ao desenvolvimento dos parques proletários, teve uma atenção especial voltada para uma política de “saúde física e moral” da infância. Na Cidade de Palha, assim como no Parque Guarus, criou creches-escola que atendiam sobretudo os filhos de “trabalhadores e das domésticas”. Em Guarus, Salo Brand construiu o Posto de Assistência à Infância e uma cantina infantil da Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja responsável foi a sua esposa (GUIA Geral, 1944).

Esses projetos estavam relacionados ao projeto de “maioridade equilibrada” (A NOITE, 1943, p. 2), um reflexo do *homem novo* do projeto varguista. Na semana da criança de 1943, foram realizadas diversas atividades direcionadas aos “estudos de puericultura” (A NOITE, 1943, p. 2). Com relação à criação dessas instituições em Campos, o periódico *A Noite* (9 de novembro de 1943, p. 9) transmitiu a seguinte informação: “Campos festejará o 10 de novembro com um grandioso programa em prol da criança. As inaugurações do Parque Infantil [Parque Alzira Vargas] e do Posto de Guarulhos [Guarus] vão dotar o ‘leader’ dos municípios de um posto assistencial completo”.

Nesses programas, idealizava-se um cuidado com mães e crianças, a fim de inseri-las nos moldes do *homem novo*, parte do projeto da habitação saudável. Para isso, os postos ofereciam palestras de “bons hábitos morais e higiênicos” que auxiliavam o “reforço alimentar”, tanto das mães quanto das crianças (BOTELHO, 2011, p. 40). A responsável pelo Posto de Puericultura de Campos foi a professora Joaquina Mendes Bella Campos que, antes mesmo da criação do posto, ministrava conferências às mães, como enfatizado na notícia a seguir: “A fundação Policlínica e Maternidade organizou uma série de conferências sobre puericultura, dedicada às mães campistas, com entrada franca. Amanhã deverá falar a Professora Joaquina Bella Campos” (A NOITE, 3 de setembro de 1939, p. 5).

Tais programas sociais foram constitutivos de uma política social do Estado Novo, cujo alcance se estendeu para além da sede do município. A LBA continuou sendo um órgão de referência em relação às políticas sociais. Uma das interlocutoras desta obra, a Ana Júlia, destacou que

*[...] naquela época, no meado dos anos oitenta, oitenta e oito e oitenta e nove, né, e no início da década de noventa, pobre era pobre, não era igual hoje que tem benefício. Eu lembro que a única instituição governamental que ajudava as pessoas mais carentes era a LBA. Não sei se você sabe disso, mas é um órgão institucional do governo federal que ajudava, eu ia muito nessa instituição, porque ela dava leite [...] eu lembro que minha mãe levava a gente muito ali. Você levava a criança, pesava a criança e dava um leite. Na época era um leite em pó, eu lembro, era de saquinho, pro mês todo, para ajudar a mãe na alimentação da criança [...]. (Ana Júlia)*

Ana Júlia, ao falar sobre as condições nas quais a sua família se encontrava, quando ainda criança, faz menção à LBA como a única “instituição governamental que ajudava as pessoas”. Sua referência de órgão de “ajuda” é a LBA, que tinha um papel assistencial. A instituição foi criada, a princípio, para atender filhos de integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas acabou atendendo adolescentes e jovens de “camadas populares”, como demonstram Alvim e Valladares, (1988, p. 8) em seu estudo sobre a capital carioca.

As políticas direcionadas a Custodópolis durante a era Salo Brand se deram basicamente pela implementação de políticas sociais de apoio à infância e à adolescência. As políticas de obras que tornaram possível a comunicação do bairro com as demais localidades, sobretudo a área comercial, não foram tão significativas, pois grande parte do plano urbanístico previsto para Guarus não foi efetivado naquela época. O mérito de Salo Brand esteve não em implementar o plano, mas em concebê-lo, uma vez que a região até então não era sequer objeto de projetos públicos significativos. O plano de Salo Brand visava integrar Custodópolis e bairros próximos à sede, com a criação de bairros localizados entre o bairro e a sede, como o Parque Presidente Vargas.

As informações colocadas até aqui são fundamentais para que possamos tecer um entendimento da cartografia moral da cidade a partir do um “regime de prioridades” quanto à elaboração de políticas públicas. As políticas sociais não foram combinadas com a urbanização da localidade, pois os investimentos em infraestrutura não foram tão intensos na região nos planos urbanísticos anteriores, como o implementado por Saturnino de Brito, por exemplo. Apenas o Jardim Carioca, bairro contíguo ao rio Paraíba do Sul, recebeu tais investimentos. Apesar de não ter sido um projeto capaz de aumentar significativamente a mobilidade urbana dos moradores da Custodópolis e de Guarus, foi o projeto que mais se aproximou da localidade. Por disputa ideológica ou não, após a atuação do Dr. Custódio Siqueira e da era Salo Brand, Custodópolis finalmente foi inserido no mapa do município de Campos.

## **2.4 A *Corneville* campista**

Após ter acessados os estudos sobre o bairro, que são muito ricos em detalhes históricos, demográficos e sociais, fiquei me perguntando: como avançarei? Não “avançarei”, escolherei outro caminho. No ano de 1967, foi criado em Custodópolis o Centro Social Universitário (CSU) e, junto com ele, muitos pesquisadores chegaram. Os trabalhos aos quais obtive acesso foram, sobretudo, elaborados por assistentes sociais da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes e desenvolvidos a partir dos anos 1970 até o presente.

De acordo com Machado (1973, p. 26), uma pesquisadora da Escola de Serviço Social, o CSU ofereceu um “campo estruturado [onde a experiência do estudante de Serviço Social] seria mais concreta”. Os trabalhos se debruçaram majoritariamente sobre temas relacionados a pobreza, exclusão social, violência, trabalho, renda, entre outros aspectos possíveis em uma agenda de pesquisas em Serviço Social.

Interesso-me em investigar quais foram os “problemas” do bairro que tanto chamaram a atenção dessas entidades. Essas perguntas me conduziram para Corneville, pois “pensava-se nela como um lugar de gângsteres e políticos corruptos, de pobreza e crime, de crenças e atividades subversivas” (FOOTE-WHYTE, 2005 [1943], p. 19). Tomo a liberdade para afirmar que qualquer semelhança com Corneville não é mera coincidência. Cabe aqui entender de que modo Custodópolis/Cidade de Palha era/é vista como “problemática” ou “socialmente problemática” pelas pesquisas que foram/são realizadas sobre a localidade. Quais eram/são os “problemas” de Custodópolis?

## 2.5 “Uma favela plana denominada Cidade de Palha”

O título desta seção foi extraído de uma apresentação na qual o Prof. José Rodrigues Coura narra o momento em que foi convidado para integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina de Campos, criada no ano de 1967. Ele ocupou a cadeira de epidemiologista, daí a sua participação intensa no Centro Social Universitário, onde realizou um trabalho de “medicina social”. Os alunos, na fase inicial, “[...] deveriam apresentar seminários de ‘antropologia médico social’ e acompanhar, do ponto de vista social, familiares de uma ‘favela plana’ denominada Cidade de Palha” (COURA, 2012, p. 6).

Com a formação do Centro Social se iniciou uma agenda de pesquisas acadêmicas contemplando a localidade. Coura relata que, em um primeiro momento, conseguiram uma parceria com a Prefeitura de Campos por meio do Departamento de Endemias Rurais (Dener) para instalação de um “posto de saúde” para atenção primária, contando com um médico e uma enfermeira. Em seguida, estabeleceram parcerias com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/PUCG), a Faculdade de Odontologia de Campos (FOC) e com a Faculdade de Direito de Campos (FDC). Esta última deveria atender a população quanto à orientação acerca dos direitos trabalhistas (COURA, 2012). O “bairro pitoresco” de “proletários” dos anos 1940 passou a ser “favela plana” nos anos 1960-1970.

Entre os profissionais engajados no projeto, Coura destaca o guarda “Jim da Selva”, apelidado assim pelos alunos por utilizar um uniforme e um chapéu

inglês durante o seu trabalho, que seria o de enumerar as casas do bairro. Esses personagens passaram a compor o contexto de Custodópolis, que contava apenas com instituições organizadas pelos próprios moradores até então.

As palavras de Coura, hoje pesquisador titular emérito da Fiocruz, deixa evidente o modo como a localidade era categorizada pelo olhar que lhe era exterior. “Favela plana” foi a classificação dada ao bairro. Ele não esclarece quais critérios técnicos permitiam classificar Custodópolis de tal modo. Segundo os dados por mim obtidos e que serão apresentados neste capítulo, pode-se inferir uma correlação direta entre seu discurso e “o problema favela” que vinha sendo objeto de intervenção na capital carioca.

Para os assistentes sociais, o bairro se mostrou, a partir da criação do Centro Social, como um laboratório prático:

O centro social sempre nos despertou curiosidade e simpatia. Talvez por ser um campo estruturado, onde a nossa experiência seria mais concreta; talvez por existir maiores possibilidades de um trabalho integrado devido à atuação de estagiários de diversos setores [...]; ou ainda, por estar a obra localizada numa comunidade com aspectos rurais carentes, o que muito nos atrai; ou talvez a escolha tenha sido feita pura e simplesmente por intuição (MACHADO, 1973, p. 26).

Em outro trecho, Machado descreve a “Juventude de Custodópolis” como “jovens dinâmicos, líderes em potencial, à espera de alguém que os impulse para a realização”. Ela coloca o Serviço Social como portador de uma “missão”, o que se torna mais claro na seguinte afirmação: “Eles esperam por nós, eles precisam de nós” (MACHADO, 1973, p. 5), o que põe em evidência o “porquê” da existência de várias pesquisas sobre “Custodópolis”.

As pesquisas produzidas a partir da inserção de professores e estudantes da Escola de Serviço Social na localidade foram permeadas por uma *gramática da filantropia*, que já havia sido iniciada na gestão do prefeito Salo Band. A Escola de Serviço Social de Campos foi criada inclusive ao lado da sede do Centro de Puericultura<sup>30</sup> e da Cantina Infantil<sup>31</sup>, ambas criadas na era Salo Brand. Sobre a atuação “filantrópica” do Serviço Social, Sposati faz a seguinte consideração:

O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial (...). Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais (SPOSATI, 2001, p. 76).

<sup>30</sup> A Noite, 1942, p. 7.

<sup>31</sup> A Noite, 1943, p. 5.

Valladares (2011, p. 22-23) sublinha que “[...] nem na Europa nem no Brasil as Ciências Sociais estiveram na descoberta da ‘pobreza’”. A “pobreza” foi inicialmente uma preocupação das elites que contavam com os profissionais de imprensa, engenharia, medicina, literatura, direito e filantropia. Em Campos dos Goytacazes, a iniciativa partiu da medicina, com apoio da ciência social aplicada, marcada por discurso e ações marcadamente filantrópicas ou inspiradas pelo ideário da filantropia.

As condições sanitárias do bairro eram frequentemente colocadas em questão e, naquele momento, priorizadas. A concepção do CSU sofreu o efeito do problema favela do Rio de Janeiro, logo o bairro foi tomado com uma “favela plana”: um modo claro de adequação da realidade local a um referencial que lhe era exterior.

Se tomarmos como referências o enquadramento que era dado a uma “favela” na primeira metade do século XX, “o mundo rural na cidade” (VALLADARES, 2011, p. 22), me asseguro em afirmar que Custodópolis era uma “favela plana” do ponto de vista do corpo de estudantes que realizavam o trabalho na formação do Centro Social. Essa categorização dada ao bairro evidencia “problemas” de um bairro de expansão dotado de aspectos rurais devido a sua formação social predominantemente composta por migrantes do interior. A própria denominação do espaço de atuação desses pesquisadores remete à uma categorização moral do lugar e dos seus moradores.

Bohrer (1974), em seu trabalho realizado no bairro no ano de 1974, considerou-o ligado às atividades agrícolas com características rurais. Em relação à mobilidade urbana, identificou que o acesso ocorria pela BR-101 e possuía duas linhas de transporte coletivo. O bairro já dispunha de um telefone público. Sobre as condições de trabalho, destacou que pequena parte da população possuía profissão e emprego fixo. As mulheres trabalhavam para complementar a renda, que a autora avaliou como baixa (BOHRER, p. 26). Um aspecto que considero crítico em sua abordagem é a formação que segue:

Não se verifica espírito comunitário desenvolvido e a vida associativa é quase inexistente [...] A população é acomodada e pouco participante (p. 17).

População formada, em sua maioria, por emigrantes da zona rural, que se constitui uma população marginalizada e frustrada [...] continua ligada a cana-de-açúcar (BOHRER, 1974, p. 48).

Pode-se notar que o trecho prioriza as condições de renda, educação e “participação política”. Enquadra a localidade como desprovida de uma gama de serviços necessários para um bairro, corroborando a ideia da “favela plana”. Não cabe aqui um anacronismo e, muito menos, uma cobrança sociológica de um trabalho que não se propôs a tal tarefa, mas cabem algumas considerações a partir das entrevistas realizadas com moradores que já estavam no bairro nesse período.

Em um samba-enredo da Escola de Samba União da Esperança, intitulado “Cidade de Palha”, o Centro Social Universitário é apresentado como complementar ao cenário do bairro. Havia instituições locais antes da presença do CSU, criado a partir da mobilização de moradores que reivindicavam a implantação de um centro social comunitário (GRIPES, 2008). Antes desse movimento, entre 1965 e 1966, houve ainda uma mobilização reivindicando uma caixa d’água para o bairro (BOHRER, 1974), com reuniões no Cine Primor, um local de “utilidade pública”.

Seu Manoel Peçanha, ao relatar o movimento realizado para construção da sede do Campo do Grêmio<sup>32</sup>, também forneceu um relato que vai de encontro à ideia da “inexistência de um espírito comunitário”. A sede do Campo do Grêmio, de acordo com relatos dos moradores mais antigos, foi e ainda é palco de diversas reuniões entre políticos e lideranças locais. A presença dos cabos eleitorais no bairro é muito intensa (GRIPES, 2008) e uma das instituições onde as reuniões ocorrem é o Campo do Grêmio ou a quadra da Escola de Samba União da Esperança.

Em outra ocasião recente, quando estavam discutindo a reforma da praça, foi realizada uma reunião na quadra da Escola de Samba União da Esperança. De acordo com Caroline, uma interlocutora que será apresentada mais adiante, havia algumas discordâncias entre moradores do bairro quanto a ter ou não uma quadra, o que fez com que SS fizesse uma convocação dos moradores por meio de alto-falantes do seu açougue para que os moradores comparecessem à quadra da escola de samba com vias a entrarem em um acordo.

A necessidade de existência do centro social não é colocada em questão por nenhum dos interlocutores desta obra, mas nas entrevistas ele não foi apontado como um local em que as reuniões para discussão de assuntos de interesse público dos moradores ocorriam ou ocorrem. Os trabalhos acadêmicos fazem boas descrições dos contextos quando chamam atenção para algumas deficiências relativas a equipamentos, mas, ao colocarem uma “vida associativa quase inexistente” entre os moradores, caem em um engodo provocado pela busca dos pesquisadores por instituições que consideram legítimas, o que limita qualquer trabalho de pesquisa que se proponha a compreender o funcionamento do mundo real. A participação ativa na vida política do bairro, bem como a forte presença do Partido Comunista são elementos que demonstram a fragilidade do olhar dos pesquisadores quando estão apegados aos quadros de referências de seus mundos originários. Sobre esse aspecto, Leeds e Leeds (2015, p. 169-170) fazem a seguinte colocação:

Por ter acesso a essas diferentes posições da sociedade [elite intelectual e Serviço Social], [Elizabeth Leeds] conheceu as visões pequeno-burguesa intelectual “de esquerda”, intelectual “de centro” e a visão que os administradores têm das “classes baixas”, do

<sup>32</sup> Trata-se de uma agremiação esportiva de futebol importante tanto para o bairro quanto para os bairros vizinhos.

trabalhador pobre e do favelado. Sobre os três últimos, conhecemos os pontos de vista das camadas “superiores”.

Tais visões, “pontos de vistas” ou mesmo “deduções teóricas” refletem a atuação de grupos sociais que não possuem conhecimento das *situações problemáticas* presentes nos contextos investigados, portanto os descrevem com bases apenas em seus enquadramentos cognitivos, produzindo categorias que correspondem não à situação presente no campo, mas sim àquela definida pelo próprio pesquisador. Sobre esse aspecto, Machado da Silva salienta, com relação ao seu contexto de pesquisa:

Numa palavra: desconhecia-se o significado da realidade das populações envolvidas, de modo que o material empírico (reduzido e pouco detalhado) usado como suporte para as proposições teoricamente deduzidas era interpretado tomando-se como referência os grupos sociais dos quais faziam parte os investigadores. (MACHADO DA SILVA, 1971, p. 5)

Para além da situação observada por mim, Valladares (2011, p. 70) aponta que os trabalhos sobre as favelas do Rio de Janeiro acabavam por tornar-se “marcados pela visão moral”, pois estavam embutidos com as “representações sobre pobreza vigentes”.

De acordo com as falas dos interlocutores desta pesquisa, o bairro é apresentado em seu dinamismo e um jogo de futebol nunca se apresenta somente como uma atividade desportiva. No campo de futebol, no cinema e nas igrejas, se discutem os assuntos relacionados ao bairro e de interesse coletivo. Atualmente é o alto-falante do açougue que divulga informações de “utilidade pública”. Após a saída do Hipólito Sardinha do bairro, o pai de SS deu continuidade à prática. Ser açougueiro no bairro não se restringia apenas à venda de carnes, colocando-o no centro de ações de utilidade pública.

SS relatou uma situação na qual ele estava “bebendo com amigos no Parque São José”, quando, de repente, um homem veio em sua direção. Ele disse que já estava preparado para brigar. O homem chegou perto dele e disse:

*O senhor não se lembra de mim, mas eu não me esqueço do senhor. Uma vez eu saí andando pela rua e me perdi. Um motoqueiro passou na pracinha [Custodópolis] e ouviu no alto-falante que uma criança havia se perdido no Parque Prazeres e me encontrou. Se não fosse o alto-falante eu nem sei o que seria.*

Após esse evento, o rapaz teria feito questão de pagar uma *rodada* de cerveja. Essa é uma situação, entre muitas outras, nas quais o seu alto-falante foi utilizado.

O que foi destacado até aqui delinea a chegada dos “primeiros” pesquisadores no bairro, que, no enquadramento daquela ocasião, era

categorizado como uma “‘favela plana’ denominada ‘Cidade de Palha’”. As situações problemáticas contempladas pelos então pesquisadores giravam em torno de questões relacionadas, grosso modo, à “medicina social”. Os “inquéritos” realizados pelos profissionais buscavam solucionar os “problemas” sanitários da localidade. Os profissionais, uma vez na localidade, apontaram como possuidora dos seguintes problemas: falta de participação política, marginalidade, frustração – apesar de não deixarem claro o que esse termo queria dizer –, baixa qualificação profissional, entre outras questões relacionadas à visão moral dos então pesquisadores sobre a localidade.

## 2.6 A situação problemática definida pela investigação

Como mostrado na seção anterior, Custodópolis foi categorizado como um lugar favorável para a instalação de um núcleo de pesquisas nas áreas de “medicina social” por ter sido enquadrado pelos pesquisadores como uma “favela plana”, com “características rurais”, “população carente”, entre outros fatores de interesse dos pesquisadores de então. “Colocar o carro na frente dos bois” é uma expressão popular que me vem à mente quando deparo com investigações que propõem situações problemáticas. A investigação é definida pela situação problemática, não o inverso.

Sobre o modo como Corneville era compreendido, Foote-Whyte explica:

As pessoas respeitáveis tinham acesso a uma quantidade limitada de informações sobre Corneville. Elas poderiam saber que esta era uma das áreas mais populosas dos Estados Unidos e um dos principais pontos de interesse de qualquer excursão organizada para mostrar às pessoas das classes altas as más condições de habitação da classe baixa. Em passeios turísticos ou nas estatísticas podia-se descobrir que os banheiros eram coisas raras aqui, as ruas estreitas e mal cuidadas transbordavam de crianças, que a delinquência juvenil era alta, a criminalidade entre os adultos maior ainda, e que uma grande parcela da população recebia auxílio-desemprego ou estava na WSA [programa federal de assistência social] durante a depressão. Vistas dessa perspectiva, as pessoas de Corneville aparecem como alvos de interesse de assistentes sociais, são considerados como réus em casos criminais ou integrantes indiferenciados das “massas”.

Há algo errado nesse quadro: nele não há seres humanos (2005 [1943], p. 19).

O trecho citado apresenta algumas das inquietações colocadas para Foote-Whyte pelos próprios interlocutores da pesquisa. Inclusive, seu auxiliar, Ângelo Orlandela, na edição comemorativa de cinquenta anos da publicação do livro, escreveu o seu depoimento evidenciando um marco, pelo menos para ele, após o contato com Whyte. Orlandela enfatiza a “má reputação” do seu lugar de moradia e os profissionais que lá se encontravam. Por mais que esses profissionais acreditassem que não tinham preconceitos em relação aos italianos de classes baixas, suas ações os traíam (*apud* FOOTE-WHYTE, 2005, p. 121).

Tal problematização coloca em questão a relação entre o olhar externo e o olhar interno sobre a localidade, pois evidencia as situações problemáticas que os “observadores de fora” encontravam em Corneville. Whyte não nega que as estatísticas indicavam condições de higiene incompatíveis com a população mais abrangente, uma vez que a maioria das habitações não possuíam banheiro, mas, pelo visto, essa não era uma questão para os moradores de Corneville. Para os de “fora”, as casas eram “más habitações”, enquanto para os moradores de Corneville, apenas casas.

Tomar aspectos particulares do lugar e generalizá-los é inerente a um olhar de fora que não leva em conta as configurações presentes no contexto. Nessa “perspectiva”, o bairro será categorizado a partir das situações problemáticas oriundas dos quadros de referências do pesquisador, não dos moradores do lugar.



# 3

---

## O bairro na cidade



### 3.1 Da roça a Custodópolis: ocupantes das Terras de Custódio

Pensar na formação social dessa localidade é basilar para que possamos compreender as disputas enfrentadas por parte dos moradores do bairro quando acessam o *outro lado*, ou seja, a região associada à sede do município, primeira a ser ocupada.

Serão apresentadas aqui as narrativas dos interlocutores que traçam os diferentes momentos pelos quais Custodópolis passou, que compreende desde a ocupação da área, denominada em um primeiro momento Terras de Custódio, até a pracinha de Custodópolis. A partir dos diferentes enquadramentos da localidade, irei refletir sobre a ocupação territorial do bairro e seu entorno. Após ouvir moradores, obtive um suporte empírico satisfatório para compreender os delineamentos morais do lugar. Um quadro de referência acionado por alguns moradores é a “roça”, seja pelo trabalho que antes era realizado na localidade, seja pelo padrão de moradia dos “mais antigos”, no caso, a “casa de palha”, ou mesmo por laços de ascendência dos mais jovens.

A pesquisa de campo me possibilitou uma reflexão sobre as diferentes temporalidades do bairro e do seu entorno, relacionadas a diferentes representações que farão maior ou menor sentido entre os interlocutores desta obra, de acordo com sua interação no interior da localidade. As famílias cujos membros me serviram como interlocutores de pesquisa se mudaram para o bairro com um objetivo comum, segundo os relatos obtidos: trabalhar na cidade. Alguns, trabalhadores das lavouras nas Terras de Custódio, outros, de terras vizinhas. Um quadro inteligível entre os mais antigos é a lavoura. Nesse caso, no corte da cana e nas plantações de milho, de café ou arroz. O trabalho na lavoura de cana era mais comum, envolvendo atividades diretamente relacionadas a cultivo ou atividades secundárias, quer como motorista de ônibus turma, quer no corte ou mesmo em outras ocupações na própria usina. Os moradores mais recentes, que chegaram após os anos 1960, não se apresentam como trabalhadores da lavoura — pelo menos, não no bairro —, mas profissionais urbanos, como sapateiros, pedreiros, camelôs, feirantes do mercado municipal, motoristas de ônibus, empregadas domésticas, policiais militares, comerciantes, entre outras atividades relacionadas ao setor de serviços urbanos.

Ao fazer uma apresentação do bairro de Custodópolis, apresento mudanças ocorridas na cidade relacionadas aos fluxos migratórios da área rural do município em direção à área urbana. Compreender esses fluxos é fundamental para uma análise mais profícua das categorizações do bairro em situações de copresença entre seus moradores e os da cidade como um todo, tema que será contemplado nos capítulos posteriores.



# 4

---

**O bairro vivido pelos  
seus moradores**



## 4.1 “Custodópolis são só duas ruas”: compreendendo a organização física e social do bairro

*Você sabe onde é a casa de tia Lúcia, não sabe? (sei, no Nova Campos) Eu acho que ali é Nova Campos. Eu confundo um pouco, Nova Campos, aquele parque Novo Mundo e Bandeirantes. Nunca sei onde começa e termina nenhum deles. Não tente me explicar, todo mundo já tentou. Eu não consigo ter ideia de começar Nova Campos, Parque Novo Mundo, Bandeir... eu não consigo, não tenho essa ideia. Pra mim é tudo a mesma coisa, tudo no bolo. É igual Custodópolis, minha mãe fala assim: ‘Ah Bruna, Custodópolis não vai muito longe não’. Não?! Vai até aonde? Pra mim Custodópolis é esse bolo inteiro aqui. Ela falou que no Rotary já é outro bairro, e do beco pra lá também já é outro bairro. (é o Novo Mundo) Nem adianta me explicar que eu não sei. Só sei de Custodópolis porque moro na pracinha de Custodópolis. Mas tem algumas correspondências que eu coloco, parece Parque Novo Mundo na... no meu endereço [...]. (Bruna)*

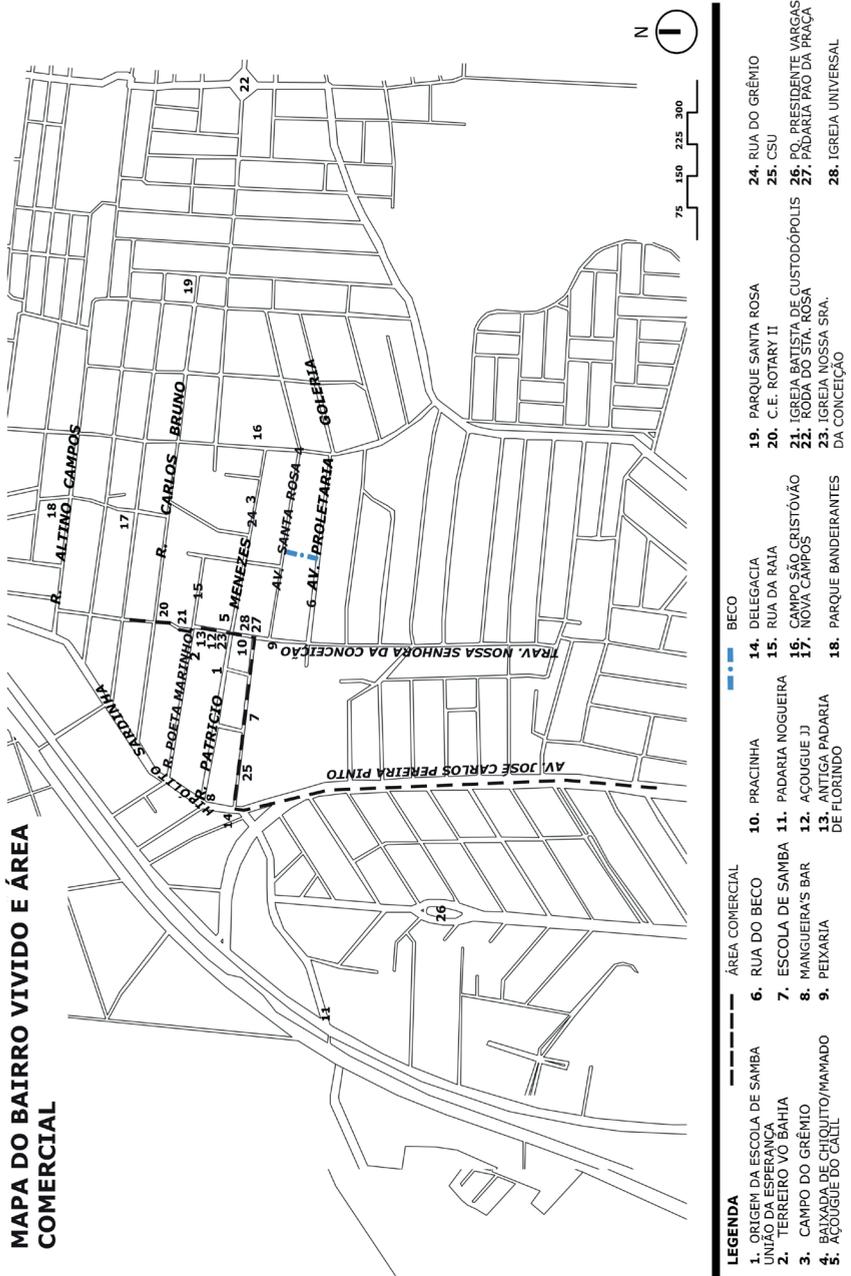
O bairro é entendido aqui como um espaço vivido e, portanto, delineado cartograficamente a partir das experiências de seus moradores. Os referenciais são objetivados pragmaticamente no que eu denominarei aqui *ponto de referência indexical*<sup>33</sup>. O açougue não é apenas um estabelecimento comercial, mas um ponto de referência para se chegar a algum lugar do bairro. Na relação de indexicalidade territorial, as casas não são catalogadas por números, e sim por seus moradores e familiares em suas respectivas *cadeias de reputação*<sup>34</sup>.

A casa da “tia Lúcia” é um referencial para Bruna, uma coordenada para que ela pudesse me explicar o seu entendimento sobre o bairro, situando-me geograficamente em seus relatos. Assim a moça se posiciona territorialmente segundo referências construídas no cotidiano do bairro. O bairro se torna inteligível para ela mediante a sua circulação por ele, por meio de práticas estabelecidas com as pessoas e os lugares que o habitam. A rua deixa de ter uma delimitação *oficial* para ser chamada de “a casa da tia Lúcia”. Essas particularidades não são apreendidas se tomarmos o bairro como uma generalização conceitual. O bairro é vivido e, portanto, deve ser apreendido a partir da hermenêutica daqueles que lhe dão sentido. A Figura 4 destaca alguns pontos de referências que mais foram mencionados durante o trabalho de campo.

<sup>33</sup> Tomo emprestada aqui a noção de *indexicalidade*, de Harold Garfinkel (2006, p. 12), utilizada para designar o que o autor denomina “expressão indexical”, ou seja, uma expressão que é entendida quando vinculada a um contexto na qual ela fora produzida. A noção de “ponto de referência indexical” será utilizada para designar os modos como os atores criam referenciais de entendimento da cartografia territorial do bairro a partir de seus contextos de experiências, o que faz com que alguns pontos de referências só façam sentido para aqueles que os utilizam, uma vez terem sido elaborados a partir de experiências muito particulares envolvendo a relação de familiaridade ou mesmo uma relação de pessoalidade, nas quais os lugares são entendidos a partir de referenciais encarnados, não por uma cartografia física oficial.

<sup>34</sup> Blanc, M. (2017).

Figura 4 – Mapa do bairro vivido e área comercial



Fonte: Elaborado pelo autor

Pensar no bairro como um objeto dotado de sentidos elaborados em diferentes contextos de experiências é compreendê-lo como local onde os referenciais dos diferentes enquadramentos são elaborados e reelaborados

constantemente. Bruna demonstra não compreender os limites geográficos do bairro, mas se orienta por meio de referenciais perfeitamente compartilhados entre os moradores do bairro. Rotary, Rua do Beco, pracinha, peixaria, antiga Padaria Florindo, Açougue do Calil, entre outros estabelecimentos do lugar, são pontos de referências elaborados circunstancialmente, acionados como recursos efetivos e amplamente conhecidos, que se sobrepõem aos referenciais objetivados pelos Correios, pelo IBGE, e por quaisquer outros órgãos oficiais responsáveis pela catalogação dos nomes das ruas.

A interação dos moradores no contexto do bairro lhes possibilita uma elaboração de uma cartografia mental<sup>35</sup> relacionada às suas experiências familiares. Cada morador irá estabelecer práticas de circulação que lhe conferirão um referencial elaborado segundo o seu contexto de experiência. Os atores irão possuir suas idiossincrasias, mas, em algumas situações, podem ser agrupados em uma totalidade, como os bairros vizinhos a Custodópolis, desconhecidos por Bruna. Ela possui uma circulação limitada nos bairros do entorno de Custodópolis, mas tem grande clareza acerca dos pontos de referência que estão ao seu alcance, no caso, os que ficam “na pracinha” e aqueles relacionados aos seus amigos e parentes, que são categorizados como casa de fulano ou sicrano.

O reconhecimento de pontos de referência não é constituído simplesmente pela moradia no bairro, mas pela familiaridade com ele. Há referenciais mais inteligíveis do que outros. Cabe aqui citar o exemplo de Bruna, que menciona a rua próxima à rua do Beco, quando poderia usar como referencial a rua Operário Valdir Manhães, que inclusive foi seu tio-avô. Ela sabe o nome da rua, mas o referencial mais compreensível é a “rua que passa na frente da ‘Rua do Beco’”. A “Rua do Beco” é uma objetivação que se sobrepõe ao referencial consanguíneo de Bruna. A constituição do ponto de referência “Rua do Beco” se deu antes mesmo de Bruna ter nascido. A objetivação foi constituída em outra temporalidade, sendo um referencial presente mesmo para os que nasceram ou se mudaram para o bairro após o fechamento do “beco”. O Beco sequer existe atualmente, era uma extensão da rua Pedro Cardoso até a Travessa Proletária Goleria, porém a rua a que ele dava acesso é associada a ele mesmo depois de sua extinção.

As definições territoriais dadas pelos correios e pelo *Google maps* não são as mesmas das delimitações dadas pelos moradores. A caminho do bairro, na av. José Carlos Pereira Pinto, é possível identificar uma placa indicando Custodópolis antes mesmo de chegar ao local, no caso, próximo à empresa de ônibus São João, que é denominado Parque Presidente Vargas na “cartografia nativa” e no *Google maps*. Manuel Peçanha, morador do bairro Parque Nova Campos, vizinho a Custodópolis, relatou que a sua rua não é reconhecida pelos correios como sendo do bairro Nova Campos, mas sim de Custodópolis. Ele destacou ainda um “erro”

<sup>35</sup> Quando uso a noção de categoria mental, a diferencio de cartografia moral, pois a primeira não é dotada de valores, mas sim de uma relação de vivência permeada pela familiaridade.

da prefeitura, pois colocou uma placa com o nome da rua e do bairro a poucos metros de sua residência, porém o nome do bairro na identificação da placa é Parque Bandeirantes, não Parque Nova Campos.

A delimitação administrativa do bairro de Custodópolis, assim como dos bairros vizinhos, é operacionalizada pelos moradores em um contexto de experiências familiares. As vias são relacionadas aos seus moradores cujas reputações possuem amplo alcance, no caso, dos comerciantes ou mesmo moradores que exerciam uma atividade significativa no bairro. Em minhas entrevistas e conversas, era recorrente ouvir as seguintes referências: “Baixada de Mamado”, “Açougue do Calil”, “Padaria Nogueira”, entre outros exemplos que preencheriam duas páginas inteiras.

A localidade denominada “Baixada de Mamado” merece uma atenção especial para a compreensão de uma cartografia mental do bairro. Para alguns moradores que possuíam uma relação com ele, que foi um morador do bairro, o local leva o seu nome, mas para Seu Manoel, o mesmo local é chamado de “Baixada de Chiquito” ou “Armazém Terra”, contemporâneos de Seu Manoel. Os motoristas de *vans* chamam o mesmo lugar de “Baixada”. Esses fatos faziam com que eu exercitasse a minha capacidade de cartografar o bairro mentalmente não utilizando apenas os recursos da divisão administrativa fornecida por órgãos oficiais. Não era raras as interrupções na entrevista para que interlocutor me explicasse o que ele estava querendo dizer com “Baixada de Mamado”, entre outros pontos de referência do bairro.

O que esses dados evidenciam finalmente é como este território é semantizado e ressemantizado mentalmente de forma contínua, produzindo formas sucessivas de classificação que são acionadas por diferentes públicos, em certos casos, marcando diferenciações geracionais. A forma com que tais grupos se relacionam com esses espaços difere, alterando os modos como são percebidos e nomeados. Por outro lado, a familiaridade com o local permite a todos reconhecerem tais referências e acioná-las, quando necessário.

Os pontos referenciam os moradores que possuem uma reputação amplamente reconhecida no bairro, algo que pode ser compreendido a partir da noção de *cit  de renome*. Eles auxiliam o morador em sua circulação e o pesquisador em seu empreendimento de entendimento da constituição dos “objetos” disponíveis no bairro. Mamado, já falecido, era um morador com uma reputação amplamente reconhecida pelos interlocutores desta obra. Além de possuir um terreiro de umbanda, “tinha um ônibus que levava o povo para cortar cana”. A sua atuação no bairro acabou por tornar o seu nome um ponto de referência indexical. Os pontos de referência são constituídos pelo potencial de publicidade no bairro. Tornar-se um ponto de referência sobretudo mais amplo é ter uma reputação ampla, assim como demonstra Blanc (2017) em sua discussão sobre cadeias de reputação. Além de Mamado, muitos outros atores se tornaram

referência no bairro a partir de atividades nele realizadas. É importante ressaltar que alguns desses referenciais, com o passar do tempo, são alterados pela sucessão populacional<sup>36</sup>. Um dos elementos que conferiu reputação a Mamado, por exemplo, foi o terreiro. Hoje é mais provável um pastor evangélico possuir reputação mais ampla dada sua atuação, que é mais intensa do que a do “pai” ou “mãe de santo”.

Seu Manoel, morador do bairro vizinho a Custodópolis, faz críticas aos nomes de algumas ruas do bairro por não os considerar referenciais efetivos e questionar a abrangência da reputação das personagens que homenageiam no bairro:

*Aquela rua lá, rua Acácio Faria de Freitas. Quem é Acácio de Freitas? Eu não entendo por que... Ele trabalhou na rua do campo do Goytacaz, tinha um barzinho ali, vendia uma cachacinha, hoje é nome de rua, rapá! Essa aqui: Ari Ribeiro Vaz, dizem que foi engenheiro. Romualdo Peixoto, tem que procurar quem é ele para poder colocar placa. Uma vez eu fui na prefeitura... Se você sentar aqui de manhã cedo... “meu amigo, onde fica a rua tal”... Eu nem sei. Falta de que? Empracamento nas ruas dizendo qual que é... Eu fui lá. Eu fui lá para colocar o nome das ruas aqui, sabe o que me responderam: “você tem que procurar um descendente da família que é eles que tem que colocar o nome lá, eles foram homenageados”. Eu falei: Meu amigo, eu conheci Romualdo Peixoto?! Eu conheci Ary Ribeiro Vaz?! Eu num... Eu nem sei quem é esses homem, comé que eu vou descobrir. (Seu Manoel Peçanha)*

Os pontos de referência são questionados quando não efetivos. Como destacado no início da fala, seu Acácio Faria de Freitas, apesar de ter possuído um comércio no bairro e ter sido um “morador antigo”, não pode ser considerado um nome de rua, na opinião de Seu Manoel. Por outro lado, a “Bar de Seu Acácio” é um ponto de referência indexical no cruzamento das ruas Ari Ribeiro Vaz com Romualdo Peixoto. É uma referência entre os moradores “mais antigos”, mas não na rua, que hoje recebe o seu nome. Eu perguntava pelas ruas onde ficava a rua, mas todos me mandavam para o bar.

Para compreender esse aspecto, deve-se pensar na construção de uma reputação relacionada às práticas. Nos casos que serão apresentados, a reputação dos que se tornam pontos de referência na localidade depende de aspectos que não estão vinculados aos fatores econômicos, e sim às ações consideradas de interesse público visando a “melhorias” no bairro ou em suas instituições. Se pensarmos, por exemplo, em uma comparação entre Seu Manoel e Ildecir dentista, o primeiro possui maior potencial de se tornar um ponto de referência mais amplo, pois possui engajamento em atividades que estão vinculadas às “melhorias” do bairro. O segundo possui maior poder aquisitivo, já foi candidato a vereador, mas não é engajado em atividades realizadas no interior do bairro. Este último vive

<sup>36</sup> Park (1948a).

uma espécie de anonimato, algo que não é tão fácil, sobretudo para ele, que já atuou como dentista na localidade.

Ao falar dos dois outros nomes, Seu Manoel não lhes reconhece a reputação. Ele simplesmente não os reconhece, portanto não são referenciais para a nomeação das vias públicas. É mais fácil chegar à esquina da rua Romualdo Peixoto com a rua Ari Ribeiro Vaz se os pontos de referência indexicais utilizados forem “a esquina do Bar de Seu Acácio” para os “moradores mais antigos” e “Bar de Dário”, para os moradores mais recentes, ou mesmo a esquina da casa de “Seu Manoel Sapateiro”. Nesse caso, a cartografia física pouco nos ajudará. As reputações, para o bem ou para o mal, elaboram pontos de referência indexicais capazes de tornar sinuosa a cartografia do bairro para os não moradores e familiar, para os moradores.

A cartografia oficial caracteriza Custodópolis como delimitado pelas seguintes ruas: rua Júlio Armond, no caso, “Rua do CSU” e/ou “União da Esperança”, estabelecendo limite com os bairros Parque Novo Mundo e Parque Presidente Vargas; rua Hipólito Sardinha, referenciada como “Rua da Delegacia” e/ou “Rua do Manguieira’s Bar”, estabelecendo limite com o Parque Presidente Vargas e Jardim Ceasa; rua Carlos Bruno, também referenciada como “Rua do Rotary” e/ou “Rua do Grevi”, estabelecendo limite com o Parque Nova Campos; por fim, rua Romualdo Peixoto, referenciada como “Rua do Campo São Cristovão”.

No entanto, para transitar no bairro, é mais importante ter conhecimento dos pontos de referência do que propriamente saber o nome das ruas. A partir desse entendimento, pode-se delimitar o bairro a partir dos seguintes pontos: o norte do bairro é demarcado pela Rua do Rotary<sup>37</sup>; o sul é delimitado pela Rua do Beco<sup>38</sup>; a leste, o bairro é delimitado pela “rua da delegacia” ou “Rua do Manguieira’s bar”<sup>39</sup>; o limite oeste do bairro é marcado pela Rua do Campo São Cristovão<sup>40</sup> ou “bar do Aíá”. Essas delimitações foram extraídas das entrevistas realizadas, mas, a princípio, alguns interlocutores diziam que “Custodópolis só [possuía] duas ruas”.

A circulação no interior do bairro tem como referencial os seguintes estabelecimentos: a “Peixaria”, situada na rua Travessa Nossa Senhora da Conceição; a “União da Esperança”, situada na Júlio Armond; a “igreja católica”, situada na esquina da rua Patrício Menezes, referenciada como “Rua do Grêmio”, com a Travessa Nossa Senhora da Conceição, referenciada como “Rua da Igreja”; “Antiga Padaria de Florindo”, situada na Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Açougue de Calil”, situado na esquina da rua Patrício Menezes com Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Padaria de Sadi”, situada na Travessa Nossa Senhora da Conceição; a “Galeria”, situada ao lado da “Padaria de Sadi”, na Travessa Nossa Senhora da Conceição; a “igreja batista”, situada na esquina da

<sup>37</sup> Rua Carlos Bruno.

<sup>38</sup> Rua Proletária Goleira.

<sup>39</sup> Av. Hipólito Sardinha.

<sup>40</sup> Rua Romualdo Peixoto.

“rua Poeta Marinho”, amplamente conhecida como “Rua da Raia”, com a Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Kananga’s” bar, situado na esquina da rua Júlio Armond com a “Rua da Pracinha”; o “CSU (Centro de Saúde Comunitário), situado na rua Júlio Armond e por fim, mas não esgotando todos os pontos de referência do bairro, mas apenas os mais recorrentes no campo, a “Pracinha”, no caso, a “praça José Dias Nogueira”, em homenagem a um morador do bairro cuja reputação foi difundida dentro e fora do bairro.

Nesse caso, há algumas divergências. Afinal, não é tão simples assim dar nome a uma praça quando há vários “moradores antigos”. Como tornar-se um ponto de referência no bairro?

*Esse José Dias Nogueira que deu nome à praça, por causa de política, do genro dele, colocou o nome na praça, mas ele não era morador daqui, era da Padaria Nogueira. Depois que ele veio pra cá, fez o açougue aqui, mas nunca morou. Aí ficava, tinha uma mangueira, uma árvore, e ele ficava muito ali. Ele era muito assim: ele promovia muitas coisas, o coreto... Ele era muito animado para quadrilha. Trouxe a minha cunhada [Lena] para cantar no teatro [Cine Teatro Primor] Cantava, tinha show ela cantava. Aí ele ia buscar... (ela era deficiente e morava ali perto do Rotary) aí ele ia buscar ela. (Ângela)*

Ângela questiona a reputação do José Dias Nogueira apresentando a seguinte justificação: “ele não era morador daqui”. A reputação de José Dias Nogueira, questionada por ela, é amplamente reconhecida pelos demais interlocutores, sobretudo aqueles que se engajaram, juntamente com ele, em ações que visavam a “melhorias” para o bairro. Ângela confere maior reputação para outros moradores mais antigos, que moravam nas imediações da praça, ou seja, “Seu Cardoso”, “Amaro Azeredo” e seu pai, aos quais ela atribui qualificação de terem sido os moradores mais antigos. A sua métrica de avaliação da reputação é pelo tempo de moradia nos limites do bairro.

Apesar de não reconhecer retoricamente a reputação de José Dias Nogueira, o faz ao apresentar a atuação deste no bairro, que circunstancialmente é mais relevante para a notoriedade em Custodópolis. As críticas feitas por ela não são compartilhadas pelos demais interlocutores, pois é uma posição disputada por poucos. Antes do nome José Dias Nogueira, a praça possuía o nome Oito de Dezembro, em homenagem à igreja Nossa Senhora da Conceição, que, para a Cidade de Palha, antes da atuação de Seu Nogueira, era um referencial importante, assim como o próprio Dr. Custódio Siqueira. SS, filho de José Dias Nogueira, Seu Manoel e Margarete, se tornam pedágios importantes para os pesquisadores que decidem investigar o bairro, inclusive todos os meus interlocutores pediram que eu fosse até eles. Esse fato por si só lhes confere notoriedade no bairro.

Seu Manoel, na situação da criação do Campo do Grêmio, não deu continuidade aos nomes “come gato” e “Custodópolis Futebol Clube”, atribuídos respectivamente pelos moradores e por José Dias Nogueira. Segundo Seu Manoel, “o pessoal da família de Zezé Simão [apelido de José Dias Nogueira] não gostou muito”. O não reconhecimento da reputação de Zezé Simão foi questionada. Seu Manoel chegou ao bairro nos anos 1960, portanto disputou com José Dias Nogueira com o que estava acessível a ele naquele momento: o Campo do Grêmio. Quando se trata do Campo do Grêmio, Seu Manoel possui notoriedade, que não é tão reconhecida pelas novas gerações pelo fato de pertencerem a outras cadeias de reputações, posto que não são estáveis e se alternam com o tempo.

Os enquadramentos territoriais do bairro são operacionalizados internamente pela circulação dos moradores, mas não para por aí, pois os limites do bairro podem se expandir ou diminuir de acordo com a circulação de quem o delimita. Meu bairro de origem é Custodópolis para aqueles que não possuem uma circulação local o suficiente para conhecer o Parque Nova Campos, mas, se estou a conversar com alguém que possui familiaridade com o bairro, me coloco como morador do Parque Nova Campos; se estou a conversar com um morador do Parque Nova Campos, me apresento como ex-morador da rua Romualdo Peixoto, próxima ao ponto de referência Lanchonete de Vanda. Ao falar do meu local de moradia com alguém que desconhece o Parque Nova Campos, os limites de Custodópolis se ampliam; se com alguém que conhece o bairro, os limites de Custodópolis diminuem. Quando estou a conversar com alguém que não reconhece Custodópolis, me torno “morador de Guarus”.

O enquadramento territorial do bairro será operacionalizado pelos moradores de acordo com sua circulação em seus contextos. Um exemplo da ampliação dos limites do bairro por uma baixa circulação se exemplifica em uma matéria de jornal sobre o Jongo de Maria Anita. Após ter conhecimento sobre o jongo descrito na matéria de Osório Peixoto da Silva, perguntei a Evaldo onde ficava o Jongo e ele me informou que ficava na Roda do Santa Rosa, isto é, na praça principal do Jardim Santa Rosa, não em Custodópolis, como mencionado no artigo de Osório Peixoto da Silva. O referido autor, por ter pouca circulação no bairro, o tratou como um “bolo inteiro”. Nesse exemplo, os limites do bairro se expandiram até o Santa Rosa.

Os enquadramentos territoriais do bairro são situacionais e o nome Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Bandeirantes, Jardim Santa Rosa, Jardim Ceasa e Parque Presidente Vargas são enquadramentos de uma divisão político-administrativa que, mediante uma interação intensa, podem ser traduzidos por “Padaria de Sadi”, “Baixada de Mamado”, “Casa da Tia Lúcia”, “Jongo de Maria Anita”, entre outros pontos de referência compartilhados cognitivamente nos enquadramentos territoriais do bairro, que podem ser reposicionados a partir de situações e contextos vivenciados pelos seus moradores.

## 4.2 A política no bairro: a “utilidade pública” das instituições do bairro

**[Como o senhor chegou aqui? Conhecia alguém do bairro?]** Num conhecia ninguém não, eu tava na loja de Geraldo do Bar, na rua João Pessoa com Barão de Cotegipe. Eu tava comprando lá e apareceu um senhor vendendo terrenos. Aqui [se referindo a sua casa]. Em frente, aqui. Comprei logo o terreno da esquina. Quando eu fiz casa ali, só tinha um barracão ali embaixo [apontando a esquina da rua Acácio Faria de Freitas com a rua Altino Campos], mas derrubaram. **[Barracão de quê?]** Barracão de palha, de madeira com coberturas de palha, lá na outra esquina. **[morava alguém no barracão?]** Tava morando gente. **[Por isso o lugar era chamado cidade de palha?]** Cidade de palha era lá, aqui fizeram um barracão de palha mesmo, mas logo quando eu cheguei eles foram embora. Logo depois veio Seu Francisco, foi chegando, foi chegando... e aí melhorou. Fiquei nove anos aqui sem luz. **[E o transporte? Qual era o ônibus?]** Era a lotação de Amadeu. Só fazia a linha até o Armazém Terra. Santa Rosa não existia não. **[Qual era a empresa?]** Era lotação... Era Amadeu. Depois foi auto viação Campista, depois São Salvador e hoje, é aquela... São João. **[O senhor veio de onde?]** Eu morava na rua Almeida Barbosa, lá no Turf. **[Foi lá que o senhor nasceu?]** Eu nasci em Ponta Grossa dos Fidalgos<sup>41</sup>. **[O senhor trabalhava com o que lá?]** Eu tinha uma sapataria na rua Sacramento. Eu trabalhava na fábrica de tecido. Eu trabalhava na fábrica de tecidos e vendia roupa à prestação [...]. Você ia se casar, no sábado que vem, eu tinha um alfaiate, cê ia fazer o que queria lá, eu ia no sapateiro, fazia o sapato, depois você me pagava à prestação.

[...]

**[Como foi o movimento político daqui, como chegou o calçamento?]** Naquela época, naquele tempo era Zezé Alves de Azevedo, Zezé Barbosa, é... Esse... Altamir Bárbara, Carlito... Carlito Barbosa. [...] Sérgio Mendes... Sergio Mendes que calçou essa rua aqui. Uma rua é a largura de um terreno. A rua tem 12 metros de largura, 8 metros de pista e 2 [metros] de cada passeio. Isso aí você conhece, né? **[Sim]** Essa pista aí tem sete metros de pista e dois metros e meio de cada lado [se referindo a sua calçada]. Sergio Mendes teve aqui e eu falei com ele, você sabe comê que é. A Avenida José Carlos Pereira Pinto era uma pistazinha só. Era uma trilha de um lado e uma de outro. O capim roçava no meio e limpava o fundo do carro e a carroça de burro. Quando vinha um carro, um tinha que se mover para o outro romper. Vê hoje, uma avenida tão importante. **[Hoje está bem pavimentada, é outra pista]** É. Esse parque aqui cresceu muito quando Zezé Barbosa colocou o aterro na Lagoa do Vigário. Foi criticado pra daná... 'porr...,

<sup>41</sup> Localidade situada na Baixada Campista e possui 27 km de distância da área central. Em relação a Custodópolis possui 31 km.

*vai acabar com a lagoa'. Ele fez, fez um manilhamento que ligou uma parte a outra. Foi o que cresceu este bairro aqui. É isso aí, rapaz.*

(Seu Manoel)

Conversar com Seu Manoel não foi muito fácil, pois ele sempre estava “ocupado” com alguma atividade, mas depois que consegui um primeiro contato, até bebemos uma cerveja. Foi apenas uma, pois ele, na ocasião do trabalho de campo, era um senhor de 84 anos e um dos seus filhos, que possui um bar e mercearia no bairro, não apreciava que ele consumisse bebida alcoólica. Ele não foi o primeiro contato, mas a minha primeira entrevista. Eu o encontrei saindo do Bar de Dário em direção ao Bar de Saulo, seu filho. Estava cambaleando e com uma voz trêmula. Ele é alto e bem branco, mas estava com o rosto avermelhado. Interpelei-o e perguntei se podia entrevistá-lo, mas ele disse que havia “tomado uns negócios” e que preferia falar comigo em outra ocasião. Eu já estava pronto para me despedir, quando ele começou a falar sobre o bairro. Liguei o gravador e começamos a entrevista.

A trajetória de Seu Manoel na área urbana de Campos dos Goytacazes começou em 1942, no Turfe Club, um bairro denominado como “proletário” no livro de atas da Câmara de Vereadores do município (ATAS-36 1937 a 1948, p. 15). Ele possuía uma fábrica de calçados na rua Aquidabam, na área central da cidade, e trabalhava na fábrica de tecidos com a mãe de um ex-prefeito de Campos, Anthony Matheus (Garotinho). Ele fabricava calçados e fornecia para alguns vendedores ambulantes que circulavam no Mercado Municipal, onde conheceu Seu Francisco, esposo de Dona Janaína.

Seu Manoel nasceu na Lagoa Feia, em Ponta Grossa dos Fidalgos, na Baixada Campista. De acordo com seus relatos, seu avô tomava conta de escravos. Ele, quando jovem, foi para a “cidade” trabalhar na fábrica de tecidos. Trabalhando na fábrica de tecidos, adquiriu competências técnicas para o exercício de atividades como alfaiataria e fabricação de calçados. A fabricação de calçados foi o que lhe conferiu competências para ser “dono do próprio negócio”. Possuía uma “fábrica” na rua Aquidabam, na área central de Campos, que foi transferida para a “pracinha” de Custodópolis na década de 1960, quando se mudou para a localidade com a sua esposa e o filho mais velho. Os demais filhos nasceram no Parque Nova Campos.

Em um primeiro momento, morou de aluguel em um “bairro operário” na sede do município, mas a aquisição de um “cantinho para morar”, que pode ser traduzido pela “casa própria”, foi possível com a compra de um terreno “barato” em um bairro de “expansão urbana<sup>42</sup>”, onde ele construiu uma “meia água”, um padrão de construção muito comum no bairro. Seu Manoel Peçanha experimentou

<sup>42</sup> Esse conceito foi mobilizado por Luiz Antônio Machado da Silva em 1971, quando se debruçou sobre a relação entre o trabalho e a marginalidade em “favelas” e “bairros de expansão” urbana. Este último é caro neste trabalho, pois se relaciona intimamente com a minha situação de pesquisa.

a transformação de um loteamento em bairro. O loteamento, que posteriormente veio a se chamar, não por acaso, Parque Nova Campos, é contíguo a Custodópolis.

Seu Manoel remontou a uma série de momentos nas quais o bairro ainda carecia de equipamentos urbanos básicos. O transporte público era realizado pelo que Seu Manoel chama de “lotação”. Essa modalidade de transporte cumpria a mesma função do “ônibus pirata” que Mamani (2004, p. 324) identifica em sua pesquisa. O “ônibus pirata”, em um trecho da fala do interlocutor de Mamani, era uma resposta à “debilidade” do transporte em Bangu, bairro de expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. O caso destacado por Mamani faz menção a uma “alternativa” ao transporte “débil”. No caso de Custodópolis, no ano de 1947, quatorze anos antes da chegada de Seu Manoel ao bairro, o Guia Geral de Campos (GUIA Geral, 1947, p. 121) destaca haver um serviço de micro-ônibus que atendia ao Parque Guarulhos e à Cidade de Palha, cujo ponto de partida era a Praça das Quatro Jornadas, área central do município. No mesmo período, havia reivindicação do vereador Gentil de Castro Faria para que fosse ampliada a oferta de bondes em direção ao “Beco”, no caso, na margem direita do rio Paraíba, naquele momento denominado Turfe Club pelo vereador mencionado. O projeto de bondes, pelo visto, não atendia a margem esquerda, algo que ficou ao encargo dos ônibus apenas.

Mamani (2004) abre uma reflexão sobre a expansão do “transporte alternativo” como sendo inerente ao processo de expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. O estabelecimento do diálogo entre a fala de Seu Manoel e a abordagem de Mamani – apesar de ter feito um recorte da década de 1990 – é fundamental para estabelecer uma relação entre a expansão urbana e a demanda pela oferta de serviços contínuos, sobretudo, o de transportes. A questão do transporte tem uma centralidade tão importante no bairro que os que possuíam “ônibus de turma” tinham uma notoriedade elevada, pois dispunham do primeiro meio de transporte dos trabalhadores até as usinas de cana-de-açúcar.

A circulação é central nas falas de Seu Manoel, não por acaso, pois estabelece comunicação entre os mercados, que Park (1948a, p. 133) aponta como o “nascido das cidades modernas”. O bairro foi uma das vias de entrada de trabalhadores na cidade pelo fato de estabelecer uma relação entre os moradores e os mercados, principalmente o de trabalho. Apesar de uma débil circulação, oferecia muito mais possibilidades do que as localidades de origem, com uma baixa oferta de trabalho devido ao processo de concentração das ofertas de empregos e serviços na área urbana.

Seu Manoel deu grande ênfase ao “aterramento” da Lagoa do Vigário<sup>43</sup> por que estabeleceu uma comunicação entre a Estrada do Calabouço e a ponte Barcelos Martins, que dá acesso ao Mercado Municipal (Mercado Público), local onde Seu Manoel colocava à venda os calçados fabricados por ele em Custodópolis. Cabe ressaltar que essa obra alterou significativamente a demografia da localidade, que passou a receber não somente migrantes da área rural do município, mas ainda do estado do Espírito Santo.

Além do destaque dado à circulação, possibilitada pelo transporte coletivo, Seu Manoel relatou experiências do momento em que o bairro foi calçado, na década de 1990, na gestão do prefeito Sérgio Mendes, jornalista que ocupou o cargo executivo municipal entre os anos de 1993-1997. De acordo com Seu Manoel, só havia “rua calçada na pracinha” de Custodópolis e o Parque Nova Campos foi um loteamento que só possuía ruas traçadas, sem nenhuma estrutura. Ele relatou que Seu Francisco sempre comentava com ele que “saíram de uma roça para outra”. Ele questionou que esse comentário era utilizado jocosamente em situações vividas do “lado de lá”. Para rebatê-lo, acionou a posse da casa própria como um princípio de equivalência. “É na roça, mas é minha, não pago aluguel, aluguel come juntinho com você ali, todo mês!”

Seu Manoel chegou à Custodópolis quando o bairro estava em uma nova fase de urbanização, em que as atividades laborais dos novos moradores não eram mais estritamente relacionadas ao setor agrícola. O bairro, a partir da década de

<sup>43</sup> Com relação ao aterramento da Lagoa do Vigário, Souza (2009, p. 38), em seu trabalho dissertativo, coletou um relato do prefeito José Carlos Vieira Barbosa, o qual sinto necessidade de citar na íntegra para complementar a afirmação de Manoel Peçanha sobre a relação entre o aterramento e o crescimento do então distrito de Guarus. Segue o relato: “Na época em que a linha férrea vinha de Vitória, esta tinha como estação final o distrito de Guarus, e muitas pessoas que vinham para Campos em busca de emprego, acabavam ficando em Guarus, aumentando a população. A classe média alta vivia no centro da cidade, já os mais desfavorecidos tinham suas casas em Guarus, principalmente próximo a Lagoa do Vigário.

Havia muitos moradores na margem esquerda da lagoa, e estes reclamavam bastante quando tinham que fazer compras em farmácias, açougues e mercados, pois tinham que margear toda a lagoa para chegar ao comércio local de Guarus.

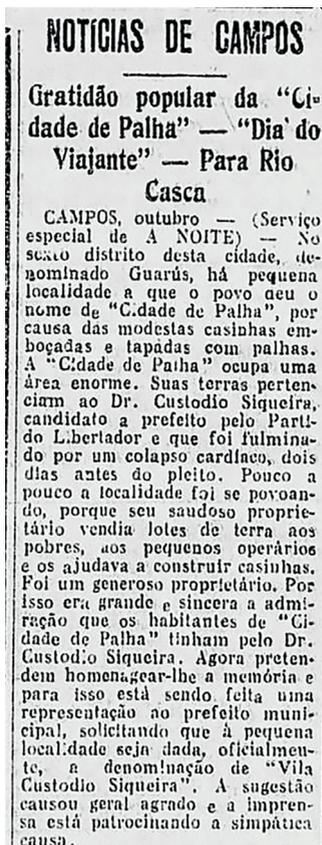
Tendo sido procurado por vários moradores locais a época em que foi prefeito pela primeira vez (1967-1970), resolveu tentar solucionar a demanda. Dirigiu-se ao DNOS, órgão responsável pelas lagoas e pediu autorização para fazer uma ponte fixa que pudesse servir para a travessia, autorização que foi negada pelo DNOS. Mesmo assim, com o intuito de favorecer a população que vivia na margem esquerda da lagoa, “Zezé Barbosa” conseguiu fazer uma ponte móvel com tambores infláveis que conseguiu junto ao Exército, e dessa forma, os moradores quando necessitavam atravessar, utilizavam esses tambores. Com o fim do mandato, houve nova eleição e o vencedor foi Dr. Rockefeller Felisberto de Lima (1971-1972). Em sua gestão, foi iniciada a construção de uma ponte de madeira sobre a Lagoa do Vigário, porém, no final da obra, a ponte não resistiu e caiu, tendo sido levada para o meio da lagoa. Nessa ocasião, “Zezé Barbosa” foi até o DNOS questionar a obra do atual prefeito, uma vez que houvera sido negada a ele quando solicitado, e não obteve êxito na resposta.

Na gestão seguinte, “Zezé Barbosa” foi eleito e iniciou o processo de urbanização no distrito de Guarus, inclusive com o aterro da lagoa para beneficiar os moradores da margem esquerda. Ele informou que foi muito difícil a conclusão do aterro, pois o solo era muito “fofo” e não ajudava a fixar as manilhas. Porém, após muitas tentativas, foi possível terminar a obra. A população da margem esquerda da lagoa ficou muito feliz, e iniciou o processo de urbanização. Só não esperava que as pessoas fossem invadir a margem da lagoa e que fossem jogar lixo e esgoto na mesma. Minha intenção era ajudar a população a se deslocar, e não criar área para construção irregular. A água da lagoa já foi azul, hoje, está muito poluída.”

1940, antes da chegada de Seu Manoel, ganhou novos delineamentos. As Terras de Custódio não eram mais referenciais inteligíveis. Outros enquadramentos foram constituídos pelos novos moradores, ligados diretamente a um mercado de trabalho urbano. As declarações sobre as atividades presentes no bairro passaram a caracterizá-lo como constituído por trabalhadores manuais, com algumas exceções de professores que lecionavam no bairro ou em outras áreas da cidade, como o caso do Professor Gentil de Castro Faria.

Seu Manoel não mora em Custodópolis propriamente, mas no Parque Nova Campos, o que não quer dizer que ele não esteja associado a Custodópolis. Ele participou da formação do Campo do Grêmio e da compra da sede da União da Esperança. Ainda relatou que ele e Seu Nogueira teriam participado de um “movimento” de mudança do nome do bairro de Cidade de Palha para Custodópolis. Seu Manoel, ao discorrer sobre a mudança do nome do bairro, evidenciou uma ação política que eu compreendo como um processo de “limpeza moral<sup>44</sup>” pelo qual o bairro estava passando com a chegada de novos fluxos migratórios.

Figura 5 – Gratidão popular da “Cidade de Palha”



Fonte: Jornal A Noite

<sup>44</sup> Machado da Silva (2008, p. 23-24).

No tocante ao processo de mudança de nome do bairro, Seu Manoel, juntamente com Seu Nogueira, declarou terem ido até o então prefeito Rockefeller Felisberto de Lima, que ocupou o cargo executivo de 1964 a 1966, e pediram a ele que fosse dado um novo nome ao bairro. Essa experiência fora relatada tanto por Seu Manoel, quanto por SS. Ao analisar as informações disponíveis em periódicos da época, percebi uma “contradição” na declaração de ambos. A notícia publicada no Jornal *A Noite* (Figura 5) destaca um processo de mudança que já estava sendo realizado no ano de 1947, antes mesmo da chegada de Seu Manuel ao bairro.

A Figura 5 faz menção a um processo anterior à chegada de Seu Manoel ao bairro, porém uma mudança de nome oficial não é incorporada do dia para a noite. Os próprios periódicos que utilizei nesta pesquisa utilizavam o nome Cidade de Palha e, quando mencionavam Custodópolis, acompanhavam o nome da expressão “mais conhecida como Cidade de Palha”. No entanto, a iniciativa de Seu Manoel e de José Dias Nogueira visava *efetivar* a mudança do nome social do bairro, não apenas o “oficial”. Alterar o nome social do bairro era um processo para *efetivar* a limpeza moral que os novos moradores do bairro idealizavam.

Alguns anos depois de Seu Manoel, chegou ao bairro o Seu Francisco, esposo de Dona Janaína. Ao ver as condições de moradia de seu Francisco “em um cortiço perto da Praça da República”, Seu Manuel o teria convidado para comprar um terreno no Parque Nova Campos, próximo a sua casa. Seu Francisco, ao chegar à localidade ao final dos anos 1960, se inseriu em uma série de atividades já em desenvolvimento em Custodópolis. De acordo com SS, por ter uma “escrita bonita”, Seu Francisco ocupou um cargo na secretaria da Escola de Samba União da Esperança. Ele participou ainda da formação do Grêmio Desportivo.

De acordo com Seu Manoel, eles se conheceram no Mercado Municipal, em uma ocasião na qual o vendedor das “sandálias” de Seu Manoel não estava presente no lugar combinado para pegar o produto para ser vendido. Então Seu Manoel resolveu entregar as sandálias para Seu Francisco, que trabalhava como “vendedor ambulante”. Seu Francisco, desde então, passou a vender os calçados fabricados por Seu Manoel no Mercado.

Seu Francisco morou com os seus pais e irmãos em Travessão de Campos, um distrito da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, e trabalhava fazendo bicos em “casas de famílias na cidade”. Antes de se mudar para a área urbana da cidade, vendia peixes e tapioca com o seu pai e irmão no Fundão<sup>45</sup> e em Sapucaia<sup>46</sup>. Na cidade de Campos, passou a trabalhar como vendedor ambulante no mercado e “fazendo festas” – vendendo diversos produtos em festas em Campos ou nas cidades vizinhas. Sua esposa, Dona Janaína, morava em Morro do Coco com sua família, mas passava a “semana na cidade” – sede do município de Campos –, onde “trabalhava em casa de família para um fazendeiro rico da cidade”, que possuía

<sup>45</sup> Bairro contíguo ao rio Paraíba do Sul, na margem esquerda.

<sup>46</sup> Localidade na área rural do município, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Trata-se de uma área próxima a uma usina de cana-de-açúcar que inclusive a nomeia.

uma “usina” na localidade de Morro do Coco e fora governador do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1966-1967. De acordo com ela, a sua família morava em propriedades nas quais trabalhavam e não tinham “paradeiro”, “viviam se mudando”.

Assim como Seu Manoel, Seu Francisco, ao mudar para a “cidade”, realizava atividades urbanas. Vivenciaram um novo processo de expansão da localidade de Custodópolis e adjacências, relacionado à construção da Ponte Saturnino de Brito, conhecida popularmente como Ponte da Lapa. A circulação se ampliou nesse período e tal processo deu origem a novos bairros, cujos nomes carregam a semiologia da expansão. No caso do bairro de Seu Manoel e Seu Francisco, o Parque Nova Campos, o nome sinaliza algo novo. Em seguida, o Parque Bandeirantes, e na sequência, Parque Eldorado. Estes bairros surgiram contíguos a Custodópolis.

Os dois primeiros dependem dos comércios e serviços que são ofertados na pracinha de Custodópolis, ponto central em relação a esses serviços. Por possuírem pouca oferta de serviços, se tornam praticamente desertos durante os dias de semana em horário comercial. A filha de Seu Francisco, proprietária de uma lanchonete do Parque Nova Campos, relatou sobre certa dificuldade de permanência dos estabelecimentos comerciais que funcionam durante o dia – como mercearias, hortifrúti, açougues, armazéns etc. A sua lanchonete, por funcionar durante a noite, é bem-sucedida, pois, por ser um bairro de moradia e não de trabalho, os trabalhadores consomem após chegarem à casa. Já Custodópolis é um bairro dinâmico, está sempre movimentado devido a sua oferta de comércios. Já ouvi mais de um visitante do bairro dizer que “Custodópolis é Madureira de Campos”, relato que supervaloriza as reais condições apresentadas pelo bairro, mas que o faz dada a sua dinamicidade.

Outras dinâmicas foram experimentadas pelos migrantes que chegaram ao bairro após a década de 1960. Os interlocutores da primeira e segunda geração de migrantes relembram o Cine Teatro Primor, onde eram realizadas apresentações de filmes, artistas locais, festivais de música e ainda reuniões dos moradores para reivindicação de serviços para o bairro, como o pedido da instalação de uma caixa d’água para abastecimento do lugar (GRIPES, 2009). A respeito do cinema, Margarete, moradora do bairro, relatou, zombando de si mesma, o momento em que ela saiu “correndo do cinema até em casa” quando viu o trem na tela vindo em sua direção. Ela contou que tinha medo de trem e, ao vê-lo vindo em sua direção, “danou a correr”.

O Cine Teatro Primor não era apenas um estabelecimento comercial, mas uma das instituições centrais para a realização de atividades de interesse público para os habitantes da localidade. O dono do Cine Teatro Primor possuiu também uma padaria. SS caracterizou a padaria como tendo uma espécie de oferta de “serviço de alto-falante” para transmissão de informações de “utilidade pública”, juntamente com um correio para distribuição de correspondências. O cinema e os demais estabelecimentos comerciais citados aqui foram acabando à medida

que o bairro foi se integrando à sede do município. As vias de comunicação possibilitaram a expansão para o norte e a centralização das atividades de entretenimento na sede. O Cine Teatro, assim como as corridas de cavalos, deixou de fazer parte das atividades locais, que eram bem diversificadas.

Algumas memórias do bairro são lembradas não apenas pelas falas acionadas nas entrevistas, mas constam ainda nos sambas-enredos da Escola de Samba União da Esperança, como a composição a seguir:

#### **Cidade de Palha (Custodópolis)**

Custodópolis  
Vai caminhando em paz  
Foi cidade de palha  
Há muito tempo atrás

Havia jongos  
Havia bailes  
Folia de reis e quadrilha em seu passado  
O cine teatro percorrerá sempre lembrado

Tenho saudades  
Do meu estádio lagoinha  
Onde eu gostava de ver meu come gato jogar  
Era um time aguerrido  
Meu come gato querido  
Me fazia vibrar

Confiando no bom treinador  
José Dias Nogueira  
Eu ficava sentado tranquilo  
Na sombra da mangueira

Também é forte  
Nosso esporte atual,  
Pois tem jogos numa tarde divinal.

Bairro de comércio  
Bem ativo da escola de samba  
Que é motivo de minha inspiração  
Que bela praça, com marquise e orelhão

Avante nossa juventude estudantil  
Formando o futuro do Brasil  
Neste bairro de amor e emoção  
Existem igrejas de várias religiões

E para aumentar o cenário  
Tem o centro social universitário.

Hino de Custodópolis  
Autor: Milton Ribeiro do Nascimento (Neguinho)

A música, que foi samba-enredo da escola de samba, é mobilizada por moradores “mais antigos” como uma referência das memórias do bairro. A letra foi dada a mim por Margarete. Quando acabou a nossa primeira entrevista, ela me prometeu escrever os sambas que ainda guardava em sua memória. Além desse, ela escreveu mais dois. Durante a entrevista com SS, ele interrompeu a fala para pegar uma folha xerocada com o mesmo samba. O samba se tornou uma narrativa sobre o bairro, efetivada nos relatos obtidos por meus interlocutores mais velhos e que apresentam, em suas trajetórias individuais, uma atuação mais significativa na escola.

O referido samba possibilita a compreensão do “cenário” do bairro encontrado por Seu Manuel e Seu Francisco, um bairro com marquise no ponto de ônibus e telefone público chamado de “orelhão”, dois elementos importantes de comunicação. As casas de palha começaram a ser substituídas por novos referenciais. O bairro passou a ser relatado como possuidor de equipamentos, não como aquele cercado de canaviais apenas. O Centro Social Universitário, reconhecido como CSU pelos moradores, é mencionado como um novo elemento presente no “cenário”. A referência ao Centro Social Universitário evidenciou uma disputa política presente na localidade, como destaca o relato a seguir:

*Isso, eu fui cobrado por alguns cabos eleitorais da época, políticos... que eu devia tirar isso do samba. Não vou citar nomes aqui, porque aí falavam de um [político]... nunca, eu não avisava não: vou falar de seu fulano, seu. Veja que eu só citei o nome aqui... Oh, rapaz, eu cortei o samba, cortei o samba, esqueci de falar do José Dias Nogueira. Então eu citei aqui o José Dias Nogueira que já não estava mais entre nós. A minha intenção não era falar de quem fez o centro social, né? [Por] isso me chegam muitos políticos às vezes: “ah você falou do centro social, isso é obra de fulano de tal...”. Eu não tava fazendo campanha, eu tava falando do bairro, entendeu?*

(Pretinho)

Esse relato põe em evidência um repertório que se fez presente no bairro desde a sua formação, o “conhecimento político”. Esse “conhecimento”, mediado por instituições presentes no bairro, foi importante para inseri-lo em uma ampla agenda de oferta de serviços, alguns já destacados por Pretinho. Ao final dos anos 1960, em um processo lento, o bairro começou a receber investimentos que contemplaram não apenas a população concentrada no entorno da praça, mas ainda nos bairros vizinhos. Seu Manoel, ao mencionar o serviço de energia no

período de sua chegada, contou que “puxavam um fio do Rotary” até o Parque Nova Campos para terem acesso à luz elétrica. Seu Manoel relatou ter ficado nove anos sem luz. A iluminação das casas era garantida por “lâmparas de querosene”. Quanto à aquisição de postes de luz para o Parque Nova Campos, Seu Manoel discorreu que os conseguiu em uma ocasião de ensaio da escola de samba na quadra da União da Esperança, quando encontrou com um político local:

**Seu Manoel:** *A luz aqui na época, eu era presidente da União da Esperança, a luz ali na pracinha era no Rotary. O Rotary era pequenininho, não é aquele Rotary de hoje não. Aí tava na época de eleição, 1970, Aí o [candidato] passou... Passou ele e o secretário de energia elétrica, naquela época era Comissão Central de Macabu.*

**Candidato perguntando ao Seu Manoel:** *‘Naguin, tá precisando alguma coisa de mim ae?’*

**Seu Manoel:** *Não, não estou precisando não... PERAÉ... Eu tô sem luz aqui, eu moro aqui no Parque Nova Campos.*

**Candidato:** *‘Vamos lá vê. Aqui, segunda feira eu passo com vocês aqui.’*

**Seu Manoel:** *O engenheiro falou: “[candidato], lá não tem material para botar luz aqui”. Esse poste ali [se referindo ao poste que fica em frente a sua residência] é lá do Parque São José, ia botar luz no Parque São José. E quando eu puxava luz do Rotary pra cá, ia chegar para mim uma lâmparina, pois todo mundo puxava luz pra ‘vim’ pra cá. Candidato falou: ‘Tira o material lá do Parque São José pra botar aqui.’ Eu tava com a minha casa instalada, com [candidato] e ele disse: ‘aqui, quarta feira você vai ter luz aqui’. Ai, MEU DEUS! Nove anos que eu fiquei sem luz aqui. Ahhh, rapaz... Sexta feira eu fui lá e comprei uma televisão. Uma TV de quatro pé. A casa ficava cheia de criança. Olha ali os dois postes ali oh. O ‘menorzinho’. Mudou há pouco tempo.*

Até aqui se pode observar os diferentes momentos experimentados pelo bairro, bem como seus novos delineamentos, à medida que novos grupos o ocupavam. Os atores que tinham acesso aos políticos locais se aproximam do que Machado da Silva denominou *burguesia favelada* (2011 [1967], p. 702). Esse conceito foi cunhado na década de 1960, quando o autor realizou uma reflexão sobre as diferenciações existentes entre “moradores de favela”. Em Custodópolis, os que possuíam conhecimento político passaram a possuir *notoriedade*<sup>47</sup> em relação aos demais moradores, por serem capazes de captar recursos para o bairro, mas, ao atravessarem a ponte para o *outro lado*, são *ordinários* ou desqualificados, por não terem uma reputação ampla na cidade. O notório de Custodópolis se torna apenas um “morador de Guarus” ao atravessar a ponte, no caso específico de Seu Manoel Peçanha, “rato” e “morador da palha”, como destacarei mais à frente.

<sup>47</sup> Quanto à noção de *notoriedade*, Blanc (2013), em uma pesquisa realizada em um contexto de uma cidade pequena, identificou as cadeias de reputação e seus respectivos membros como notórios, sobretudo para essas cadeias. Os notórios são aqueles que têm valor elevado em uma dada cadeia de reputação, que eu traduzo aqui por grupo. A *notoriedade* usada aqui pode ser comparada ao *status de prestígio* de Goffman (1988).

Além do trabalho de Machado da Silva, posteriormente, em uma pesquisa de referência sobre bairros de expansão urbana, Lícia Valladares descreve a relação de “cabos eleitorais” com políticos, cujo objetivo era alcançar “[...] proteção e garantias contra forças hostis” à favela (1978, p. 27). Destaco que o próprio Machado da Silva (2011 [1967]) já sinalizara que tal fato não ocorre exclusivamente nessas regiões, mas também em bairros de classe média alta.

Seu Manoel, comerciante do bairro, possuía *provas* que lhe conferiam um *status* de grande em relação aos demais moradores do bairro, do ponto de vista de um ordenamento ancorado na noção de *cit * cívica de Boltanski e Thévenot (1991), pois deixa de ser um ator singular para tornar-se um porta-voz, aquele que exerce fun es de “utilidade pública”.

O “conhecimento político” presente no repertório de Seu Manoel pode ser traduzido por uma rela o direta com políticos locais, o que Machado da Silva denominou “conchavos entre representantes e candidatos” (2011 [1967], p. 704). A aquisi o da luz elétrica para o bairro   mediada pela União da Esperança, que não   uma institui o a ser compreendida apenas pelo lazer, mas ainda como uma mediadora de recursos para o bairro, tratando-se, portanto, de um ator não humano que integra o repertório de objetos de uma *cit * cívica. Sobre a escola de samba e a política, Leeds e Leeds (2015, p. 172) explicam:

  preciso ter visto a súbita chegada e a igualmente súbita saída de candidatos, deputados, funcionários estatais (como Lutero Vargas, filho de Getúlio, no Jacarezinho e na Mangueira, e o governador Negrão de Lima e a secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, Hortência Abranches, também na Mangueira) em ensaios, cerim nias e festas da escola de samba.

Os autores, além de tratarem de uma atua o política por meio das atividades realizadas no interior da escola de samba, conferem   entidade um papel importante quanto   sua capacidade de organiza o – garantida em meio a disputas internas bem acirradas –, uma vez que proporciona   localidade, bem como   própria escola, o que os autores chamam de “moralidade”, isto  , elabora-se uma reputa o que tem um amplo alcance, incidindo fortemente na inser o da agremia o no repertório de objetos da política local.

Outra situa o relatada por Seu Manoel Peçanha em uma conversa de esquina foi o processo de aquisi o de recursos para o aterramento do Campo do Grêmio e a constru o da sede, como veremos a seguir, em um trecho de meu relato de campo:

[...] Após falarmos sobre a Estrada do Nogueira, começamos a conversar sobre o Grêmio. Ele disse que nem ele, nem Lauzinho estão podendo ir lá, pois estão velhos. Disse ainda que foram eles dois que fundaram o campo, e se continuar do jeito que está, terão que entregar

o campo para a prefeitura. Ele reclamou sobre o novo grupo que está à frente do time, que “está se achando dono daquilo lá”. Ele reclamou ainda da nova diretoria ter tirado as fotos e placas que ficavam na parede. Falou, com um ar exaltado, que irá lá a um domingo qualquer, e colocará em cima da mesa o seu título de sócio proprietário.

Após falar sobre isso, me disse como foi a fundação do estádio. Segundo relatou, juntamente com Lauzinho, conseguiu apoio para aquisição do terreno e, futuramente, construção da sede. O campo era chamado de lagoinha, pois era uma “baixada” e ficava com água após as chuvas. Como o terreno era em uma área baixa, tiveram que fazer o aterramento. Na gestão do prefeito Rockefeller de Lima, eles dois conseguiram que os caminhões da limpeza pública depositassem “lixo” no terreno para dar início ao aterramento. [Manoel] disse que todos diziam que o lugar era um chiqueiro de porco, pois era lugar de depósito de lixo. Após a colocação de lixo, [Milton] Bárbara, que no momento era chefe do Departamento de Estrada e Rodagem, conseguiu terra para colocar por cima do lixo e, finalmente, fazer o aplainamento do terreno.

Com o campo aterrado — lembrando que o campo já era utilizado antes disso — eles começaram a organizarem-se para a construção da sede. De acordo com Seu Manoel, ele foi à Distribuidora Mercantil e comprou geladeira, radiola, fogão, bicicleta, dentre outros prêmios. Ele começou a vender cartelas de bingo nos estabelecimentos comerciais do bairro, onde ficavam dispostos alguns dos prêmios. Em seu Argeu ele deixou um, em Manoelzinho deixou outro... Ele disse que muita gente falou que não ia dar certo, inclusive, [Lucemir], que não apoiou a iniciativa. Ele, com ar de alegria e lágrima nos olhos, disse que, com menos de um mês faltando para a realização do bingo, eles já haviam vendido todas as cartelas. “O bingo foi um sucesso!”. E depois, com o “sucesso” do bingo, “todo mundo chegou pra perto querendo aparecer”, inclusive, o “pessoal [de Leucemir]”, “que não ajudou em nada”. Ele disse que não deu muita confiança para o pessoal que queria aparecer depois do sucesso do bingo. Eles conseguiram angariar fundos para a construção da sede, e o nome do estádio passou a ser o do pai de falecido Bacalhau (Edinho), que participou do processo. O pessoal [de Leucemir] não gostou, pois eles queriam colocar o nome de gente dele, mas seu [Manoel] “barrou” e não deu “confiança”. [trecho da nota de campo do dia 15 de novembro de 2015].

O Campo do Grêmio é um dos muitos exemplos de espaços de exercício da “vida política” do bairro, que sempre foi mediada por instituições que sequer eram concebidas para esses fins. A capacidade de associação mediada por instituições, sejam elas quais forem, acaba construindo uma agenda que ultrapassa a atividade-fim da organização.

A vida política no bairro, inclusive, colabora para a formação de diferentes grupos de oposição que estão a todo tempo disputando entre si a manutenção da

notoriedade. Ao questionar o não reconhecimento de sua importância pela nova geração do Grêmio, Seu Manoel mobiliza o seu “título de sócio proprietário” como provas de sua reputação.

Seu Manoel deve ser pensado a partir de um contexto definido por uma forte atuação política. Na fábrica de tecidos<sup>48</sup> onde trabalhou, havia uma “célula” do PCB, ou seja, uma organização entre trabalhadores que discutiam ações do Partido Comunista. Foi visitada por Prestes no ano de 1945 (GOMES, 2000, p. 51-52). Havia um forte engajamento por parte de alguns dos trabalhadores da fábrica em ações políticas cujo fim era a causa operária. Seu Manoel não se autodenomina membro do PCB ou membro de outra sigla. Os *partidos* defendidos por ele são: União da Esperança e Grêmio, segundo suas próprias palavras. Essas instituições foram e ainda são importantes espaços de mobilização, pois têm a capacidade de reunir alguns moradores do bairro em favor de um interesse comum e, por mais que não sejam capazes de mobilizar todos, conseguem recursos que beneficiam todos os moradores. Uma simples reforma no estádio de futebol pode incidir sobre o bem de todos os moradores do bairro.

Seu Francisco, assim como Seu Manoel, se estabeleceu na “cidade” e, de vendedor ambulante, passou a comerciante no Mercado Municipal. Juntamente com a sua esposa, “montou” uma loja de sapatos nas imediações do mercado. Seu Francisco, como dito por SS, se tornou outra liderança no bairro. SS destacou que Seu Francisco logo integrou a diretoria da escola de samba por possuir uma “escrita bonita”. A “escrita bonita” era um recurso que agregava valor, pois o próprio SS afirmou não ter aprendido a escrever certo, como alguns de seus pares, pois a escrita não é valorizada em ocupações por eles exercidas. O próprio SS relatou que “sabe ser açougueiro”, mas não possui “muito estudo”. Seu Francisco, além de ocupação de um cargo na diretoria da escola de samba, ocupou postos de diretoria no Time de Futebol Grêmio, como Seu Manoel.

Os comerciantes do bairro, como as próprias famílias tradicionais (BLANC; ASSIS, *no prelo*) da cidade de Campos dos Goytacazes, ou mesmo a *sociedade campista* (CUNHA, 2007), eram responsáveis pela monopolização dos recursos via “conhecimento político”. A garantia de recursos para o bairro se dava em uma relação pragmática de troca, na qual os recursos eram obtidos mediante a capacidade de “ganhar votos” para o candidato. Portanto, período eleitoral era extremamente valorizado, seja pelos mais velhos, na aquisição de recursos para si ou para o bairro, seja pelos mais jovens, cujo pedido poderia ir desde uma bola nova ou uniforme para o time de futebol. Nessa situação, a

<sup>48</sup> Com relação a um movimento operário presente nas fábricas de tecidos, Lopes (1988, p. 327), em seu trabalho de doutoramento, aponta para um movimento que ele denomina “microfísica da resistência” surgido no interior das fábricas após um processo de reorganização da produção que se deu ao final dos anos 1940. Os referenciais teóricos mobilizados pelo autor não são os meus, porém seu rico material empírico muito contribui para uma reflexão acerca de possíveis enquadramentos cognitivos presentes no contexto das fábricas de tecidos, o que não foi muito diferente em Campos.

capacidade de cumprir uma promessa feita tem mais relevância do que a própria filiação partidária do candidato. O que está em jogo é a obtenção de recursos. Machado da Silva (2011, p. 716) trata essa atitude não como uma ingenuidade ou inabilidade, mas como “realista”, sendo “orientada por resultados em curto prazo”. Tais acessos, no caso estudado, são mediados pelas lideranças compostas pelas famílias antigas no bairro, pois elas, em alguma medida, têm mais acesso às instituições locais.

Seu Nogueira foi um comerciante no bairro, assim como Seu Manoel, Seu Francisco, o pai, o tio e o irmão de Ângela. Ser comerciante conferia uma reputação no bairro equivalente à das famílias tradicionais na cidade mais ampla. Essas “famílias antigas” do bairro tinham um acesso diferenciado aos recursos políticos e de moradia, por ocuparem as principais ruas de chegada ao bairro, que, por sinal, são as que apresentam melhor pavimentação. Quando Seu Manoel se refere ao calçamento da rua, salienta que a largura de sua calçada foi maior do que a dos demais moradores. O acesso aos recursos é diferenciado entre os moradores do bairro. Ser parte de uma família antiga e ter conhecimento político são recursos importantes na escala de valores do bairro, dado incidir sobre condições objetivas de moradia (melhores terrenos, reputação local, redes de relações entre grupos de maior reputação, entre outros fatores).

Seu Manoel, de comerciante de roupas e operário da fábrica de tecidos, tornou-se proprietário de uma fábrica de calçados e, além de comercializar no bairro, passou a estabelecer parcerias com comerciantes do entorno do Mercado Municipal. Seu Francisco, de “camelô”, se tornou “patrão”, proprietário de uma loja de calçados na rua João Pessoa. Sua esposa, que trabalhava como “empregada doméstica” em “casa de família”, passou a “patroa” de Margarete. O pai de Ângela, de “capataz da fazenda” e “negociante viajante”, tornou-se comerciante no bairro, além de possuir “vários terrenos” comprados diretamente de Custódio Siqueira. Esses grupos, outrora operários, passaram a ocupar a posição privilegiada no bairro. Sua trajetória lhes outorgou símbolos de prestígio na localidade e, em alguns casos, fora dela. Como famílias antigas, assumiram *status* elevado, especialmente entre os novos fluxos de moradores, chegados posteriormente ao bairro.

Esses recursos de diferenciação não são privilégios das denominadas famílias tradicionais da “margem direita” e ocorrem em diferentes gradações. Essa constituição não se dá via poder aquisitivo somente, mas também a partir de uma moralização do território ocupado. O antigo capataz, pai de Ângela, também proprietário do armazém do bairro, e os outros comerciantes com “conhecimento político” passaram a constituir as famílias tradicionais do “bairro de operários”. A reputação está vinculada à capacidade de realizar ações de “utilidade pública” e o comércio é parte do repertório de objetos para esse fim.

### 4.3 Redefinição da situação na Cidade de Palha: novos repertórios de objetos embutidos no *progresso*

**[Qual foi a sua trajetória, Evaldo?]** *Minha família morava no... Morro do esqueleto, era uma favela do esqueleto, hoje é Uenf [UERJ], né? Em frente ao portão do Maracanã, pelo largo do Maracanã. Aquilo ali ficou inacabado o virou uma favela. Aí ficou chamada favela do esqueleto. Aí fomos morar no São José, e depois viemos para cá. Em cinquenta e seis fomos morar em Custodópolis, que era Cidade de Palha, né? Eu tava com sete anos, sete anos, sete anos. Foi um tempo bom, né? Aquele tempo que não volta mais. Nego diz: Ah... Tempo de escravo. Digo nada, era um tempo de você brincar, curtir amizade mais forte. Mas a re... evolução tem que haver, né? Aí vem a modificação. Dá lugar as outras coisas se faz necessário. Para hoje chegar a Custodópolis muitas águas rolaram. E eu ficava feliz quando eu vim morar no Rio, fui morar lá em Bonsucesso, na Favela da Maré, Nova Holanda. Lá também, por incrível... Lá também nós fundamos o 'mataram meu gato', que hoje é o 'Gato de Bonsucesso'. Aí levei muitas coisas daqui, mesmo sendo lá no Rio eu levei muitas coisas daqui, né? Mas foi muito bom, nós não tínhamos nada, né? (Evaldo).*

O trecho citado se refere a uma pequena parte de uma longa entrevista realizada com Evaldo, que por um tempo foi morador da “Favela do Esqueleto”/RJ, removida pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda<sup>49</sup>. O momento do retorno da família de Evaldo a Campos é combinado com a do processo de remoção dos moradores da denominada Favela do Esqueleto, que teve seu fim na década de 1960. Evaldo morou inicialmente no Parque São José, uma área localizada próxima à Estrada do Fundão, no Parque Aldeia, um local que tem esse nome por ter sido uma área de aldeamento indígena (FEYDIT, 1979, p. 95) e posteriormente (1940) ocupada por antigos trabalhadores de usinas que decretaram falência (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005, p. 15).

O retorno da família de Evaldo a Campos dos Goytacazes se deu quando ele ainda era jovem, o que fez com que acionasse uma série de memórias *lúdicas* do bairro. Situações colocadas por ele como sendo pertencentes ao “tempo antigo” estão relacionadas a uma síntese que faz de suas experiências no bairro. É comum ouvir a palavra “tempo” antes de uma situação específica, remetendo ao passado; aos “antigos”, aos “escravos”, aos “canaviais”, enfim, um tempo que é acionado a todo o momento pelos entrevistados para sintetizar diferentes cenários presentes no bairro. No momento em que o recorte é elaborado, o ator faz a síntese<sup>50</sup> de um mundo composto de objetos dotados de significados que dão sentido às diferentes atividades presentes dentro e fora do bairro.

<sup>49</sup> Valladares, L. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

<sup>50</sup> Sobre essa capacidade de síntese, Norbert Elias (1998 [1984], p. 33) nos fornece uma grande contribuição que qualifica a percepção dos atores como dotadas de uma capacidade de síntese estruturada pela experiência.

Como as entrevistas foram realizadas com pessoas de diferentes faixas etárias e que fazem parte de diferentes grupos sociais do bairro, distintas moralidades são evidenciadas como constituinte da grande região moral de Custodópolis. Desse modo, os quadros de referências mobilizados não são os mesmos para os diferentes grupos que vivem no bairro. Ao perguntar sobre a trajetória de Evaldo, ele a associa aos seguintes atores não humanos: o futebol no time Come Gato; a Escola de Samba União da Esperança; o terreiro; o jongo; o pagode; a pracinha; o canavial; a usina; o comércio; a caipira; as festas de santos no Imbé, em Travessão, em Santa Cruz; entre outros elementos que ele identifica como parte de sua trajetória no bairro, logo, sendo constitutivos do seu contexto de experiência, como no relato a seguir:

*Para hoje chegar a Custodópolis muitas águas rolaram. Tinha o Come gato, que era o time da localidade, aonde tinha muitos craques bons, aí depois fundaram um bloco, e esse bloco rolou por uns tempos, depois fundaram a escola de samba [você se lembra do nome do bloco?]. Não guardei. Era um bloco da rapaziada, tinha Chapita, tinha Vanderlei, que era um dos fundador, tinha Alguzinho, tinha muita gente da antiga... e aí com o apoio do vereador Zezé Simão, né? Que é... daquela época era vereador, que ajudava com tudo, né? Tava em todas! Aí, num bate papo na pracinha, de baixo do pé de Mojolo, tinha um pé de mojolo ali na pracinha. Aí tiveram a ideia de formar uma escola de samba, que era União da Esperança, que era verde e branco, aí nós desfílamos de verde e branco durante uns quatro ou cinco anos. Aí eu tive que me ausentar também, né? Saí daqui, deixei verde-branco, quando eu voltei, já era verde-rosa (risos). São vinte e seis campeonatos, né? (Evaldo).*

Com relação ao futebol, o time Come Gato passou por uma série de modificações à medida que novos atores se mudaram para a localidade. O time de futebol se iniciou como Come Gato, nome relacionado ao hábito do churrasco de gato, uma prática possível entre os jogadores ao final das partidas. Zezé Simão, apresentado como “vereador” por Evaldo, modificou o nome do time para Custodópolis Futebol Clube; posteriormente o nome foi alterado por Manoel Peçanha para Grêmio Esportivo. O Grêmio Esportivo, de acordo com a Liga Esportiva de Campos e Desportos (LCD), foi criado em 1972<sup>51</sup>. Sua sede situa-se no limite dos bairros de Custodópolis e Nova Campos e a sua entrada é pela rua Patrício Menezes, em Custodópolis, referenciada por Rua do Grêmio.

O futebol é central na sociabilidade de alguns moradores do bairro, sobretudo homens. A sociabilidade masculina em torno da participação em jogos de futebol envolve a realização de festas, geralmente churrascos. O Campo do Grêmio se tornou uma referência local importante. A rua Patrício Menezes é uma referência, mas a Rua do Grêmio é mais inteligível na cartografia local, constituindo-se como um dos

<sup>51</sup> Disponível em: <http://ligacampistadesportos.blogspot.com.br/2014/04/gremio-ec.html>. Acesso em: 2 maio 2016.

pontos de referência indexicais existentes no bairro. As instituições são referenciais mais conhecidas do que o nome oficial da rua propriamente. As instituições são tomadas aqui como atores não humanos privilegiados quanto à ação política e à visibilidade dos moradores do bairro em um contexto mais amplo. Em algumas situações no interior do bairro, elas estão associadas aos problemas em potencial e, em outras, aos referenciais que tornam o bairro amplamente reconhecido na cidade. Evaldo, por exemplo, destaca Custodópolis como sendo “representada por alguma *entidade* em termos de samba, bola, igreja católica, igreja de crente”.

As instituições tinham por finalidade não apenas suas atividades-fim, mas a representação do bairro perante os demais na cidade como um todo. As instituições presentes no bairro, sobretudo a escola de samba e o futebol, podem ser comparadas aos clubes sociais presentes nas camadas superiores da *sociedade campista* cujas atividades sociais eram realizadas nos seguintes clubes: Automóvel Clube Fluminense, Clube de Regatas Rio Branco, Clube de Regatas Saldanha da Gama e Tênis Club de Campos (SANTAFÉ, 2002).

Além do futebol, Evaldo mencionou a Escola de Samba União da Esperança, que surgiu a partir de um bloco carnavalesco criada embaixo do pé de Mojolo<sup>52</sup> na pracinha segundo ele. A escola de samba é um referencial importante em seu contexto, mas é categorizada moralmente de variadas formas, de acordo com a interação de cada grupo que vive no bairro, segundo foi possível observar entre meus interlocutores. A escola, a princípio, tinha suas cores verde e branco; o seu símbolo inicial era um aperto de mão de uma mão branca com outra negra. Essa pintura ainda existe no interior da quadra da escola, símbolo que deu nome à agremiação: União da Esperança.

Os significados em torno da fundação da escola revelam a existência de um *acordo* entre os diferentes grupos que compunham a localidade, em razão de haver uma relação de vizinhança entre negros, netos ou filhos de pessoas escravizadas, brancos migrantes do interior e antigos capatazes das extintas fazendas da localidade. A interação constante de negros e brancos potencializou a criação de uma instituição que afirmasse simbolicamente a união de duas raças.

A escola de samba, de acordo os relatos e a informação que consta no seu portão, fora fundada oficialmente em 1958. Evaldo sugere que teria surgido a partir de pequenas reuniões na pracinha, mas segundo todos os outros relatos obtidos, a União da Esperança foi fundada no quintal de Dona Sula Batista<sup>53</sup>, avó de Margarete.

<sup>52</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete, o mojolo é uma árvore da família das leguminosas, nativa do Brasil, de casca espinhosa e madeira dura e parda.

<sup>53</sup> Sobre a criação da Escola União da Esperança, todos os entrevistados afirmaram ter surgido no quintal de Dona Sula, avó de Margarete. Esse dado coletado no campo foi confirmado no livro de Almeida (s.n.t), no qual ele faz a seguinte descrição: “Quando Armando Magalhães se reuniu com Wanderlei, Badinho, Wenceslau Brás, embaixo do pé de manga da casa de Dona [Sula Batista], não imaginavam que estava semeando em terreno tão fértil o terreno do samba”. Margarete apontou para a árvore que é mencionada como o lugar de origem da escola, e destacou que podem fazer tudo com o terreno, menos “tocar” na árvore. Esse “ator não humano” torna-se constitutivo da memória de sua família.

A União da Esperança sofreu alteração, segundo Evaldo, a partir da visita de Natal da Portela<sup>54</sup>, quando trouxe consigo “dois vagões de gente para batizar a escola”. A partir da referida visita, a escola teria sofrido modificações em relação aos seus símbolos. A águia tomou o lugar do aperto de mão e, posteriormente, suas cores passaram para verde-rosa, “em homenagem a algumas pessoas da diretoria [da União da Esperança] que tinham amizade na Mangueira”. Sobre a relação da agremiação local com a escola de samba carioca, Almeida (s.n.t), um escritor com grande inserção no carnaval de Campos, faz a seguinte consideração:

Neste período [na ocasião do aniversário do Rio de Janeiro] também, a União da Esperança fez uma promoção de gabarito, trouxe a Campos, para uma passeata na cidade, mais de uma centena de componentes da Portela que deram um grande show na passarela. Nesta época ainda na praça São Salvador.

O trecho destacado corrobora a afirmação de Evaldo e demonstra uma circulação de objetos que compunham as moralidades presentes em Custodópolis e em Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro. Essas navegações possibilitam a demarcação de novas regiões morais a partir de um quadro de referência mais central, nesse caso, o presente na capital do Estado. Essas influências são muito presentes na escola de samba e contribuíram para a consolidação da reputação da instituição para além do bairro. As transposições dos signos das escolas de referência da capital do estado para a escola de samba do bairro evidenciam a circulação entre mundos que compartilham os mesmos enquadramentos cognitivos. Esse fato se reflete inclusive na religião. Um ex-integrante da escola, Pretinho, hoje “convertido” à Igreja Cristã do Brasil, relatou em entrevista que viaja sempre para Madureira para participar de eventos religiosos, evidenciando assim um circuito de circulação que estabeleceu ao longo do tempo entre essas instituições e pessoas, mobilidade essa ampliada pelo compartilhamento de signos e significados, e que tem a agremiação, em Custodópolis e no Rio, como pontos de convergência que potencializam o trânsito em direção à capital e vice versa.

O Grêmio Recreativo de Samba União da Esperança foi uma porta de entrada para que eu desse início ao meu trabalho de campo no bairro. Desde o segundo ano do meu doutorado, em 2013, participei dos desfiles da escola de samba, no Centro de Eventos Populares Osório Peixoto (Cepop). O que me chamou atenção foi a significativa presença de integrantes negros. Nesse ano, o animador cultural que fazia o anúncio da entrada das escolas de samba foi enfático ao afirmar que a escola estava com a “comunidade em peso na avenida”. A escola quase foi rebaixada e, no ano seguinte, 2014, houve mudanças na diretoria da escola, que conseguiu elevá-la

<sup>54</sup> Natal da Portela, como é conhecido, tem a sua trajetória de vida relacionada a uma série de atividades no bairro de Madureira no Rio de Janeiro. Segundo Araújo e Jório (1975), “[...] a história da Portela está intimamente ligada à vida de Natal, já que foi no fundo da casa de seu pai, na esquina da rua Joaquim Teixeira com a Estrada do Portela, que foi fundada a escola, em 11 de abril de 1923”.

ao terceiro lugar, muito comemorado pelos membros. O que se destaca entre um desfile e outro foi a forte presença de participantes brancos, incluindo um grande contingente de assistas, destaques e foliões não pertencentes à comunidade, no desfile de 2014. Em minha observação direta, no momento em que desfilava na escola, tive dificuldade de identificar membros da comunidade.

A Escola de Samba União da Esperança recebe diferentes representações a partir do contexto de experiência de cada morador do bairro. Ela é associada não somente ao samba, mas às moralidades que o compõem no bairro, a partir de diferentes práticas ou expressões culturais, como o jongo, o terreiro, a festa de São Jorge, o pagode, a Folia de Reis, o *funk*, que utilizam ou utilizaram, ao longo da história do bairro, esse espaço para a realização de seus eventos. Tomadas em conjunto, essas práticas expressam moralmente uma combinação de *valores quilombolas*<sup>55</sup> com *sertanejos*<sup>56</sup>. É importante pensarmos na escola de samba como uma instituição que agrega diferentes repertórios presentes no bairro. No caso dessa entidade, há uma fusão entre os descendentes de africanos escravizados e os brancos que estavam ocupando o bairro. Sobre o repertório de objetos presentes nessas moralidades sintetizadas por Evaldo como “típicas do tempo antigo, tempo da roça”, salientamos algumas:

*...fui morar lá em Bonsucesso, na Favela da Maré, Nova Holanda. Lá também, por incrível... Lá também nós fundamos o 'mataram meu gato', que hoje é o Gato de Bonsucesso. Aí levei muitas coisas daqui, mesmo sendo lá no Rio eu levei muitas coisas daqui, né? Que era uma herança dos tempos vividos, como Maria Anita, com aquele tambor, com aquele jongo, né? Tambor de terreiro, aquele jongo dela. Tinha muitas melodias bonita, e aí então, a gente pegava a melodia bonita e passava pra pagode. [pensativo] É... Vinha aqui passear, levava um jongo, botava no pagode. Afinal, quando a escola chegou aqui o pagode começou, porque aqui não tinha nada, esse negócio de pagode. Era Texerinha, era essas músicas assim, sertaneja, música típica do tempo antigo, do tempo da roça. [aqui em Custodópolis?] É, era Texerinha, tinha uma poção de cantor daquela época. Muito antigo! Jorge Veiga, Dicéia Batista, Emilinha Borba, uma série... Então o pagode foi chegando, foi chegando. E hoje Custodópolis é uma herança da Cidade de Palha do jongo, do tudo... Fez uma mistura, uma miscigenação, você sente no pagode que tá misturado.*

<sup>55</sup> Quilombola não é pensado aqui como uma categoria oriunda de políticas públicas direcionadas aos grupos considerados remanescentes de quilombos, mas um conceito para tornar inteligíveis aspectos de uma moralidade presente em territórios cuja presença negra é predominante, sobretudo aqueles que, de alguma forma, descendem de grupos que foram escravizados. Nessas situações, uma série de elementos morais se fazem presentes e permitem uma circulação que ultrapassa o território ocupado, como o jongo mencionado por Evaldo. A prática do jongo propiciava uma circulação por outras áreas do município e até mesmo do estado.

<sup>56</sup> Com relação à moralidade citada, é entendida aqui por elementos trazidos de um contexto rural, denominado “roça” pelos interlocutores deste trabalho. Quando há menção a tal contexto, uma série de elementos são trazidos à tona, a saber: trabalho, culinária, eventos recreativos, ausência de recursos urbanos, ou seja, situações de um cotidiano rural.

Evaldo, a partir de um recorte temporal denominado “tempo dos antigos”, estabelece uma relação entre objetos, práticas e valores para falar da escola de samba. Para Thomas e Znaniecki (2006 [1918], p. 110), valor é: “[...] cualquier dato que tenga un contenido empírico accesible para los miembros de un grupo social, y un significado con respecto a lo que es o puede ser un objeto de actividad”<sup>57</sup>. As atividades envolvendo atores humanos em relação com não humanos enunciavam os quadros de referências que orientam as práticas dos indivíduos ou grupos. Desse modo, as práticas, bem como o que as envolvia, estavam intimamente relacionadas às moralidades experimentadas nas situações vivenciadas por aqueles grupos e pelas gerações imediatas que os sucederam.

Em relação ao jongo de Maria Anita, relatado por Evaldo, em uma matéria do jornal *A Notícia*, de junho de 1977, Osório Peixoto da Silva destacou que “Caminhando para a direita, a gente já encontra em Custodópolis, o Terreiro de Jongo de Maria Anita. Todo sábado a gente pode encontrar um Jongo cerrado, com batuque e pontos magníficos, onde a poesia popular é encontrada intacta”<sup>58</sup>. O autor da reportagem fez uma análise essencialista, por se tratar muito mais de uma reportagem jornalística cujo objetivo era promover a localidade. Ele demonstra um deslumbramento com a prática da Maria Anita, que não era uma referência apenas para ele, mas para o Evaldo, que levava os jongs do terreiro dela para o Rio de Janeiro e os transformava em pagodes para serem cantados pelo grupo que ele integrava.

Assim como Evaldo, Silva (1977) também apontou a presença do “terreiro”. Este era um ator não humano importante, cuja objetivação da categoria era dada a partir de elementos que ultrapassavam a sua dimensão física. De acordo com os relatos dos moradores que vivenciavam a prática do jongo, o terreiro era o lugar que se fazia samba, jongo e macumba. A última é uma categoria nativa que, quando dita internamente, refere-se à prática da umbanda ou candomblé, mas, quando dita por grupos que compartilham outros valores, assume uma categorização moral de desqualificação.

Evaldo caracteriza sua mãe biológica como Mãe de Santo e ele, ainda pequeno, tocava atabaque no terreiro. A sua relação com o terreiro lhe possibilitou circular por demais territórios da cidade para tocar tambor nas festas de santo<sup>59</sup>, como ele destaca a seguir:

*A gente lembra antigamente... hoje ninguém quer cantar jongo, ninguém quer bater macumba, terreiro. Hoje é difícil, antigamente a gente vivia assim: vamos a Travessão? A gente ia até a pé, se fosse o*

<sup>57</sup> “Valor social significa qualquer informação que tem um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social, e um significado com relação ao que é ou pode ser um objeto de atividade”.

<sup>58</sup> Silva, O. P. Jongo e Garrafada. *Monitor Campista*, Campos, 19 jun. 1977. 2º Caderno.

<sup>59</sup> A definição dada por Evaldo às “festas de santo” é equivalente às apresentadas no trabalho de Zaluar (1983), nas quais eram realizadas diversas atividades que prestavam homenagens aos santos de devoção daqueles que realizavam a festa.

*caso. Pela fazenda do alto, comé [como é], Abadia, é, no Imbé, esses lugar, as festas de Santa Cruz. As pessoas se sacrificava, mas ia, porque era uma coisa do tempo antigo, porque era assim, uma coisa do tempo antigo, que vinha ser... é... Você vinha dando continuação. Hoje surgiram outras coisas; lambada, axé [lamentando].*

Duas das localidades mencionadas por ele são destacadas em dois trabalhos dissertativos sobre territórios quilombolas localizados no Imbé e em Travessão. Ribeiro (2011), em seu trabalho com *remanescentes de quilombos* em Conceição do Imbé, em Campos, delinea o cenário presente nos relatos de Evaldo. Evaldo faz menção às festas de santo da comunidade como sendo “coisas do tempo antigo”, o que é confirmado pela autora, quando destaca a “[...] presença da religião [evangélica] muito forte” (RIBEIRO, 2011, p. 98) como um empecilho para permanência de eventos envolvendo a dança e o jongo. Essas atividades acionam moralidades dos “mais antigos”, que eram ligados à “macumba”, ao “candomblé” e ao “espiritismo”, portanto negadas pelos grupos que hoje integram a Igreja Evangélica (RIBEIRO, 2011, p. 51).

Outro trabalho relacionado ao jongo em Travessão de Campos, apresenta a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de uma busca pela “revalorização do negro (...) incentivando rodas de Jongo”. O território, apresentado como tendo remanescente de quilombo, acaba por receber uma série de projetos de “recuperação” de elementos presentes outrora (BASTOS, 2011, p. 142).

Em relação ao jongo em Custodópolis, há uma construção política da categoria “jongo”, na qual grupos que compartilham valores quilombolas sentem-se motivados a envolverem-se em uma luta pelo reconhecimento dessa identidade no espaço público, o que Peláez (2013) denomina *politização da cultura*. A autora destaca a utilização da *cultura* como um modo de *justificação* plausível às reivindicações de reconhecimento identitário. Nesse caso, há atualmente uma proposta de enquadrar *identidade* quilombola de Custodópolis em uma retórica que torne plausível o reconhecimento de um “patrimônio imaterial”, isto é, um referencial objetivo, no qual o jongo é mobilizado como um dispositivo de mediação entre o presente e o passado do lugar. Esse objetivo vai ao encontro da lamentação de Evaldo, que saudosamente reflete sobre a ausência das “coisas dos antigos”.

Os trabalhos mencionados corroboram as declarações feitas por Evaldo, que percorria os circuitos de sociabilidade contíguos à Custodópolis em termos de conteúdos morais, como a práticas quilombolas, em que a presença do terreiro, do tambor, do jongo e das danças se faziam perfeitamente inteligíveis em seus enquadramentos cognitivos. Durante a nossa entrevista, ele ouviu um batuque de tambor, logo identificou e chamou minha atenção para o som, que havia passado despercebido. No relato de Evaldo, pude identificar ainda três Folias de Reis, cuja prática, segundo ele, era um momento de “diversão” e “devoção”. Vejamos o seu relato sobre este aspecto:

*Tinha Folia de Reis. Eu amanhecia (ainda era garoto) atrás de Folia de Reis... [Era a folia do seu Valdecir Da Hora?] Ah, conheço seu Valdecir Da Hora, mas eu gostava muito do..., que inclusive, o Valdir era o meu parceiro na época. A gente acompanhava muito a quadrilha do Zé Laurindo, que era do pai dele, e a gente que trazia as peças. Juntava a criançada e ia lá buscar. Eles (os dançarinos) ficavam cansados de tanto andar. E tinha também a da mãe do Zé Pinto, que morava perto do seu Vadinho do Querosene. Também tinha a Folia de Reis dele, e aí ele morreu, o pai do Zé Pinto morreu, e Folia de Reis saiu há alguns anos depois e parou, que segundo a história se você coloca uma Folia de Reis na rua você tinha quer sair com ela, pelo menos, por sete meses (sete anos), naquela época... Aí o pessoal hoje diz: 'coisa de gente velha'. Não. Antigamente 'era'..., as pessoas faziam as coisas com devoção, e tinha medo de quebrar o pacto. Era sete anos pra você poder desfazer. Então, aquilo passava, às vezes, de pai pra filho. Hoje em dia ninguém quer mais fazer isso. E a tradição vai acabando, né? E era muito bom!*

A diversão está explícita em seu próprio discurso, pois a participação na Folia de Reis envolvia “parceria”, categoria nativa para a relação que extrapola o simples ato de conhecer alguém, ou seja, uma relação de amizade. A folia é tomada em seu relato com saudosismo, uma vez que essa prática já não se faz mais presente no cotidiano do bairro.

No que diz respeito à devoção, essas práticas são tratadas por ele como coisas dos antigos que, no caso, se relacionam com a noção de tradição, para ele em oposição ao progresso. Há uma construção mística em seu discurso em torno das festas. Todas as festas relatadas por ele estão relacionadas à religiosidade, mais especificamente, às práticas quilombolas e sertanejas, que envolvem não somente o terreiro, mas ainda o *catolicismo sincretizado* (ZALUAR, 1983). As citadas festas são católicas, mas as práticas apresentadas por ele descrevem festejos caracterizados por elementos de religiões afro-brasileiras. A crença da magia é muito presente em seu discurso quando ele faz menção à possível consequência na quebra do pacto com a “tradição” da Folia de Reis. Ele se situa como quem experimentou a tradição e hoje vivencia o progresso do bairro, marcado pela perda dos referenciais que o fundaram. As Folias de Reis, bem como as demais práticas descritas por Evaldo, delineiam os vínculos morais entre grupos que compartilhavam conteúdo das moralidades sertaneja e quilombola.

A fala de Evaldo é fortemente marcada pelo contexto experimentado por ele no bairro, relacionado aos grupos que possuíam uma circulação marcada por práticas pertinentes à presença negra que, com os novos processos de ocupação e a ampliação da circulação, passaram a perder a evidência. A partir dos anos 1940, quando o bairro começou a integrar a lógica dos parques proletários, nos moldes da política do Estado Novo, houve um novo grupo relacionado ao protestantismo

batista<sup>60</sup> que passou a integrar a diversidade e, ao mesmo tempo, o progresso descrito nas falas de Evaldo. Tomo a noção de progresso de Evaldo como uma redefinição da situação na qual os objetos, principalmente da relacionados aos valores quilombolas, passaram a integrar a tradição, não compondo o cotidiano do bairro. Sobre as novas configurações do bairro, a declaração de Ângela nos permite entender empiricamente os processos de empreendimento moral, realizados a partir da chegada de novos repertórios morais ao bairro, marcadamente relacionados à religião evangélica:

*Aí tinha a igreja de São Jorge, tinha o mastro, aqui era mais a procissão, era a virgem, os anjos, e lá, já era São Jorge Guerreiro... Os meninos. Os meninos que saíam na procissão na dança do mastro, que eles faziam. Era a coisa mais linda! Era linda! Eles dançavam com o mastro assim, pra lá e pra cá, trocavam... Era uma coisa muito bonita. Isso movimentava o comércio local, vinha gente de fora. Era uma grande festa! **[e a igreja de São Jorge...]** Acabou. Que a maioria ficou evangélico, né?! Graças a deus converteram!*

Ao dizer “a maioria virou evangélico, graças a deus se converteram”, após eu perguntar-lhe sobre a festa de São Jorge, ela evidencia uma oposição que dá sentido à moralidade a qual integra. Esse processo de negação, inclusive, compõe o processo de conversão que necessita do anúncio público para se *efetivar*<sup>61</sup>. Além da inserção religiosa de Ângela no momento de perda do irmão, sua mãe recorreu à “macumba” quando estava com câncer. Em sua fala, Ângela tece uma memória do bairro como um lugar onde as instituições religiosas promoviam festas e se faziam presentes quando os moradores se viam em “dificuldades”, seja em caso de doenças, seja na perda de entes queridos. Em nenhum momento houve menção sobre um tratamento médico para a sua mãe, bem como um tratamento psicológico para a perda do irmão. Os referenciais à mão eram religiosos. Com relação a essas práticas, Silva (2012), ao realizar um trabalho etnográfico em um assentamento rural, destacou a presença da “rezadeira” como uma figura importante para o tratamento de doenças. Atividades realizadas pela medicina atual eram atribuídas às rezadeiras, que ofereciam tratamentos de doenças e atendimento obstétrico com a realização de partos e cuidados com o recém-nascido e à recém-parturiente.

A parteira era amplamente reconhecida e solicitada. Ângela, assim como muitos moradores do bairro de Custodópolis com a sua idade, nasceu de parteira.

<sup>60</sup> No Guia Geral da Cidade de Campos dos Goytacazes de 1948, já havia relato da construção do templo. Baseando-se na data do Guia, a instituição possui sessenta e sete anos. Na mesma página (22), há menção à capela Nossa Senhora da Conceição.

<sup>61</sup> Aquilo que produz efeito conforme Werneck (2009, 2012). As práticas sociais são efetivas na medida em que produzem efeitos simbólicos reconhecidos amplamente em uma situação social. O autor utiliza a expressão “é assim mesmo” como um exemplo do que seria uma efetivação na prática. Eu diria que está bem próximo do que Thomas (1923) chamou de “definição”.

Mãe Miúda, uma personagem presente nas falas de alguns dos interlocutores mais velhos, era responsável não apenas pelo parto, mas também por diversas formas de assistência hoje atribuídas a profissionais da saúde, como a aplicação de “injeção”; indicação de dieta para as recém-parturientes, às quais eram recomendadas dietas à base de “cerveja preta” e “galinha caipira”, que, na fala de Margarete, seria para “dar leite” e aumentar o potencial de amamentação da recém-parturiente.

A supressão de tais práticas esteve acompanhada por um projeto político e policial que envolveu a repressão direta das práticas e a criminalização dos seus praticantes. O periódico *A Noite*, de 1940, apresentou a seguinte notícia, denominada “campanha contra o curandeirismo”:

Continuando a campanha contra o “curandeirismo” a delegacia regional prendeu o “Dr. Madeira”. Já famoso por suas curas em um consultório instalado em sua residência na chamada “Cidade de Palha” em Guarulhos. O “Dr. Madeira foi pilhado em sua residência por um investigador que o foi procurar como se estivesse enfermo. O “esculápio” examinou o doente, e no momento em que formulava, foi preso por diante de testemunhas adrede preparadas. O “Dr. Madeira” receitava os preparados da Drogeria Catedral, recebendo comissão pela venda dos remédios. Em sua residência atendia muita gente. Era procurado por gente modesta e “gran-fina”. Vai ser processado pela prática ilegal de medicina. Sendo o delito afiançável, prestou fiança de 500\$000 para defender-se em liberdade. (A NOITE, Notícias de Campos, 16 jun. 1940).

O periódico, ao noticiar “campanha contra o curandeirismo”, traz à tona uma prática de manipulação de medicamentos que não se restringia aos limites da “chamada Cidade de Palha”, pois possuía uma relação com a “Drogeria Catedral”, situada na área central da cidade. O público atendido pelo “Dr. Madeira” não se restringia aos que o periódico denominou “modestos”, mas ainda aos “grã-finos”, logo, uma prática que, apesar da repressão, possibilitava uma circulação de grupos das demais áreas da cidade no bairro. As entrelinhas dessa notícia sinalizam uma disputa entre a medicina popular e a medicina acadêmica. Esta última, segundo Gondra (2004, p. 44), designava o primeiro grupo como “charlatães” e “feiticeiros”.

Além do Dr. Madeira e da Mãe Miúda, havia ainda o “Seu José com as suas garrafadas famosas, *pras* fraquezas sexuais, *pras* insônias rebeldes, *pros* vermes, e com muito jeito, também para se curar de *quebrantos* e olhares maus<sup>62</sup>”. Esses elementos eram possíveis dadas às competências acumuladas com base em um estoque de conhecimentos provenientes do “tempo antigo”. As práticas curativas exigiam objetos materiais e imateriais disponíveis naquele mundo. Em outro trecho (SILVA, 1977), há menção ao aumento do preço da “garrafada para 100 cruzeiros” devido à queima das matas nas quais “Seu José” colhia as “ervas”

<sup>62</sup> Silva, O. P. Jongo e Garrafada. *Monitor Campista*, Campos, 19 jun. 1977. 2º Caderno.

para a elaboração da “garrafada”. Fica evidente a presença de recursos locais que tornavam as citadas práticas. Com o aumento demográfico, combinado com a entrada de novos valores, tal prática tenderia a desaparecer. Já não se encontram mais disponíveis à mão da filha de Ângela, tornaram-se “coisa de gente antiga”.

Ângela transitou por diversos mundos, o que lhe garantiu um estoque de conhecimentos sobre o lugar que os interlocutores mais jovens do bairro não possuem. Há uma tradição oral muito forte, denominada “história dos antigos” pelos interlocutores, e que compõe o estoque de conhecimento compartilhado na comunidade, atravessando gerações. Os jovens que participaram desta pesquisa, por exemplo, não vivenciaram, mas conhecem uma boa parte das histórias do bairro.

Ângela nasceu de parto normal, sob as mãos de Mãe Miúda, no Campo do Grêmio, em uma casinha velha, onde sua família morava. A descrição do seu nascimento em muito diz sobre a sua trajetória. Não possui histórico escolar, pois nunca estudou por não possuir certidão de nascimento até os seus dezesseis anos. Após a morte da mãe, passou um período de um ano no Rio de Janeiro e estudou lá “clandestinamente”. Ao ficar órfã de mãe, passava alguns períodos na casa de seus irmãos para “tomar conta” dos sobrinhos, pois o pai possuía uma profissão que lhe impedia de se fixar em um lugar por muito tempo, era “negociante e vivia viajando”. Aos dezesseis anos, após tirar a certidão de nascimento, finalmente foi se matricular na escola Greví Siqueira, em Custodópolis. Seu pai, ao ver que caminhava em direção à escola, perguntou: “Está indo para onde? ”, e ela respondeu: “Estou indo para a escola fazer minha matrícula” ele a chamou de “negrinha” e pediu que ela voltasse para casa.

Seu projeto foi interrompido. Após esse evento, seu pai mandou-a para o interior de Minas Gerais, para trabalhar na “casa do pessoal [de Jalime]”, no caso, na casa de uma irmã de um ex-comerciante do bairro. Ela trabalhou em “casa de família” e reforçou que a família pedia que ela se identificasse como “prima<sup>63</sup>” (alguém da família), não como “empregada”. Nesse caso, há conferência de um *status* simbólico à empregada com o objetivo de enquadrá-la em um regime de familiaridade, garantindo assim uma relação de confiança entre ela e sua empregadora, diante da ausência de laços jurídicos.

A trajetória de Ângela se aproxima de outras trajetórias identificáveis no bairro, especialmente entre mulheres da sua condição socioeconômica e faixa etária. Ela se refere a sua “vida” permeada por “dificuldades” e “vitórias”. Essas duas modalidades se referem, desde a morte de um irmão por arma letal, a de sua mãe e esposo, vítimas do câncer, até a formação profissional das filhas. A mais velha se formou em odontologia e a mais jovem está cursando engenharia elétrica. O falecimento de seu irmão, bem como a “doença” de sua mãe, redefiniu o seu campo de possibilidades, como veremos:

<sup>63</sup> Com relação a esse enquadramento dado à empregada doméstica, Silva (2013, p. 99), ao realizar um trabalho dissertativo na cidade de Campos dos Goytacazes sobre a relação entre “empregadas domésticas e patroas”, identificou a seguinte expressão corrente entre as patroas: “é como se fosse da família”.

*A minha mãe, quando eu era criança não frequentava [igreja]. Aí ela teve câncer. Eu ainda lembro, quando ela teve câncer eu tinha seis anos... aí era muita macumba! Eu ia lá pra cima, na macumba, ia lá em cima, ia em Dona Palmira ali, ela rodou muita macumba. Depois, as irmãs [Igreja Batista de Custodópolis] começaram a fazer visita a ela e ela se converteu, se converteu pela Igreja Batista. E hoje eu venho congregar ali, eu e minha filha. É fruto de oração... Um pouquinho da minha mãe, da conversão dela. Ela se converteu, porque eu era da Igreja Católica e kardecista. Quatro anos kardecista com seu Esmeraldino, que era dentista. Depois fui para a Católica, depois que mataram o meu irmão (eu tava grávida [de Bruna]) (...) **[você começou a frequentar a Igreja Batista de Custodópolis?]** Eu era católica, aí eu me converti na Presbiteriana Central. Bruna se batizou no mesmo dia que eu, dezessete anos atrás. Com o falecimento do meu irmão eu fui para a Igreja Católica, assídua mesmo. **[Bruna ia com você na Igreja Católica?]** Ela era pequena quando ele faleceu, ela estava na barriga ainda. Quando eu fui para a Igreja Católica Bruna ainda tinha três anos, ela não ia comigo não. Eu fui logo assim que meu irmão faleceu, mas eu frequentava a Igreja Católica. Aí com três anos, Bruna foi a primeira a se converter. (Ângela).*

No caso de Ângela, pequenos mundos diferentes e contíguos no bairro constituem o seu *estoque de conhecimentos*. Os novos mundos que passam a compor o bairro coincidem à chegada da religião evangélica, como a Igreja Batista, que, por meio dos “irmãos”, realizava visitas a sua mãe, que outrora recorria aos terreiros e às rezadeiras. Na fala de Ângela, essas práticas estão situadas em outro enquadramento cognitivo, pertencente aos “tempos dos antigos”, relacionadas à Cidade de Palha, não mais à Custodópolis.

A igreja Nossa Senhora da Conceição se fez presente para Ângela em uma série de situações mencionadas por ela, que vão desde momentos de lazer, nas “festas” e “procissões” realizadas pela igreja, até situações de perda, quando recorreu à Igreja Católica após a morte do seu irmão, vítima do *crime violento*. Além da circulação pela religião católica, frequentou o espiritismo kardecista, cuja sede ficava na Rua do Grêmio e hoje está na Rua da União da Esperança. Experiências religiosas estão presentes em diversos momentos de sua trajetória. Segundo sua fala, Bruna – sua filha – aos três anos identificava ser “crente da Universal”, situação que Ângela classifica como um ato de “conversão” espontânea. Há um grupo de “dança de rua” na igreja batista que talvez torne compreensível a “gramática” da conversão. O grupo chama-se *Metanoia*, nome traduzido por ele próprio como “mudança de mente”, ou seja, a *passagem* de um mosaico a outro. Esse ato, de acordo com Corrêa (2015, p. 228) é um *anúncio* público sujeito a “provas, testes, dificuldades, dilemas, desafios, problemas e questões”, não uma mudança repentina.

Segundo pude observar por meio dos relatos dos meus interlocutores, a conversão ao protestantismo tem redefinido a ordem moral do bairro de modo

muito incisivo, o que altera o modo como alguns moradores do bairro passam a se relacionar com as instituições já mencionadas, sobretudo a escola de samba. Uma conversão muito lamentada pelos interlocutores é a de Pretinho, um antigo compositor que, segundo Evaldo, rendeu vinte e seis títulos à escola de samba. Em entrevista com Pretinho, lhe perguntei se havia dado continuidade à sua habilidade de fazer composições. Ele respondeu que no início tentou, mas foi “abordado por alguns do ministério” que lhe disseram: “na Igreja o homem não aparece”. Após essa “abordagem”, passou a ser tesoureiro da igreja e se desvinculou da carreira construída como integrante da escola de samba. Em uma ocasião do recebimento de uma homenagem pela escola, ele afirmou ter ido, mas não levou o troféu para casa, pois, de algum modo, tem buscado desvincular o seu novo estilo de vida da escola de samba. Pretinho é membro da Igreja Cristã do Brasil, que, de acordo com Mariano (1999), possui uma postura sectária e um ideário ascético, com algumas alterações nos usos e costumes. Essa denominação religiosa, segundo Freston (1994), fez parte da *primeira onda* pentecostal no Brasil. Sobre a presença da religião evangélica no bairro, Pretinho fez as seguintes considerações:

*Eu acho que no tocante o crescimento do bairro houve mudanças. Custodópolis era um bairro folclórico, né? Na minha época não se falava só do futebol, se falava do jongo da folia de reis, era um bairro muito composto nessa parte também, entendeu? O samba, entendeu? Que nós já falamos, são coisas que o passado nos levou. Tanto é que eu posso dizer que houve avanço. Embora estas coisas ficaram esquecidas... e o evangelho em Custodópolis também cresceu muito. Cresceu muito o evangelho em Custodópolis, a conscientização das pessoas, a pessoa vê que o caminho é Cristo. Eu acho bonito quando eu chego ali em Custodópolis, final de semana, e vejo as pessoas correndo para as igrejas. Cresceu muito também nessa parte aí, não só comercial, mas também no evangelho.*

Pretinho, a partir de sua trajetória, estabeleceu, assim como Evaldo, um marco entre o “bairro folclórico” e o “avanço” provocado por mudanças que não se restringem apenas aos aspectos físicos, mas também morais. O que ele denomina Custodópolis folclórica faz referência aos objetos presentes no contexto de Evaldo. O “avanço” está relacionado ao seu novo quadro de referência elaborado pela religião evangélica e positivado por ele, com base na moral cristã, a partir da máxima “o caminho é Cristo”, em comparação ao anterior.

A sua “conversão” nos permite pensar nos modos como a situação foi redefinida a partir das transformações pelas quais o bairro passou. Como Evaldo enfatizou, as instituições presentes na Cidade de Palha eram o futebol, a escola de samba, o cinema, a igreja católica, a folia de reis, enfim, atividades que estavam relacionadas a um primeiro grupo que ocupou o bairro. Conforme novas instituições foram chegando, o campo de possibilidades foi ampliado, o que

permitiu aos moradores a interação em novos quadros, como o caso de Bruna. “Ser crente” fez parte de um novo repertório de instituições do bairro, acessível à geração de Bruna.

A presença “dos crentes” é muito forte no bairro, pelo menos, são mais visíveis no espaço público do bairro nas práticas de “evangelização”. Andar pelas ruas do bairro é se tornar acessível a essa prática, seja recebendo um jornal da Igreja Universal, seja recebendo folhetos com mensagens religiosas das outras igrejas evangélicas. Sobre esse aspecto, Feltran (2008, p. 180), em sua tese de doutoramento realizada em uma das “periferias” de São Paulo, faz a seguinte afirmação: “O catolicismo original das famílias rurais, que se manteve nas famílias operárias, passou nas últimas décadas a ceder fiéis para diversas outras religiões, sobretudo as evangélicas”. A publicidade da Igreja Católica, em minhas observações, ocorre por meio da realização de procissões com fogos de artifícios, geralmente em datas comemorativas, como o caso do “Domingo de Ramos”, mas as suas festas populares presentes nas falas dos interlocutores deixaram de existir.

A religião evangélica elabora a sua reputação no bairro a partir de um empreendimento moral em uma disputa com as demais religiões presentes, uma relação entendida pelos especialistas nesse campo como *intolerância religiosa* (GIUMBELLI, 2006; BIRMAN, 2006; SILVA, 2007; MARIANO, 2007), ou seja, “[...] atitudes que resultam em diferentes modalidades de violência (física, verbal ou psicológica) exercidas por determinados sujeitos sociais contra outros de uma dada tradição religiosa” (FERNANDES, 2015, p. 2).

Essa redefinição da situação é possível devido à sucessão (PARK, 1948a, p. 320) de moradores na localidade, que fica inclusive evidente em uma declaração de Maria Anita ao periódico *A Notícia*<sup>64</sup>: “Meus brancos que quiserem brincar, podem chegar sem susto. É só respeitar *nossa* brincadeira, não tocar em nossas filhas e não puxar briga. O resto é jongo puro”. Há uma evidente separação entre os “meus brancos” e a “nossa brincadeira”. A expressão “meus brancos” refere-se aos brancos que circulavam em um mundo no qual o jongo ocorria. Os brancos, apesar de serem “meus”, deveriam “chegar sem susto”, o que demonstra que eles não eram categorizados como pertencentes ao referido mundo, mas poderiam participar se correspondessem às definições dadas na situação. O jongo era uma das práticas possíveis e a chegada da moralidade “evangélica” propiciou novos delineamentos.

“A maioria ficou evangélico, né?! Graças a deus se *converteram!*”. A conversão confere ao ator um novo enquadramento cognitivo, isto é, uma moralidade que vai de encontro aos valores transmitidos por uma herança cultural negra. Ângela mencionou várias instituições antes de citar as evangélicas, que, por sua vez, possuíam repertórios de objetos compartilhados entre si e não foram apresentadas como conflitantes, pelo menos, não na fala dela. A religião evangélica, na exposição feita por Ângela, se comunica com as práticas

<sup>64</sup> SILVA, O. P. Terreiro que canta galo, galinha não pode cantar. *A Notícia*, Campos, 27 jun. 1976.

denominada “dos antigos”, ao se afirmar em uma relação de disputa. Dessa forma, a negação da validade da ação do outro é o que garante a separação e a validação de si. A separação é evidente devido à proximidade. Não há disputa se não houver encontro, logo, a conversão é uma ação de recusa às práticas circunscritas pelos valores quilombolas.

Os novos quadros delineados a partir da expansão da religião evangélica no bairro se mostram contíguos àqueles presentes nas narrativas sobre o seu passado, porém ressemantizados. Como exemplo, cito o evento “Conexão na Roça” realizado pela Igreja Batista. O evento remete às festas de santo mencionadas por Evaldo, bem como as festas realizadas pela Igreja Católica, porém há uma necessidade de fazer algumas alterações para que um mundo se apresente publicamente como distinto daquele “dos antigos”, refletindo o efeito da “conversão”.

A atração principal divulgada no *banner* do evento é o MC Dedé. O MC (*Master of Ceremony*) é um personagem que não surgiu no Brasil, e sim no *Bronx* nos anos 1960, cuja função seria acompanhar o DJ (*Disc Jockey*) que fazia o *scratch*, arranhando o vinil dos toca-discos no sentido anti-horário como instrumento musical (VIANNA, 1987, p. 46). O referido personagem foi adaptado do “*funk carioca*”<sup>65</sup> e, como observei no *banner* do evento, foi moralizado visando atender aos novos valores colocados pela Igreja Evangélica.

Sobre esse modo como a religião opera com elementos pertencentes a um universo secular, Pinheiro (2007, p. 173) faz a seguinte consideração:

Num jogo eficaz, em que se destacam a liberdade e a equiparação da “*feita*” à igreja, a moralidade é estendida e, ao mesmo tempo, limitada, para que o “*crente*”, o fiel, não seja alocado em esfera marcada pela liberalidade e perca, assim, a sua especificidade.

As práticas denominadas seculares em outros contextos de experiência fora do mundo religioso são ajustadas a ele. Há uma redefinição da religião para que esteja em compasso com as práticas existentes em seu contexto. Com relação a esse aspecto, Mesquita (2012), ao tratar da atuação de um “bloco evangélico” no “*carnaval carioca*”, sinaliza para um *crecimento* e *dinamismo* da religião que tem acompanhado as mudanças da sociedade contemporânea.

A religião não é o meu objeto principal, mas torna-se importante para compreensão dos enquadramentos cognitivos que compõem o bairro e como tais enquadramentos foram se alterando à proporção que o lugar foi inserido em um projeto de urbanização.

Como apontado até aqui, os delineamentos morais do bairro, a partir dos enquadramentos acessados nos relatos, foram sendo modificados a partir do momento

<sup>65</sup> Viana (1987) trata de um estilo musical que está entrando no cenário carioca, mas existem trabalhos contemporâneos que tratam do estilo e como ele tem defrontado com diversas problemáticas nas áreas onde é tocado, enfrentando, inclusive, processos de “*criminalização*” por agentes estatais (SILVA, 2009; MATTOS, 2014).

em que o bairro enfrentou transformações relacionadas ao que Pretinho e Evaldo denominaram respectivamente “avanço” e “progresso”. No trecho a seguir, Evaldo, assim como Pretinho, equaciona crescimento, progresso e aumento das religiões:

*Era muita cana, muito mato, foi que de repente surgiu Morro de Fátima **[que hoje é o...?]**. Que hoje é o Santa Rosa **[veio depois de Custodópolis?]** É, bem depois! Depois de Custodópolis. Morro de Fátima, aí teve Bandeirante, e assim foi. Mas esses lugar era tudo cana, tudo canavial. E aí foi se formando. Hoje é uma **comunidade bem grande**, com uma **população bem vasta**. Fazia parte do que os outros dizem: **‘é um lugar de várias religiões, comércio da melhor qualidade’**. Ai, quando era Cidade de Palha, dá saudades, pelo tipo de vida que a gente tinha. Tinha que ter desenvolvimento, tinha que haver outros serviços. Antigamente quem não cortava cana trabalhava na usina, quem não trabalhasse na usina cortava cana. Era o emprego.*

A alteração pela qual o bairro passou no recorte feito por Evaldo o afeta moralmente pelo fato de as mudanças não “respeitarem” as ‘tradições’, que, segundo os seus quadros de referências cognitivos, estão relacionadas às práticas pertinentes às religiões afro-sincretizadas em um catolicismo popular. A chegada de novos moradores, instituições, equipamentos públicos e mesmo infraestrutura alterou significativamente a sociabilidade presente no que ele denomina “tempo dos antigos”. No entanto, pode-se compreender, a partir dos seus relatos, bem como na afirmação de Ângela, que a “maioria ficou evangélico”, que há uma redefinição dos valores do bairro à medida que o lugar estabelece maior comunicação com a sede do município.

#### 4.4 Margarete: moradora do bairro de proletários

***[Você continua trabalhando em “casa de família”?]** EU NÃO! Comecei com dez anos. Parei de trabalhar em casa de família, tem o quê? [...] tem quinze anos, porque eu trabalhei nove anos na creche, saí da creche. **[Qual creche?]** Essa creche aqui, oh: João Batista Veiga, quando era lá no Nova Campos. Fiquei nove anos nela, nove anos. Cadi briga política eu saí, né? Quem me botou lá foi [político local], depois quando [Campeiro] entrou, eu saí, aí... é isso mesmo. Depois eu não trabalhei em casa de família mais não. Depois eu fui para a União da Esperança... Na União da Esperança eu fiquei sete anos. **[Nestes trabalhos que você passou, assinaram carteira? Assinou carteira na creche?]** Não, naquela época era aquele negócio: você ficava por conta da cooperativa. **[Você já trabalhou com carteira assinada?]** Qui, nunca! **[Onde você trabalha atualmente?]** Trabalho no estacionamento, ajudando meu marido.*

*(Onde?): Lá na Treze de Maio.*

***[Pergunta direcionada a Dona Maria, Mãe de Margarete: E a senhora, trabalhou em casa de família também?]** - Trabalhei na roça também, trabalhei como ajudante de pedreiro, e depois trabalhei como margarida **[Margarida?]** Varrendo rua. O meu último emprego foi na pracinha, tomando conta do banheiro. **[A senhora é aposentada?]** Sim, aposentei.*

***[A mãe de Margarete se foi e continuamos nossa conversa sobre a sua trajetória]***

***[Você parou de estudar por quê?]** Pra trabalhar! Meu pai foi embora, cabou com tudo... levou carro... levou... tudo que tinha de bom e do melhor ele levou. Deixou a gente na merda! Tivemos que trabalhar. Aí parei com... Parei de estudar com onze, aí depois voltei com quatorze, mas parei novamente. Agora voltei, depois de velha... (Dona Maria e Margarete).*

Após ter conseguido o telefone de Margarete com a sua irmã, que havia me recebido um mês antes, fiz uma ligação para marcar a entrevista. Não foi difícil. Precisei basicamente escolher um dia que me fosse favorável, pois ela estava disponível durante todos os dias da semana, com exceção dos domingos, dia de “ver as meninas” que estavam presas.

Cheguei ao bairro e estava repleto de pessoas na praça e com o comércio em pleno funcionamento. Ao chegar ao seu portão, notei uma placa confeccionada a mão oferecendo serviço de “aplicação de *mega hair*”. O muro estava bem danificado e a casa da frente, a primeira a ser construída no quintal, no ano de 1943, apresentava sinais de desmoronamento, com algumas paredes já quebradas. Eu chamei durante um bom tempo, mas ninguém me ouviu. Então resolvi ligar e finalmente ela me atendeu.

Foi me atender e perguntou o porquê de eu não ter entrado. Eu disse que não tinha problemas em esperar. Sem muita conversa e muito risonha, me conduziu até a sua casa. Ela divide quintal com a sua mãe, irmã e a filha da irmã, cujas casas formam um L no terreno que possui 10 metros de frente, e 30 metros de fundos. O chão do terreno é de terra e as casas não possuem emboço. É um quintal bem aproveitado, com crianças brincando, varais de roupas, cada um em frente à sua respectiva casa. Havia ainda muitas plantas por todo lado, a espada-de-são-jorge<sup>66</sup> era predominante e identifiquei ainda boldo<sup>67</sup> e comigo-ninguém-pode<sup>68</sup>.

A casa de Margarete fica nos fundos e possui cerca de 100 m<sup>2</sup>. Antes de entrar na residência, notei que havia vários calçados na porta e eu comecei a retirar o meu. Ela me repreendeu dizendo que eu não tirasse, mas, em respeito aos sinais de que essa é a prática vigente entre aqueles que circulam no espaço, retirei os sapatos. Sentei-me na varanda, em cadeiras pintadas de rosa – uma das cores da Escola de Samba União da Esperança – e ela me ofereceu um café com biscoito,

<sup>66</sup> *Sansevieria trifasciata*.

<sup>67</sup> *Plectranthus barbatus* Andrews.

<sup>68</sup> *Dieffenbachia seguine*.

mas eu preferi só o café. Na caneca em que o café foi servido, havia o emblema da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mas na sua sala de jantar havia um atabaque, objeto me deixou curioso. Entrar em sua casa é identificar objetos que fizeram parte da constituição moral do bairro ou, pelo menos, do bairro que compõe a sua trajetória. Sua casa estava impecavelmente limpa e ela ia à cozinha a todo tempo para fumar e pegar cafezinho. A recepção foi muito calorosa, ela estava entusiasmada em me receber e falar um pouco de *sua história*.

Margarete tem uma longa trajetória no bairro Custodópolis, onde nasceu. Participou de atividades na Capela Nossa Senhora da Conceição, antes da mesma ter se tornado paróquia; assumiu a organização da festa de São Jorge durante dez anos, após a festa ter sido interrompida por um período, em virtude do falecimento do antigo organizador; participou ativamente da Escola de Samba União da Esperança, da qual foi presidente; se candidatou ao cargo de vereadora pelo Partido da República (PR); recebeu a visita de Leonel Brizola<sup>69</sup> em sua residência, quando era governador do estado do Rio de Janeiro; concluiu o ensino médio no ano de 2013, no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Nilo Peçanha, popularmente conhecido como “Brizolão da Lapa”, e atualmente está em uma “luta” para tirar as suas duas filhas do presídio. Tais situações foram experimentadas durante cinquenta e um anos de vida no bairro.

Quanto à carreira profissional de Margarete, a citação de sua fala destaca uma ruptura familiar como responsável pela sua instabilidade referente à permanência na escola, cuja responsabilidade assume para si, não como um efeito de uma política ineficaz de integração dos moradores do bairro por meio de projetos educacionais que estavam aquém do seu horizonte de possibilidades. Seu pai, tratorista da Estação Experimental<sup>70</sup>, “foi embora e levou tudo de bom”. Aos treze anos, Margarete começou a trabalhar em “casa de família” no bairro vizinho<sup>71</sup>. A primeira casa em que ela trabalhou foi a de Dona Janaína.

Após ter trabalhado na casa de Dona Janaína, Margarete se casou e teve duas filhas, o que fez com que se dedicasse exclusivamente ao trabalho doméstico como dona de casa. Ela relatou que voltou a trabalhar em uma “época braba”, após o término do casamento, quando a sua filha mais velha possuía três

<sup>69</sup> Cabe mencionar o estudo de caso realizado por Machado da Silva, Leite e Fridman (2005), que trata da atuação de Leonel Brizola como governador do estado do Rio de Janeiro. O governador possuía uma política direcionada aos que estavam sendo vítimas das condições precárias do sistema carcerário. A sua atuação era sobretudo, direcionada à garantia de direitos humanos para setores mais populares da sociedade, o que foi alvo de crítica por setores sociais mais conservadores.

<sup>70</sup> A Estação Experimental de Campos, com sede no Parque Prazeres, em Campos dos Goytacazes, foi criada em 1913, com o objetivo de realizar estudos visando ao aumento da produtividade agrícola. No ano de 1976, foi integrada à PESAGRO-Rio, para promover a diversificação agropecuária do norte, noroeste e baixada litorânea. Tradicionalmente, a EEC concentrou seus estudos na cana-de-açúcar, cultura predominante na economia norte-fluminense até a segunda metade do séc. XX. (PESAGRO-RIO, 2015). Disponível em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/eec.html>. Acesso em: 28 jul. 2015.

<sup>71</sup> No tocante a esse aspecto, Machado da Silva (1984) salienta que a permanência na escola entre famílias com níveis de renda muito baixos é instável, pois os estudantes serão os primeiros afetados em uma situação de “crise” na família, relacionada a renda, morte, casamento ou migração de um membro.

anos de idade e a mais nova dois. Ela não tinha lugar para morar e estava sem emprego quando encontrou com o genro e a filha de Dona Janaína em um *trailer* na pracinha, onde estavam lanchando. O proprietário do *trailer*, casado com a outra filha de Dona Janaína, a chamou para ter uma conversa com o casal, proprietário de uma “mercearia<sup>72</sup>” no Parque Nova Campos. Margarete relatou que conversou com o casal chorando. A esposa dele lhe disse para não chorar, pois “arrumaria” um serviço para ela. Eles “arrumaram” uma casa para ela morar de aluguel e seu *compadre* lhe deu um colchão. Foi a situação na qual ela afirmou ter recomeçado a vida. Enquanto trabalhava, suas filhas ficavam na creche e a outra menina que trabalhava na casa de Dona Janaína a *ajudava* pegando as filhas e ficando com elas em sua casa até Margarete sair da venda, entre dez e onze horas da noite.

A trajetória ocupacional de Margarete é o comum entre as minhas interlocutoras que apresentam a mesma faixa etária dela, isto é, em torno de cinquenta anos de idade. Trabalhar em casa de família era um recurso disponível às jovens do bairro, pelo menos, para os que não possuíam qualificação profissional. A trajetória de Margarete foi relativamente diferente da sua mãe, que trabalhou na roça. Trabalhar na roça se refere ao trabalho no corte da cana, uma atividade acessível àqueles envolvidos na primeira ocupação do bairro, quando ainda era chamado de Cidade de Palha. O trabalho funcionava em um sistema de *empreitada* na qual os trabalhadores do corte da cana trabalhavam para um empreiteiro que os contratava por um período determinado e sem reconhecimento jurídico.

No trecho que inicia esta seção, há falas da mãe de Margarete intercaladas com a sua, pois, em algumas perguntas, ela sugeriu que eu falasse diretamente com a sua mãe, pois poderia fornecer informações sobre a segunda geração de sua família no bairro, bem como sobre a ocupação. Sua mãe, que eu chamarei de Dona Maria, estava no quintal enquanto conversávamos. Margarete a chamou, ela deixou o que estava fazendo e veio imediatamente.

Quando a entrevista foi realizada, em 2013, ela estava com 67 anos e aparentou desconhecimento sobre o seu local de nascimento, usando o pretexto de ter sido adotada. Ela remontou experiências no bairro desde os seus três anos de idade, período em que ela afirmou ter coroado a santa na Capela Nossa Senhora da Conceição, onde sua mãe exercia a função de zeladora. Maria relatou que os donos que haviam construído a capela foram embora e deixaram com a mãe dela para que tomasse conta. A capela era vizinha imediata da casa de Dona Maria e pertencia às terras de Custódio Siqueira, uma construção típica das fazendas existentes na região àquela época.

---

<sup>72</sup> Esses estabelecimentos também são chamados de “vendas”. Podem ser de pequeno e médio porte, e os principais produtos oferecidos são cereais, enlatados, utensílios domésticos básicos de cozinha (colher de pau, “socador” ou “machucador” de alho ou carne, peneira, coador de café), laticínios e, em alguns deles, carne-seca. Eles atendem, na maioria das vezes, casos de urgência. É um mercado que atende principalmente os bairros que não têm uma ampla oferta de comércios de “grande” porte, como o caso do Nova Campos e Bandeirantes, bairros vizinhos de Custodópolis.

As falas de Dona Maria pareciam não fazer muito sentido, mas, com o decorrer da entrevista, algumas conexões puderam ser estabelecidas. Quando questionada sobre a profissão de seu pai, ela afirmou que ele teria trabalhado na prefeitura, para o primeiro prefeito de Campos, que ela nomeou de Custódio Siqueira<sup>73</sup>. Como dito, Custódio Siqueira, juntamente com o seu irmão, Júlio Greví Siqueira, foram proprietários das terras onde o bairro está localizado hoje. Entender a localização de sua casa, bem como a sua periodicidade, nos ajuda a compreender a ocupação de seu pai. Maria afirma que a sua casa foi a primeira a ser construída no bairro; em outras palavras, ela está apontando que a sua casa foi a primeira de alvenaria, cuja construção foi realizada no ano de 1943, três anos antes de Maria nascer. A casa, que ela chama de “casinha”, foi derrubada recentemente. As paredes eram de tijolos maciços, com colunas de madeira, telha francesa e possuía no alto o ano de construção.

A posição da sua família na praça me faz concluir que o seu pai trabalhava para Custódio Siqueira. Os primeiros moradores do bairro, sobretudo aqueles que trabalhavam para os irmãos, compraram os primeiros terrenos quando Custódio Siqueira repartiu as terras para venda.

A história de vida da família de Margarete no bairro remonta à passagem por diferentes ocupações, que vão desde o trabalho escravo, que foi o caso de seus bisavôs, até o lava-jato, ajudando o marido. Sua mãe já havia trabalhado na roça, na construção civil, em casa de família e, como margarida, na limpeza pública. A avó de Margarete nasceu em 1889 e, segundo Margarete relatou, contava histórias para ela de ter sido “filha do ventre livre” e que havia trabalhado muito junto com seu esposo para comprar a “casinha”. Sua avó trabalhou como doméstica e lavadeira que “lavava roupa para o centro”.

É importante ressaltar que uma das ocupações que possibilitava mobilidade e circulação do outro lado do rio era o emprego doméstico e o de lavadeira. O corte da cana empregava ambos os sexos, mas é uma profissão considerada como algo penoso. O próprio Evaldo, esposo de Margarete, destacou que “se o usineiro quiser alguém para cortar cana hoje, que coloque a mãe e os filhos”. A profissão ainda é mencionada como um símbolo de estigma, pois sempre que há um relato sobre o corte de cana há uma manipulação da informação com o objetivo de associá-la à falta de opção, ou seja, numa época braba, como destacou Margarete. O trabalho de doméstica permitia ao morador do bairro um relativo acesso ao *outro lado*. Sobre esse aspecto, Leeds e Leeds (2015, p. 170), ao relatarem sobre as experiências em favelas cariocas, assinalam que “[...] a maior aproximação entre experiências dos moradores [do bairro] e esses grupos [camadas “superiores” economicamente] é o trabalho feminino como doméstica em suas casas”.

<sup>73</sup> Apesar de não ter sido prefeito, teve forte expressão política na cidade como um todo, fato que fez com que Dona Maria fizesse a confusão.

A ocupação de lavadeira, realizada pela avó de Margarete, não é tão presente atualmente e difere do emprego doméstico, pois era realizada na casa da lavadeira que se encarregava de lavar periodicamente roupas de famílias com maior poder aquisitivo, geralmente empregadores do esposo. As mulheres que realizavam as atividades possuíam um *status* superior em relação àquelas que cortavam cana, mas, a partir de uma avaliação de Margarete, bem como das demais que relataram terem trabalhado nas profissões de lavadeiras ou domésticas, ambas as ocupações são símbolos de estigma em relação às categorias de trabalhos mais comuns entre as mulheres na atualidade, tanto no bairro como na cidade. As que ainda trabalham nessa função, como o caso da irmã de Margarete, não a assumem. Sua irmã diz “tomar conta de Dona Mothé”, ou seja, uma manipulação do estigma.

A família de Margarete, cuja trajetória é associada ao “tempo dos escravos”, teve uma mobilidade reduzida em relação aos demais interlocutores desta obra. Margarete teve quatro filhas, uma foi morta vítima de *crime violento* por se “envolver com amizade errada”, outras duas estão presas por porte de drogas e a filha mais velha, aquela que tinha três anos quando Margarete estava em busca de um emprego e uma casa para morar, mora no Novo Eldorado no conjunto habitacional Morar Feliz, programa de governo municipal, que, se propôs a construir dez mil moradias em quatro anos, entre os anos de 2009 e 2012 por meio de arrecadação de *royalties* do petróleo (SOARES, 2010; ARRUDA, 2014; DUTRA, 2015; FARIA; POHLMANN, 2015). Os conjuntos do programa são denominados “casinhas” na categoria nativa. Margarete destaca que foi à prefeitura e conseguiu uma casa para a sua filha. Nessa questão, adentrarei mais adiante.

A participação ativa da avó, da mãe e da própria Margarete em instituições locais lhes confere uma notoriedade positiva no bairro, dada a importância dos seus membros na dinâmica local. A reputação da família de Margarete é garantida, principalmente pela participação ativa de sua família na formação da Escola de Samba União da Esperança, bem como pela atuação de sua avó na igreja Nossa Senhora da Conceição, duas instituições que dinamizavam a vida do bairro antes de ter uma comunicação mais efetiva com a sede do município.

As práticas relatadas me possibilitam remontar às situações que perpassaram a trajetória da família de Margarete. A referência aos antigos é mobilizada a todo tempo. Os referenciais mobilizados por Margarete e Maria remetem a demarcadores morais que diferenciam os fluxos de moradores, referindo-se, nesse caso, aos grupos que vieram da “roça” e experimentaram a formação de um bairro de expansão dos limites urbanos. Os elementos presentes nas falas definem a Cidade de Palha com uma forte presença de trabalhadores manuais de baixa qualificação e prestadores de serviços.

A experiência da família de Margarete é também marcada ainda por atividades religiosas, seja em um catolicismo oficial, seja sincretizado; a participação ativa na escola de samba do bairro, cujas primeiras reuniões

ocorreram embaixo de uma grande árvore em seu quintal; a participação no desfile de bois, no caso, “boi esperança”, organizado pelos seus primos; na festa de São Jorge; o trabalho na “roça”, entre outras atividades que delineavam as experiências possíveis nas Terras de Custódio e na Cidade de Palha.

A família de Margarette, assim como os demais presentes nesta obra, integrava a população operária beneficiada pela iniciativa de Custódio Siqueira. Sua avó era lavadeira, seu avô, trabalhador das Terras de Custódio, sua mãe já trabalhou na roça, na construção civil como pedreira, em casa de família e na limpeza pública. Seu pai trabalha como tratorista da Experimental e Margarette não trabalhou na roça, pelo menos é o que diz em seus relatos, mas em casa de família, como a sua avó e mãe. O seu atual esposo, Evaldo, trabalhou no corte da cana e em plantação de arroz na Baixada de Mamado. Essas trajetórias delinearam as Terras de Custódio como um local de ocupações agrícolas relacionadas à cidade, uma vez que estavam ligadas a uma economia urbana. Não se trata aqui de oposição, e sim um *continuum*<sup>74</sup>.

As Terras de Custódio faziam parte de um mercado de gêneros de produção agrícola para abastecimento da cidade ou mesmo para um mercado externo, o que coloca a localidade, desde a sua formação, em uma posição urbana, não rural. Poderíamos citar um exemplo da Maria: Ela já trabalhou na roça, ou seja, no corte da cana. Ela cortava cana para fazer produtos para seu consumo? Não, cortava cana para a Usina São João ou Outeiro, que processava a cana até a chegar ao açúcar, que seria consumido não apenas na cidade, mas fora dela. A mãe de Margarette trabalhou na agricultura que estava associada a um mercado urbano. Esse exemplo é inspirado em outro, dado por Leeds e Leeds (2015, p. 140), quando elaboraram uma crítica às pesquisas que insinuavam uma oposição entre o rural e o urbano devido ao lugar de origem do entrevistado. O trabalho na roça, desse modo, não pode ser desvinculado de uma economia urbana, por isso se pode pensar em um *continuum*, porém a categoria “roça” é mobilizada pelos meus interlocutores como um símbolo de estigma.

Na segunda geração de moradores, ainda na Cidade de Palha, chegaram os capatazes das fazendas para tomar conta das Terras de Custódio, impedindo que fossem “invadidas” pelas populações que estavam chegando ao bairro. A segunda geração formou uma elite comercial, que atribuiu uma centralidade comercial do bairro em relação às localidades vizinhas. Após a chegada dos capatazes e colonos, que posteriormente se transformaram em comerciantes, o bairro começou a alterar a sua configuração em relação à cidade. De Cidade de Palha, passou então a se chamar Custodópolis.

<sup>74</sup> Tomei esse termo emprestado de Machado da Silva (1971, pp. 47-53). O termo, empregado em seu trabalho dissertativo, elimina a suposta oposição, tratando do MNF e MF como contínuos, não opostos. Este termo me auxilia no entendimento da relação de trabalho no bairro não como rural, e sim, urbano, uma vez que este está intimamente relacionado à cidade. Pode-se pensar em tipos abstratos de trabalho para auxiliar na compreensão, o que não significa dizer que existe oposição entre esses tipos. Gostaria de registrar aqui que a apropriação do termo me surgiu a partir de conversas informais com o professor Hernán Mamani, quando ele utilizou o referido trabalho em uma de suas aulas ministradas na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).

As trajetórias da segunda geração de moradores sinalizam uma alteração da interação entre o bairro e a cidade, o que justifica a minha opção por um entendimento não do bairro como uma categoria dada, mas constituído mediante a interação dos moradores, seja no seu interior, seja para além dos seus limites, com a cidade mais ampla.

A terceira geração de moradores, que seriam os netos dos imigrantes que chegaram ao bairro na segunda metade do século XX, estabeleceu uma interação mais intensa com a margem direita da cidade à medida que a circulação aumentou, seja pela ampliação da oferta de transporte público, seja pela construção de novas vias e pontes que deram maior acesso dos moradores à área central. Esse movimento intensificou inclusive a expansão dos limites do núcleo populacional do bairro, com a criação de novos loteamentos.

Com a expansão do bairro, bem como com a intensificação da sua interação com as outras áreas da cidade, novas categorias profissionais começaram a surgir entre seus moradores. Os netos e bisnetos dos migrantes da “roça” começaram a acessar a cidade não somente via trabalho manual e prestação de serviços; eles começaram a se inserir também em instituições de ensino superior.

A “roça” passou a ser mobilizada por esses jovens como uma categoria abstrata e experimentada pelos seus pais. Eles sequer sabem com clareza as funções exercidas pelos pais e avós que “vieram da roça”. Esse distanciamento do bairro em relação à roça evidencia uma aproximação dos jovens com a cidade, mas não o transforma necessariamente em um bairro urbanizado, mas sim periférico em relação aos processos de urbanização da cidade, dada as categorias morais que lhe são atribuídas.

## 4.5 O acesso ao *outro lado* via Instituto Federal: a terceira geração de migrantes

*[Você conhece um pouco da história de sua família no bairro? De onde eles vieram?] A minha mãe, eu sei que ela nasceu aqui na cidade, o meu pai não, ele não nasceu aqui na cidade... Nem meus avós. Só a minha mãe que nasceu aqui. Vovó [paterna], não sei se veio de Aperibé, daquele Santo Antônio de Pádua... Daquele... Norte... Noroeste, mas mamãe veio aqui de Campos. [sua mãe é de qual área aqui de Campos?] Ela morou aqui nesta rua, na Alcides Vieira Maciel mesmo. Depois ela se mudou para Custodópolis, aí depois ela se casou com papai e veio pra cá. [Os pais de sua mãe chegaram a morar aqui?] Sim. Moraram aqui nesta rua, aí depois foram para a pracinha... De Custodópolis. [Qual foi a ocupação de seus avós?] Meu avô era taxista. De mamãe, parte de mãe. Minha avó nunca trabalhou. O Meu*

avô, parte de pai, eu acho que era pedreiro, e minha avó morava em casa e depois ficou do lar mesmo. **[E seus pais?]** Minha mãe trabalhou no comércio até eu nascer, e depois ela... **[Comércio? Onde]** Atendente de loja, foi na casa da banha, nem existe mais. E meu pai sempre foi mestre de obras. Foi crescendo na profissão e hoje é encarregado de obras. **[Ele trabalha com carteira assinada?]** Sim, com carteira assinada. **[Há quanto tempo ele trabalha com carteira assinada?]** Nessa empresa, nessa ‘firma’, que eles falam, com o mesmo patrão, há mais de dez anos, eu acho. Um tempo maior. Mas trocou de empresa, fez aquela negociação para trocar de nome, e tem cinco anos, mas com o mesmo patrão [...]

**[E você? Onde estudou?]** Eu estudei em uma escola aqui mesmo no bairro, são duas ruas depois da minha casa [Colégio Estadual Rotary II]... Desde a terceira série, que antigamente na escola estadual - Na época ainda tinha só o ensino fundamental um, e hoje é só ensino fundamental 2 - da terceira série do ensino fundamental um, até a terceira série do ensino médio. Aí sai de lá e fui para o IFF. Fiz o concomitante, a prova do concomitante externo [e] fui fazer curso técnico no IFF, e do IFF fiz vestibular pras Ciências da Natureza lá mesmo, e aí concluí o superior lá. **[Porque você decidiu ir para o IFF?]** Eu sempre quis, e sempre quis estudar mais, mas eu não queria fazer licenciatura, queria fazer jornalismo, só que o campo de trabalho aqui na cidade é muito reduzido, e eu não queria sair da cidade. Sempre quis ficar aqui perto de minha família e nunca vislumbrei a ideia de ir para o Rio, pra outra cidade, nem cursar e nem trabalhar. Aí apareceu a ideia do curso. Foi tipo de paraquedas mesmo. Apareceu a oportunidade do curso técnico, fiz, fiz até estágio na Petrobrás, na época, lá em Macaé, Imbetiba, mas não queria isso para mim também, de ir para Macaé, depois voltar. **[O técnico foi em?]** Química. Aqui em Campos, uma área muito reduzida... Para eu, ou teria que trabalhar embarcado, ou trabalhar em Macaé. Optei fazer o curso de licenciatura, porque era uma coisa que ligava, né? Aí fiz o curso de licenciatura, aí fui descobrindo o que era licenciatura dentro do curso de licenciatura. Ah, por que eu sempre quis ser professora?! Não. Foi uma coisa ligando a outra, e tinha química, tinha essa faculdade lá. [...] **[Como você se vê em relação aos seus pais. No caso, a trajetória e formação?]** A minha mãe teve uma formação melhor do que a do meu pai. Antes tinha um curso (hoje até voltou, ensino médio junto com técnico) de contabilidade, no Nilo Peçanha. Ela terminou o ensino médio. Meu pai não, ele terminou no fundamental dois por não ter vontade de estudar. Ele não queria, não tinha vontade. Às vezes, em umas conversas, ele solta assim, que foi desestímulo por parte dos professores. Começou a trabalhar cedo, trabalhando em outras cidades, e parou o estudo. Minha mãe, ela terminou o ensino médio junto com o técnico. **[Seu pai trabalhou em outras cidades?]** Ele sempre trabalhou assim: padaria, cobrador de ônibus... Já trabalhou no Rio, no Espírito Santo – **[interrupção da mãe de Júlia]** O primeiro emprego dele foi aqui, depois foi para o Rio, São Paulo, e quando começou na construção civil

*se fixou em Campos - [Quando você se casou, como foi o processo de moradia, lugar para morar...?] Foi bem complicado! A gente tinha vontade de comprar essa casa de vovó aqui, mas aí teve um problema e a gente não pôde. Aí a gente tinha visto um, por falta de condição financeira mesmo, a gente tinha visto tudo certinho, aí aconteceu um problema. O pai **(de Ronaldo)** ficou muito doente na época e aí não conseguimos concluir o que eu queria. Lá na casa de minha avó tinha uma obra começada, onde a gente mora, aí a gente terminou a obra lá e fomos morar lá. A gente mora nos fundos da casa da mãe de mamãe, lá na pracinha. Hoje em dia a gente mora lá, temos perspectivas de sair de lá. Não agora com esse monte de juros altos, nem sei quando, mas um dia quem sabe. Eu, particularmente não tenho vontade de sair. A escola que eu dou aulas é aqui perto, o Rotary. O Pró-uni é longe, mas não é todo dia [...]. Eu trabalho lá há três anos, eu dou aula lá três vezes por semana [...]* (Julia).

Júlia, quando indagada sobre a trajetória de sua família no bairro, sabe que seus avós não nasceram ali. Ela remontou a uma série de ocupações e experiências fora da cidade, vivenciada pelos seus pais. O seu pai, assim como Evaldo, esposo de Margarete, e o pai de Caroline – interlocutora que apresentarei adiante –, diferente dos avós dela, migraram para regiões metropolitanas, portanto “um caso particular do possível” (BACHELARD, 1938, p. 48). Júlia representa uma mobilidade em relação às gerações anteriores, que saíram do interior para a área urbana de Campos, que era uma referência de acesso a trabalhos urbanos naquele momento. Os avós de Júlia possuíam qualificações necessárias para se acomodarem em Campos, como fizeram.

A casa de seus avós, já falecidos, fica na frente de um terreno de 32 metros de fundo por 11 metros de frente, em um total de 352 m<sup>2</sup>. A casa de seus pais é designada por ela como “casa de fundos”, construída em um terreno já habitado, ponto de gravitação entre os meus interlocutores que moram no bairro. A maioria das habitações que observei compartilha um único terreno com demais moradias, geralmente comprado pelos pais ou avós, os primeiros a chegarem.

Notei, na frente da casa de seus avós, um “ponto de comércio”, cujo padrão de construção não acompanhava o da casa. De acordo com Júlia, sua avó construiu uma lojinha de presentes. O ponto estava fechado, assim como a casa, que não estava habitada. A casa de seus pais fica literalmente ao fundo do terreno e é menor do que a casa da frente. A construção da frente possui laje, diferentemente da casa de seus pais, com telha de amianto.

Júlia, na ocasião da entrevista, tinha 27 anos e é a filha mais velha. A irmã mais jovem “só estuda”. Está seguindo a sua trajetória, porém no Instituto Federal de Guarus. Ela concluiu o curso técnico em Meio Ambiente e, quando a entrevista foi realizada, estava cursando Engenharia Ambiental na mesma instituição. A sua irmã do meio concluiu o Ensino Médio no Rotary II, mas não deu continuidade aos estudos, trabalhando como secretária em um consultório dentário.

Júlia deparou com um *campo de possibilidades*<sup>75</sup> diferente de seus pais. A sua mãe é mais qualificada em relação às mães dos demais interlocutores da sua faixa etária. Apesar da qualificação, não exerceu a função e trabalhou como comerciária, ou seja, atendente. Seu pai se qualificou no trabalho manual na construção civil. No relato de Júlia, seu pai não deu continuidade aos estudos para trabalhar e “cresceu na profissão”, passando de “mestre de obras” a “encarregado”.

Ele passou a ter carteira assinada quando deixou de “trabalhar por conta própria” para trabalhar em uma “firma”, o que o torna “inferior” na hierarquia profissional, mas lhe garante “direitos”. Essas categorias de classificações do mercado de trabalho, sobretudo na construção civil, foram delineadas em 1971, por Machado da Silva. A “firma” foi classificada por ele como uma “empresa” submetida à fiscalização trabalhista do Estado (1971, p. 13). Os trabalhadores contratados por ela possuem direitos e deveres regulamentados pela CLT.

Em relação ao “trabalhador por conta própria”, o autor classificou essa categoria como mais qualificada do que a de “biscateiro”. No trabalho do autor, a primeira categoria possui mais “prestígio” do que o “empregado” de uma firma, dada à flexibilidade que o “trabalhador por conta própria” possui. Sobre tal categoria profissional, Mamani (2004, p. 81) ressalta, em seu trabalho, que “[...] é muito melhor trabalhar com você mesmo que para os outros”. Refere-se a um trabalhador de transporte urbano que opta por ter seu “próprio negócio”.

Em observações de campo desta pesquisa, assim como o trabalho realizado em minha pesquisa de mestrado (ASSIS, 2011), pude observar que a opção de ser “patrão” é valorizada, seja pela flexibilidade, seja pelo *status* social que essa função confere aos que optam por se aventurar em uma carreira cuja estabilidade é garantida, seja pela “disposição” de manter-se trabalhando, faça chuva, faça sol, seja pela participação de membros da família na atividade.

Dona Janaína, ao me relatar as primeiras experiências de Seu Francisco na cidade, quando trabalhava fazendo “pequenos serviços” em “casa de família”, remontou a histórias que eu compreendo por uma *humanidade degradada*<sup>76</sup> em relação aos seus patrões. Com os olhos cheios de lágrimas, contou que ele ficava esperando os “patrões” deixarem “pedaços” de pão para que ele finalmente tomasse o seu café, com as sobras dos alimentos. Ele era um biscateiro, logo, só poderia comer as “sobras dos patrões”. Ela relatou que ele ficava “morrendo de fome olhando todo mundo na mesa comendo”. Dona Janaína mobilizou essa história ao falar sobre a loja “conseguida com muita luta”, que o marido abriu após uma longa carreira de camelô. Essa conquista fez dele Seu Francisco, e dela, Dona

<sup>75</sup> Conceito desenvolvido por Velho (2003) para compreender aspectos objetivos e subjetivos que envolvem uma “carreira” (HUGHES, 1937). A escolha de uma carreira profissional é atrelada à biografia, uma vez que o indivíduo é pensado como sócio-histórico. Sua “metamorfose” não o desvincula do seu grupo de referência.

<sup>76</sup> Esse conceito foi elaborado por Jussara Freire (2010, 2014) a partir de trabalhos da autora em condomínios de classe média da cidade do Rio de Janeiro. A autora revela uma assimetria entre os “humanos”, isto é, a classe média, e os de “estado humano questionado”, ou seja, moradores das “margens” da cidade.

Janaína. A conquista o enquadrou em uma humanidade da qual participavam seus antigos empregadores. Os pronomes possessivos “Seu” ou “Dona” são transformados em pronomes de tratamento, mobilizados como símbolos de prestígio em uma cadeia de reputação presente no bairro. Ser “dono do próprio negócio” ou “trabalhar por contra própria” ultrapassa a busca por conquista de um *status* jurídico.

No caso do pai de Júlia, ter entrado em uma “firma” representa ascender, pois de “mestre de obras” passou para “encarregado”. Outro indicativo da valorização conferida a esse processo foi a saída de sua mãe do emprego quando seu pai mudou de *status* jurídico.

É bom eu remarcar aqui que, a partir do momento em que a entrevisto, acesso os quadros de referências de que ela dispõe, diferentes dos de seu pai; portanto poderá ter diversos enquadramentos dos dele. Ela, além do curso técnico, cursou ensino superior, possui um emprego público na rede estadual e trabalha em uma instituição privada de ensino. Com 27 anos, possui dois empregos, um deles, público.

Os pais de Júlia não chegaram ao ensino superior, mas ela possui duas tias da parte de sua mãe e dois tios da parte do seu pai que têm diploma de graduação. A segunda geração de migrantes da família de Júlia já se inseriu em um mercado de trabalho mais qualificado. As duas irmãs de sua mãe cursaram Biologia na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, enquanto dois dos seis irmãos de seu pai cursaram ensino superior. Dos seis tios paternos, uma tia cursou Letras na Faculdade de Filosofia de Campos, e um tio, Engenharia na Estácio de Sá. Essas trajetórias são incomuns em comparação aos demais entrevistados da sua geração, que são da primeira geração das suas famílias na universidade. Ao perguntar acerca da escolha pelo IFF, não esperava a resposta dada. Eu queria saber o porquê do IFF, ao invés das demais instituições de ensino superior presentes em Campos.

“Eu sempre quis estudar mais” pode parecer uma resposta óbvia, mas coloca em evidência a opção pela qualificação como não sendo uma etapa natural em seu mundo. Trata-se de uma opção, não uma condição *sine qua non*. Para uma reflexão acerca dessa abordagem, é importante pensarmos sobre a declaração de sua irmã mais nova, que afirmou “só estudar”. “Só estudar” equivale a se dedicar a uma atividade não enquadrada como produtiva. Obviamente não há uma cobrança dos pais para que estudem, pelo menos não foi o que ficou em evidência; por outro lado, a sua resposta evidencia como a jovem reage à pergunta como quem justifica a sua decisão. Essa forma de apresentar uma justificativa pode ser pensada a partir a noção de *desculpa* desenvolvida por Werneck (2009), em outras palavras, ela fornece uma “razão”.

Durante a graduação, ela contou com bolsa de iniciação científica, o que a “ajudou”. Ela trabalhava como secretária em uma clínica, mas por “providência divina” foi mandada embora. Daí ficou “só no IFF”. Ela e sua irmã moram com os

pais e estudam na cidade em que moram. Não terão as despesas que um jovem morador de república teria (BLANC, 2009), mas, ao mesmo tempo, o trabalho exerce um papel significativo na trajetória desses jovens, que seja apenas em termos de referencial. Além de demarcar moralmente um *self* no bairro diante dos demais jovens, complementa a renda familiar. Surgiram novos enquadramentos cognitivos no que toca à valorização de uma “vida de estudo”, mas não uma mudança financeira significativa que possibilite uma dedicação exclusiva sem “crise de consciência” por não estar, de alguma forma, “ajudando em casa”. A categoria ajuda é usada em sua literalidade, pois não há uma “divisão” objetiva das despesas domésticas, mas o autossustento relacionado a vestuário, viagens, lazer e mais uma série de “despesas” que não envolvem diretamente as “contas” da casa. Desse modo, “ajudar” em casa é “pagar as próprias contas”, uma competência valorizada e um símbolo de privilégio nesse contexto, demarcado pela possibilidade de prolongamento com os estudos para ela e a estabilidade financeira da família, que não precisa da sua contribuição direta com relação aos gastos com a casa.

Apesar de ter alcançado mobilidade em relação aos seus pais, se mostrou apreensiva quando tocou na escolha de sua carreira que, para ela, foi um acaso. Ao avaliar as ofertas de empregos, decidiu optar pelo magistério. Após terminar o curso técnico em Química e fazer estágio em Macaé, município situado a 109,7 km de distância da cidade de Campos, ou seja, uma opção de emprego mais próxima de sua residência em relação às viagens de seu pai. Ainda assim, recusou o trabalho em Macaé, pois não queria viajar, nem trabalhar embarcada.

A sua escolha pela carreira tem uma série questões que me levam a pensar em que medida os moradores do bairro alcançaram mobilidade relativamente à primeira geração de migrantes. Não fazer o curso de sua escolha e assumir que o mercado não a absorverá é pôr em evidência as limitações do seu campo de possibilidades à construção de um projeto de vida mais autônomo: de um lado, ter estudado no Instituto Federal, do *outro lado*, ampliar a sua rede de relações em relação aos seus pais. No entanto, ainda não faz com que ela se sinta mais livre para escolher a profissão, como a de jornalista, por exemplo. O mercado de trabalho para a profissão que ela vislumbrava não lhe parece acessível em sua cidade de moradia, o que a levaria a repetir a trajetória de seus avós: migrar para uma cidade, cuja oferta de emprego fosse mais ampliada. Ela, ao invés de se aventurar, optou por permanecer perto de sua família. Essa afirmação é recorrente na maioria dos meus entrevistados, seja no que se refere à opção em se manter próxima às suas famílias extensas, seja com relação às expectativas (limitadas) de autonomização para além do bairro.

Morar compreende dois fatores extremamente significativos: trabalho e família. Em um trecho da entrevista, quanto toquei na questão relacionada à moradia, ela informou que, em decorrência da doença do sogro e do “aumento

dos juros”, não puderam comprar uma casa, o que fez com que se mudasse para a “meia-água<sup>77</sup>” de fundos, no terreno de sua avó, na pracinha. A sua avó não mora na “pracinha” propriamente dita, mas na rua Patrício Menezes, conhecida por Rua do Grêmio, a aproximadamente 130 metros da praça. Entre os bairros vizinhos, Custodópolis é reconhecido como “pracinha”, fato que destaca sua centralidade.

Retomando a discussão acerca da moradia, percebi que há resistência em se distanciar do arranjo familiar e da localidade. Um dos argumentos apresentados por ela para justificar a sua permanência no bairro foi a necessidade de alguém para ficar com o seu filho, cuja responsabilidade é atribuída a sua mãe. Em todas as famílias, eu pude notar o quanto a presença das avós maternas é fundamental para a criação dos filhos. Eu levei dois meses para conseguir entrevistá-la, pois ela dispunha de pouco tempo para entrevista; quando finalmente consegui, o fiz na casa de seus pais, pois, após a entrevista, iria a um salão de manicure que ficava na esquina próxima da casa de sua mãe, onde deixaria seu filho.

A sua mãe, desse modo, exerce um papel fundamental na sua carreira, pois é ela quem lhe possibilita trabalhar “longe de casa”. O seu filho fica na casa de sua mãe enquanto ela e seu esposo trabalham. A bisavó do seu filho e a mãe do seu esposo não foram mencionadas como *responsáveis* por “tomar conta” da criança. Fica claro como a avó materna especificamente exerce um o papel central para a realização dos seus projetos individuais. Apesar de afirmar querer comprar uma casa, oferece resistência em se autonomizar de seus progenitores, pois remarca continuamente a importância dessa proximidade como um recurso de cuidado do filho. Mais do que isso, observa-se que a problemática ultrapassa a rotina com a criança, sendo um elemento fundamental na manutenção da sua atividade profissional.

Uma categoria “recorrente” entre os jovens de meu campo de pesquisa é a do “puxadinho” e há dele diferentes enquadramentos, ora marcado por um sentimento de desqualificação, em referência à mobilização da categoria “pelos de fora”, como uma categoria moral de desqualificação do “suburbano”; ora por estar associado a uma incapacidade de se autonomizar. Finalmente, a categoria foi mencionada também para se referir a um projeto. Os “puxadinhos” que pude presenciar em minhas entrevistas geralmente eram “meia-água”, mas há “puxadinhos” menores, sobretudo quando construídos pelos netos dos migrantes. Quando os netos constroem suas moradias, o terreno já está quase que todo ocupado por seus pais, o que torna as condições de habitação da terceira geração de habitantes do terreno potencialmente mais limitadas do que aquelas experimentadas pelos primeiros.

No tocante ao uso da categoria como um recurso de desqualificação, o morador do “puxadinho” sempre a ele se refere a partir de uma acusação vinda

<sup>77</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete, é uma casa que possui o telhado com apenas um plano inclinado. No caso de Custodópolis e demais bairros vizinhos, a meia-água é semelhante a uma “casa de colono”, muito típica do interior de Campos dos Goytacazes. A meia-água seria uma “casa de colono” cortada ao meio.

de fora. A perspectiva que adotarei toma o “puxadinho como um projeto”. Não considero plausível afirmar que há limitações puramente econômicas que condicionam a construção do “puxadinho”, mas sim que morar perto da família é uma vantagem entre os meus entrevistados, pois reforçam a ajuda mútua.

Desse modo, os relatos se dividem entre justificações polarizadas: a necessidade constante de afirmar que se mudou por não fazer igual “àquele povo” que constrói puxadinho ou que fez o “puxadinho” para não sair de perto da família, segundo as razões já mencionadas. Há uma grande valorização em ter “alguém de confiança” cuidando do filho. Desse modo não deixa de ser um projeto de construção familiar, mas no caso de Júlia o projeto não é *efetivado* ou, ao menos, não está livre das situações de prova, isto é, a apresentação de uma *desculpa*. Ela sinalizou morar na casa da avó paterna, mas os tios não acharam uma boa ideia.

O “puxadinho” reflete essa incapacidade de autonomização em relação aos progenitores e não é um caso atípico no bairro. Os interlocutores mobilizam a categoria a todo o tempo para afirmarem-se como indivíduos que conseguiram “comprar uma casa” e “cortar o cordão umbilical”, em outros casos. As famílias de comerciantes vivenciam esse processo de outro modo, pois distanciar-se da família é deixar de integrar uma atividade econômica familiar. O puxadinho é muitas vezes uma condição. Não fazer pode ser enquadrado pelos membros da família de “mais idade” como um ato de rebeldia.

O neto mais velho de Seu Francisco enfrentou um conflito como esse por ter decidido fazer um curso técnico. Ele recebeu uma proposta para fazer esse curso aos sábados, porém teria que se ausentar do trabalho na loja de calçados da família para a sua realização. Seu Francisco não aceitou e o neto optou por sair da loja e se dedicar “aos estudos”, apoiado inclusive por Dona Janaína, a avó. Ele abandonou o trabalho na loja e Seu Francisco ficou um bom tempo “zangado” com ele. O processo de autonomização não é tão simples, pois aquele que opta por realizá-lo coloca em risco a sua posição na cadeia. Ao deixar de colaborar em situações de ajuda mútua, como no empreendimento da família, deverá conseguir “caminhar com as próprias pernas”.

Não só a permanência no bairro aciona as redes de relações como suporte, o modo como isso se dá elucida o seu potencial para a garantia do sucesso dos projetos individuais. No bairro, segundo os relatos obtidos, ainda é comum a prática do “mutirão” para “encher laje” ou cobri-la de concreto. Quando a família está próxima, pode-se contar com ela para o trabalho, porém o afastamento geográfico do local de moradia da família extensa incide sobre um processo de autonomização articulado com o de individualização. Tratando-se de construção do imóvel, o membro terá que contratar uma empresa ou profissional que preste tal serviço. Isso se aplica ainda em situações de crise financeira. Se o membro não colabora, dificilmente será ajudado. Há um imperativo da *reciprocidade* (MAUSS, 2003). Sobre as situações de ajuda mútua entre migrantes, Machado da

Silva (1982, p. 91) destaca que as redes de parentesco desempenham um papel amortecedor nas dificuldades enfrentadas por estes grupos.

Júlia, a princípio, se mostrava apreensiva em sair da casa de seus pais. Ela viveu na casa de fundos com seus pais durante toda a sua vida, assim como os demais interlocutores mais jovens desta pesquisa. Sair de perto da família passa a ser uma redefinição de sua experiência. Caroline, por exemplo, fez questão de dizer que se mudou, mas está sempre lá. Todos os jovens, sem nenhuma exceção, problematizaram a nova experiência, marcada em suas falas por um paradoxo constante, independentemente da decisão tomada ou das possibilidades a eles acessíveis. Manter laços fortes com a família e com o bairro ainda é um aspecto de grande importância para os jovens da terceira geração de migrantes cujas trajetórias foram acessadas ao longo da pesquisa.



# 5

---

**Os moradores de  
Custodópolis/Guarus na  
cidade: a região como  
um símbolo de estigma**



## 5.1 Rumores sobre Guarus

***[Seu Francisco já conhecia o lugar, quando comprou o terreno?]***

*Qui nada. A gente morava na Beira Valão [Canal Campos Macaé]. Ele comprou com Manoel. Seu Manoel chamou ele para vim aqui. Ele veio de lá: 'Janaína, comprei um terreno'. Aonde? Ih..., mas é muito longe (risos). Por que você comprou lá? 'Seu Manoel mora lá'. Ele [se referindo ao Seu Manoel] já morava aqui já. Eu comentei com [Jô Rocha] e ele disse: 'Você ir morar lá, lá é terra de índio, lá mata gente toda hora'. Naquele tempo, hein! 'Lá toda hora mata gente'... Matava mesmo (risos). (Dona Janaína)*

Na época da compra, Dona Janaína trabalhava como “empregada” doméstica na casa de um “bicheiro” que atuava na região do Mercado Municipal e, segundo algumas informações que obtive em minha observação, atua ainda hoje no Mercado, em Custodópolis e bairros contíguos a ele. Seu Francisco já trabalhava como “camelô” nas imediações do Mercado Municipal. Ao falar da compra do terreno, Seu Manoel disse que era “a preço de banana”. O preço era baixo, sobretudo por ser um loteamento afastado da área central e que ainda não dispunha de equipamentos públicos ou de infraestrutura. As descrições fornecidas por ela e por Seu Manoel sobre o bairro deixam claro que o lugar, ainda nos anos 1960, só possuía ruas sem pavimentação e “muito mato”. A água era de “cacimba” e a luz só chegou ao final dos anos 1960, após a ocasião mediada por Seu Manoel na escola de samba.

Dona Janaína relembrou os dias de futebol, quando a sua sala ficava repleta de gente assistindo aos jogos de futebol na TV. Um aspecto interessante recorrente entre os entrevistados que iniciaram a ocupação, tanto de Custodópolis quanto dos bairros contíguos, é a disputa pela posse do “primeiro televisor do bairro”. Todos contam que “tiveram a primeira televisão do bairro”. Assim como na casa de Dona Janaína, nas demais casas havia aglomeração de pessoas para assistirem à programação, pois o aparelho era raro na época. Margarete me informou que alguns proprietários de televisores cobravam taxa de entrada aos moradores para assistirem aos programas.

O empregador de Dona Janaína, morador do “lado de lá”, categorizou o novo lugar de moradia dela como “terra de índios”. Ao denominar a localidade como “terra de índios”, obviamente não estava se referindo ao seu sentido literal, mas à semântica que a categoria “índio” carrega. Oliveira (1981 [1964]) demonstra, de modo elucidativo, os momentos nos quais as categorias “índio” e “caboclo” eram mobilizadas nos conflitos entre povos Tiküna do alto Solimões e os “brancos civilizados”. Chamar uma localidade de “terra de índios” é externalizar uma disputa entre a “cidade”, na margem direita do rio Paraíba e a “periferia”, na margem esquerda, que sequer possuía um nome definido.

Dona Janaína, antes de ser moradora do Parque Nova Campos, em Guarus, já fora exposta a uma situação de prova com relação à imagem de desqualificação do seu futuro lugar de moradia. A ideia de “caboclo” de Oliveira é interessante para pensarmos na situação de Dona Janaína na cidade. Ela, em entrevista, se autodenominou “cabocla”. Ela tem estatura baixa, pele morena com um aspecto dourado, cabelos negros com cachos longos, olhos negros e morava na região de Morro do Coco, mais ao norte do município. Ao ser indiferente à mobilização da categoria “índio” como forma de acusação do lugar, demonstrou compartilhar do enquadramento do patrão no que se refere à questão étnica. Como cabocla, se percebe como parte da “comunidade nacional”. A desqualificação para ela foi relacionada à moradia, não à sua etnia em potencial. Poderia ter sido uma ofensa étnica se ela se reconhecesse etnicamente como pertencente a algum tronco indígena.

As experiências relatadas por Dona Janaína evidenciam a efetivação das categorias morais de desqualificação sobre a região de Guarus, ou seja, uma grande “região moral” na cidade de Campos associada ao perigo nos rumores veiculados relativamente ao bairro. A cidade de Campos é, de fato, dividida em dois lados pelo rio Paraíba do Sul que corta o município, contudo, para aqueles que compartilham os enquadramentos cognitivos elaborados sobre a margem esquerda, o rio atua ainda como um ator não humano que estabelece uma separação moral entre os lados da cidade.

## 5.2 “Quem mora na palha é rato”: desqualificado do lado de lá

Assim como Seu Francisco e Dona Janaína, Seu Manoel também experimentou situações de desqualificação do bairro ao acessar o “centro”. Ambos tinham um ponto em comum: antes de se mudarem para o Parque Nova Campos, moraram de aluguel na margem direita do município. Eles “vieram da roça” para a margem direita da cidade e, depois foram para uma localidade que, apesar de estar a apenas sete quilômetros da área central, ainda era categorizada moralmente como rural; logo, experimentavam os rumores na margem direita sobre o local de moradia. As situações muito típicas em ambos os casos eram vivenciadas no momento da mudança, como o caso do trecho da entrevista a seguir:

*(...) Quando eu disse que viria pra cá me falavam: ‘você tá maluco, lá só tem ladrão e matador...’. Eu morei na rua Sacramento, mas era aluguel, o terreno aqui era barato e eu resolvi me mudar pra cá. Só tinha uma empresa de ônibus, a Ravel. (Seu Manoel)*

Seu Manoel faz um relato da situação em que estava decidindo se mudar para a Cidade de Palha, evidenciando os símbolos de estigma atribuídos ao seu novo lugar de moradia, o que incide, inclusive, sobre o seu *status* de morador da cidade: “Quem andava na cidade... lá em cima [no ônibus] escrito Cidade de Palha, chegava lá no centro era: ‘rarara... o ônibus da palha chegou, quem mora na palha é rato...’ O meio de transporte possuía uma inscrição que era relacionada não apenas a uma localidade, como as demais da cidade, mas uma região moral cuja pertença era um símbolo de estigma.

Podemos refletir aqui sobre a situação do morador do bairro como possuidor de uma “gentilidade desqualificada”. Nascido ou não na cidade, o morador de regiões categorizadas moralmente como desqualificadas podem ser tomados pelos cidadãos como possuidores de uma identidade deteriorada, ou seja, não corresponde à imagem do morador da cidade de acordo com a definição de “morador” dada por aqueles que atribuem o *estigma*.

Seu Manoel havia morado no Turfe, que também era denominado bairro proletário no livro de atas da Câmara dos Vereadores (ATAS-36 1937 a 1948, p. 15), mas ele não experimentou processos de desqualificação semelhantes quando morador dessa área. O Turfe, apesar de ter sido um “bairro de proletários”, estava situado na sede do município; na margem direita do rio Paraíba do Sul. Uma questão que não pode ser ignorada em Campos, caso o interesse de pesquisa seja relacionado a aspectos de sua urbanização, é a sua cartografia moral, cujo ponto máximo é a má reputação dos bairros que estão situados na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, que inclusive foram ignorados até mesmo nas cartografias topográficas, isto é, nos mapas municipais.

Seu Manoel, em diversos momentos da entrevista, retomou a relação entre o seu espaço de moradia e as situações de desqualificação às quais foi submetido. Esse aspecto pode ser lido como uma disputa moral entre os moradores de Campos – margem direita – e moradores da Cidade de Palha – margem esquerda. Não ter uma reputação relacionada aos bairros da margem direita pressupõe desqualificação moral, dado a margem esquerda da cidade de Campos ter sido reputada de forma estigmatizada.

As disputas morais vivenciadas por Seu Manoel evidenciam os meandros da cartografia moral da cidade de Campos. O migrante “da roça”, ao chegar à cidade, depara com cadeias de reputação já consolidadas entre as famílias tradicionais. Nessas cadeias, ele será o desqualificado em potencial. Observamos aqui essa desqualificação a partir do espaço de moradia, o que não significa dizer que ele será assim nas *cadeias de reputações* do bairro, como já vimos. Esse paradoxo torna ainda mais sensível o modo como a sua posição é redefinida nas diferentes situações de circulação pelos diferentes mundos sociais coexistentes no contexto urbano mais amplo em que vive, sobretudo quando o seu local de moradia incide em sua desqualificação moral, objetivando a categorização de si segundo parâmetros generalizantes.

O caso de Seu Manoel é emblemático. No bairro, ele é Seu Manoel Sapateiro, ilustre personagem público, de *renome* entre os mais antigos no bairro; na cidade, por não estar totalmente vinculado às cadeias já consolidadas pelas famílias tradicionais, é “morador da palha”, sem individualidade e sem símbolos de prestígio. Mais do que isso, a representação negativa vigente sobre seu espaço de moradia o posiciona nas situações de copresença no “centro” como um indesejável e indigno de consideração em potencial.

Seu Manoel, quando decidiu se mudar para Custodópolis, se viu diante de uma situação que estandardiza a posição que ocupava como morador do Turfe Club e aquela que passaria a ocupar após a mudança para a Cidade de Palha. “Quando eu vim pra cá, não tinha nada de ladrão e assassino, tinha é assombração”, destaca.

Um aspecto interessante a ser ressaltado a partir das falas de Seu Manoel é o processo de categorização moral dos lugares a partir da chegada dos novos moradores, isto é, os brancos da margem direita. O bairro “só tem ladrão e assassino”, logo, é desqualificado em relação à reputação que Seu Manoel possuía entre os seus. A situação descrita por ele evidencia uma separação entre a reputação de Seu Manoel e a dos moradores do lugar: “lá não é lugar para você morar”. Ao mesmo tempo, o próprio Seu Manoel assume esse *empreendimento moral*<sup>78</sup> de requalificação do bairro para si, o que incide sobre a sua atuação política no mesmo. É um empreendedor moral valorizado e central para os demais moradores da região, dada as suas ações políticas de limpeza moral do bairro.

Ele era posto à prova com tais questões porque não era “índio”, não era “quilombola” e não era bandido, não respondia aos pressupostos constitutivos desse outro, não era parte população “típica” de Guarus do ponto de vista dos moradores da “cidade”.

O mesmo tipo de paradoxo é remontado pelo Guia Geral sobre três notórios da cidade e moradores do bairro: “Muitas casas comerciais, armazéns de secos e molhados, lojas de fazendas, padaria, açougue, várias granjas, das quais se destacam do Professor Gentil de Castro Faria, que ali reside com a sua Exma. Família, do Snr. Kleber Vidigal e a do Snr. Norival Pereira” (GUIA GERAL, 1947, p. 121).

Mobilizar a trajetória desses notáveis, bem como as atividades comerciais presentes no local, é um dispositivo utilizado pelo Guia para realizar uma limpeza moral da localidade. O projeto dos parques proletários que, na verdade, englobava toda a área urbanizada de Guarus, tinha igualmente como objetivo requalificar a localidade. Esse projeto de qualificação não se aplicou somente a ela, mas também aos bairros Turfe e Caju, que também eram considerados parques proletários. A grande questão da então Cidade de Palha era estar situada na margem esquerda do rio Paraíba, uma localidade que, além de ter sido ocupada posteriormente pelos notáveis, possuía uma reputação desqualificada em relação

<sup>78</sup> Howard S. Becker (2008).

à margem direita, reputação que remonta a história da sua ocupação nativa e, mesmo posteriormente, durante o período colonial.

O caso específico de Seu Manoel me possibilita pensar nos atores não humanos como integrantes desse processo de desqualificação da localidade. As casas de palha eram integrantes de um repertório de objetos da moralidade sertaneja que, em conjunto com os demais símbolos desqualificantes, delineavam moralmente a localidade. Seu Manoel, logo que chegou ao bairro, “construiu” uma “meia-água” de alvenaria com telha francesa, portanto “não morava na palha”, e ainda assim sentia-se confrontado constantemente na “cidade”, o que o obrigava a fornecer provas de que ele era um morador da “mesma cidade” daqueles que desqualificavam o seu bairro. A sua atuação política foi um dispositivo de requalificação do seu novo espaço de habitação, pois as instituições nas quais atuou acabaram impulsionando um melhor trânsito de moradores de outras áreas da cidade no bairro. O Campo do Grêmio, por exemplo, foi utilizado pelo time do Americano Futebol Clube<sup>79</sup> (AFC) quando este estava sem estádio.

Não é por acaso que Custodópolis possui uma centralidade no local em termos de oferta de atividades culturais, pela escola de samba; desportivas, no campo do Grêmio, comerciais, pela praça; religiosas, pelas igrejas e terreiros; e de instituições públicas, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Saúde Escola de Custodópolis (CESEC), antigo CSU. Esses órgãos são efeitos de ações políticas de limpeza moral com vias a alterar a reputação do bairro e conseqüentemente de seus moradores. As casas de alvenaria estavam tomando o lugar das casas de palha. A Cidade de Custódio se constituiu no intuito de se sobrepor à Cidade de Palha. Não morar na Cidade de Palha é se desvincular do imaginário social construído sobre o espaço ao longo do tempo.

O movimento de mudança do nome do bairro se configurou, desse modo, como parte desse empreendimento de limpeza moral cujo objetivo era equiparar o bairro aos demais, já que um dos argumentos que incidiam sobre a sua má reputação era justamente a construção arquitetônica das moradias do bairro. Não morar na cidade de palha era assumir uma reputação vinculada à margem direita do rio. A atração de novos moradores, trabalhadores urbanos não relacionados às usinas – operários – para a região tinha potencial de conferir uma nova reputação ao lugar. Em termos nativos, chegou *pra botar moral*, o que pode ser entendido, em uma ótica de Thomas e Znaniecki (2006, p. 151-152), por uma subordinação das outras situações existentes; em outras palavras, houve imposição de valores entendidos como aceitáveis no imaginário social dos moradores da margem direita do município.

Um aspecto comum nas entrevistas realizadas, seja com moradores mais jovens, seja com os mais antigos, é o esforço para remontar um cenário que se opõe aos elaborados pelos moradores de fora. As respostas sobre o bairro quase

<sup>79</sup> Trata-se de um dos principais times do município que disputa campeonatos em nível estadual.

sempre começam a partir do que “todo mundo fala sobre” ele. O “problema” é colocado em situações de interação intensa com os de fora, portanto um morador que não interage em outros grupos presentes na cidade, sobretudo na margem direita, dificilmente irá se referir ao bairro como Seu Manoel. Quanto maior a circulação do morador do bairro, maior acesso terá à *opinião* dos não moradores sobre si. Consequentemente, maior esforço para a eliminação da má reputação do lugar de moradia.

Ser morador da palha incomodava Seu Manoel porque ele vivenciava uma interação intensa na margem direita do município, onde seu próprio mundo (ou local de moradia) era constantemente colocado em questão. Ter acesso a uma *visão* de fora dava a ele compreensão de um bairro desqualificado moralmente, contrastante com relação às suas experiências de morador e provocadora de constrangimentos. Para ele, o bairro era composto por um conjunto de marcadores positivos e valorizados, mas, quando acessava outras regiões da cidade, deparava com o seu bairro desqualificado, lugar de pobreza, violência e degradação. Esses dilemas colocavam à prova o contexto de experiência de Seu Manoel.

### 5.3 *Guarus como uma coisa só: a parte no todo e o todo na parte*

*Eu trabalhava no pré-vestibular daqui, da (universidade), né? E era bolsista, e nenhum dos sessenta alunos que foram classificados era de Custodópolis, mas tinham dois de Guarus, só dois de Guarus. Uma vez rolou um comentário falando de ‘gente favelada’, falando de gente ‘cafona favelada’, aí um comentando pro outro assim: ‘ihhh... Isso tá parecendo coisa de Guarus’. Coloca-se como se o outro lado da ponte fosse uma coisa só! Lá é Guarus, aqui é o que? É Campos? Do lado de cá é Campos, do lado de lá é Guarus. E coloca como se todo mundo fosse uma coisa só. (Caroline).*

A citação que precede é de uma jovem de 30 anos, aluna do 9º período de Serviço Social em uma universidade pública, que teve a sua formação na educação básica no Colégio Estadual Rotary II, situado no bairro de Custodópolis. Seus pais chegaram jovens a Custodópolis. Sua mãe, oriunda de Santa Maria de Campos<sup>80</sup>, chegou a Custodópolis com onze anos e o seu pai, de Santo Eduardo<sup>81</sup>, com sete. Ambos chegaram ao bairro ao final dos anos 1950, em virtude da oferta de emprego que atendia a ocupação de seus pais, no caso, os avós de Caroline, que trabalharam na *lavoura* de cana. Seu pai ainda jovem trabalhou como motorista

<sup>80</sup> Santa Maria de Campos é o 18º distrito de Campos dos Goytacazes e fica situada ao norte do município.

<sup>81</sup> 13º distrito da cidade de Campos e situado ao norte do município.

na empresa de ônibus Ravel, pertencente a um morador da localidade, Amadeu. Após esse trabalho, foi para Rio aos dezoito anos para *ajudar* a construir a ponte Rio-Niterói<sup>82</sup>. Ao retornar para Campos dos Goytacazes, começou a trabalhar na polícia militar. Segundo Caroline, ele se alistou no exército e “foi direto” para a polícia militar, sem a realização de uma seleção via concurso público.

Além de Caroline, seus pais tiveram mais três filhas. Duas delas concluíram o Ensino Médio e não deram prosseguimento aos estudos após o término; a outra mais nova, com a idade próxima a de Caroline, cursou a Faculdade de Direito, mas ainda não se inseriu no mercado como advogada. Não se estabelecendo na carreira de advogada, resolveu *montar* uma *Lan House*<sup>83</sup>. As suas irmãs mais velhas se casaram com dois jovens moradores do Parque Nova Campos.

Caroline iniciou uma graduação na Universidade Estácio de Sá, mas não concluiu. Ela é da terceira geração de uma família de migrantes que chegou à área urbana da cidade de Campos a partir dos anos de 1950. Caroline *creceu* no bairro, está em uma universidade pública e, diferente da trajetória de suas irmãs, se casou com um jovem do Parque Corrientes, do *outro lado* da cidade. No tocante à sua trajetória profissional, trabalhou no comércio desde os 15 anos de idade. Iniciou a vida profissional trabalhando em uma loja de R\$ 1,99, do tio, no bairro de Custodópolis, e, aos 19 anos, assinou a carteira como comerciária, porém no centro da cidade. Em 2007, trabalhou como secretária de um curso preparatório e, durante o período da graduação<sup>84</sup>, abriu uma loja de roupas em Custodópolis. Por motivos financeiros, fechou a loja e em 2013, começou a fazer estágio com remuneração na universidade, onde trabalhou durante um ano, até ser convocada para o concurso público para inspetora de alunos na rede pública estadual do estado do Rio de Janeiro, onde trabalha atualmente “até passar em um [concurso]” de sua área de atuação, no caso, Serviço Social.

Ela conheceu o seu esposo em uma excursão para a realização de um concurso público para a Polícia Federal, realizado em Brasília-DF. Eles mantiveram contato, iniciaram o namoro e resolverem se casar, com união civil no cartório e união religiosa na igreja onde Caroline “congrega”: na igreja batista de Custodópolis. Em relação à cerimônia religiosa, ela relatou ter ficado “preocupada” porque o marido é de família católica, pois queria uma cerimônia religiosa em *sua* igreja. Casar-se na Igreja Católica seria um ato público que poderia colocar à prova a sua *conversão* à Igreja Evangélica.

Em sua fala, a Igreja é responsabilizada pelo seu “crescimento”, compreendido por ela como uma combinação entre religião e vida intramundana. Ter convívio

<sup>82</sup> Freire (2010, p. 239) faz considerações sobre um aumento populacional na região metropolitana do Rio de Janeiro em decorrência da construção da ponte Presidente Costa e Silva, conhecida popularmente como ponte Rio-Niterói. No caso do pai de Caroline, a migração foi pendular, pois não permaneceu na capital carioca.

<sup>83</sup> Trata-se de um estabelecimento comercial com computadores ligados à internet para acesso do público, mediante o pagamento de uma quantia referente ao tempo de utilização do computador.

<sup>84</sup> Trata-se de uma universidade pública.

com um dos filhos do pastor que “fazia curso de inglês desde novo” fez com que ela “visse uma vida de estudo”. Durante sua graduação, um dos filhos do pastor a incentivava terminar a faculdade. Assim, a religião se torna não somente uma experiência transcendente, mas também pragmática, articulando redes de relações e pertencimento que contribuem para a ampliação do campo de possibilidades de Caroline em diferentes sentidos.

Retomando o trecho que citei no início desta seção, Caroline faz a descrição do que ela compreende por uma visão do morador “do lado de cá” – “Campos” – sobre o “lado de lá” – Guarus<sup>85</sup>. O que fica evidente inicialmente é uma indivisibilidade entre os bairros. Guarus, no caso, *outro lado* é tomado como se fosse “uma coisa só”, o que levou a Caroline a deparar com a desqualificação em relação à forma como o seu lugar de moradia fora categorizado moralmente.

Observando os jogos de classificação mobilizados em diferentes contextos sobre a cidade e seus bairros, pude identificar situações nas quais os bairros são equalizados a partir de uma separação feita pelo rio Paraíba do Sul: o “lado de cá” e o “lado de lá”. Os meus interlocutores, quando indagados sobre Custodópolis, fazem uma equivalência do bairro em relação à Guarus, não à cidade como um todo, que, em alguns casos, está do “lado de lá”. Caroline, ao falar dos alunos classificados para o vestibular, lamentou por não ter aluno de Custodópolis e, ao mesmo tempo, fez menção a dois alunos de Guarus. Sentiu-se afetada de alguma forma pela quantidade de alunos de origem próxima à dela e pela ausência de alunos da mesma localidade. O seu tom de voz soou como quem estava diante de uma situação de injustiça e a sua fala evidenciou as distinções significativas para ela em termos de proximidade, distância e identificação. Aproxima-se dos demais moradores de Guarus, no compartilhamento de um referencial mais geral, mas se diferencia deles em termos dos referenciais específicos, valorizados na sua fala.

Ela se vê como alguém que compõe a margem esquerda, no caso, Guarus, mas, mais do que isso, ela compõe uma sub-região dessa região, a de Custodópolis. A perplexidade de Caroline em relação à designação de Guarus como “uma coisa só”, operada por seus colegas de turma, moradores da margem direita do rio, a leva, por outro lado, ao questionamento da própria polarização que aciona em seu processo de identificação: “Lá é Guarus, aqui é o quê? É Campos? Do lado de cá é Campos (...)”. Ao deparar com uma imagem do seu distrito como homogêneo, ela faz o mesmo com a margem direita do rio, acionando os mesmos dispositivos que lhes foram direcionados. No caso descrito por Caroline, Guarus foi tomado pelos seus pares da universidade como lugar de desqualificados em potencial: *favelado* e *favelado cafona*.

Esse jogo de categorizações é pensado por mim como constituído a partir dos contextos nos quais as experiências dos atores são elaboradas. Como

<sup>85</sup> A inversão de lado ocorre devido ao local de realização da entrevista, que foi realizada na sala do grupo de pesquisas que integro: Cidade, Espaços Públicos e Periferias (Cep28).

essas experiências são constituídas? Trata-se de uma pergunta que eu tentarei responder a partir de minha base empírica de dados. O que leva um indivíduo a categorizar moralmente uma determinada região da cidade? As formas como são expressas e as expressões utilizadas são dotadas de uma carga moral que não envolve apenas uma ação, mas um conjunto de fatores, como moradia, comportamento, apresentação de si, em suma, uma atuação inadequada do ponto de vista daqueles que assim as denominam, o que fez com que Caroline não se sentisse categorizada de acordo com as expectativas que possui sobre si. A *definição da situação* na chegada de Caroline era validada pelos grupos que tinham acesso à instituição universitária, não pelos moradores de Guarus.

A não acomodação à categorização sentida é reflexo de uma resistência a uma subordinação moral. Na situação relatada por ela, a resistência não se evidenciou em um conflito na sala de aula, mas na elaboração de argumentos e justificações, em uma atividade reflexiva, por mais que não verbalizada de imediato. Nesse caso, a situação problemática não se converteu em uma situação de disputa, mas em *vergonha*<sup>86</sup>, dado que o seu lugar de moradia fora tomado como um símbolo de estigma. O seu incômodo revela uma disputa moral entre “dois lados” cidade: “Campos” e “Guarus”. Sentir-se parte de uma moralidade específica, isto é, Guarus, revela o quadro de interação no qual Caroline consolidou as suas experiências prévias.

A existência do conflito evidencia, grosso modo, a existência *explícita* de duas moralidades presentes na cidade de Campos: o lado de lá e o lado de cá. A questão é pensar para além desses dois lados e conseqüentemente compreender como as categorizações morais são mobilizadas para delinear localidades na cidade de Campos.

Como Caroline pontuou, há uma generalização de Guarus, na qual os bairros não são diferenciados entre si. A parte é inserida no todo e o todo na parte nos processos de categorização moral. Em minhas incursões pela cidade, pude identificar como a categoria “morador de Guarus” se mostra recorrente como referencial de desqualificação mútua. Morar em Guarus assume um caráter significativo para além da mera posse de um Código de Endereçamento Postal (CEP). É assumir uma posição involuntária, corresponder a um tipo elaborado moralmente, ou seja, um trabalhador manual de baixa qualificação e de estilo de vida questionável.

Os referenciais mobilizados na situação descrita por Caroline são generalizados em relação ao morador de Guarus, o que faz com que Guarus possa

<sup>86</sup> A vergonha passou a ter um papel central nos encontros face a face, nos quais os “moradores de Guarus” passam a assumir um *status* de “desacreditáveis” (GOFFMAN, 2004 [1963], p. 38) diante dos “moradores do lado de lá”. Uma discussão que estabelece um diálogo com o meu trabalho é a dissertação de Raoni Borges Barbosa (2015), na qual ele estabelece uma relação entre a moradia e a vergonha. Neste caso, os moradores do bairro em que a análise fora realizada, experimentavam situações cotidianas de vergonha no espaço público fora dos limites do bairro. Além desta discussão, cabe uma leitura do trabalho de Jussara Freire (2005), quando esta traz à tona relatos de moradores de Nova Iguaçu sobre estigmas que estes vivenciavam ao frequentarem a cidade do Rio de Janeiro.

ser tomado não apenas como um subdistrito delimitado administrativamente, mas sim um todo, “uma coisa só” e não apenas em termos de referenciais geográficos. Morar em Custodópolis, portanto, não é apenas morar no bairro de Custodópolis, é primeiramente “morar em Guarus”. A lógica se inverte à medida que os moradores do bairro assumem as suas particularidades.

Caroline, ao falar sobre sua família, igreja e amigos, menciona o bairro como referencial. Nesse momento, ela não aciona as categorizações externas mais abrangentes. Eles pertencem a um bairro como os demais moradores da cidade, não àquele onde moram os “favelados”. Ao falar sobre o seu esposo, a princípio, ela não usa uma categorização moral binária que divide a cidade em lado de cá e lado de lá. Ela simplesmente fala o nome do bairro em que o seu marido fora criado. A trajetória de Caroline, assim como a sua experiência de circulação pelo bairro e pela cidade, é muito semelhante à de Bruna,

Apresentando uma ainda maior mobilidade do que Caroline, Bruna, além de ter estudado em escolas do *outro lado*, frequentava uma igreja evangélica presbiteriana, o que potencializou a sua circulação na “margem direita”. Apesar de ter uma família “antiga no bairro”, como ela mesma afirmou, sua circulação se deu predominantemente em contextos da margem direita do rio Paraíba do Sul ao longo de toda a sua trajetória de vida. A jovem salientou que, na escola e na igreja da margem direita do rio Paraíba do Sul, “ninguém conhecia Custodópolis”. Ela, ao invés de se apresentar como moradora de Custodópolis, se apresentava como moradora de Guarus. Quando recebia amigos do lado de lá em sua casa para passar o final de semana, usava a Delegacia de Guarus (146ª DP) como ponto de referência, pois os pais de seus amigos não conheciam o bairro. Quando os amigos eram do outro lado, a delegacia não era um referencial muito claro, o que tornava a “1ª Passarela” da BR-101 uma referência mais compreensível. A utilização de Guarus como um referencial de moradia era suficiente em algumas situações nas quais havia um “desconhecimento” por parte dos seus “amigos”. O todo se tornava equivalente à parte, no caso, Guarus equivalia à Custodópolis. Observa-se, a partir desse caso, como os quadros de referências mobilizados pelos atores são ordenados segundo seus referenciais, quer dizer, dados a partir da circulação na cidade, bem como nos contextos nos quais a interação intensa desses atores se constituiu.

Ao relatar sobre a sua circulação do *outro lado*, Bruna mencionou ter tido amigos do lado de lá. O lado de lá não é uma coisa só, para ela, que domina uma cartografia bem rica de diversas áreas da cidade, por mais que pautadas em referenciais objetivos amplos, como prédios públicos e nomes de bairros específicos. Ela descreve o lado de lá não somente como um todo, mas segundo outros referenciais, como o amigo que morava em um prédio atrás do Fórum, outro amigo do Colégio Alfa que morava no Condomínio Bouganville (localizado na margem direita), outro em um prédio ao lado do Colégio Liceu, outro na Formosa (av. Tenente Coronel Cardoso). Com esses amigos, ela saía nos finais de semana.

la ao *Shopping*, o que ela relata como sendo “coisa de campista” e, em algumas situações, frequentava churrascos nas residências desses amigos. Com relação à descrição dos seus amigos moradores do 3º Subdistrito de Guarus, eles são categorizados como “de Guarus”, sendo integrantes de um todo, não de ruas e bairros específicos, como o caso dos seus amigos da margem direita.

O ponto importante não é simplesmente o desconhecimento geográfico do bairro em que mora pelos seus amigos *de lá*, mas a generalização que torna Custodópolis equivalente a Guarus e vice-versa. Esse fato ocorre justamente por uma baixa ou nenhuma circulação dos pares de Bruna na localidade.

O Guarus e Custodópolis, se vistos em seus interiores, são compostos de diversos bairros e regiões morais, como as demais áreas da cidade, mas, quando o morador de Custodópolis atravessa o rio Paraíba do Sul, o 3º Subdistrito é tomado como uma grande região moral, o que dá suporte para que o morador do subdistrito seja categorizado moral ou logicamente como “morador de Guarus”, não morador de um bairro específico do 3º Subdistrito.

Um grande esforço para a elaboração desta obra foi separar Custodópolis de Guarus, e não é um exercício a ser feito somente por mim, mas também pelos interlocutores. Ao tentar responder a uma pergunta sobre Custodópolis, há um “ato falho” que os leva para o *lado de cá*: Guarus. Ao fazer tal associação, o morador de Custodópolis incorpora as categorizações elaboradas pelos demais moradores da cidade de Campos dos Goytacazes, sobretudo os da margem direita do rio Paraíba do Sul. Esse fator tornou-se *um* dos responsáveis para a objetivação de Guarus como o *outro lado* e conseqüentemente, área suburbana, como era designado em manuais estatísticos sobre a cidade. Tal designação incidiu sobre a categorização moral dessa área da cidade, em termos da sua desqualificação.

## 5.4 “Pra ser morador de Custodópolis tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica”: expectativas sobre o morador de Custodópolis

*[Tem mais uma coisa que eu gostaria dizer para encerrarmos?]*

**Aline:** ‘Ela é sua amiga lá da igreja ou de Custodópolis?’.

**Caroline:** *Lá da igreja, mas ela mora lá, mora na minha rua, mora do outro lado.*

**Aline:** ‘Mas ela é de Custodópolis?’.

**Caroline:** *Tipo, não pode ter dentista em Custodópolis, não pode ter universitário, não pode ter... Tem que ter lá: empregada doméstica, algumas pessoas que trabalham no comércio (no centro, né), trabalhar*

*na Vivo é muito bom até, já não é mais aquele comércio popular, né? É pegar a linha de ônibus Santa Rosa [o quê?]. A linha de ônibus Santa Rosa. Zoam muito. A linha HGG X Santa Rosa, zoam muito pela visão mesmo né? Que têm de Custodópolis [...] Teve uma vez que eu fui falar da mulher de Jalime, Suane, [que] duas três vezes por semana ela vai lá [no bairro], ela faz parte do Grupo Espírita, ela tem uma Land Rover branca, e ela vai lá assim... Ela [Aline] conhece a pessoa. Aí eu comentando e ela [e ela me pergunta]:*

**Aline:** *mas ela vai lá, mas ninguém para o carro dela não?!.*

**Caroline**[...] *Vão parar o carro da mulher pra quê? [...]*

**Aline:** *não, não estou falando você não, eu estou falando assim, das pessoas de lá.*

**Caroline:** *Como assim, eu também sou pessoa de lá?! Como assim? Aí eu fiquei instigando a pessoa, e ela já começou a ficar meio irritada, retraída assim, tipo, 'o quê, quê...'. A pergunta que ela fez, né? Eu sou pessoa de lá.*

**Aline:** *Não, eu tô falando assim, os bandidos.*

**Caroline:** *Oh, onde você mora também deve ter bandido. Bandido pra você é o quê? Que anda com arma, que participa do tráfico. Bandido é o quê? Lá do outro lado também deve ter. Perto da sua casa deve ter, cê vê ele parando seu carro? Eles não param carro assim.*

[...] *Não pode ter dentista, engenheiro, não pode ter Land Rover, cê não pode ter nada por ser de Custodópolis. Tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica e pegar o ônibus HGG X Santa Rosa para trabalhar.*

Caroline e os demais jovens com acesso ao curso superior podem ser tomados como casos emblemáticos de disputa entre moradores do “lado de lá” e moradores do “lado de cá”. Ela representa uma parcela dos moradores que experimentam mais intensamente os confrontos com a margem direita do rio Paraíba do Sul, dadas as interações intensas vivenciadas no convívio escolar, universitário ou nos demais contextos que experimentam na sede do município. A sua grande questão, pelo menos, como estudante de Serviço Social, foi não se sentir contemplada nos trabalhos acadêmicos sobre o bairro como uma moradora de Custodópolis em potencial. Ela não possui os símbolos de estigma que se supõe que um morador do bairro deve possuir, logo não poderia ser enquadrada como uma moradora de Custodópolis.

“Morar em Custodópolis” é um símbolo de estigma, colocado em movimento continuamente, porém sentido de modo significativamente mais intenso a partir das experiências de circulação desses atores nas ocasiões em que se encontram na margem direita do rio, sobretudo em locais onde o morador de Custodópolis não é esperado, como o exemplo da universidade. Na expectativa de Aline, moradora da margem direita, ser morador de Custodópolis pressupõe um *tipo* social específico que passa quase despercebido entre aqueles que têm uma menor mobilidade para além do próprio bairro. A situação descrita por Caroline é entendida por mim como um *dilema moral*, um constrangimento para ambos os

polos de atores envolvidos, quem está de fora e quem está de dentro, o acusador e o acusado. Caroline, confrontada com a imagem que o seu bairro possui para além das suas fronteiras, se percebe como moradora de um bairro desqualificado moralmente; por outro lado, Aline depara com um bairro que não atendia suas expectativas sobre ele, porque se encontra com o seu outro generalizado<sup>87</sup>, qual seja, atores que participam da mesma comunidade que a dela, que possuem o mesmo *status* social que ela possui.

Caroline está experimentando os novos processos pelos quais alguns dos netos do bairro de operários estão passando e obviamente defrontando-se não mais apenas com o bairro vivido, mas também com o bairro categorizado moralmente pelos outros. Ela é neta do bairro dos operários e faz parte de uma geração que está entrando na universidade e percebendo a ausência de um quantitativo expressivo de moradores de Guarus nesses espaços. Tal situação me conduziu para o Chick Morelli da Sociedade de Esquina de Whyte (2005 [1943]). Como destacado pelo autor em uma fala do próprio Chick Morelli (*apud* WHYTE, 2005, p. 76), na universidade a *diferença* foi sentida, pois os italianos eram em menor número em relação aos irlandeses. Segundo ele salienta, a universidade provocou uma experiência de *discriminação* não sentida nas fases escolares anteriores.

No caso de Caroline, o acesso a uma instituição de ensino *de fora* e o convívio intenso com não moradores do distrito permitiram-lhe acessar uma imagem do bairro (e do distrito que integra) que contradiz aquela com a qual estava habituada. Vale ressaltar aqui que Leeds e Leeds (2015 [1978], p. 166) também pontuam “pressões discriminatórias” vividas pelos moradores da favela do Jacarezinho, quando eles frequentavam a escola secundária ou a universidade fora da comunidade.

Freire (2005), em seu estudo entre moradores da Baixada Fluminense, apresenta um caso de um morador de Nova Iguaçu que deparou com variadas situações de disputa em um espaço institucional universitário fora do bairro. Ao acessar a universidade pública, na cidade do Rio de Janeiro, se viu diante do “carioca” e logo se percebeu como integrante de *outro mundo*. Esse aspecto o inseriu em um ambiente de constantes disputas. O morador de Nova Iguaçu estava em “desigualdade de posição na situação” (FREIRE, 2005, p. 102), o que fez com que o referido interlocutor abandonasse o curso de graduação. A autora, a partir das experiências relatadas pelos seus interlocutores, elaborou a descrição de uma *cartografia mental* da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando uma hierarquização das áreas da cidade e de seus respectivos moradores a partir de um padrão que toma o “morador da Zona Sul” como um modelo do carioca.

Sobre a experiência na universidade, apresentarei duas situações experimentadas por Ana Júlia na graduação e por Bruna, na formatura de sua irmã. Ana Júlia é neta de um trabalhador do comércio e de lavadeira por parte de

<sup>87</sup> G. Mead (1934).

pai e de um motorista de ônibus de turma e lavadeira por parte de mãe. Sua mãe foi empregada doméstica e o seu pai, divorciado da mãe, motorista particular. Ana Júlia, aos 12 anos de idade, teve que se transferir para o turno da noite para poder trabalhar como doméstica. Ao acessar a universidade, se viu desqualificada quando um dos professores afirmou que ela faria sucesso nos Estados Unidos, não no Brasil – em referência ao seu biótipo negro.

A irmã de Bruna é neta de comerciante e dona de casa por parte de mãe e de motorista de ônibus de turma e dona de casa por parte de pai. Seus pais, como já dito, não tiveram acesso à universidade. Na ocasião de sua formatura, foi chamada de “Miss Custodópolis” no discurso proferido pelo orador. Por ser uma moça jovem e branca, foi enquadrada como uma “exceção” do bairro por parte dos colegas, pois esse é o significado que a denominação de “miss” carrega consigo e igualmente se refere ao seu biótipo.

Apesar de Ana Júlia não ter sido chamada de “miss”, talvez pela sua cor negra, ela tem em comum à irmã de Bruna o ingresso em uma instituição acessada predominantemente pelos moradores do “lado de lá”, os quais Bruna denomina “riquinhos da faculdade”. A universidade não integrava o horizonte de possibilidades dos moradores de Custodópolis da primeira e segunda geração. Antes da presença desses atores na Faculdade de Odontologia, eles eram apenas categorias abstratas, a saber: “morador de Guarus” ou “morador de Custodópolis”, mas, ao estabelecerem uma interação intensa com os seus novos colegas, redefiniram a situação que antes era habitual. A categoria começou a ser alterada. “Miss Custodópolis” é mais específico do que “morador de Custodópolis”, categoria que confere destaque à especificidade, ao diferencial, em contraste com a segunda, marcada pela generalização que os moradores da localidade deparam ao atravessarem a ponte.

Caroline, ao atravessar a ponte, conheceu seu bairro categorizado moralmente. Ao se defrontar com o seu bairro desqualificado no imaginário social, a moça passou a sistematizar o que deveria ser um morador típico de Custodópolis, que se molda ao morador do bairro de trabalhadores manuais, não a um público intelectualizado e capaz de acessar a universidade pública. Ela, bem com Ana Júlia e a irmã de Bruna, não correspondia ao morador de Custodópolis estereotipado.

A situação apresentada no início desta seção demonstra que Aline está nitidamente duvidando da existência de jovens com formação universitária em cursos mais qualificados, como o caso da Odontologia. No momento em que Caroline começou a apresentar seus argumentos em relação às expectativas acerca do morador de Custodópolis, delineou uma série de atividades que o “típico” morador deveria realizar para corresponder à categoria “morador de Custodópolis”. Andar de ônibus, sobretudo na linha Santa Rosa X HGG, é um dos signos que incidem sobre a imagem do morador da localidade. A profissão do morador de Custodópolis típico seria empregada doméstica e comerciário do

comércio popular, não da loja da Vivo, atividade considerada mais qualificada em comparação ao exercício de uma atividade exercida no “comércio popular”.

Custodópolis, como uma região moral, é categorizada como um lugar perigoso e de profissionais com baixa qualificação. O dilema moral de Caroline gira em torno de ofertar provas de que não corresponde a esse estereótipo. O exemplo do “policial” dado por Caroline torna a ideia dela clara sobre o dilema moral vivido pelos moradores do bairro:

*Cê tem que sempre... É o que o meu marido fala por ser policial: ‘sempre que eu falo que eu sou policial, eu tenho que falar que eu sou honesto, que eu não aceito isso que...’. Cê tem que sempre que afirmar e mostrar algo bom do local para poder não ter essa visão de que sempre tem bandido do lado de lá. (Caroline).*

Há uma necessidade de se provar como um morador equivalente ao morador do “lado de lá”. Sobre esse aspecto, vale ressaltar uma necessidade de estar a todo o tempo provando ser o *morador honesto* como um dispositivo de limpeza moral. Essas situações são vivenciadas também por moradores de “favelas cariocas”.

Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “conivência” [...] desenvolvem permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são “pessoas de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 23).

O morador dos lugares categorizados como violentos têm a reputação questionada com base em um padrão valorativo elaborado por aqueles que habitam nas áreas consideradas *nobres*, o que incide na adoção de uma postura moralizante, cuja finalidade é construir uma reputação dissociada da *sociabilidade violenta*.

Ao estabelecer uma interação mais intensa nos espaços da margem direita do rio Paraíba do Sul, ainda bem jovem, encontrei o uso “despreocupado” de psicoativos. Pensei imediatamente: “depois dizem que Guarus é isso, ou aquilo...”. Esta questão permitiu que eu estabelecesse uma separação entre o “consumo de drogas” e a “violência”, até então práticas diretamente relacionadas em meu imaginário, dada a estigmatização dos usuários de drogas no contexto do próprio bairro. A situação vivenciada por mim no contexto de Custodópolis e o “choque de realidade<sup>88</sup>” experimentado nessa situação, me permitiram evidenciar o caráter “moralista” com que tais práticas são categorizadas no próprio bairro, onde o uso de psicoativos estava intimamente relacionado à “vida errada” no entendimento das *pessoas de bem* que compõem a sua população.

<sup>88</sup> Alfred Schutz (2012).

O que está em questão e que o meu próprio estranhamento reflete é um posicionamento dado pela necessidade de fornecer provas que justifiquem seu pertencimento à sociedade mais ampla, seja no contexto do bairro, seja fora dele. Para que isso seja possível na prática, há necessidade de manter-se longe da “turma”. Enquanto eu realizava a entrevista com Ângela, seu sobrinho estava sentado na sala e, em um dado momento, quando ela falou da “vida errada”, direcionou a palavra a ele também. Ela fez as seguintes colocações:

*É o que eu converso com ele (sobrinho), ele é lá da baixada lá oh... Eu converso tudo, explico abertamente. Já até falei com ele, 'oh, tá vendo aquela pessoa, a gente conhece, fala assim oh: oi! Tudo bem? Tchau! Não pode nem ficar muito perto, que pode vir uma hora alguém pra fazer alguma coisa com ele... E a gente até fala, "Oi, tudo bem". Eu falei: 'não pode discriminar, tem que falar, mas não pode ficar junto. Infelizmente ele já escolheu outro caminho'. Aí eu jogo aberto. Ele é meu sobrinho, filho de Keila, irmã do meu marido, que trabalha na Pacheco [...]*

*Não é porque a gente mora em Custodópolis, vive no meio da comunidade que a gente tem que... Tem que se destacar, porque oh, tem as minhas filhas, elas foram criadas aqui. (Bruna), 25 anos que ela mora aqui, sua irmã, 30 anos. Ela morou aqui 30 anos aqui em Custodópolis, e nem por isso deixou de ser doutora, entendeu? Ela estudou, é uma doutora, Bruna está fazendo o mesmo. Nem por isso, que mora em Custodópolis! Fez diferença! É o que eu falo: 'tem que fazer diferença! Não é o bairro que faz as pessoas' Eu eduquei minhas filhas e elas sempre falaram: 'mamãe eu moro no fim do mundo'. Irmã de Bruna: 'mãe, ninguém me dá nem uma carona lá na faculdade. O pessoal acha que eu moro no fim do mundo'. (Ângela)*

Há sempre necessidade de oferecer provas justificando ser uma pessoa de bem, ou seja, não ser integrante do *núcleo duro da sociabilidade violenta*, mas sim desfavorável a ela. Ao fazer o relato, Ângela incorporou a crítica feita aos moradores de Custodópolis, logo mobilizou a formação das filhas para provar que “faz a diferença”. Assim como Ângela, o repertório moral de Caroline não está dissociado do produzido pelos moradores do “lado de lá” e é justamente essa posição que ela necessita provar a todo tempo. Há um reconhecimento da má reputação do bairro e uma busca constante para dela se distanciar.

Suane, a dona da *Land Rover*, era uma moradora do bairro, onde o seu esposo foi comerciante por muito tempo, portanto uma *notória* no bairro e fora dele, mas a amiga de Caroline não a toma como uma moradora do bairro, dada a sua reputação, um *símbolo de prestígio* que não é equivalente à sua *visão* elaborada sobre os moradores do bairro. A surpresa em saber que Suane frequenta o bairro expõe a sua expectativa sobre a reputação que o morador de Custodópolis deveria possuir. O dilema vivido por ambas reflete a ausência de uma interação intensa de sua

amiga com a margem esquerda do rio Paraíba do Sul; logo, saber que Custodópolis possui estudante de Odontologia e que não há problemas em transitar pelo bairro de *Land Rover* alterou a reputação do bairro em sua *visão*. Há uma alteração na percepção de ambas a partir da interação estabelecida. Para Park (1948a, p. 137), “[...] a comunicação antes compreende uma transformação nos indivíduos que assim se comunicam. E essa transformação continua incessantemente com o acúmulo de experiências individuais nos espíritos dos indivíduos”.

Para ambas, a comunicação, em uma ocasião de disputa moral, provocou transformação. Caroline enfatiza o quanto as suas “ideias” sobre o bairro foram alteradas a partir do momento em que “saiu” dele:

***[O que você acha do bairro de Custodópolis? O que você tem a falar sobre o bairro de Custodópolis?]***

*Minha visão hoje, que eu tô mais fora, assim, do bairro, não só fora do espaço físico, mas, assim, como uma cabeça diferente, umas ideias diferentes, eu vejo que há sete ou oito anos atrás a minha resposta seria outra. E toda essa violência que ronda o bairro de Custodópolis eu não vejo sendo um problema de Custodópolis. ‘Custodópolis é perigoso...’ Vários amigos de uma outra faculdade que iniciei, nunca me deixaram em Custodópolis. Que ‘lá é muito perigoso, depois das dez tem toque de recolher’. Tipo assim: ‘a gente te leva até um certo ponto, depois a gente paga um táxi para você, porque lá é perigoso’. Essa visão violenta de Custodópolis eu vejo em qualquer lugar [...] eu vejo Custodópolis como um bairro de classe média baixa, um bairro pobre, mas não vejo tão violento como pregam por aí. Eu não vejo essa violência toda lá não. (Caroline)*

O que vale ser ressaltado de antemão é a ênfase que ela dá aos “problemas” do bairro. Ao iniciar a entrevista, deixei claro que estava fazendo um trabalho de pesquisa sobre o bairro, mas não falei sobre violência.

A violência surgiu em suas falas como uma categoria de desqualificação do bairro. Para Caroline, esse é o problema central, mas não a “sociabilidade violenta” ou do ponto de vista de como se sente afetada por tais práticas, mas em termos da categorização do bairro como tal. Se dermos uma olhada na pergunta que gerou o trecho da entrevista, poderemos perceber que, em momento algum, mencionei a palavra “violência”. Ao perguntar o que achava do bairro, a propósito, uma pergunta genérica, ela conferiu atenção ao modo como o bairro é percebido pelos não moradores.

É importante notarmos ainda que ela começou a “pensar” no bairro a partir do momento em que acessou a opinião do não morador. O bairro vivido passou a ser categorizado como violento a partir do momento em que ela entrou na universidade. A interação intensa vivida do *outro lado* fez com que ela tivesse acesso aos rumores sobre o seu lugar de moradia, logo a sua forma de perceber

o bairro também fora alterada, pois passou a apresentá-lo em resposta às categorizações elaboradas pelos não moradores. Para entendermos tal processo, cabe a seguinte consideração de Stonequist (1935, p. 10-11):

The typical traits of the marginal man arise out of the crises experience and in response to the situation. The individual's life-organization is seriously disturbed. Confusion, even shock, restlessness, disillusionment, and estrangement may result; a new self-consciousness develops to mirror the newly realized situation.<sup>89</sup>

Vivenciar situações de disputa possibilitou a ela um acesso à sua realidade na forma como é categorizada pelos outros. Tornaram-se claros os limites da cidade a partir do momento em que ela sai do bairro. Dewey (1927) assinala que “[...] a experiência mostra que, às vezes, o senso de opressão externa, como por meio de censura, age como um desafio e desperta energia intelectual e provoca coragem”. O “senso de opressão externa” fez com que Caroline formulasse críticas com base em suas interações intensas no bairro para contrastar a má reputação do seu lugar de moradia.

O bairro é categorizado a partir de uma disputa que envolve as experiências cotidianas do morador, no caso, Caroline, e a sua amiga, moradora do “lado de lá” que, ao realizar comentários sobre o bairro, clarifica a cartografia moral da cidade. A cartografia moral obviamente é circunstancial, refletindo posicionamentos e seus respectivos imaginários. Ela será definida a partir de uma interação intensa vivenciada nos diferentes espaços da cidade, bem como as moralidades que constituem os mundos sociais experimentados nesses diferentes contextos. A cartografia moral da cidade estaria atrelada, no entanto, a diferentes repertórios nela presentes. Este trabalho identifica uma categorização das áreas consideradas “nobres” ou “violentas” a partir da ocupação das “primeiras famílias”. Esse aspecto é importante na elaboração do *status* dos diferentes bairros da cidade, e nessa escala valorativa, Custodópolis ocupa uma posição inferior.

Os rumores sobre o bairro incidem sobre a sua reputação no interior da cartografia moral da cidade de tal modo que há uma barreira moral que repele os moradores das demais áreas da cidade: “Te levo até certo ponto, mas...”. Os amigos de Caroline não se dispunham a levá-la a casa por compreenderem o bairro como um “lugar perigoso”. Eles difundem informações sobre o bairro, mesmo sem nunca terem ido ao lugar. A interação que possuíam com a localidade até conhecerem Caroline era mediada exclusivamente por rumores. Vejamos um trecho da entrevista que contempla esse aspecto:

<sup>89</sup> “Os traços típicos do homem marginal surgem da experiência de crises e em resposta à situação. Organização da vida do indivíduo está seriamente perturbada. Confusão, até mesmo choque, agitação, desilusão e estranhamento podem resultar; uma nova autoconsciência se desenvolve para espelhar a situação recém-realizada”.

**[E esses amigos que não te levavam a Custodópolis? Eles já estiveram em Custodópolis? Como eles sabiam que Custodópolis era violento?]**

**Caroline:** Por falar, por acharem que era violento, por reportagem. Porque pode acontecer alguma coisa, é na... No Parque Novo Mundo, que é um bairro vizinho: Aconteceu em Custodópolis! Matou no Nova Campos em frente do Rotary: Aconteceu em Custodópolis! Então, tudo acontece em Custodópolis. Por ser também um bairro de circulação de outros bairros... Pra você ir para um bairro é mais fácil você ir por dentro de Custodópolis... Para o Santa Rosa, Casa de Custódia... Então, por ser um bairro de circulação, que as coisas às vezes acontece ali (em Custodópolis). Mas pensavam mesmo que tinha aquelas barricadas ali, tipo: 'ninguém vai passar ali, abaixa o farol, abaixa o vidro pra vê quem é [...].

**[Quando você fala para os seus amigos que mora em Custodópolis, qual a reação deles?]**

**Caroline:** Sempre em relação a 'zoar', né? Sempre em relação a zoar. Uma professora que tive, pediu para a gente fazer um trabalho sobre o nosso bairro. O meu trabalho, eu creio que foi o mais rico da turma, porque Custodópolis é rico! De informações, de relatos, de memórias mesmo, dos moradores... E quando eu fui apresentar o trabalho eu vi que isso [má reputação do bairro] foi um pouco quebrado, pois eles nunca foram lá, eles nunca foram. Eles ouvem também pelas informações que são levadas a eles, mas eu sinto que isso foi quebrado um pouco. Eu apresentei como um local que tem centro de saúde, do Hospital Álvaro Alvim que tem ponto lá. Que tem delegacia que atende lá, eu expliquei bem detalhado que tem um CRAS, que é polo para os outros bairros, onze bairros, e mostrei com relação à violência também, com relação à educação, que tem várias escolas assim, próximas, e percebi que foi um pouco quebrado em relação ao bairro, mas da mesma forma que isso foi quebrado, o índice de violência tem crescido mais na região.

**[Na região de Custodópolis?]** Em volta do bairro. Aí eu acho que fica assim, uma informação meio trocada. Tipo, eu falo uma coisa, o jornal... a mídia diz outra e eles ficam meio receosos assim.

Eu tenho um quintal grande, um lugar que daria uma festa, eu citei Custodópolis e todo mundo ficou olhando para um lado e para o outro e ninguém quis vir porque era Custodópolis. 'Vamos lá, tem churrasqueira, um espaço grande'. 'Não, não, vamos fazer em outro lugar então'. Foram para outro lugar. 'Ah, vamos fazer na casa de fulano lá em Goitacazes'. Cara, mas Goitacazes é Custodópolis, é igualzinho, por que Custodópolis não pode? Tem lá a linha do limão, sei lá o quê que é aquilo, que é perigoso à beça, será por que não quer Custodópolis? Sei lá, eu acho que é mais essa pressão mesmo que fazem, que 'Custodópolis é perigoso'. Todo mundo entende que Custodópolis é perigoso. (Caroline).

Esse trecho remonta a três situações experimentadas por Caroline na universidade. Em um primeiro momento, mostra os limites morais que incidem sobre a circulação física de seus amigos de faculdade; depois em uma ocasião na

sala de aula, quando ela se viu em uma situação de eliminar as dúvidas existentes sobre o bairro de Custodópolis; por fim, uma discussão envolvendo a decisão de um lugar para que fosse realizado um churrasco de sua turma de graduação. O trecho revela os efeitos produzidos pelos rumores presentes, sobretudo em notícias de jornais, que funcionam como veículo de propagação da má reputação do bairro. Enquanto as ações de limpeza moral realizadas pelos seus moradores visam promover uma melhor reputação para a localidade, os rumores presentes nos periódicos a reproduzem.

No ano de 2013, em uma ocasião que envolvia a preparação de um artigo para ser apresentado no Congresso Argentino de Antropologia Social (ASSIS, 2013), realizei uma análise de conteúdo de um ano completo em um periódico local<sup>90</sup>, ou melhor, da cidade de Campos. A minha proposta foi a seguinte: extrair das notícias expressões com teor valorativo, o que eu defini naquele momento como “classificações morais”. Como exemplo, poderia citar a expressão “bairro nobre”. Esse termo emite não uma classificação lógica, que seria apenas a categorização de um bairro por atributos geográficos. Ao usar o predicado “nobre”, qualifica uma determinada região. O mesmo ocorre quando a expressão é “lugar violento”, que reflete uma desqualificação.

A pesquisa realizada teve como objetivo coletar qualquer notícia que contivesse o nome de um bairro ou distrito, para que delas fossem extraídos os conteúdos e as expressões utilizadas para qualificar tais espaços.

Os bairros da margem esquerda, quando mencionados, são desqualificados moralmente. Essa desqualificação está associada geralmente à violência. Não se trata apenas de transmitir a notícia sobre um crime, mas, ao transmitir a notícia, categorizar o local como violento. Assim, pode-se ter uma compreensão do que Caroline quis dizer quando os seus amigos tinham acesso às informações sobre o bairro por meio de “reportagens”, pois “[...] a notícia suscita no *público* o que a percepção suscita no indivíduo” (PARK, 1972).

Há uma diferença importante no modo como o conhecimento chega ao público por meio de uma notícia e ao indivíduo por meio de uma interação intensa. No caso primeiro, o conhecimento chega como informação, já no segundo, como

<sup>90</sup> Sobre a pesquisa com o periódico (Tabela 2, em anexo), selecionei o jornal impresso *Folha da Manhã*, pois é um jornal que tem uma abrangência maior dentro do município. O motivo de eu ter selecionado de doze meses de 2012 a 2013 e não somente de um ano, se deu pelo fato de não encontrar o mês de dezembro de 2013, na Fundação Jornalística Osvaldo Lima, biblioteca e acervo municipal de jornais mais recentes. Como queria trabalhar com um ano inteiro para não correr o risco de contaminar meus dados (tendo em vista que algumas notícias são mais recorrentes em determinados períodos, como mês do Natal e Carnaval), selecionei o mês que faltou no ano de 2013, no caso, dezembro de 2012. Com relação à escolha dos periódicos, fiz seleção de uma semana de cada mês. Eu dividi cada mês em quatro semanas e, à medida que mudava o mês, eu pegava a semana seguinte, não a mesma do mês anterior. Quanto à seleção das notícias, eu não pesquisei colunas específicas, mas folhiei todo o periódico buscando notícias que faziam menção a lugares da cidade. Só deixei de analisar uma coluna específica, no caso, a coluna “Bairros”, que apresenta os “problemas” dos bairros de acordo com a opinião dos moradores. Não é o meu interesse investigar os problemas apresentados pelos moradores, mas sim como as notícias corriqueiras produzem conhecimentos sobre diferentes áreas da cidade. Busquei identificar as classificações que o jornal atribua para além da simples informação. Sobre as edições do jornal investigado, ao todo foram 98.

percepção (PARK, 1972). O conhecimento sobre um lugar ou uma pessoa pode ser transmitido a um grande público por meio de uma notícia, que poderá ser a única informação que o público terá do lugar. No caso de uma situação de copresença, a experiência fornecerá elementos de significação para que o indivíduo possa chegar a novas conclusões.

Se há uma questão cara para esta obra é a crítica ao suposto pragmatismo da notícia (SCHWARCZ, 1987). Os meios de comunicação podem ser a única forma pela qual um indivíduo acessa o conhecimento sobre determinada *realidade*. A mídia poderá contribuir para que determinados públicos possam qualificar situações não a partir de um “conhecimento acerca de”, e sim, de um “conhecimento de”<sup>91</sup>.

Se pensarmos a construção da informação para além de um trabalho pragmático, notaremos como há interferências de *diferentes relevâncias motivacionais*<sup>92</sup> na produção de uma informação de alcance público.

As categorias mais recorrentes associadas à região de Guarus foram as seguintes: “bairros considerados perigosos”; “criminalidade na cidade”; “favelização”; “puxadinhos”; “homicídios em plena luz do dia”; “onda de crimes”; “locais de tráfico de drogas”; “lei do silêncio”; “crianças menos favorecidas”; “alheio às normas de trânsito”. É importante ressaltar que as categorias citadas neste parágrafo são produzidas em contexto de notícias sobre violência. As classificações são atribuídas sem quaisquer justificativas. Nesse caso, são *conhecimentos de*, não *acerca*, pois não há – pelo menos, não é colocada no corpo da notícia – menção a pesquisas realizadas para dar suporte às categorias morais que são acionadas, nem sequer estatísticas.

Em relação ao bairro Pelinca, pude perceber a recorrência de outras categorias morais, entre as quais considero importante citar: “área nobre” e “desordem urbana”. No caso da área central ou em bairros próximos a ela, há menção à “desordem urbana” referente não apenas ao trânsito, mas aos camelôs presentes na região. Esses questionamentos estão muito mais associados à noção de ordem pública, no caso, uma desregulamentação normativa das áreas, não à desqualificação dos lugares mencionados. Já as notícias veiculadas sobre acontecimentos localizados em diferentes áreas de Guarus, além de não ter sido identificada nenhuma categorização positiva – como no caso da Pelinca, chamada de área nobre –, há uma desqualificação contínua do lugar como um todo, bem como de cada uma das suas partes, quando mencionadas especificamente. Os problemas, portanto, estão atrelados ao lugar, não à ordem pública na qual esses

<sup>91</sup> Com relação ao “conhecimento acerca de” e o “conhecimento de”, Park se apropria da discussão de William James (*The Principles of Psychology*. Nova Iorque: Henry Holt & Co, 1896. p. 221-222) acerca dos dois tipos fundamentais de conhecimentos. No primeiro caso, o conhecimento é construído a partir de percepções, juntamente com um procedimento metódico, isto é, um conhecimento especializado sobre algo. No segundo caso, é construído somente a partir da experiência, o que se assemelha ao conhecimento produzido no senso comum.

<sup>92</sup> Alfred Schutz (2012).

lugares estão inseridos. A desordem urbana do centro e da Pelinca está associada basicamente ao comportamento dos motoristas.

O periódico apresenta Guarus como uma região permeada pela “violência”, “tráfico de drogas”, “habitações irregulares”, “ordem violenta”, enfim, uma região moral composta pela violência e pobreza, ou seja, marcada pela degradação. É importante ressaltar que nem todos os lugares recebem categorizações morais desqualificantes, por mais que se noticiem situações de “violência” urbana.

O periódico apresenta três modos de categorizar as diferentes áreas da cidade: (1) “violência relacionada ao tráfico de drogas e roubo”, (2) “construções irregulares em conjuntos habitacionais” e (3) “desordem urbana ligada ao trânsito”. Os dois primeiros estão associados aos bairros situados na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, isto é, em Guarus. O distrito é denominado “violento” e com “favelização”, enquanto a margem direita está associada à “desordem urbana”. Desse modo, consideram-se as áreas situadas na margem direita do rio como desordenadas em decorrência do “abuso” de motoristas estacionando em “áreas irregulares”, ou seja, um problema que não é inerente à região ou a seus moradores necessariamente, mas produzido por quem circula nesses espaços.

As notícias produzem conhecimentos sobre localidades, moralizando-as. Se eu chegasse à cidade hoje e abrisse um jornal, poderia concluir que Guarus é um lugar perigoso permeado pela “pobreza” e “favelização”, e o “morador da cidade”, em termos mais gerais, é imprudente em relação às normas de trânsito; o Mercado Municipal não oferece condições de higiene em seus açougues e a Pelinca é uma área “nobre” com “motoristas estacionando em locais proibidos”. Enquanto o problema da “ordem pública” é tomado como um problema de falta de fiscalização das ruas, os lugares perigosos não são tematizados como “problemas de segurança pública”, e sim como uma *tipicidade* que reflete a degeneração moral dos seus habitantes.

Assim, a notícia trabalha com a divulgação de rumores que acabam provocando um sentimento de insegurança nos moradores do “lado de lá”. Caroline ressalta a notícia sobre a violência no local como um fator que oferece suporte para que seus amigos tenham receio de irem ao bairro, “Tipo, eu falo uma coisa, o jornal... a mídia diz outra e eles ficam meio receosos, assim”<sup>93</sup>.

Ao encontrar tais situações, depara com uma percepção que vai de encontro à sua; portanto se envolve em uma disputa cujo fim é conferir provas de que estão equivocados. Esse momento ocorre no mundo prático da Caroline quando ela se defronta com uma certeza que põe seu mundo de origem à prova.

O trabalho apresentado sobre o bairro na universidade se revelou, nesse sentido, uma oportunidade de questionar a imagem que os seus colegas

<sup>93</sup> Sobre este aspecto, cf. Vieira, Simone Pedro e Faria, Tereza Peixoto. Os Bairros em tinta e papel: as contribuições da imprensa na construção de imagens e de subjetividade dos territórios urbanos de Campos dos Goytacazes. In: SEMINÁRIO SATURNINO DE BRITO: 100 ANOS DO PROJETO SANEAMENTO DE CAMPOS, 1, 2003, Campos dos Goytacazes. *Caderno de Resumos* [...]. 2003a.

possuíam sobre o seu bairro. A certeza de um é a dúvida do outro, o que ela tentou resolver por meio da “comunicação”. Nessa ocasião, ela apresentou provas que iam de encontro às expectativas que seus colegas possuíam sobre o bairro, o que inclusive foi externalizado por eles em forma de surpresa: “Nossa, lá tem tudo isso?!” Os seus pares da universidade possuíam *conhecimento* de Custodópolis elaborado em contextos – os noticiários locais – nos quais Custodópolis era *habitualmente* tomado como perigoso.

A exposição coloca diante de seus pares um lugar vivido para além das notícias produzidas sobre ele. Os seus colegas “do lado de lá” não possuíam acesso ao bairro e a falta de uma interação intensa com o local fez com que eles absorvessem a imagem de um lugar “estereotipado” e incompatível até mesmo com o *perfil* de Caroline, que é sempre questionada pelo fato de ainda continuar indo “naquele buraco”.

O encontro de *mundos* na universidade torna perceptível a seus *insiders* a coexistência de opiniões que conflitam entre si. Caroline encontrou a axiologia dos seus novos pares, fazendo com que ela acessasse a cartografia moral da cidade. Nessa cartografia, Custodópolis é um “lugar violento”.

Ao vivenciar o confronto moral, ela disputa a definição dos sentidos dessa cartografia moral da cidade. Na ocasião do churrasco da turma, ela se incomoda com o fato de Goytacazes ser considerado uma opção, apesar de ser mais distante do que Custodópolis, e, em sua axiologia, Custodópolis é equivalente a Goytacazes<sup>94</sup>, pois também tem um lugar “perigoso à beça<sup>95</sup>”. Ambos apresentam um “perigo” equivalente, do ponto de vista de Caroline, mas, segundo a cartografia moral apresentada pelos seus pares, Goytacazes não é perigoso, o lugar é reconhecido apenas como distante, não como violento.

O que está em questão não é simplesmente a existência da violência no bairro, mas a atribuição dessa característica como elemento constitutivo da localidade – sua *essência*. Os jornais locais acabam tornando-se vetores dos processos nos quais as localidades são objetos de rumores. Usar a categoria “lugar violento” produz efeito na circulação dos moradores, pois em um “lugar violento” não se deve transitar. A categorização do bairro como um “lugar violento” é inerente a uma ampliação dos limites do bairro para além das suas fronteiras administrativas. Situações envolvendo o crime violento nos bairros vizinhos são noticiadas como ocorrências em Custodópolis.

Esse enquadramento vai ao encontro do que eu destaquei em relação ao exemplo do Jongo de Maria Anita. O desconhecimento de Ozório Peixoto fez com que ele ampliasse os limites do bairro. Logo, se o Jongo de Maria Anita não era em Custodópolis, algumas situações noticiadas nos jornais também não. Obviamente essa afirmação faz parte ainda de um processo de limpeza

<sup>94</sup> 2º Distrito do município de Campos dos Goytacazes.

<sup>95</sup> Advérbio de intensidade equivalente a muito.

moral do bairro, na qual há um grande esforço por parte dos moradores em provar que o violento vem de fora, não é de Custodópolis.

Diante das diferentes categorias utilizadas para qualificar a localidade de Custodópolis e Guarus, podemos nos reportar à situação vivenciada por Caroline no pré-vestibular. Como já mencionado, o morador de Guarus é categorizado, segundo seus relatos, como “favelado” e “favelado cafona”. Há uma série de categorias de desqualificação, mobilizadas para categorizar moralmente o morador do “lado de lá”. Além dos rumores, há ainda a jocosidade, lembrada por Caroline como “zoação”.

A jocosidade é uma forma sutil e relativamente aceita, mas não deixa de externalizar a crítica dos colegas de turma da Caroline. Radcliffe-Brown (1949, p. 196) trata a “jocosidade” como uma relação de “afabilidade” e “antagonismo”. Há uma espécie de permissão ao desrespeito, de suspensão da tensão dada pela relação de proximidade entre ambas as partes. Poderíamos mencionar a situação descrita por Geertz (1978) em Bali, quando ser “caçoado” é equivalente a ser “aceito”. A jocosidade, no entanto, quando utilizada, significa que há uma relação de proximidade.

Nem por isso a jocosidade está isenta de conflito, que é apenas operado de outro modo em contextos de *zoação*. Nessas circunstâncias, “[...] a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando, ainda assim, a colocação de algo do comportamento/das características do outro em questão” (WERNECK, 2015, p. 190). A crítica dos amigos de Caroline é realizada como se não fosse séria, pois é uma situação de jocosidade, mas, ao serem jocosos, expressam suas compreensões do que é ser um “morador de Custodópolis” ou “morador de Guarus”. Brincando, a confrontam e a colocam em uma situação de prova.

Huguenim (2011) escreveu um ensaio em um periódico local sobre os “estigmas” envolvendo os “moradores de Guarus” e, no texto, ela apresenta a situação na qual ela “deparou” com a localidade sendo alvo de estigmatização:

Essa minha percepção surgiu numa mesa de bar. Sentada com amigas “de Guarus”, falava de um chocolate suíço que adoro e perguntei se numa loja de lá vendia dele. A resposta foi carregada pela representação essencializada que se faz da região: “você acha que o povo de Guarus compra chocolate suíço?”.

Ela está descrevendo uma situação típica na qual a jocosidade expõe a axiologia presente nas situações envolvendo dispositivos morais de qualificação e desqualificação dos “moradores de Guarus”. A expressão “morador de Guarus”, de categoria lógica, torna-se moral, remete-se, quando acionada, a um desqualificado em potencial da cidade de Campos.

Cabe ressaltarmos aqui que ser “morador” de Custodópolis e de Guarus é fornecer provas que sustentem não apenas aquela discussão clássica de

diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos”. As categorizações que são dadas à localidade, bem como aos seus moradores, partem de um princípio de que os moradores são amorais, ou seja, não comungam com uma moral da sociedade mais ampla. São desqualificados, cafonas, moram no fim do mundo, vivem em um lugar violento, não possuem poder aquisitivo para adquirir uma *Land Rover*, enfim, têm a reputação questionável em múltiplos sentidos.

## **5.5 “Mentalidade daqui e mentalidade de lá”: dilemas morais de uma jovem criada do outro lado**

Retomar o caso de Bruna é interessante para que possamos levantar uma reflexão sobre situações de disputas vivenciadas no interior do bairro, porque ela teve uma “criação toda lá”, isto é, na margem direita. Ao estabelecer um contato com Bruna para a realização da entrevista, expliquei quais eram os meus objetivos. Fui bem claro com ela: “Estou entrevistando jovens que estão na faculdade e frequentam instituições do lado de lá, com o objetivo de entender as classificações que os jovens que moram em Custodópolis recebem”.

Marcamos a entrevista sem problemas. Fui a sua casa em um dia de sábado, ela preparou um café na cafeteira – diferente de Margarete e Dona Janaína, que ainda usam coador de pano – e começamos a entrevista. Um dos meus problemas de pesquisa se tornou evidente em sua frase inicial: “Até você me fazer essa pergunta, eu nunca havia parado pra pensar nisso”. Na condição de pesquisador, a envolvi em uma situação de indeterminação. Após deparar com a dúvida colocada por mim, pesquisador, ela disse que passaria a prestar mais atenção. Não era o meu objetivo, mas foi importante para que eu entendesse as diferentes gradações da desqualificação moral que são vivenciadas com mais intensidade por aqueles que atravessam a ponte, ou seja, têm uma interação intensa fora do bairro, bem como o modo como essas gradações são naturalizadas por meus interlocutores ao longo de suas trajetórias morais na cidade.

Até então, estava à procura de “moradores” que vivenciavam disputas morais do outro lado do rio pelo fato de serem moradores de Custodópolis. O que pude reconhecer, ao longo da pesquisa, foi o papel da interação intensa na elaboração do *self* desses atores, tornando mais conflitiva a relação entre a autopercepção e a “percepção do outro” quando a coexistência é mais regular.

Bruna faz menção ao que denomina “mentalidade” dos moradores de Custodópolis:

*Do CA até a oitava série eu estudei no Laura, meu primeiro ano eu estudei no Alfa, aí depois eu resolvi fazer no [Colégio Estadual] por causa do*

ENEM, esta burocracia toda de escola pública, estas coisas todas, aí eu vim para o [Estadual], mas a minha formação é toda particular, nunca estudei aqui, assim, só a parte do maternal, esta parte assim, pré, pré 1 e pré 2, foi aqui, mas daí em diante foi lá. Eu estudei minha vida inteira no Laura, aí depois eu fui para o Alfa. **[Então você fez o Ensino Médio no [Colégio Estadual]?)** fiz. **[Você notou alguma diferença na formação?]** Uhhh (risos). Teve um impacto muito grande. Por quê? Eu vim do Alfa, acostumada com adolescente, com os problemas de adolescentes riquinhos, né? Que é outra realidade. Aí quando eu vim para o [Colégio Estadual] no primeiro ano, eu tive aquele impacto do... Além de ser numa escola pública, ainda foi à noite, que tinha muita gente, muito repetente, muita gente mais velha, muita gente que trabalhava, muita gente que mal sabia ler. Então eu tive esse impacto assim, aquela pancada grande na questão social, porque eu estava acostumada com o Alfa, depois foi para o Auxiliadora [colégio particular] fazer o Normal, e chegar aqui no [Estadual] à noite... Eu tive um certo espanto. Não estava acostumada com isso, por ter uma bagagem de escola particular em questão de idade, essas coisas... Aí no segundo ano eu fui para de manhã, que é mais parecido em questão de idade, que é mais parecido com a parte de lá, mas a questão social é totalmente diferente. O que eu tinha lá, por exemplo: minha vida total era lá. Lá no centro. E a realidade daqui é totalmente diferente. Eles não têm nem mentalidade de faculdade, nem técnico. É difícil você ouvir alguém falar: 'ah eu vou fazer um técnico, uma faculdade'. Faculdade quase nunca, técnico é mais fácil. Quando eu falava que ia fazer faculdade o pessoal [dizia] 'para, faz um técnico! Você quer fazer faculdade de quê?' Engenharia. 'nada, faz um técnico, cê vai arranjar emprego mais rápido.' Não gente, eu quero fazer faculdade, eu vou fazer faculdade! E eles diziam assim. Nossa! Eu era totalmente um avesso ao mundo deles. Já lá não, eles já pensam em fazer faculdade fora. Minha irmã me incentivava: 'vai mesmo'. Por quê? Também teve essa criação de lá. Minha irmã fez 'odonto' também, com muitos riquinhos, essas coisas. Também tinha essa mentalidade de lá. Já aqui não. (Bruna).

Ao falar sobre o seu “retorno” ao bairro para a realização do Ensino Médio no colégio estadual, Bruna relata momentos de disputa vivenciados com os seus vizinhos, que ela denomina “mundo avesso” ao dela. Ao fazer uma separação entre a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”, evidencia a axiologia que ela construiu sobre o bairro. Ao interagir no bairro com jovens de sua faixa etária, depara com “mentalidades” que enquadra como sendo “de Custodópolis”, o que ela denomina “outro mundo”, não o reconhecendo como o seu.

Sobre esse aspecto, Telles (2006, p. 218-220) destaca a trajetória de dois jovens que acessam outros mundos em relação tanto aos seus pais quanto aos demais jovens do bairro de origem. A partir de sua entrada no que a autora denomina “circuitos nobres da cidade”, os jovens começam a questionar os recursos disponíveis na “favela”, onde “tudo é longe”, “não tem o que fazer”, “o

peçoal é grosso e mal-educado”, enfim, redefinindo suas percepções de mundo. À medida que os jovens encontraram novos “horizontes de possibilidades” (VELHO, 1981), o habitual passou a ser questionado.

A trajetória de Bruna transcorreu para além dos limites do bairro, sendo marcada por uma intensa circulação “no centro”. Quando a entrevista foi realizada, ela ainda estava na graduação, mas com planos de fazer pós-graduação na Alemanha. Essa expectativa, bem como a sua sensação de distanciamento com relação aos demais moradores do bairro da sua geração, reflete o caráter situado da sua biografia. Bruna tem parentes na Alemanha e foi “criada do lado de lá”. Essas experiências a inserem no contexto de modo diferenciado. Ela “frequenta” a igreja batista e faz parte semanalmente de um grupo de reunião que ela denomina “célula”, que ocorre na residência de um dos seus membros, todos moradores do bairro. Ela circula pelos dois mundos, mas elegeu aquele que toma para si entre aquele que é moralmente legitimado na cidade.

Para compreendermos a posição de Bruna no bairro, devemos combinar uma série de fatores relacionados à fase da vida pela qual está passando: uma jovem que tem projetos que ultrapassam a experiência familiar e a do bairro vivido. A sua experiência vivida torna ampliado o seu processo de “socialização<sup>96</sup>” por implicar, desde as fases de socialização primária, a circulação por escolas do *outro lado*, em um grau de mobilidade que fez com que a sua trajetória se diferenciasse enormemente das demais experiências próximas dos jovens do bairro em que vive. Em sua compreensão, os demais jovens do bairro se situam em um “mundinho” pelo fato de não projetarem suas expectativas para além dele. Há, em sua fala, uma crítica a uma perspectiva “bairrista” presente entre jovens e adultos do bairro, segundo o seu ponto de vista, como ela expõe no trecho que segue:

*Tanto que quando eu fui fazer o primeiro Enem da minha vida, eu passei para Juiz de Fora (UFJF), e falei: Mãe, eu vou para Juiz de Fora! ‘Não, cê não vai não, cê vai ficar aqui’. Por quê? A mentalidade é a mesma deles daqui. É a mesma deles. Por quê? Nasceu (se referindo à mãe) e foi criada aqui. A mentalidade dela e do meu pai era a mesma coisa. ‘Não, se você quiser fazer faculdade, nem que eu tenha que pagar particular, você vai fazer aqui’. Em Juiz de Fora era pública, que eu queria, era engenharia, que eu queria, era tudo o que eu queria. ‘Não você não tem mentalidade para ir para outra cidade não. O seu ninho é debaixo de minhas asas...’ Essa é a mentalidade daqui. Já lá não, lá era outra mentalidade. (Bruna).*

A possibilidade de sua ida para Juiz de Fora é uma situação utilizada por ela para tornar inteligível a “mentalidade daqui”. Ela navegou por moralidades para além do bairro e essa navegação fez com que associasse o *ethos* dos seus

<sup>96</sup> Sobre esse aspecto, Berger e Lukmann (1999) estabelecem a seguinte diferenciação: (1) socialização primária e (2) socialização secundária. A primeira é vivida na infância, na qual o indivíduo está tendo o seu primeiro contato com a sociedade, e a segunda, na fase subsequente, na qual o indivíduo depara com novas experiências do mundo objetivo.

vizinhos como incompatível com os valores que ela construiu no decorrer de sua trajetória de navegação em diferentes situações na cidade de Campos. A posição em que ela se coloca, inclusive, muito se assemelha à condição do imigrante judeu descrito por Park, neste caso, com o *self-dividido*, ou seja, pertencente a dois mundos. Bruna projeta uma vida para além de Custodópolis que, para ela, significa cursar ensino superior e ter projetos que não se limitam ao bairro. Por transitar em diferentes mundos, consegue objetivá-los. Assim como ir ao *shopping* é “coisa de campista”, “nascer aqui, educar aqui, procriar aqui e morrer aqui” é a “mentalidade daqui”, quer dizer, de Custodópolis.

Bruna, ao fazer tais considerações, tanto sobre o “campista” quanto sobre os moradores de Custodópolis, enfatiza a sua interação com ambas as moralidades e, por consequência dessa experiência acumulada, mantém “distância dentro da relação”, situação vivida pelo estrangeiro de Simmel (1983). No tocante ao que ela denomina “mentalidade daqui”, faz menção a um padrão de vida familiar que ficou muito evidente em meu campo. Não somente Bruna, mas os demais entrevistados, sobretudo mais jovens, mencionaram a “mania do puxadinho”, o que é muito importante para entender os enquadramentos cognitivos de determinadas famílias no interior do bairro e sobre os quais já tratei anteriormente.

Em todas as situações observadas por mim, as construções dos filhos não apenas se dão no mesmo “quintal” dos pais ou em um terreno vizinho, como geralmente mantêm, mesmo com a presença de muros, uma contiguidade com o quintal dos pais, um portãozinho de acesso irrestrito. No caso de Bruna, por exemplo, o seu pai construiu a casa contígua à casa dos avós dela, aproveitando uma parte do terreno. Como já disse anteriormente no caso de Júlia, o puxadinho integra um projeto de moradia que permite uma participação maior dos demais membros da família na “criação dos filhos”, o que contribui inclusive para maior flexibilidade de tempo e uma melhor inserção no mercado de trabalho para ela.

Caminhando pelas ruas de Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Bandeirantes e Jardim Santa Rosa, é muito comum encontrar pequenas “vilas” compostas por famílias. Cada casa possui recursos suficientes para não dependerem umas das outras estruturalmente, mas a sua contiguidade no mesmo terreno possibilita o fortalecimento das teias de relação e dependência que caracteriza o estilo de vida em comum entre seus moradores. A dependência ou cooperação, como já disse anteriormente, envolve o compartilhar do cuidado dos filhos, o recebimento de encomendas, o cuidado de uma planta ou de um animal de estimação, em caso de viagem, e propicia maior segurança das residências. É uma espécie de condomínio sem pagamento de taxa e sem porteiro. Em dias de festas, segundo os relatos e a observação, todos os moradores do “quintal” participam, direta ou indiretamente, simbolizando a mutualidade da vida em comum nos espaços semipúblicos de circulação acessíveis aos habitantes do terreno. A própria varanda contígua ou da casa principal se constitui como um espaço coletivo.

A reserva em relação aos demais moradores do quintal comum é relativa, mas é possível e passível de negociação. Margarete costuma fazer churrasco em sua varanda e não há uma participação intensa dos demais membros do quintal, o que não quer dizer que não haja distribuição do alimento que está sendo preparado no evento entre os demais membros da família. Tem que ter, pelo menos, um “pratinho de carne” para todas as casas, mesmo que os demais moradores não estejam envolvidos em todo o evento, sendo verdadeira a recíproca.

No caso de Dona Janaína, apenas uma de suas filhas compartilhava diretamente do seu quintal, no decorrer da pesquisa, mas os seus dois filhos moram em terrenos vizinhos e um deles tem o seu quintal conectado ao dela por uma rachadura entre os muros. Outra filha, Lia, mora no bairro, mas só retornou após ter ficado viúva e é a única que mora em outra rua.

Lia tem duas filhas e um filho, ainda pequeno na época e, diante da morte do marido, mudou-se para perto da mãe, para não ficar “sozinha” no bairro em que morava com o seu esposo, o Parque Alvorada, também em Guarus. Durante o processo de coleta de dados, compartilhava o seu terreno com uma filha, enquanto a outra morava na sua antiga casa. Logo após, o filho mais novo, que ainda morava com ela, trouxe sua nova esposa e filha para a casa da mãe.

Os filhos de Dona Janaína trabalhavam na loja de calçados com Seu Francisco. Em uma situação de “estabilidade” financeira, Seu Francisco comprou mais uma loja na rua Barão do Amazonas e cada filho homem “assumiu” uma loja. Uma de suas filhas é comerciante no bairro, onde já “tocou” farmácia e atualmente “toca” uma lanchonete. Todos os filhos de Dona Janaína que já possuem filhos adultos, casados ou com filhos, seguem a mesma lógica de assistência intergeracional. Quando a filha mais nova de Vanda se casou, foi morar na casa da mãe, que se mudou para a casa de Dona Janaína, já viúva de Seu Francisco. Na ocasião em que a moça ficou desempregada, assumiu a lanchonete da mãe. Uma das filhas de Reinaldo, o seu filho mais velho, e todos os seus filhos moravam com ele e assim por diante.

Com relação à organização do quintal de Dona Janaína, o local onde as roupas são lavadas é compartilhado por todos os que moram no mesmo “quintal”. Um aspecto que é comum aos três filhos que moram próximos a ela é a utilização de um poço artesiano que fora construído no início da década de 1990. Existe um sistema de encanamento que leva água do poço até as quatro casas, mas a luz da bomba d’água é ligada ao relógio de Dona Janaína, que pagava a conta de luz sozinha, até pouco depois do falecimento de Seu Francisco. Após o falecimento do esposo, ela sugeriu que houvesse uma “ajuda” de todos que utilizavam a bomba e foi nesse período que todos começaram a pagar uma taxa de contribuição.

Uma questão já colocada na apresentação da família de Bruna é elucidativa para uma reflexão sobre a sua crítica ao fato de os moradores “procriarem aqui”, indicando uma crítica aos casamentos realizados entre moradores do próprio

bairro. Os avôs paternos de Bruna eram irmãos, portanto, seus pais realizaram um casamento endógeno, entre primos de primeiro grau, mas a moça estende à sua crítica para o que percebe como uma tendência dos jovens do bairro de casarem-se entre si e não com jovens de outras localidades. Além dos laços de parentesco, outras formas de cooperação foram destacadas entre os interlocutores.

A relação entre seu Francisco e Seu Manoel é um caso que merece ser entendido de modo mais minucioso, pois extrapolou a mera relação econômica de venda de calçados e a venda do terreno. Seu Manoel relatou que, em uma dada situação, quando estava no Bar de Kincas de costas, de repente, Seu Francisco chegou, colocando a mão em seu ombro, dando “tapinha” em suas costas e falando para os presentes o quanto ele era grato ao Seu Manoel pelo que havia alcançado. Ele acessou o bairro por meio de Seu Manoel e frequentou os mesmos espaços. Havia um alinhamento político que conectava os dois, quando a participação de Seu Francisco era mais intensa nas instituições presentes no bairro, fato que se tornou menos intenso após ter um filho envolvido em problemas decorrentes do alcoolismo.

Com relação aos casamentos, os dados apresentam a recorrência com que os membros da segunda geração de migrantes se casavam entre si. Mais do que isso, demonstram que os casamentos se estabeleciam entre membros de redes de relações e cooperação, sobretudo entre os mais velhos. O pai de Caroline era irmão do esposo de uma das filhas de Seu Francisco, de que um dos genros era irmão do esposo de uma das filhas de Seu Manoel. Não houve casamentos entre os filhos de Seu Francisco e os de Seu Manoel, mas as suas famílias se ligam em relações matrimoniais em diferentes momentos ou graus de proximidade. É muito comum que as famílias tenham uma forte relação mesmo antes dos seus filhos se envolverem matrimonialmente. Uma frase muito comum ouvida pelos jovens no momento em que estes se envolvem em uma relação amorosa, assim como o relatado, é: “ele/ela é filho/filha de quem?” Isso sinaliza para o caráter com que tais grupos se conectam, por cadeias de reputação interconectadas.

Um dos netos de Dona Janaína, primo de Caroline por parte da família de seu pai, começou a namorar uma moça “desconhecida”. Ela não era do bairro, seus pais haviam acabado de se mudar para a rua Santa Cecília, no Parque Santa Clara, vizinho a Custodópolis. Como ela era uma “ordinária” para a família de Dona Janaína, acionaram o seu lugar de origem para a reconstrução da sua reputação: ela era apresentada como uma moça vinda de Outeiro, de onde vieram alguns dos moradores de Custodópolis mais antigos. Sua origem a conecta à cadeia de reputações conhecidas pelos membros da família de Dona Janaína. Sendo assim, a moça fora tomada como proveniente de um “bom lugar” – ou de uma cadeia satisfatoriamente reputada.

Em seus estudos entre camponeses poloneses migrantes em Chicago, Thomas e Znaniecki (2006 [1918]) apresentam uma reflexão significativa para entendermos as disputas morais experimentadas na interação de grupos com

diferentes modos de vida, sejam eles imigrantes de outras nacionalidades ou migrantes internos. No caso de Custodópolis, de um contexto rural para um contexto urbano.

Sobre a especificidade encontrada entre camponeses poloneses, Thomas e Znanieck (2006, p. 134) fazem as seguintes considerações:

Las instituciones sociales estadounidenses intentan, mediante una continua supervisión e interferencia, desarrollar una organización fuerte del grupo conyugal entre los inmigrantes polacos que empiezan a mostrar ciertos signos de decadencia en su vida familiar o entre los que la relación entre esposo y esposa e hijos no se ajusta a los criterios estadounidenses en ciertos aspectos<sup>97</sup> (THOMAS; ZNANIECK, 2006, p. 134).

Quanto ao trabalho realizado pelos autores, o trecho citado assinala uma formação familiar que é percebida como inadequada para os critérios americanos. Fica evidente uma série de conflitos enfrentados pelos poloneses no estilo de vida encontrado nos Estados Unidos. Os dilemas decorreram de disputas entre valores coexistentes e que redefiniam a situação familiar dos poloneses, ou seja, a “grande família” estava sendo tomada como “decadente” em relação à organização familiar nuclear estadunidense.

Novas definições são colocadas pela nova vida. Park (1928, p. 892) menciona uma divisão entre o “velho homem e o homem novo”, referindo-se ao judeu inserido em um *híbrido cultural* e cujas tradições iam de encontro àquelas de seus novos mundos. Este [...] *was a man on the margin of two societies, which never completely interpenetrated and fused*<sup>98</sup>.

A “mentalidade” descrita por Bruna como sendo dos jovens do centro se assemelha aos *campistas desviantes* descritos no trabalho de Costa e Freire (2015, p. 14). Os campistas desviantes são aqueles que têm uma perspectiva de sair da cidade para “estudar fora”, não são “condicionados” a permanecerem no mesmo mundo. São jovens “cosmopolitas”. É importante destacar o modo como Bruna, mediante a inserção em novos contextos de experiências, foi capaz de objetivar os conteúdos de ambos os mundos. Simmel (1983, p. 184) descreve esse aspecto como inerente à *constelação* vivida pelo estrangeiro, que “não está submetido a componentes nem tendências peculiares do grupo”. É importante ressaltar que Simmel está falando de um estrangeiro no sentido estrito do termo, mas é interessante observar como a sua reflexão contribui para pensar o caso de Bruna, uma estrangeira *insider*. Foi a sua navegação por diferentes moralidades que lhe permitiu construir essa trajetória moral no interior do bairro, mais do que qualquer outro elemento.

<sup>97</sup> “Instituições sociais americanas tentam, através do monitoramento e da interferência contínua, desenvolver uma forte organização do grupo conjugal entre os imigrantes poloneses que começam a mostrar alguns sinais de declínio em sua família ou entre os que o relacionamento entre marido e mulher e filho não se encaixa nos critérios americanos em certos aspectos”.

<sup>98</sup> “[...] era um homem na margem de duas sociedades, que nunca se interpenetram e se fundem completamente”.

O estrangeiro é aquele que “[...] questiona quase tudo o que parece ser inquestionável do grupo do qual se aproxima” (SCHUTZ, 2012 [1970], p. 100), o que explica a sua capacidade de refletir de modo “objetivo” sobre esse mundo. Além da capacidade de questionar o que é autoexplicativo para o grupo já estabelecido, é percebido de modo “duvidoso”, pois, em alguns casos, “prova-se pouco disposto ou incapaz de substituir integralmente o seu antigo padrão cultural” (SCHUTZ, 2012 [1970], p. 107).

Bruna, como moradora de Custodópolis, deveria se perceber como “estrangeira” quando em circulação pela margem direita, mas ocorreu o inverso. Ela se coloca na situação de quem tem a mentalidade de lá, logo, é uma estrangeira no bairro em que nasceu. Inclusive, ela faz uma separação entre as expressões “ser nascida” e “ser criada” no bairro, delimitando sua posição nesse contexto com relação aos demais moradores.

Ser “nascido e criado” é uma expressão recorrente entre os entrevistados para indicar a relação estabelecida com o bairro. Bruna estabelece a separação da mesma expressão para elevar o seu *status* como alguém que possui uma mentalidade que equivale ao “lado de lá”. Apesar das possíveis contradições vivenciadas por ela em ambos os mundos pelos quais circula, está dentro do bairro, mas se considera de fora.

Ser nascido e criado no bairro está relacionado a uma conjugação entre a experiência íntima com os valores difundidos no contexto do bairro – isto é, ter uma participação direta ou indireta nas instituições presentes no lugar – e a um estabelecimento de relações matrimoniais e de amizade, enfim, “viver no bairro” e tomar os valores difundidos no bairro como seus. As experiências de Bruna foram elaboradas do lado de lá, assim como a de sua irmã, que a “incentivava” a ir cursar faculdade em outra cidade. Ao fornecer uma explicação sobre sua irmã também ter a “criação de lá”, relaciona a experiência da irmã aos “riquinhos”, grupo tomado por ela como moradores do centro. Não se refere apenas a uma questão de renda – se trata de estudantes de escolas privadas –, mas de *ethos*.

Bruna, diferentemente de Caroline, não fornece informações sobre situações de disputa vividas diretamente por ela na margem direita, mas sim no interior do bairro, experiências que trouxeram à luz o que ela quer dizer quando usa a expressão “ser criada”. Esse termo equivale a uma interação intensa capaz de consolidar novos quadros de referências naqueles que se acomodam às novas experiências. Durante a entrevista, por diversos momentos, ao relatar sobre o seu lugar de moradia, afirmava morar “na roça”, que, em sua compreensão, toma o bairro como “distante” e fora do contexto em que ela estava estabelecendo uma interação intensa. Ela acessou a margem direita, mas aqueles que conheceram o seu lugar de moradia como “roça” não acessaram a margem esquerda, ou seja, não estabeleceram uma interação intensa com o lugar de moradia de Bruna. Ela situa uma separação muito clara

entre o seu lugar de moradia e o seu lugar de “convívio”, pelo menos o lugar em que ela foi “criada”, em seus termos e perspectiva.

Bruna, ao buscar se diferenciar do que denomina “mentalidade daqui”, se lança em um empreendimento moral de manipulação do eu, ao invés de um engajamento em um projeto de limpeza moral. Ao se diferenciar dos seus pares, a moça apresenta justificativas com o intuito de efetivar a sua autoimagem perante a mim, inclusive. Por outro lado, os relatos de Bruna produzem provas que efetivam a posição que diz assumir, ao mesmo tempo, pois ela própria produz categorizações morais sobre o bairro, tornando evidentes aspectos mais sensíveis em termos dos rótulos que são direcionados aos seus moradores. Sobre sua compreensão acerca da “mentalidade” de Custodópolis, ela faz ainda um relato acerca do que ela denominou “impacto cultural” sentido por ela quando passou a interagir mais intensamente no interior do bairro. Vejamos a seguir seu relato:

*Esses dias mesmo eu tive esse impacto cultural, na igreja mesmo, uma pessoa que foi nascida e criada aqui em Custodópolis, fez tudo aqui em Custodópolis, mal saía daqui de Custodópolis e hoje faz [Curso de terceiro grau] e tem muita coisa da parte da linguística. Muitos erros de português, mas não é porque ele é ignorante e ele não saiba, mas é por causa da convivência, isso é muito cultural. Eu até conversei muito com [uma amiga] sobre isso. Falo assim: uma coisa sou eu, que tenho um ensino fundamental com base, cometer um erro de português, outra coisa é ele, no [Colégio Estadual], que tiveram uma vida toda no [Colégio Estadual], com um professor de português cometendo erros de português, que eu já tive esse exemplo no terceiro ano, que eu ficava assustada, que eu falava assim: ‘gente como um professor de português comete um erro de português?’ E não é erro de português assim... [se referindo aos erros possíveis] Ohhh. É erro assim: ‘problema’; não tem concordância, tipo assim: ‘as minha’. Professor de português! Que tiveram o quê? Foram nascidos e criados aqui, que resolveram ser professores, estudaram, foram professores de português (foram não, porque só teve uma que eu peguei aqui) e mesmo assim cometem erros. Aí [Analice] acha totalmente errôneo eu falar isso. ‘Não, que eles tinham que dar exemplo’. [uma amiga], eu sei que eles tinham que dar exemplo, tanto que eu sentia isso, quando eu era...’ Só que eu percebo que isso é muito cultural. Tem erros de português que eu cometo, que eu sei, que depois que eu paro pra pensar: ‘Não gente, tá errado’. Mas é por quê? Minha convivência. Não há pouco tempo, mas há um tempo atrás, eu não falava tábua, eu falava ‘talba’. Eu só fui descobrir no ensino médio (que uma parte foi feita fora, eu fazia português por fora, eu fazia o normal, o Ensino Médio, eu vivia estudando...) e nesta época que eu descobri que ‘talba’ não existe. Tem pessoas que eu ouço falar que dói um pouco no meu ouvido, mas eu não vou corrigir porque é cultural. Um dia eu peguei uma pessoa dizendo assim: ‘restaurante’. Eu fiquei assim: ‘Au!!!’ [gesto de espanto]. Mas depois eu fui ver, não é tão assim, é porque a pessoa ‘vei’ da roça, (da roça assim, que eu falo*

*que eu sou da roça, por ser de Custodópolis. Eu sou da roça! Eu chego no centro eu não sou do centro.) uma pessoa que já tem uma vivência bem, vamos dizer assim: primitiva? Não tão primitiva, mas assim, teve esse costume. Muita gente mais do interior do que eu, que já sou do interior, muita gente do interior tem desse costume. Minha avó falava muito, muita coisa errada, eu que fui assim, meio que... [fazendo alusão a sua nova condição] Por quê? Era muito da época 'dus capiau', 'dus capiau', entendeu? Muitos dessa época. Sei lá... Você está me fazendo fazer muitos questionamentos, sabia, Renan? Eu nunca tinha parado pra pensar nessas coisas... (Bruna).*

O trecho selecionado da entrevista dispõe de diversas situações de indeterminação vivenciadas por Bruna, as quais ela denomina “impacto cultural” inerente à “convivência” com moradores do bairro, os quais ela apresenta como pertencentes a um repertório moral com reminiscências da “roça”, isto é, um “tempo dus capial”. Esses moradores, na sua fala, são relacionados aos migrantes vindos do interior, indivíduos que não conseguiram se ajustar às condições colocadas pelo “centro”, ou seja, um *modo de vida urbano*<sup>99</sup>.

A compreensão de Bruna sobre a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”, equivale respectivamente ao “filisteu” e o “homem criativo” nos termos de Thomas e Znanieck (1919, p. 28). O primeiro é caracterizado como um indivíduo “conformista” que vivencia a “tradição social na forma mais estável”, enquanto o segundo possui uma “atitude reflexiva” e está “aberto a influências”. Bruna pode ser tomada, segundo os seus termos, no segundo perfil, pois se apresenta como alguém que tem uma origem social comum aos seus vizinhos, porém outra mentalidade.

Os elementos presentes em sua descrição do que seria a “mentalidade do bairro” a conduzem para uma tipificação do “capiiau”, um indivíduo que não se ajustou ao “centro” e não obteve uma escolarização formal que fosse capaz de eliminar os “erros de português” presentes em sua fala, o que ela associa ao contexto da “roça”. O dilema colocado por ela está na superação das limitações de uma vida restrita ao bairro cuja qualidade da oferta de educação formal também questiona. Esse “problema” foi identificado pelo fato de possuir uma “comunicação” para além dos limites do bairro.

Além da noção de “filisteu” fornecida por Thomas e Znanieck (1919), cabe aqui uma compreensão da noção de *cit   pour project*, na qual os *grandes* s  o aqueles que t  m a capacidade de se ajustar a outras situações. O grande dessa *cit  *, dada a sua flexibilidade, estabelece novos contatos, n  o se apega aos seus e, o mais importante, “[...] n  o    homem em parte nenhuma” (BOLTANSKI, 2001, p. 23). Esse, portanto, seria o “grande” da *cit   pour project*. O “pequeno” da *cit  * mencionada seria o “capiiau”, pois n  o    flex  vel, n  o “sabe se comunicar, porque

<sup>99</sup> Cf. Wirth, L. (1979).

é fechado” e é enraizado em uma região, neste caso, no bairro (BOLTANSKI, 2001, p. 24), espaço que centraliza todas as suas expectativas, em termos de educação, de ocupação ou de mercado matrimonial.

O que mais interessa nesta discussão são as mudanças pelas quais o bairro tem passado e como elas refletem diferentes modos de avaliação que os moradores fazem de seus vizinhos próximos e distantes. Certamente o indivíduo que é qualificado como *pequeno* na compreensão de Bruna é um grande em relação aos seus familiares que compartilham dessa mesma mentalidade.

A navegação moral de Bruna lhe fornece um *estoque de conhecimentos* que a torna capaz de objetivar o mundo “dos riquinhos” e “dus capiau” e, ao mesmo tempo, lhe confere competências para manipular o seu próprio eu, delimitando, nessa polarização, o espaço que sugere ocupar: entre uma coisa e outra. O retorno ao bairro tornou-a uma jovem entre dois mundos: a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”. Bruna, ao transitar por diferentes mundos, constrói o que Garfinkel denomina *raciocínio sociológico prático* (2006 [1968], p. 2). Essa competência oferece ferramentas que a torna capaz de categorizar os diferentes mundos presentes em sua experiência. O relato de sua conversação com a amiga demonstra um momento no qual as duas estão elaborando uma análise do “mundo prático” a partir dos diferentes referenciais que possuem. Esse fato elucidado como os atores são competentes *para elaborar propriedades formais* que sistematizam as relações que vivenciam com fim de tomarem posição a partir de então.

Bruna reconhece o “cenário concreto” no qual as interações se constituem no bairro, logo, compreende a falta de um português formal como inerente a um estilo de vida restrito ao local. Em seu argumento inicial, destaca um “conflito cultural” vivido em interação com os demais moradores, mas, à medida que as relações com os eles começaram a se tornar mais intensas, o conflito cultural foi sistematizado de tal modo que ela passou a categorizar os moradores do bairro: “mentalidade daqui”. As categorias de enquadramento mobilizadas por ela são oriundas dos referenciais inteligíveis no interior do bairro. O meu trabalho sociológico, nesse caso, é tentar estabelecer uma relação entre as categorias de classificação do mundo prático elaboradas pelo “eu teórico”, acionado em situações problemáticas. Os atores, quando diante de uma situação indeterminada, recorrem às categorias objetivando estabilizar a situação, portanto a expressão “o tempo ‘dus capiau’” é fruto de um processo reflexivo de Bruna induzido por dúvidas vividas no bairro.

Bruna mobiliza ferramentas disponíveis em seu contexto para entender problemas de seu mundo prático. Ela objetiva situações de “indexicalidade”, quando usa a palavra “capiau”, mobilizando uma expressão que, de algum modo, torna inteligível um conjunto de situações. Quando ela mobiliza a palavra “tempo” faz referência aos primeiros migrantes que chegaram ao bairro, aqueles que foram denominados “proletários” pelo Guia Geral. Os meus diferentes interlocutores de

pesquisa irão formular categorias de objetivação a partir de seus contextos de experiências, como venho demonstrando.

Bruna, assim como muitos jovens do bairro, é neta do “bairro de operários”, por isso enfrenta um dilema relacionado à sucessão de um determinado grupo de moradores que possuíam outros quadros de referências e, obviamente, possuíam categorias condizentes com as situações definidas naquele contexto. Escrever não era uma exigência para um ajuste dos moradores do “tempo dos capiau”, conseqüentemente a métrica de avaliação era outra. No tempo de Seu Manoel e Seu Francisco, que sucederam os *moradores da cidade de palha*, o *status* era medido pelo padrão de habitação, o conhecimento político, os equipamentos disponíveis no bairro e a competência em mobilizar-se para obtê-los. A competência requerida no contexto de Seu Francisco e Seu Manoel equivalia a se manter na cidade com as profissões que adquiriram e fizeram deles trabalhadores urbanos. Ainda assim, escrever bem, do ponto de vista dos seus conterrâneos, era uma competência valorizada, porque incomum, e colocou Seu Francisco em posições importantes nas instituições do bairro, ao longo da sua vida. Observa-se, por essas trajetórias de vida, como a reconfiguração do contexto cognitivo do bairro afeta até mesmo as “mentalidades”, segundo os termos de Bruna, ao longo do tempo.

[...] parece evidente que os novos imigrantes para a cidade mudam algumas coisas muito rapidamente, de fato, e embora não o mais profundo cerne de seus valores, as tarefas, os padrões, os interesses, os objetivos, os prazeres [...], transformaram-se rapidamente em urbanos. Quase sem exceção, quando se pergunta se eles querem voltar para o lugar de origem, a resposta é não (LEEDS; LEEDS, 2015 [1978], p. 141).

No caso da citação que precede, entre os que chegaram do “interior” “transformaram-se” para se adequar ao novo contexto de moradia; não há uma mudança apenas no tocante às habilidades, mas ainda em relação aos valores de um modo geral. Em outras palavras, a situação é redefinida na medida em que os migrantes se deparam com um novo contexto cognitivo. No caso da terceira geração, que é o caso de Bruna, a redefinição da circunstância quanto à primeira geração é ainda mais radical. Bruna não somente acessa o “centro” para cursar o ensino universitário, como também possui um projeto de fazer mestrado na Alemanha, demonstrando a amplitude do seu campo de possibilidades, ampliado por meio desses cruzamentos.

O reordenamento moral alcançado por alguns netos do “bairro de proletários” tem fornecido ferramentas para que esses jovens possam compreender não somente o mundo no qual foram “nascidos e criados”, mas ainda o novo mundo repleto de novas categorias, ampliando seus estoques de conhecimentos, por conseguinte uma capacidade criativa mais elaborada do que a geração anterior. Bruna sabe, por meio das histórias dos antigos que lhe foram transmitidas,

a trajetória de seu bairro e de seus familiares e, por meio da interação intensa vivenciada com o mundo externo, adquiriu competências para se “assimilar<sup>100</sup>” a uma sociedade mais ampla, que ultrapassa as relações de bairro.

Cabe ressaltar aqui que uma comunicação mais ampla, conforme coloca Bruna em contato com outros mundos, também a torna estrangeira. “Falar bonito” em determinadas situações do bairro expõe à crítica interna aquele que fala. Em uma dada situação, uma das filhas de Dona Janaína estava conversando com um rapaz interessado nela e, ao relatar sobre a situação, Dona Janaína o categorizou como “metido a falar bonito”. “Falar bonito” pode gerar um problema de comunicação com alguns moradores do bairro, sobretudo com os mais idosos, pois no ambiente doméstico o *status* é medido a partir de uma capacidade de manter uma comunicação *também* com o grupo de origem.

Não ser categorizado como “metido” é ter a capacidade de se comunicar com ambos os mundos e isso serve inclusive para um pesquisador que estiver de fato interessado em se comunicar com seus interlocutores. Ao invés de buscar o que não se adapta à língua formal, deverá buscar entender o que Bruna quer dizer com a expressão “é cultural”. Sobre esse aspecto, Martins (2013, pp. 30-32) destaca: “Já vi situações em que o informante estava dizendo uma coisa e o pesquisador entendendo outra”. Deve-se entender as expressões indexicais para que a investigação possa, ao menos, fazer uma tradução do que está sendo dito.

Em uma determinada situação em que eu estava jantando com Evaldo, ele disse que na casa de “dona Bahia” o “couro come”. Ele estava se referindo à batida do tambor. Essa expressão é significada a partir do contexto. Se uma mãe diz para uma criança que “vai comer seu couro”, está dizendo que vai lhe dar uma surra; se um jovem diz que “hoje à noite o couro vai comer” ou “vai *pocar* o couro”, está dizendo que irá se divertir. “Pocar” é uma expressão que também pode substituir a palavra “arrebentar”. Nesses casos, como em muitos outros, o português formal não consegue dar conta da compreensão do que é dito. Outra expressão que é muito comum no contexto de realização do trabalho de campo é “dejaojinho”, que pode ser também “dijaojinho”, que se refere a um tempo anterior à situação, ou seja, *mais cedo*.

O *contexto* da experiência transforma o “corpo” em “pessoa” por meio da comunicação e conversação (MEAD, 1934, p. 50). A linguagem que comunica é também aquela que apresenta o indivíduo para os demais. Ao designar os “erros de português” como “cultural”, Bruna toma o bairro como possuidor de uma “conversação” específica que é perfeitamente compreendida pelos seus *insiders*. Uma linguagem reconhecida em um contexto é objeto de categorização moral em outro e essa categorização delinea moralmente os grupos que compõem a cidade.

A forma linguística é mais valorizada do que a conteúdo em si, o que

<sup>100</sup> A assimilação é descrita por Park e Burgess (2014 [1921], p. 133) “[...] como distinta da acomodação, [e] implica em uma transformação mais profunda da personalidade, transformação que ocorre de forma gradual sob a influência de contatos sociais mais concretos e íntimos”.

produz uma delimitação dos mundos. Não há uma especificidade linguística de Custodópolis e, caso exista, não foi possível identificá-la. O que pude presenciar foi um conjunto de palavras que já foram catalogadas por Barcelos (1992) como sendo uma “linguagem da baixada goitacá”, que referencia o contexto “rural”, relacionado ao “tempo dos capiau”. Essa expressão faz todo sentido quando estamos falando de migrantes de um contexto rural que acessaram a cidade. “Falar bem” passa a ser um recurso valorizado à medida que a comunicação ultrapassa o grupo que compartilha de um mesmo contexto de experiência, a saber, os que acessaram níveis educacionais mais altos.

O modo como os mais velhos enquadram a educação dos mais jovens do bairro diz respeito a um projeto relacionado à assimilação da vida na cidade. A mãe de Bruna, como já mencionado, relatou ter feito uma série de esforços para que as filhas pudessem se formar. Ângela, irmã de Bruna, foi à universidade juntamente com o seu esposo e “conseguiu” uma bolsa de cem por cento pela Prefeitura Municipal de Campos. Quanto à formação de Bruna, ela foi para a escola pública para poder disputar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como cotista de escola pública. De acordo com Ângela, Bruna foi transferida da escola particular para a escola pública com esse fim, “mas começou a fazer inglês para compensar”. Há toda uma coordenação de ações para que haja uma assimilação dos filhos ao “centro”.

A educação, nesses casos, não pode ser entendida apenas como um meio pelo qual se almeja tornar-se qualificado para o mercado de trabalho. Ela é valorizada também como um projeto de assimilação que possibilita maior capacidade de comunicação do “morador do bairro” com as demais ordens presentes na cidade. Em relação esse enfoque dado à educação, Park e Burgess (2014, p. 136) a ela se referem como um “[...] programa de acomodação ou uma organização, modificação e cultura de características originais”. Essa modificação poderá tornar o morador em “um metido”, que sinaliza para uma assimilação ao “centro” que *funcionou*, mas que produz contradições, por outro lado.

Os netos do “bairro de operários” estão vivenciando situações de disputas relacionadas ao lugar de origem, sejam elas de fora do bairro, como o caso de Caroline, sejam em seu interior, como o caso de Bruna. A inserção na cidade via ensino superior ou técnico tem colocado os jovens à prova.

Além das categorizações “lado de cá” e “lado de lá”, “mentalidade daqui” e “mentalidade de lá”, existem muitos “outros lados” que devem ser problematizados. O caso de Bruna é um exemplo de uma jovem, como muitos outros, que está mostrando como as situações se redefinem constantemente por meio de novos ordenamentos. Quando comecei a minha pesquisa estava sendo *egocêntrico* pensando em minhas questões como “morador de Guarus”, mas, no decorrer da pesquisa, percebi novos atalhos que me conduziram para uma nova Custodópolis, ou seja, aquela que passou a conviver com o “pessoal/povo das casinhas”. A história está se repetindo, o “lugar perigoso” está se movendo para o bairro seguinte. O

bairro está enfrentando um novo processo de assimilação, isto é, a assimilação dos novos vizinhos que estão chegando por meio do programa habitacional “Morar Feliz”. Este programa “redefiniu a situação” e o bairro de operários está vivenciando disputas com um novo grupo: o “morador das ‘casinhas’”.

## 5.6 “O pessoal das casinhas”: a redefinição da situação e as novas categorizações morais

O trabalho de campo mais refinado quebra a noção simplista de um mundo social dividido entre mocinhos e bandidos, portanto, pelo menos para minha investigação, tornou-se imprescindível entender a moralização de objetos, lugares e pessoas – não que esses três estejam separados nesse processo –, e refletir sobre a relação direta ou indireta entre categorização e *ação recíproca*. Quem categoriza quem? Qual a relação entre os atores e as categorias que estão a todo tempo sendo mobilizadas com fim de qualificar algo? A busca pelas categorias presentes nas falas dentro e fora do bairro muito me ajudou na compreensão da designação de áreas e subáreas morais na cidade de Campos.

Os processos de categorização moral presentes nos universos dos interlocutores desta obra trazem à tona uma cidade “moralmente” delineada entre “áreas nobres”, “condomínios de luxo”, “becos”, “lugares violentos”, entre muitas outras categorias que, em determinados contextos de experiência, são mobilizadas para qualificar bairros da cidade. Essas categorias emergem da interação realizada em situações definidas, que elaboram noções *efetivas* de bem e mal; de certo e errado; “morar bem” e “morar mal”. A competência em mobilizar estratégias de confronto, demonstrada por diversos interlocutores desta pesquisa, qualifica o espaço que eles habitam, mas não se efetivaram como suficientemente abrangente para interferir na reputação da região para os de fora.

A ideia de uma categorização moral elaborada em situações de disputa me ajuda a não entrar em esquemas prontos como se eles existissem desde sempre. Esta obra demonstrou as diferentes categorizações que Guarus recebeu ao longo de sua existência e, como já mencionado anteriormente, a reputação dos primeiros moradores incidiu sobre o lugar, dando-me a impressão de que a localidade vive em um círculo vicioso de acusações, mudando apenas seu conteúdo.

Guarus, como já descrito, foi categorizado moralmente como “lugar perigoso”; um lugar onde a situação era de indeterminação para jornalistas, escritores e *moradores* da margem direita. Esse processo muito se assemelha às áreas denominadas “favelas” na capital carioca, um referencial próximo do caso estudado, de áreas que, desde a sua formação, estiveram vinculadas às populações

que, de algum modo, foram categorizadas como “perigosas” (VALLADARES, 2005), seja em termos sanitaristas, seja em termos de segurança pública.

Uma questão a ser aprofundada é o tratamento “binário” dado ao tema até o presente momento. Partindo de categorias morais dos interlocutores desta pesquisa, apresentei o “lado de cá” e o “lado de lá”, “mentalidade daqui” e “mentalidade de lá”, “pessoal de lá” e “morador da palha”. Intentarei, a partir daqui, fazer uma análise mais aprofundada das gradações nas quais se fazem presentes os esquemas de categorizações do bairro e suas múltiplas direções.

Como já mencionei anteriormente, Caroline, moradora de Custodópolis, com o objetivo de limpar a má reputação do bairro, atribuiu “aos de fora” a responsabilidade da imagem de violento atribuída ao bairro pelos noticiários. Já nas entrevistas, bem como em observações realizadas no bairro, identifiquei um novo grupo que estava sendo categorizado como “violento”, os novos vizinhos: o “morador das casinhas”, uma nova categoria moral de desqualificação interna que é descendente moral do morador da palha.

Antes de entrar nas situações das quais as categorias morais de desqualificação emergem, tentarei muito brevemente situar o contexto macro da criação do conjunto habitacional<sup>101</sup> entre o Jardim Ceasa, Parque Bandeirantes e Parque Santa Rosa (Figura 6). A implementação do projeto ocorreu no ano de 2001, quando 300 casas foram construídas em uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab-RJ). Nesse período, o cargo executivo da Prefeitura de Campos dos Goytacazes era ocupado por Arnaldo França Viana (PDT) e o de governo do estado, por Anthony Matheus (Garotinho). Arnaldo Viana foi vice de Garotinho antes que o último concorresse às eleições para executivo do estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>101</sup> Em relação às mencionadas políticas habitacionais realizadas no município de Campos dos Goytacazes, cabe uma leitura mais aprofundada dos seguintes trabalhos: *A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes* (PÓVOA, 2002); *Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: o programa habitacional morar feliz e expansão da periferia* (FARIA; POHLMANN, 2015); *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes* (ARRUDA, 2009); *Proteção social e Política Habitacional em Campos dos Goytacazes: o Programa Morar Feliz sob uma perspectiva interdisciplinar* (SOARES, 2010); *Programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia* (DUTRA, 2015). Os mencionados trabalhos dedicam-se aos estudos de políticas habitacionais com um enfoque maior nas políticas públicas, o que não é o meu objetivo.

Figura 6 – Áreas do Programa Habitacional Morar Feliz



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Google Maps

O programa habitacional iniciado no ano de 2001 teve continuidade durante o governo de Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (Rosinha Garotinho) (2009 – 2016), que também ocupou o cargo de executivo no Governo do Estado do Rio de Janeiro (2003-2007). O programa passou a ser denominado “Morar Feliz”. As principais características do projeto de acordo com a Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento (Emab) são as seguintes:

O Projeto foi realizado visando zerar os moradores de área de risco e retirar todas as famílias que vivem no aluguel social; Os conjuntos foram feitos em várias localidades do município onde tinha demanda de moradias; O projeto priorizou famílias em área de risco e moradores do aluguel social; foi dividido em duas fases para execução: Fase I – 2010 / 2012 – 5426 unidades habitacionais; Fase II – 2012 / 2014 – 4574 unidades habitacionais (EMAB, 2013, p. 3).

Parte do projeto fora elaborado pela empresa Odebrecht, e o programa continha os seguintes objetivos:

Realocar famílias de áreas em situação de risco (sujeitas a alagamentos e áreas de beira de estrada); realocar famílias vítimas das enchentes, ocorridas no município de Campos dos Goytacazes, nos anos de 2007 e 2008; reorganizar a ocupação do solo, dando moradia digna para tais famílias; em sua 1ª Etapa, serão construídas 5.100 (cinco mil e cem) moradias que beneficiarão cerca de 20.400 pessoas. (ODEBRECHT, 2015, p. 3)

O programa, como podemos observar nas citações que precedem, tem por objetivo atender determinados grupos que se encontram em “situação de risco”. “Risco”, como categoria acionada pelos gestores dessa política habitacional, designa moradias em “áreas de alagamento” e na “beira da estrada”. Guimarães e Póvoa (2005), em um relatório intitulado *Formação e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes*, destacaram a formação de pequenos núcleos populacionais nas áreas onde habitavam os que foram contemplados pelo programa habitacional “Morar Feliz”, ou seja, locais para antigos trabalhadores de usinas que sofreram processos de falência parcial ou completa. Assim, o *projeto*, no que diz respeito aos aspectos físicos, tem atendido a uma população que estava morando em áreas consideradas de risco.

A proposta de uma política habitacional, em sua primeira fase, foi custeada pelo poder público municipal graças aos recursos obtidos pela arrecadação dos *royalties* do petróleo (ARRUDA, 2014; DUTRA, 2015; FARIA; POHLMANN, 2015). A proposta de realização de uma política habitacional com “recursos próprios” evidencia uma disputa entre a gestão municipal e a gestão federal, isto é, uma “competição” com o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), projeto do governo federal iniciado no ano de 2009.

No âmbito do bairro, a história se repetiu. Assim como Custódio Siqueira loteou suas terras e criou um bairro para antigos trabalhadores, em disputa com a política nacional dos “parques proletários”, concebida no governo Vargas, a política habitacional iniciada no ano de 2001 antecedeu a política nacional. No caso do MCMV, essa política não teve uma abrangência tão ampla na margem esquerda da cidade como obteve na sua margem direita. Até o presente momento, só há um grande empreendimento financiado pelo MCMV, finalizado em Guarus, e um em sua fase inicial, ambos no Parque Rio Branco, próximo a Custodópolis.

Assim como os ex-prefeitos Salo Brand, José Carlos Barbosa e Sergio Mendes, a gestão da “família garotinho” concebe e realiza projetos em Guarus, uma região historicamente precária em relação aos planos de obras no município de Campos dos Goytacazes. Garotinho, em períodos eleitorais, faz visitas frequentes ao bairro de Custodópolis e, no dia da eleição, vai ao Rotary II para cumprimentar eleitores em potencial. A União da Esperança, inclusive, tem um camarote dedicado a ele e

Margarete era uma das suas mediadoras no bairro. Na visita de Leonel Brizola à sua casa, conforme apresentado em seus relatos, estava acompanhado por Garotinho, quando ainda era filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Essa conexão política é acionada por Margarete como um meio ativado por ela para garantir a posse de uma das casinhas construídas pelo projeto para a sua filha. Ir para “as casinhas” é compreendida por ela como indicativo de ascensão social. A filha não está morando no mesmo quintal de sua mãe, não fez um “puxadinho”, se autonomizou. Ao falar sobre a situação da casa de Lia, sua filha beneficiada pela política habitacional, Margarete relata que foi à prefeitura e a “conseguiu”. Lia, diferente da sua mãe, tem uma casa com um quintal independente e não vivencia “problemas de moradia” como a sua mãe enfrentou quando estava com ela ainda pequena. A casa é considerada uma conquista, embora Margarete relate que vivencia situações de tensão ao visitar a filha, o que faz com que ela reordene seu trajeto para não passar por determinadas ruas.

Margarete sugere que essas situações são marcadas pelo reconhecimento de que enfrenta um risco em potencial, sempre que vai ou está lá, de que o conflito seja deflagrado a qualquer momento, o que Menezes (2015), em suas pesquisas sobre áreas atendidas pelas UPPs, no Rio de Janeiro, denomina *campo minado*. Nessas situações, destaca a autora, os atores mantêm um estado constante de alerta, redirecionando o seu curso sempre que avaliam estar sob uma condição de risco iminente. O local de moradia de Margarete é controlado por uma facção<sup>102</sup> rival da presente na região em que sua filha mora; portanto ela percebe o lugar como um ambiente de incerteza. O ponto frágil do programa “Morar Feliz” é a negação da presença das facções que rivalizam entre si por disputa de territórios para comercialização de drogas, o que tem motivado diversos conflitos armados e faz com que os moradores categorizem o conjunto como “Faixa de Gaza<sup>103</sup>”.

Mattos destacou que a visibilidade das “guerras” entre as facções rivais acaba por impactar a circulação dos moradores nos territórios de controle das facções (2014, p. 13), que são arquétipos interessantes para pensarmos na própria definição de situação, pois estabelecem, por meio de uma significação dada pelo grupo que se impõe, um ordenamento do modo de agir, qual cor de roupa usar e o que dizer a partir de uma determinação presente em iniciais inscritas em postes e muros. A circulação por tais territórios requer uma avaliação constante do modo de agir, condizente com

<sup>102</sup> Quanto à presença das “facções” em Campos, Souza (2010) realizou um trabalho dissertativo que contemplou os principais grupos distribuição de drogas para as “bocas” da cidade. Ao fazer a análise da Baleeira, destacou o modo como a facção categorizava pontos de distribuição para venda no varejo, que ia desde B1 – a sede – até B7, seis territórios de controle. A região de controle da facção, na ocasião, era toda margem esquerda do Canal Campos-Macaé, logo, a margem direita era dominada pelo grupo rival, neste caso, a “Tira-Gosto”. Na margem direita da cidade há um delineamento muito claro, pois o canal age como um “ator não humano” que define o limite. No caso de Guarus, os limites sempre passaram por novos ajustes, até porque as novas áreas ocupadas precisam, de algum modo, serem incorporadas a uma das duas grandes distribuidoras. As novas ocupações são disputadas com o “comando” que já exerce influência no local. No caso dos projetos de construção de novos empreendimentos de casas populares, há, juntamente com a chegada das “casinhas”, a criação de um contexto de incerteza.

<sup>103</sup> Alusão ao território de conflitos entre israelenses e palestinos.

a definição dada em cada território, fazendo com que os atores que transitam por esses espaços vivenciem um estado de *alerta total* (MATTOS, 2014).

Sobre este aspecto, Farias (2008, p. 180) apresenta o seguinte relato de um morador de uma determinada favela carioca: “a gente mora numa divisa. Se você botar o pé depois do batalhão pra lá é Terceiro Comando, se botar o pé pra cá é Comando Vermelho, e se você for pra trás é ADA [Amigos dos Amigos]”. Esse relato evidencia a capacidade uma avaliação das ações de modo que a situação esteja sempre determinada, pois é reconhecida a existência de um *campo minado no regime territorial* (MENEZES, 2015, p. 42).

A incapacidade de realizar uma avaliação da situação nesses contextos pode provocar um contexto indeterminado de difícil solução, que, em última instância, poderá ser a “força física”<sup>104</sup>.

Em um dia de sexta, passei no Bar do Tico, próximo à casa de Seu Manoel, e vi o meu primo bebendo uma cerveja com os seus amigos. Parei e comecei a beber com eles. Durante todo o tempo que estávamos no local, os rapazes começaram a fazer gestos com as mãos como se estivessem empunhando uma arma e faziam a seguinte afirmação: “É tudo terceiro, mermão!”. Continuamos a beber, até o momento em que eu também entrei na brincadeira. No dia seguinte, fui a um casamento de um familiar em uma igreja que fica a aproximadamente quatrocentos metros do local e enquanto estávamos na porta, aguardando a noiva, eu resolvi fazer a *brincadeira*. Meu primo imediatamente olhou para os lados e disse: “aqui não, dá caô<sup>105</sup>!”.

Essa situação ocorreu exatamente na fronteira exterior a um conjunto habitacional do Morar Feliz, em uma igreja católica situada entre os limites do Parque Bandeirantes e Novo Eldorado e é elucidativa do modo como as situações de interação vividas no interior do bairro se tornam indeterminadas para os “moradores antigos” no momento da chegada dos moradores das casinhas, justamente pelo fato de não compreenderem as novas definições que estão sendo colocadas a partir do convívio cotidiano com as novas moralidades em coexistência no local.

Margarete entende perfeitamente os códigos, o que não a livra da sensação de incerteza e insegurança a cada momento em que ela se direciona até a casa da filha, mas tais códigos não são sequer compreendidos por todos. Faz-se necessária uma interação intensa com grupos que dominam essas competências para que a situação indeterminada possa passar para determinada e para que os atores sejam capazes de agir de acordo com a situação.

<sup>104</sup> Nesse contexto, os envolvidos poderão mobilizar a força física para coordenar as ações, o que Machado da Silva denomina “sociabilidade violenta” (2004, 2008). Uma questão que deve ser pensada, mas não cabe em meus objetivos imediatos, é o denominado “desenrolo”. Essa categoria expressa uma negociação que antecede o uso da força. Quando não há possibilidade de estabelecimento um acordo entre grupos, a força física é acionada.

<sup>105</sup> O termo “caô” faz menção a uma possibilidade de uso da violência física ou não, como forma de repreensão à minha forma de agir.

O caso de Margarete é importante para que possamos compreender os diferentes níveis de envolvimento que possibilitam ao ator o trânsito na localidade sem ser retaliado. Ela, como destaquei anteriormente, teve uma filha “assassinada” por um grupo relacionado a uma “boca” existente em Custodópolis, e as suas duas filhas, que estão presas, estão relacionadas a outro grupo do bairro. No entanto, Margarete, de alguma forma, vivencia um estado de *alerta total*, pois tem, indiretamente, relação com ambas às facções, por meio de seus familiares ou de membros da sua cadeia de reputação. No caso primeiro, do grupo que já existia no bairro, ela não avalia como um lugar ao qual não pode ir, mas afirmou que “nunca mais pisou lá” depois que a sua filha morreu. A sua evitação do lugar está muito mais relacionada ao sentimento de perda da filha do que ao de medo.

Esse quadro não pode ser tomado com típico, pois Margarete vivencia as experiências mencionadas pelo engajamento das três filhas nos arranjos elaborados pelo mercado varejista de drogas local, portanto pode ser lesada caso circule em territórios de facções rivais, bem como domina essa cartografia microterritorial com mais competência.

No que tange ao lugar de evitação de Margarete em decorrência da morte da sua filha, até a chegada das “casinhas”, era o “lugar perigoso” do bairro, o centro gravitacional da violência, segundo os moradores: o tão “mal” falado Beco. Como Margarete fez menção ao lugar, decidi então realizar uma entrevista com a moradora Ana para compreender sua avaliação sobre o seu lugar de moradia, categorizado como “perigoso”. Eu diria que foi uma das entrevistas mais difíceis, pois ela falava muito pouco, o que me levava a fazer indagações constantes. Foi um dos poucos casos em que essa situação aconteceu, pois os demais entrevistados tinham um grande interesse em contar os detalhes que sabiam sobre o bairro, o que talvez demonstre a sua evitação em elevar a voz, dadas as condições a que está submetida.

A família de Ana morava em Paraíso, interior da cidade de Campos. Ao perderem a casa em uma enchente, mudaram-se para Custodópolis. Seu pai “tomava conta de turma”, isto é, era supervisor de cortadores de cana, e a sua mãe e irmãos trabalhavam no corte da cana. Eles se mudaram para o bairro e continuaram exercendo as mesmas atividades em Sapucaia, juntamente com os filhos. O local de moradia era próximo à casa de Mamado que os levava para o local de trabalho em seu ônibus de turma. De acordo com as suas declarações, nunca cortou cana, ia apenas para ficar com o seu pai, pois ele não tinha com quem deixá-la, após o falecimento de sua mãe, aos 55 anos. Aos quinze anos, Ana começou a “trabalhar em casa de família”, na casa de Dona Janaína. Ao sair da casa de Dona Janaína, começou a trabalhar na lanchonete da filha dela, Vanda, onde aprendeu a fazer lanches e salgados; atualmente está trabalhando em uma pequena lanchonete, própria, com seu esposo e a sua filha.

Após uma longa conversa, começou a falar das festividades do bairro, dando mais ênfase às festas nas quais a sua família participava: a Festa de São Jorge e as festas na Macumba de Mamado. Destacou que o bairro “evoluiu muito”, relacionando esse fato ao “número de casas” e ao “perigo”:

Como você vê o bairro hoje?

*Evoluiu muito.*

**Em qual sentido?**

*De casa, de tudo, e mais perigoso também. Muito mais!*

**Por quê?**

*Tipo assim, temos que ficar mais acolhidos dentro de casa, a gente não temos liberdade para andar na rua à noite. Não temos! Um dia desses aqui em frente de casa teve um assalto de celular. Um menino saindo de casa sete horas da manhã, um cara veio de moto e apanhou o celular dele. Eu acho que o bairro tá muito violento.*

**Qual seria então uma possível solução?**

*Renan, a solução eu acho que não tem mais. Depois que Rosinha botou essas casinhas aí, eu acho que não tem mais.*

**Como assim, como as casinhas afetam?**

*Renan, veio muita gente estranha, entendeu? Aí é muita boca de fumo, então piorou muito o bairro nosso. Hoje nós tamo cercados, é gente da bera da lagoa [Lagoa do Vigário], gente não sei daonde. Então, formou tipo uma quadrilha. (Ana).*

Confesso que não esperava por essa resposta. A rua em que Ana morava era caracterizada como local de “tráfico de drogas”, tanto por moradores do bairro quanto por pesquisadores que realizaram pesquisas no local. Ana, inclusive, quando começou a falar sobre a sua rua, fez o mesmo que os demais interlocutores, quando falaram sobre Custodópolis: “A Rua do Beco não é isso tudo que o povo fala não”, fez questão de frisar, como uma estratégia de limpeza moral do local e de si mesma. Ela começou a me apresentar a rua a partir dos seus rumores e, quando ela relata o que chama das mudanças ocorridas no bairro, destaca o seu crescimento demográfico, associando-o à violência. Há um esforço constante de redirecionamento dos *problemas* para um “outro”, envolvendo jogos constantes de *acusação mútua*<sup>106</sup> nos quais os moradores visam diferenciar-se entre si e dos *outros*.

A influência da chegada de novos habitantes sobre a ordem social consolidada produz uma *situação de indeterminação*; conseqüentemente, abre-se um amplo espaço para reordenamentos do grupo social que está há mais tempo no bairro. Os rumores são fundamentais para demarcar os diferentes grupos que habitam a região. Ao discorrer sobre sucessão populacional, Park (1948b, p. 21-22), salienta que [...] “mudanças arrancaram os antigos marcos, solaparam em todo o mundo a influência da ordem social tradicional e liberaram forças sociais

<sup>106</sup> Sobre este aspecto, Barbosa (2015), em sua dissertação de mestrado, analisou moradores de um bairro que mobilizavam “jogos de acusação”, para salvaguardar a própria face ou a do outro.

imensas que estão agora procurando em toda parte novo equilíbrio”, produzindo conflitos entre as diferentes gerações de ocupantes da área.

Quanto aos processos de estigmatização envolvendo rumores, Elias e Scotson (2000), em estudos sobre uma pequena comunidade, apontam situações em que a chegada dos novos moradores foi permeada pelo que eles denominaram *sociodinâmica da estigmatização*, na qual as fofocas e os comentários jocosos deram suporte à elaboração do que eles denominaram *carisma grupal* entre os moradores mais antigos.

Em minhas perambulações pelos bairros de Custodópolis e Nova Campos, observava rumores constantes que corroboravam a declaração dada por Ana sobre seus novos vizinhos. Nessa disputa moral envolvendo moradores antigos e os moradores novos, era cunhada, ao longo do período de realização do trabalho de campo, uma nova categoria moral — “morador das casinhas” —, que designa o outro genérico “responsabilizado” pelo aumento da violência no bairro. Existe uma diferença bem considerável nessa nova categorização em relação às demais, direcionadas aos moradores de Guarus e especificamente aos moradores de Custodópolis. Os “moradores” das “casinhas” ou o “povo das casinhas”, não são enquadrados como sendo “desqualificados” profissionalmente, nem “capiaus”, mas sim “violentos”, um grupo que, do ponto de vista dos moradores antigos, gera *desconfiança* inerente a quem são, não à sua condição. É comum ouvir sobre eles que “tiraram o povo das favelas de Campos e botaram aqui”.

Em uma dada situação, quando eu estava sentado embaixo de uma árvore no Parque Nova Campos, para fugir do sol, Vitor<sup>107</sup>, um rapaz de aproximadamente 40 anos de idade e morador do Parque Nova Campos, se aproximou de mim e começamos a conversar. Eu comecei a explicar que estava realizando uma pesquisa sobre as trajetórias dos moradores do bairro e como elas me ajudariam a entender a relação do bairro com a cidade. Após saber o meu objetivo, ele, em tom descontente, proferiu a seguinte frase: “depois que estas casinhas vieram para cá o bairro piorou muito”. Após tal afirmação, eu fiz a pergunta: “Quais casinhas?” e ele me respondeu: “as casinhas da prefeitura”. Após ter ouvido a resposta, quis captar o que ele entendia como “piora” e ele me respondeu: “muita gente estranha na rua”. Eu continuei a fazer mais perguntas: “Como assim, estranhas?”. Ele respondeu: “Uns *vagabundinhos* mal-encarados”.

Após ele me apresentar essa crítica, eu fiz-lhe a seguinte provocação: “O bairro não era perigoso antes das chegadas das casinhas?” e resposta foi a seguinte: “Antes matavam as pessoas no bairro, mas quando morria alguém, sabíamos quem matava, tinham os ‘ceróis’<sup>108</sup> que matava quem ‘tava’ *devendo*, agora morre gente todo dia em ninguém sabe de nada”.

<sup>107</sup> A família de Vitor chegou ao bairro ao final dos anos 1970, por meio do avô materno de Bruna, que morava na mesma localidade que eles.

<sup>108</sup> Essa categoria está relacionada ao denominado “justiceiro” presente no trabalho de Aleixo (2001) e Fernandes (1991). Ambos os trabalhos descrevem atores que mobilizam a força letal para produzir uma espécie de “moralização” do lugar. O primeiro autor mencionado destaca a atuação do justiceiro com o objetivo de proteger o que ele denomina “Zé Povinho”, que seria o trabalhador; no segundo caso, no trabalho de Fernandes, há uma oposição entre trabalhadores e bandidos, logo o “justiceiro” seria o agente responsável por “proteger” o primeiro grupo, garantindo a “moralidade” e a “civildade” do lugar.

A “piora” do bairro não está relacionada à ocorrência de *crime violento*, mas sim ao *modus operandi* que o situa ou não situa, segundo os relatos do rapaz. Relaciona-se a uma situação de incerteza produzida pela chegada dos novos moradores e pelo modo como operam seus conflitos, fora da ordem dada e passível de entendimento pelos antigos moradores. Os novos vizinhos são categorizados moralmente como desqualificados, não somente pelas ações que realizam, mas ainda pela “estranheza”, isto é, como mal reputados em uma escala de valores local. A falta de *familiaridade* dos “novos moradores” com os moradores antigos produz incerteza justamente porque os mais antigos não possuem laços de *proximidade* com as pessoas ou seus repertórios morais.

A partir da chegada das “casinhas”, o categorizado se converte em categorizador na medida em que se sente mais próximo dos moradores antigos e distante dos mais novos. Caroline, por exemplo, a mais crítica às categorias que o bairro recebe, fez a seguinte colocação quando estava falando sobre a “dificuldade dos ônibus”:

*É uma linha só, um ônibus só [se referindo a uma única empresa], lá tem ônibus tranquilo. É CHEIO NÉ, porque eles não entendem que Custodópolis cresceu, que construíram várias casas em Eldorado e Santa Rosa e que as pessoas do Eldorado e Santa Rosa pegam um ônibus que antes era só nosso. Então cresceu e eles não entendem. [As casas são as...] Populares, do morar feliz. Tem um trailer, falam que é UPP do Santa Rosa, tem um trailer lá que na faculdade estes dias falaram assim: ‘lh vai colocar um em Custodópolis também’. Nem sabem como é Custodópolis e já falaram que vão colocar um em Custodópolis. [E o trailer, você ouviu alguma coisa sobre a instalação? Foram os moradores que pediram?] Não, foi algo do batalhão mesmo. Colocaram entre o Eldorado e Santa Rosa, tem o Sapo 1 e Sapo 2, né? Eles são facção rivais, um é TCP e o outro é ADA, eu acho. Colocaram aquele trailer ali pra ficar no que chamam de “Faixa de Gaza”. (Caroline).*

Ao entrar no tema das “casas populares do Morar Feliz”, Caroline menciona uma situação na qual o seu bairro foi, de alguma forma, comparado às casas do programa “Morar Feliz”. Tal comparação foi combatida por ela pela desqualificação de quem as proferiu, que, segundo ela, “nem sabem como é Custodópolis”. Ao expor essa crítica, fez uma diferenciação entre Custodópolis e a “Faixa de Gaza”, que é o conjunto habitacional “Morar Feliz”, categorizado assim por meio de rumores. O rumor, inclusive, é mobilizado como um dispositivo de omissão quando ela não quer assumir a autoria da fala. O caso “falam que é UPP<sup>109</sup> do Santa Rosa”

<sup>109</sup> A ideia de UPP colocada por ela se refere à Unidade de Política Pacificadora, fruto de um projeto que foi concebido com o objetivo de “recuperar” áreas ocupadas pelo tráfico na cidade do Rio de Janeiro. Não é uma política de combate ao tráfico em si, mas a possibilidade de reduzir o potencial armamentístico desses grupos (MENEZES, 2015, p. 58; MACHADO DA SILVA, 2010, p. 3). O uso da expressão, no entanto, não corresponde à UPP da capital fluminense, pois é uma expressão que demonstra um “efeito” da política de segurança no interior. A presença de um posto fixo da polícia em um território com presença de “facções” é enquadrada nos rumores como equivalente à da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que seja em situações meramente “jocosas”.

foi outro exemplo. Um exemplo bem interessante para pensar a complexidade do processo de categorização, resultado da fusão de rumores proferidos por diferentes veículos de transmissão de informações sobre um indivíduo ou grupo.

A partir das abordagens que foram colocadas até aqui, pode-se pensar em uma compreensão dos significados em torno da elaboração das escalas de valores entre os “moradores antigos” e os “moradores novos”. A sucessão redefine a situação e sempre impõe novos valores. Os que chegam depois, do ponto de vista dos mais antigos, não “respeitam” as pessoas, como o caso de Seu Manoel em relação aos novos atores que estão à frente do Grêmio. Essa acusação se refere ao não reconhecimento de sua reputação por parte dos moradores mais novos. Tal fato é explicado pelos diferentes quadros de referências que os grupos possuem e que passam a coexistir no decorrer do tempo, quando a configuração moral se complexifica. Os antigos participaram de atividades que acabaram elaborando uma reputação no bairro relacionada a atividades culturais, políticas e até mesmo urbanísticas, seja na organização da escola de samba, seja na organização do time de futebol, seja mesmo na aquisição de iluminação pública para o bairro. O não reconhecimento dessa reputação dos antigos por parte dos novos moradores cria um cenário repleto de disputas, que vão desde uma acusação de não respeitarem regras de conduta pública, como o caso do “mal-encarado”, até serem tomados como “violentos” em potencial. Ao mesmo tempo, os jovens não se identificam com o “tempo dos antigos”, questionando, em casos extremos, a “mentalidade do bairro”.



---

# Considerações finais



## Morar bem e morar mal? Categorizações reais em seus efeitos

A princípio, quando estava buscando um delineamento do objeto, fiz a escolha por um único bairro – Custodópolis –, pois importava mais uma análise das situações de copresença com moradores dos demais bairros da margem direita do rio Paraíba do Sul do que uma análise quantitativa que fosse capaz de mensurar segregação, desigualdade ou temas relacionados a essas agendas. Ir para Custodópolis me permitiu compreender a elaboração e a reelaboração de enquadramentos cognitivos a partir da interação entre moradores de diferentes bairros em uma mesma cidade, dados os diferentes repertórios morais presentes no contexto. A pergunta que sempre ouvi, durante toda a elaboração do trabalho foi: “como estudar Guarus em Custodópolis”? A resposta à pergunta foi dada pelos meus dados empíricos, extraídos de uma pesquisa de inspiração etnográfica. Custodópolis, assim como os demais bairros do subdistrito de Guarus, em diferentes graus, sucumbem a Guarus, pois seus moradores tornam-se moradores genéricos de Guarus.

Custodópolis e Guarus não podem ser tomados como sendo um único lugar, mas, em situações de copresença, sobretudo na margem direita do rio Paraíba do Sul, os moradores do bairro de Custodópolis passam por “moradores de Guarus”. Como destacado por mim nas análises das situações experimentadas por Caroline, morar em Guarus é comportar-se de modo inadequado, um símbolo de estigma. Portanto, ser “morador de Guarus” não se restringe apenas à posse de um endereço postal na cidade de Campos dos Goytacazes, é corresponder a um padrão de comportamento desqualificado *a priori*, quando o quadro de referência é elaborado a partir dos “moradores antigos”, ou seja, os do lado de lá, área ocupada pelas famílias tradicionais em potencial.

No mundo prático, as categorias mobilizadas pelos acusadores moralizam os espaços da cidade de um modo que algumas áreas se tornam inacessíveis pelos não moradores a partir da efetivação dos rumores negativos veiculados sobre elas. É um local no qual não se deseja fazer um churrasco, como mencionado por Caroline; não se deseja ir fazer trabalho de faculdade, como no caso de Ana Júlia: “na casa [de Ana Júlia] não”. Enfim, um lugar ao qual não se deseja ir e não se vai.

As categorias elaboradas possuem uma dupla função: qualificar o *status* daquele que categoriza e desqualificar o daquele que é categorizado, gerando assim um sentimento de confiança ou desconfiança da *persona* que se apresenta publicamente como moradora de uma determinada localidade. Os efeitos produzidos pelas categorias delineiam regiões morais da cidade, porém não pura e simplesmente como uma “área na qual as pessoas possuem gostos comuns” (PARK, 1999), mas como uma área degradada devido ao seu processo de formação

sócio-histórica. Desse modo, há uma elaboração de escala de valores que mensura cartograficamente as áreas da cidade e os seus respectivos moradores.

Por outro lado, assumir o *status* de morador de Guarus em uma situação de disputa é assumir uma vinculação a um símbolo de estigma. “Coisa de Guarus” é uma expressão que remete necessariamente a um agir potencialmente inadequado. Não é novidade que categorias sejam mobilizadas para designar espaços, qualificando comportamentos daqueles que situam neles.

Para membros desses diferentes grupos, a copresença na cidade é um estado constante de disputa. Birman, em sua abordagem acerca das categorias “favela” e “comunidade”, descreve situações de desqualificação vivenciadas por “moradores de favelas” da cidade do Rio de Janeiro, nas quais a imputação da categoria “favela” *tipifica* o “lugar da incivilidade, da barbárie (e) da morte associada ao tráfico de drogas” (2008, p. 113), enfim, o “tipo” que a “cidade maravilhosa” não pretende acrescentar em sua biografia, ao menos em seu formato caricatural. A categoria “comunidade” é mobilizada eufemisticamente para evitar trazer à tona uma “ferida”, que seria o uso da categoria “favela”. A busca por uma nova categoria de nomeação de uma localidade evidencia que a utilizada não corresponde ao mundo vivido, o que significa apresentar a classificação da área para um patamar mais próximo da sua realidade ou, ao menos, menos carregado de negatividade.

Em uma discussão emblemática sobre a relação de copresença entre moradores de uma determinada área do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu, Freire cita um trecho da fala de um interlocutor, na qual ele recorre a duas categorias morais para categorizar a si e aos moradores da zona sul do Rio de Janeiro: “o povo da baixada fluminense” e o “carioca”. Ele fez menção ao “carioca” expresso na música da cantora Adriana Calcanhoto, como um tipo descolado, moderno, discreto, enfim, um estilo de vida a ser incorporado na ecologia da “cidade maravilhosa”. Em contrapartida, há menção ao “povo da baixada”, que é categorizado pelo interlocutor como *fodido*, uma categoria moral de desqualificação que o define como “periférico”, quando o *ethos* que faz analogia à cidade é elaborado a partir do “carioca”, morador da “cidade maravilhosa” (2005, p. 97). A autora demonstra que categorização negativa dos lugares, quando sentida pelos seus respectivos moradores, pode desencadear em um sentimento de *indignação* e que pode, inclusive, ser uma motivação para formação de ações coletivas.

Seu Manoel relata um movimento de mudança de nome do bairro realizado por um conjunto de moradores. O papel principal desse “movimento” foi realizar uma limpeza moral da reputação do bairro, pois não queriam mais ser enquadrados como “ratos”, e sim como iguais na cidade. Essa limpeza está relacionada a uma negação de um *self* relacionado à Cidade de Palha, uma vez que o *homem novo* morava em casas “em perfeitas condições higiênicas”, não na palha.

Caroline, em tom de indignação, declarou que, sempre que fala o seu endereço, necessita oferecer “explicações” de que o lugar não é como “pintam”.

Ao mencionar seu lugar de moradia, há sempre uma sensação de desconfiança e, ao mesmo tempo, curiosidade, como se estivessem diante do exótico da cidade. É uma situação na qual ela necessita se provar a todo tempo, pois não é reconhecida como igual em copresença com os moradores “do lado de lá”. Não chega ao ponto de ser comparada ao “rato”, mas é passível de ser tomada como alguém sem civilidade, desqualificada profissionalmente ou relacionada direta ou indiretamente a práticas de sociabilidade violenta.

O dilema de Bruna é marcado por disputas morais em copresença com moradores do bairro em que nasceu e com membros de sua família. É moradora do bairro, mas não se considera como alguém que foi nele criada. No entanto, sente-se parte do “centro”. Até a sua mudança de escola para uma instituição do bairro, os seus quadros de referências correspondiam aos estoques construídos segundo a imagem que ela possui do centro.

As situações descritas possibilitam pensar na formação de categorias morais e no modo como elas implicam processos contínuos de redefinição das situações sociais experimentadas na cidade por aqueles que as portam e que eventualmente são enquadrados a partir delas. O morador de Guarus, em relação de copresença no espaço público com os demais moradores da cidade, seja na “praça São Salvador”, seja “do lado de lá”, seja no “centro”, vivencia experiências que exigem dele esforço contínuo em apresentar provas de que não corresponde à categoria moral “morador de Guarus”, nos moldes em que lhe servem de acusação, ao mesmo tempo em que essas categorias são colocadas à medida que a interação com “moradores do lado de lá” é mais intensa.

Para Margarete e Ana, que realizam grande parte de suas atividades no interior do bairro, serem categorizadas como “morador de Guarus” ou “morador de Custodópolis” não representa uma questão. Essas disputas se colocam de modo mais intenso e propriamente desqualificante aos que “atravessam a ponte”, entre aqueles que transitam por diferentes mundos presentes na cidade de Campos.

Ter acesso ao meu lugar categorizado me conduziu para o processo de investigação no qual estava buscando um entendimento dos “porquês” colocados em uma situação indeterminada. Acessar a opinião de um determinado grupo colocou em suspenso a certeza que possuía. A partir do aparecimento da dúvida sobre algo estável até então, tive acesso ao meu eu teórico, cuja função é sistematizar o habitual, pois uma vez que este é alterado, surge uma busca pela solução, e esta não é buscada apenas pela academia, mas sim, pelas ferramentas disponíveis no mundo daquele que se depara com uma situação a ser solucionada.

Deste modo, infiro que uma situação indeterminada, um momento crítico, ou apenas uma pergunta sobre algo que o inquirido “nunca parou para pensar”, conduz a avaliação da situação e a busca pela sua (re)definição. A partir do entendimento alcançado, surgem categorias morais que de algum modo, estabelecem um delineamento moral entre aqueles que categorizam e aqueles que são categorizados,

o que implica uma coordenação da ação recíproca, pois a categoria, no caso investigado, antecede ao encontro, logo é responsável pela sua coordenação.

A interação intensa é responsável pela reelaboração de categorias que antes eram apenas abstratas. A categoria “morador de Guarus” sofre alteração na medida em que os categorizados interagem com aqueles que os categorizam, formulando assim novas categorias, que podem até mesmo se transformar em categorias lógicas na medida em que o categorizador se depara com seu outro generalizado naquele que era categorizado moralmente como desqualificado. O processo de investigação, no caso daquele que se depara com o seu self-degenerado nos rumores, o habilita para uma situação de disputa na qual ele é confrontado com a crítica. A partir da tomada de conhecimento da estandardização da categorização, se dá a apresentação de provas, questionando a crítica da qual se é objeto; conduzindo assim uma situação indeterminada para a determinada. Mas este processo só é possível se o categorizado tem acesso às categorias que lhe são conferidas.

As categorias morais de desqualificação ou qualificação são apreendidas não apenas em uma situação de copresença, elas são veiculadas ainda por meio de dispositivos midiáticos que divulgam informações, favorecendo a circulação de rumores. É importante um entendimento da autoria dos rumores para que possamos compreender o modo como estes moralizam determinadas áreas da cidade.

O “lado de lá”, a partir do que foi entendido até aqui, está situado geralmente na região central. Para ser mais específico, destaco a universidade como um lugar onde as categorias morais acusatórias estão mais presentes, pois, na maioria dos casos analisados, a escola não foi palco de disputas, mas sim a universidade. A partir dessa constatação, tomei a liberdade de chegar à seguinte conclusão: a terceira geração das famílias que migraram para o bairro a partir dos anos 1950 não estava sendo esperada na universidade, pelo menos, não nas universidades públicas ou em cursos de odontologia.

As desqualificações morais em vigência no contexto cognitivo da cidade de Campos dos Goytacazes sobre o 3º distrito de Guarus foram se efetivando ao longo do tempo. Em um primeiro momento, uma crise decorrente de uma disputa territorial entre capuchinhos, jesuítas e grupos indígenas autóctones fez com que houvesse uma delimitação moral entre “o povo da Vila de São Salvador” e os “moradores daquela freguesia”. Em um segundo momento, essa disputa opôs a margem direita aos “quilombolas de Guarulhos”. Esses primeiros eventos estão relacionados aos processos de ocupação e ampliação da circulação no 3º Subdistrito. Os rumores que circulavam nas notícias sempre categorizaram o lugar e seus moradores como perigosos, por mais que a tipificação do perigo tenha sido reenquadrada em diferentes momentos históricos e a partir das características específicas das populações que ocuparam esse território. Guarus e Custodópolis vêm se colocando no contexto urbano de Campos dos Goytacazes por meio de

processos sucessórios, em certa medida, e cumulativos, em outra medida, de assunção de características moralmente desqualificadas.

Ao se mudar para a localidade, os “moradores antigos” revelam a *percepção* do *outro lado* sobre a localidade, por conseguinte participaram de atividades desportivas, políticas e culturais que foram os principais recursos presentes no bairro para que os moradores pudessem estandardizar o bairro a partir da sua própria percepção e redefini-lo em suas experiências vividas.

Ao realizarem as atividades já mencionadas, atribuíam um novo valor ao bairro para si mesmos, contradizendo aqueles então atribuídos para além do bairro. A própria presença da mídia no Jongo de Maria Anita inseriu a localidade na “galeria de rumores” não somente para desqualificá-la, mas apresentar aspectos do Jongo presente no bairro, que Silva (1977) denominou “poesia popular”. O jongo, a União da Esperança e o Grêmio Esportivo de Custodópolis (Grêmio E. C.) devem ser entendidos como atividades que exerceram/exercem não apenas um papel recreativo no bairro, mas político, no qual há uma estandardização da reputação do bairro a partir daqueles que estão em seu interior. O futebol é importante, na medida em que atuava como mediador de investimentos para a localidade e ferramenta de mobilização, papel que fora exercido também pelo antigo Cine Primor. Nesse caso, tomo todas essas práticas como uma forma de enfrentamento das *forças hostis* que desqualificavam moralmente um bairro de expansão urbana.

Os novos moradores, de algum modo, por meio das associações presentes no bairro, buscaram iniciar um movimento de limpeza moral. Eles objetivavam ser enquadrados como moradores do “bairro de operários”, não como “moradores da palha”, uma vez que esta última categoria os relacionava a um padrão de habitação consoante a favela, que fora tão combatida moralmente na capital carioca. Esses foram dilemas enfrentados pelos moradores que chegaram ao bairro após os anos 1950.

Conforme a circulação do bairro foi se ampliando, sobretudo após o aterramento da Lagoa do Vigário e a construção da Ponte Saturnino de Brito, o bairro passou a ser integrado de modo mais intensivo à sede do município. Essa integração foi bem recebida por todos os meus interlocutores. A avaliação que eu faço dessa integração não é tão favorável, pois, à medida que a urbanização do bairro se intensificou, a centralidade da sede da cidade, em termos de acesso a serviços, sufocou atividades antes oferecidas ali mesmo, causando a falência de equipamentos públicos locais, como o Cine Primor. Ainda assim, persiste um comércio com grande oferta de produtos, que vão desde o ramo alimentício ao vestuário, mas as atividades “culturais” dos “tempos dos antigos” hoje se concentraram na sede do município. A União da Esperança e o Campo do Grêmio são as únicas instituições atuantes com esses fins na localidade.

Os antigos eventos culturais foram afetados também pela reconfiguração do próprio bairro e da composição da sua população. A presença da Igreja

Evangélica possibilitou a formação de novos contextos de experiências, bem como uma reconfiguração da ordem moral vigente. A religião evangélica disputa com o catolicismo e com as religiões de matriz africana no espaço público, disputa intensificada enormemente nos tempos atuais. A única manifestação pública dessas práticas no bairro hoje se dá por meio da escola de samba, cujas melodias incorporam um repertório de objetos que remetem aos valores quilombolas.

Os jovens que acessam as instituições do “lado de lá” já não enfrentam a crítica de “morarem na palha”, mas sim de morarem em um bairro categorizado moralmente como “lugar violento” e de “favelado cafona”. Eles estão inseridos em um novo esquema de limpeza moral, marcado pela interação direta e intensa com o “outro lado do rio”. Suas estratégias, ao que pude observar, versam menos em torno de mobilizações coletivas do que de manipulações do eu. Ao mesmo tempo, internamente, as acusações mútuas se reconfiguram, sempre elegendo novos “outros” aos quais culpar pelos estigmas imputados a todos. A disputa que gera a polarização “nós” *versus* os “moradores das casinhas” demonstra como transferir a responsabilidade dos “problemas do bairro” para uma parcela específica dos seus moradores, tornando-se um novo marco empreendedor moral interno, herdeiro da antiga polarização “moradores do bairro operário” *versus* “morador da palha”. A partir desses dados, parto da hipótese de que sempre haverá um “outro” ao qual acusar moralmente.

---

# Referências



ALMEIDA, Jorge da Paz. *Campos: 50 anos de carnaval*. [Campos dos Goitacazes]: Escola de artes gráficas, [1992?].

ALVES, Heloisa de Cássia Manhães. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

ALVIM, Mária R. B.; VALLADARES, Lícia P. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. *Boletim Informativo e Bibliográfico, BIB*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, n. 26, p. 3-37, 1988.

ARAÚJO, Hiram; JÓRIO, Amaury. *Natal, o Homem de um braço só*. Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes – RJ*. 2014. 273 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2014.

ASSIS, Renan Lubanco. *As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

ASSIS, Renan Lubanco. *Você mora em Custodópolis? Nem parece...: Entre as expectativas e a realidade de se morar em um lugar estigmatizado*. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 10., jul, 2013, Córdoba, Argentina. *Paper* [...].

ASSIS, Renan Lubanco. *Regiões morais urbanas: a cidade como um complexo de classificações morais*. In: CONGRESSO ARGENTINO DE ANTROPOLOGIA SOCJUL, 2014, Rosário, Argentina. Grupo de trabalho: GT51-Moralidades en las ciudades de la periferia. *Paper* [...].

AZEREDO, Verônica Gonçalves. *Famílias nas "terras de custódio": itinerários de proteção social*. 2012. 243 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BACHELARD, Gaston. *Le Nouvel Esprit Scientifique*. Paris: PUF, 1946.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- BARCELOS, Álvaro A. *Linguagem da Baixada Goitacá*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1992.
- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Recife: Bagaço, 2015. (Série Cadernos GREM, n. 8).
- BARTH, Frederick. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2000.
- BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. *Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade?. In: MACHADO DA SILVA, Luís Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Nova Fronteira, 2008.
- BIRMAN, Patrícia. Percursos afro e conexões sociais: negritude, pentecostalismo e espiritualidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p: 189-205.
- BOTELHO, Regiane Aparecida Pontes. *O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município de São Gonçalo (1940-1945)*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, RJ, 2011.
- BLANC, Manuela Vieira. *Os famosos todos nós: uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno urbano. (no prelo)*.
- BLANC, Manuela Vieira. *O desafio de vir a ser: jovens universitários, moradias coletivas e identidades*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.
- BLANC, Manuela Vieira. *Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida “urbano”*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., outubro 2013, Caxambu.
- BLANC, Manuela Vieira; ASSIS, Renan Lubanco. De qual família você é? Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; NOEL, Gabriel Davi; FREIRE, Jussara; BERMUDEZ, Natalia (org.) *Moralidades em cidades da periferia*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Garamond, [2019?]. (no prelo).

- BOHRER, Irai Martins. *Serviço Social e Desenvolvimento da Comunidade*. 1974. Trabalho de Finalização de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 1974.
- BOLTANSKI, Luc. A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo. *Fórum Sociológico*, Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, n. 5/6, IIª Série, p. 13-35, 2001. Disponível em: <http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/Artigo1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora da UnB, 1981. [1964].
- CARVALHO, Waldir P. *Campos depois do Centenário*. Itaperuna, RJ: Damadá, 1991. v. 1.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: Investigações de antropologia política*. Afrontamento, Porto, 1979. [1974].
- COURA, José Rodrigues. Custodópolis e os primórdios da medicina social e preventiva na Faculdade de Medicina de Campos. In: SILVA, Vera L. M.; JUNCÁ, Denise C. M (org.). *Território, Vulnerabilidades e Saúde*. Campos dos Goytacazes: FBPN/FMC, 2012.
- CORDEIRO, Hélio. *Quilombo: terra de esperança*. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2012.
- CORRÊA, Diogo Silva. *Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre igreja e tráfico na Cidade de Deus*. 2015. Tese (Doutorado) - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- CUNHA, Juliana Blasi. *Atafona: formas de sociabilidade em um balneário na região norte-fluminense*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.
- DAMATTA, Roberto. *Ensaio de antropologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- DEWEY, John. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.
- DEWEY, John. *Experience and nature*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1929.

DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. Chicago: Swallow, 1927.

DUTRA, Pollyana Lopes. *Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: Análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os "outsiders"*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMAB. *Programa Habitacional do Município de Campos*. Disponível em: <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

FARIA, Tereza Peixoto. As reformas urbanas de Campos e suas contradições: O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6., 2000, Natal, RN. CD-ROM. *Anais* [...].

FARIA, Tereza Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, Universidade de São Paulo. *Anais* [...].

FARIA, Tereza Peixoto; POHLMANN, Maria Alice de Oliveira. Dinâmica Socioespacial de Campos dos Goytacazes, RJ: O Programa Habitacional Morar Feliz e Expansão da Periferia. In: ENAPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais* [...].

FARIAS, Juliana. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 173-191.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas. *Contemporânea*, v. 5, n. 2, p. 289-308, jul./dez. 2015.

FELTRAN, Gariel Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, IFCH, 2008.

- FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979. [1900].
- FREIRE, Jussara. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. 2005. Tese (Doutorado) - IUPERJ, 2005.
- FREIRE, Jussara. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 10, p. 119-142, out./nov./dez. 2010.
- FREIRE, Jussara. Violência urbana e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do Estado. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014.
- FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 720-736, 2013.
- FREIRE, Letícia de Luna. *Próximo do Saber, Longe do Progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão, RJ*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, PPGA, 2010.
- GAMBETTA, Diego. Can We Trust Trust?. In: GAMBETTA, Diego (ed.). *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*. Oxford, UK: University of Oxford, Department of Sociology, 2000. Chapter 13, p. 213-237.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1967.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. [1973].
- GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2009. [1988].
- GIUMBELLI, Emerson. Um projeto de cristianismo hegemônico. In: ORO, Ari Pedro; SILVA, Vagner G. (org.). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 149-169.
- GLUCKMAN, Max. Gossip and Scandal. *The University of Chicago Press*, v. 4, n. 3, p. 307-316, Jun. 1963.
- GOFFMAN, Erving. Symbols of class status. *The British Journal of Sociology*, v. 2, p. 294-304, 1951.

GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1988. [1963].

GOFFMAN, Erwing. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. [1963].

GOFFMAN, Erwing. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. [1974].

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos: Memórias de um Partido Revolucionário*. Campos, RJ: Jornal Dois Estados Gráfica e Editora, 2000.

GUIMARÃES, Berenice Martins; PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes*. 2005. Relatório de Pesquisa – Universidade Estadual do Norte Fluminense, CCH, LESCE, dez. 2005.

GUSFIELD, Joseph R. Social Structure and Moral Reform: A Study of the Woman's Christian Temperance Union. *American Journal of Sociology*, v. 61, n. 3, p. 221-232, 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2772134>. Acesso em: 16 ago. 2016.

GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic Crusade: Status politics and the American Temperance Movement*. 2. ed. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

GRIPES. *Diagnóstico preliminar da Cidade de Palha*. Campos dos Goytacazes, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [1936].

HUGHES, Everett C. Institutional office and the person. *American Journal of Sociology*, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937.

JAMES, William. The Chicago school. *Psychological Bulletin*, v. 1, p. 1-5, 1904.

JAMES, William. *Principles of Psychology*. London: Macmillan, 1891. v. 1.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *A Terra Goitacá à Luz de Documentos Inéditos*. Niterói: Diário Oficial, 1942. Tomo V.

LAMEGO FILHO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

LATOURETTE, Bruno. *Reassembling the Social*. New York: Oxford University Press, 2005.

- LEEDS, Antony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Fiocruz: FAPERJ, 2015. [1978].
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Trans. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LEWIN, H.; RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. *Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Letras, 2005.
- LEITE LOPES, Jose Sergio. *O 'Vapor do Diabo': O Trabalho dos Operários do Açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- LEITE LOPES, Jose Sergio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo: Editora Marco Zero: CNPq, 1988.
- LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, Myriam (org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 17-37.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A.; LEITE, Márcia P.; FRIDMAN, L. Carlos. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. In: *MAPAS: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade*. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. p. 2-34.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. A Vida Política Na Favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 4, p. 699-716, out./nov./dez. 2011. [1967].
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. *Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho. In: MACHADO DA SILVA, Luiz. A. (org.). *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 83-98.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Novas Fronteiras, 2008.
- MACHADO, Regina M. M. *Juventude e promoção social*. 1973. Trabalho de Finalização de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 1973.
- MALHEIROS, Márcia. *Homens da Fronteira: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner (org.). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 119-148.

MAMANI, Hernan Armando. *Transporte Informal e Vida Metropolitana: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado) – UFRJ, IPPUR, 2004.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MATA, Sérgio da. Joachim Radkau tenta escrever a biografia ‘definitiva’ de Max Weber. *História da Historiografia*, v. 4, p. 358-365, 2010.

MATTOS, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 13-48, 2013.

MEAD, George Herbert. The Definition of the Psychological. *Decennial Publications of the University of Chicago*, Chicago, First Series, v. III, p. 77-112, 1903.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974. [1934].

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro: Typographia, Litographia Laemmert & Cia., 1886.

MENEZES, Cláudia. *A mudança: Análise da ideologia de um grupo de migrantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MENEZES, Paloma Valle. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado) – UERJ, IESP, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MENDES, Juliana Thimóteo N.; TORRES, Clarisse Cassab. Juventudes e seus Territórios Usados: um estudo em Campos dos Goytacazes. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luis do Maranhão, Brasil. *Anais [...]*.

MESQUITA, Wania Amelia Belchior. Conversão na folia: o carnaval evangélico no Rio de Janeiro. In: MESQUITA, W.A.B.; AMARAL, L.; FREITAS, L. (org.). *Festa em perspectiva e como perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamound, 2012. v. 1, p. 105-117.

- MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009. [1975].
- ODEBRECHT. *Programa Morar Feliz*. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1297451004.6554A.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.
- PARK, Ezra Robert. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. *American Journal of Sociology*, v. 20, n. 5, p. 577-612, Mar. 1915.
- PARK, Ezra Robert. Human Migration and the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.
- PARK, Ezra Robert. A comunidade urbana como configuração espacial da ordem moral [1925]. In: PIERSON, Donald. (org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1948a. Tomo I: Leituras de Sociologia e Antropologia Social.
- PARK, Ezra Robert. Sucessão [1936]. In: PIERSON, Donald. (org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1948b. Tomo I: Leituras de Sociologia e Antropologia Social.
- PARK, Ezra Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 168-185.
- PARK, Ezra Robert; BURGESS, Ernest. Competição, Conflito, Acomodação e Assimilação. Tradução: Mauro Kouri. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1921. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, ago. 2014.
- PÉTONNET, Colette. L'observation flottante: l'exemple d'un cimetière parisien. *L'Homme*, v. 22, n. 4r, p. 37-47, oct./déc. 1982.
- PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2002.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. A Further Note on Joking Relationships. *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 19, n. 2, p. 133-140, 1949.
- REYS, Manuel C. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys, 1785*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. *Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé, RJ*. 2011. Dissertação

(Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. [1967].

SCHUTZ, Alfred. The Stranger: An Essay in Social Psychology. *American Journal of Sociology*, v. 49, n. 6, p. 499–507, 1944.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Helio. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, jul./dez. 2009.

SILVA, Luciane Soares da. *Funk para além da festa: um estudo sobre disputas simbólicas e práticas culturais na cidade do Rio de Janeiro*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Marusa, B. *Patroas e Empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, LESCE, Campos dos Goytacazes, 2013.

SILVA, Vagner G. Prefácio ou notícias de uma Guerra Nada Particular: Os ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. In: SILVA, Vagner (org.). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007. P. 9-28.

SILVA, Viviane Ramiro. *Da medicalização à patrimonialização: as ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes associado à rede Fitovida*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.182-188. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 1, p. 13-23, 2007.

SOUZA, Frank Pavan de. *Estudo de Ocupação Espontânea na Lagoa do Vigário, no Município de Campos dos Goytacazes*, RJ: propostas mitigadoras e amparo legal. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, Assistência e proteção social, São Paulo: Cortez, Ano XXII, n. 68, 2001.

STONEQUIST, Everett V. The Problem of the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 41, n. 1, p. 1–12, 1935.

STONEQUIST, Everett V. *The Marginal Man: A Study in Personality and Culture Conflict*. New York: Russell & Russell, 1965. [1937].

TALONE, Vittorio da Gamma. *Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

TELLES, Vera S. Nas franjas da “cidade global”: tudo certo, tudo em ordem? In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

THOMAS, William Isac. The Province of Social Psychology. *American Journal of Sociology*, v. 10, 1905.

THOMAS, William Isac. *The Unadjusted Girl*. Boston: Little Brown, 1923.

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. Boston: The Groham Press, 1919. (Monograph of an Immigrant Group: Life-record of an Immigrant, v. III).

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. *El Campesino Polaco en Europa y en América*. Madri: Boletim Oficial del Estado, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, v. 21, n.2, p. 315-366, 2006.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p.121-132.

VIANNA, Hermano. *O Mundo do Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: Do mito de origem a favela. com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olívia Krähenbühl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

VIEIRA, Simone Pedro; FARIA, Tereza Peixoto. *Princípios de Legislação Urbanística, Planejamento Urbano e Divisão do Espaço: Um Estudo do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos dos Goytacazes, RJ*, 2003.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 2003. p.79-127.

WERNECK, Alexandre. De Adão ao Bom Ladrão: Uma sociologia pragmatista da moral ampliada por uma perspectiva pluralista de bem inspirada pela desculpa. In: WERNECK, Alexandre. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

WERNECK, Alexandre. Moralidade de bolso: A ‘manualização’ do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de ‘bem’ nas relações sociais”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 3, p 107-141, 2009.

WERNECK, Alexandre. “Dar uma Zoada”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, jan./mar. 2015.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. [1943].

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WUNDT, Wilhelm. *System der Philosophie*. Leipzig: Engelmann, 1889.

ZALUAR, Alba. *Os Homens de Deus: Um Estudo Comparativo sobre o Sistema de Crença e Prática do Catolicismo Popular em Algumas Áreas do Brasil Rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

## SITES CONSULTADOS

HUGUENIN, Fernanda. O cru e o cozido. Guarus. *Folha da Manhã*, Blogs. Disponível em: <http://www.fmanha.com.br/blogs/ocrueocozido/?p=326>. Acesso em: 10 maio 2011.

PESAGRO-RIO. EEC-Estação Experimental de Campos. Disponível em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/eec.html>. Acesso em: 28 jul. 2015.

## PERIÓDICOS

### A noite

NOTÍCIAS de Campos. *A Noite*, 16 jun. 1940.

A URBANIZAÇÃO de Campos: Assinados os contratos que farão Campos uma cidade Moderna. *A Noite*, 17 abr. 1944.

FAVELAS: fontes perenes de crimes. *A Noite*, 28 jun. 1942.

SEMANA da criança em Campos. *A Noite*, 15 out. 1943.

Notícias de Campos. *A Noite*, 3 set. 1939.

O 5º aniversário do governo Amaral Peixoto em Campos. *A Noite*, 15 nov. 1942.

EM CAMPOS. *A Noite*, 9 nov. 1943.

### Diário da noite

CONQUISTA política das favelas. *Diário da Noite*, Edição 04531, 1944. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

## Guia geral da cidade de Campos dos Goytacazes

GUIA geral da cidade de Campos dos Goytacazes, Campos, Estado do Rio de Janeiro, Ano VI, n. 6, jan. 1948.

CIDADE Palha. *Guia Geral da cidade de Campos dos Goytacazes*, Campos, Estado do Rio de Janeiro, Ano V, n. 5, jan. 1947.

INTRODUÇÃO. *Guia Geral da cidade de Campos dos Goytacazes*, Campos, Estado do Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, jan. 1943.

L. B. A. *Guia Geral da cidade de Campos dos Goytacazes*, Campos, Estado do Rio de Janeiro, Ano II, n. 2, jan. 1944.

## Folha da Manhã

FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 344, 21 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 345, 22 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 347, 24 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 349, 26 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 350, 27 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 351, 28 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 352, 29 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 353, 30 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 35, n. 354, 31 dez. 2012  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 373, 20 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 355, 02 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 356, 03 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 357, 04 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 356, 04 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 357, 05 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 358, 06 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 359, 07 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 360, 08 jan. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 32, 08 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 33, 09 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 34, 10 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 35, 11 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 36, 13 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 37, 14 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 38, 15 fev. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 67, 16 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 68, 17 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 69, 18 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 70, 19 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 71, 20 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 72, 21 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 73, 22 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 74, 23 mar. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 106, 24 abr. 2013

FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 107, 25 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 108, 26 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 109, 27 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 110, 28 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 111, 29 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 112, 30 abr. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 113, 01 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 114, 02 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 115, 03 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 116, 05 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 117, 06 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 150, 07 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 151, 08 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 152, 09 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 153, 10 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 154, 11 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 155, 12 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 156, 13 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 157, 14 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 158, 15 maio 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 185, 16 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 186, 18 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 190, 19 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 191, 20 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 192, 21 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 193, 22 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 194, 23 jun. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 195, 24 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 196, 25 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 197, 26 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 198, 27 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 199, 28 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 200, 29 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 201, 30 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 202, 31 jul. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 203, 01 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 204, 02 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 205, 03 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 206, 04 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 207, 05 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 208, 06 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 209, 07 ago. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 241, 08 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 242, 09 set. 2013

FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 243, 10 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 244, 11 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 245, 12 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 246, 13 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 247, 14 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 248, 15 set. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 279, 16 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 280, 17 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 281, 18 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 282, 19 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 283, 20 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 284, 21 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 285, 22 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 286, 23 out. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 318, 24 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 319, 25 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 320, 26 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 321, 27 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 322, 28 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 323, 29 nov. 2013  
FOLHA DA MANHÃ, ano 36, n. 324, 30 nov. 2013

## Tribuna Popular

LUTA do povo de Campos contra o Latifúndio e o Imperialismo. *Tribuna Popular*, Ano III, n. 705, 20 set. 1947.

---

# Anexo



Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local

(continua)

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Guarus (Margem Esquerda)	<p>Aumento do número de homicídios em Campos;  Estupro;  Paralisação da coleta de lixo;  Morte por dengue;  Corpo encontrado em canalial em Travessão;  Falta de energia;  Lacres em bombas de gasolina;  “Morar feliz”;  Homicídio;  Facções rivais;  Guarus Combat;  Desenvolvimento social dos jovens;  Coleta de lixo;  Assalto;  Assalto;  Baleado;  Centro de treinamento de kickboxing;  Três homicídios em bairros distintos;  Homem ferido por arma de fogo;  Três ônibus assaltados;  Entorpecentes  Folga na coleta de lixo;  Lixo se acumula;  Cinco dias sem recolhimento de lixo;  Atropelamento na BR-101;  Baleeira.</p>	<p>Bairros considerados perigosos;  Risco de vida para moradores e comerciantes;  Criminalidade na cidade;  Local abandonado;  Puxadinhos e favelização;  Homicídio a luz do dia;  Lei do silêncio;  Onda de crimes;  Locais de tráfico de drogas;  Homicídio em plena luz do dia;  Crianças menos favorecidas;  Alheio aos riscos e normas de trânsito;  Falta de consciência das pessoas.</p>
Santo Amaro (Baixada Campista (área rural))	Festa de São Sebastião.	Tradição na baixada.

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Morar Feliz/Casinhas/ Conjunto habitacional (Margem Esquerda)	Tráfico de drogas; Família expulsa pelo tráfico; Falta de acessibilidade; Vazamento de esgoto; Sem acesso a educação, ônibus e comércios. Homicídio em plena luz do dia; Armas, munição e drogas.	Direito de ir e vir não respeitado; Drama diário; Puxadinho; favelização. Homicídio em plena luz do dia.
Eldorado (Margem Esquerda)	Tráfico de drogas; Tentativa de homicídio;	
Novo Eldorado (Margem Esquerda)	Morar feliz; sem acesso a educação, ônibus e comércios; Assalto; Arma; munição; drogas; morar feliz; Lagoa do sapo; Santa Rosa.	Puxadinhos; favelização; Homicídio em plena luz do dia; Homicídio em plena luz do dia.
Cambaíba (Baixada Campista (área rural))	Estrada inaugurada.	
Santa Rosa (Margem Esquerda)	Tráfico de drogas; Tentativa de homicídio; Morar feliz; Emboscada; homicídio; Tentativa de homicídio; Esgoto a céu aberto.	Homicídio em plena luz do dia; Onda de crimes.
Tira-Gosto (Próximo a Uenf e área central (Margem Direita) )	Tráfico de drogas; Cocaína, tráfico de drogas e operação carrossel; Comunidade central; Guarus; Barricadas; Tráfico de drogas.	

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Portelinha (Margem Direita)	Tráfico de drogas; operação armagedom; porte ilegal de armas; Conjunto habitacional; 1963 papalotes de cocaína; 200 gramas de pasta base; balança de precisão. Detidos com drogas; Tráfico de drogas.	
Farol (Margem Direita (Litoral))	Show; Fogos; Réveillon; Ambulante morto; facada; Assassinato; Homicídio; Homicídio; Réveillon; Poda da árvores; Veraneio.	
Baixada Campista (Área Rural)	Feira da Roça.	
Pelınca (Margem Direita)	Carros estacionados em locais proibidos; Assalto a Farmácia; Assaltantes; roubo Trabalhador morre em construção civil; Protesto; violência contra a mulher; Assalto com faca.	Desordem urbana na Pelınca; Área nobre; Área nobre.
Pq. Cidade Luz (Margem Esquerda)	Sem coleta de lixo; Tentativa de homicídio.	
Nova Canaã (Margem Esquerda)	Mulher sequestrada por namorado; violência contra a mulher; Homicídios ; crime; Tentativa de homicídio.	
Rio Preto (Margem Direita (Área Rural))	Feira da roça.	

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Ponta Grossa dos Fidalgos (Margem direita (Baixada Campista))	Feira da roça.	
Tocos (Margem Direita (Baixada Campista))	Feira da roça; assalto.	
Lagoa de Cima (Margem Direita (Área Rural))	Feira da roça; verão nos distritos;afogamento.	
Pq. Novo Mundo (Margem Esquerda)	Tentativa de Homicídio; Alagamento.	
Av. Alberto Torres (centro)	Carros estacionados em locais proibidos.	Desordem urbana.
Baleeira (Margem Direita)	Comunidades centrais Papelotes de cocaína e Maconha apreendidas. Cocaína; Casa de Custódia; Tabletes de cocaína; Tráfico de Drogas; Tráfico; Rifle; Guarus.	

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Centro (Margem Direita)	<p>Carros e motos estacionados irregularmente; internet grátis;</p> <p>Motoqueiro atira em mulher; homicídio ao lado da igreja;</p> <p>Comércio informal;</p> <p>Motoristas mal estacionados;</p> <p>Carros estacionados na calçada; tentativa de assalto;</p> <p>Carros estacionados em locais proibidos;</p> <p>Carros nas calçadas;</p> <p>Roubos; assaltos; insegurança;</p> <p>Efetivo da PM atua no centro; preocupação da com a segurança local;</p> <p>Assalto; comércio; segurança pública;</p> <p>Abaixo assinado; redução da tarifa de esgoto;</p> <p>Assalto;</p> <p>Campanha; trabalho infantil;</p> <p>Assalto a residência; luta corporal; disparo contra assaltante; legítima defesa;</p> <p>Carros estacionados de forma irregular;</p> <p>Falta de bicicletários; irregularidades no trânsito;</p> <p>Tentativa de homicídio; assalto;</p> <p>Ladrões; assalto;</p> <p>Passeata;</p> <p>Acidente automobilístico.</p>	<p>Transtorno;</p> <p>Bandalha;</p> <p>Desordem urbana;</p> <p>Desordem urbana;</p> <p>Desordem;</p> <p>Bandalha;</p> <p>Motoristas abusam nas ruas do centro.</p>

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Beira Valão (Margem Direita (centro))	Carros estacionados na calçada.	Desordem urbana.
<b>Lugares/Bairros</b>	<b>Temas das notícias</b>	<b>Expressões morais</b>
Pq. Tamandaré (Margem Direita)	Assalto.	
Linha (Margem Direita)	Promoção da juventude; Dom Bosco; promoção da juventude; centro juvenil.	
Nova Campos (Margem Esquerda)	Alagamento.	
Rua dos Goytacazes (Margem Direita (centro))	Carros na calçada; Imprudência dos motoristas.	Desordem.
Caju (Margem Direita)	Abandonados; mato nas ruas; lixo nas ruas. Apreensão de cocaína; Assalto a comércio.	
Solar da Penha (Margem direita)	Alagamento.	
Pq. Califórnia (Margem Direita)	Grávida morta a tiros; Assalto; bandidos; reféns em residência.	
Pq. Prazeres (Margem Esquerda)	Casas populares; vazamento de esgoto. Tentativa de homicídio; Homicídio; Chefe do tráfico; detenção; tráfico de drogas.	Drama diário.
Princesa Isabel (IPS) (Margem Direita)	Motoristas não respeitam a sinalização; Presos e flagrante; revólver calibre 38; usuários de drogas.	Desrespeito é total.
Pq. Aldeia (Margem Esquerda)	Dois mortos; marido trabalhador; Esgoto transbordando; Homem encontrado morto.	
Pq. Aldeia II (Margem Esquerda)	Morar feliz.	Construção irregular.

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Imbé (Margem Direita (área rural))	Alagamento; famílias isoladas.	
<b>Lugares/Bairros</b>	<b>Temas das notícias</b>	<b>Expressões morais</b>
Custodópolis (Margem Esquerda)	Protesto pede final de obras; Quiosques da Praça do Amarelinho; trabalhadores; Posto de saúde; Tentativa de homicídio; assalto.	
Donana (Margem Direita)	Alagamento; Acidente automobilístico; Duplo homicídio.	
Jóquei (Margem Direita)	Lixo; Esgoto a céu aberto; Tráfico de drogas; crack; rádio transmissor; casinhas; Tiros; morte.	Abandonado.
Novo Jóquei (Margem Direita)	Casas novas entregues; Homem ferido nas costas por arma de fogo; Homicídio qualificado	
Jardim Carioca (Margem Esquerda)	Creche sem aula; Incêndio.	
Mercado Municipal (Margem Direita (centro))	Tiros; assalto; bandidos; Higiene no Mercado Municipal.	Açougues com falta de higiene.
Pq. São Silvestre (Margem Esquerda)	Morte a facadas; Incêndio;	Sábado violento.
Madureira (Margem Esquerda)	Apreensão de maconha; Guarus; barricadas.	

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)

Sapucaia (Margem Direita (área rural))	Tentativa de homicídio.	
<b>Lugares/Bairros</b>	<b>Temas das notícias</b>	<b>Expressões morais</b>
Goytacazes (Margem Direita – 2º Distrito)	Morte; homem encontrado morto dentro de canalial; Bairro legal; Meningite Pneumocócica; Baixada campista; fuligem; maior produtor de cana em Campos; Manifestantes; Homicídio; Duplo homicídio.	
Travessão (Margem Esquerda – 7º Distrito)	Corpo encontrado no canalial; Guarus; Corpo de Jovem encontrado na calçada;	
Penha (Margem Direita)	Prisão de assassino; monstro da van; apreensão de sacolés de cocaína e buchas de maconha; Morar feliz; Morte de mulher; violência contra a mulher; Incêndio.	
Pq. Lebret (Margem Esquerda)	Carros roubados; Crimes; facção; sigla de facção.	
Uenf (Margem Direita)	Manifestação nas ruas; cabruncos.	
Tapera (Margem Direita (Área Rural))	Crime.	Péssimas condições de calçamentos.
Vila Manhães (Margem Direita)	Cemitério clandestino; esconderijo de drogas; traficantes.	
Jardim Aeroporto (Margem Esquerda)	Baleado por desconhecidos; Homem baleado;	

**Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (continuação)**

Brejo Grande (Margem Esquerda - área rural)	Homicídio; Menino arrastado por égua.	
<b>Lugares/Bairros</b>	<b>Temas das notícias</b>	<b>Expressões morais</b>
Terra Prometida (Margem Esquerda)	Ex-catadores; cidadania.	Extrema pobreza.
Cemitério do Caju (Margem Direita)	TCP; bala pó puro; drogas;	
Artur Bernardes (Margem Direita)	Obras.	
Pq. Aurora (Margem Direita)	Homicídio; Homicídio.	
Bugalho (Margem Direita)	Homicídio; Alagamento; protesto; chuvas.	
Conselheiro Josino (Margem Esquerda – 12º Distrito)	Homicídio.	
Marechal Deodoro (Margem Direita - centro)	Motoristas não respeitam nem a área da guarda municipal.	
Pq. Tarcísio Miranda (Margem Direita)	Área de Lazer; Inauguração da praça.	
Pq. Alzira Vargas (Margem Direita)	Cidade da criança; área de lazer.	
Pq. São Jorge (Margem Esquerda)	Assassinato.	
Pq. Calabouço (Margem Esquerda)	Tentativa de homicídio; Tentativa de homicídio; tentativa de latrocínio.	
Pq. Santa Clara (Margem Esquerda)	Tentativa de homicídio.	
Av. 28 de Março (Margem Direita)	Buracos; Alagamento; Baixada Campista; Acidente automobilístico.	
Pq. Presidente Vargas (Margem Esquerda)	Tentativa de homicídio;	

Tabela 2 – Categorias morais nas notícias de um periódico local (conclusão)

Pq. Guarus	Menor; 12 pedras de crack; 64 papalotes de cocaína; 8 sacolés de maconha.	
<b>Lugares/Bairros</b>	<b>Temas das notícias</b>	<b>Expressões morais</b>
Lapa (Margem Direita - centro)	Populações ribeirinhas.	
Santa Cruz (Margem Direita)	Rotary Club de Campos; doações; óculos.	
Chatuba (Margem Direita)	Homicídio.	
Ururai (Margem Direita)	Afogamento no rio (Rio Ururai).	
Rio Preto (Margem Direita – Área Rural)	Corpos exumados; intoxicação; agricultor.	
Pq. Leopoldina (Margem Direita)	Shopping Boulevard; menor; tentativa de assalto; tiros para o alto.	
Horto Municipal (Margem Direita)	Mudas ornamentais para distribuição.	
Campo novo (Margem Esquerda - Área rural)	Estrada inaugurada.	
Marrecas (Margem Direita - Baixada campista)	Poste cai.	
São Sebastião (Margem Direita – 4º Distrito)	Tiro; jovem; comemoração de natal; morte.	
BR-101 (Rodovia)	Atropelamento; passarela; manifestação da população antes das passarelas.	Falta de consciência das pessoas.
Pq. Rodoviário (Margem Direita)	Reivindicação; Passarela.	
Pq. Imperial (Margem Direita)	Não tem como atravessar a pista.	
Oriente (Margem Direita)	Limpeza pública; limpeza pública; prefeitura.	Favela do Oriente.
Ilha do Cunha (Margem Direita)	Rapaz amordaçado; sinais de tortura; remoção de barricadas; Baleeira; favela do oriente; limpeza pública; prefeitura.	









**Essentia**  
EDITORA  
IFFLUMINENSE

**Tipologia** Raleway (Capa e miolo)  
Bai Jamjuree (Miolo)  
**Formato** 17 x 24 cm